



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
SESSÃO CONJUNTA

ANO LXVI - Nº 019 - SEXTA-FEIRA, 02 DE DEZEMBRO DE 2011 - BRASÍLIA-DF

COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Presidente

Senador José Sarney (PMDB-AP)

1ª Vice-Presidente

Deputada Rose de Freitas (PMDB-ES)

2º Vice-Presidente

Senador Wilson Santiago (PMDB-PB)

1º Secretário

Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)

2º Secretário

Senador João Ribeiro (PR-TO)

3º Secretário

Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)

4º Secretário

Senador Ciro Nogueira (PP-PI)

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS	
1.1 – ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL	
Nºs 43 a 45, de 2011.	02961
2 – ATA DA 17ª SESSÃO CONJUNTA, EM 1º DE DEZEMBRO DE 2011	
2.1 – ABERTURA	
2.2 – EXPEDIENTE	
2.2.1 – Breves comunicações	
DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Registro do acordo entre oposição e governo para a votação de matérias orçamentárias.	02973
DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA – Convite aos demais parlamentares para o lançamento da Frente pela implantação dos Tribunais Regionais Federais.	02974
2.3 – ORDEM DO DIA	
2.3.1 – Item 1	
Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 8, de 2011, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor de R\$90.980.000,00 (noventa milhões, novecentos e oitenta mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Aprovado. À sanção.	02974
2.3.2 – Item 2	
Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 14, de 2011, que abre ao Orçamento de Investimento para 2011 crédito suplementar no valor total de R\$445.643.156,00 (quatrocentos e quarenta e cinco milhões, seiscentos e quarenta e três mil e cento e cinquenta e seis reais), em favor de empresas estatais, e reduz o Orçamento de Investimento de empresas estatais no valor global de R\$179.719.447,00 (cento e setenta e nove milhões, setecentos e dezenove mil, quatrocentos e quarenta e sete reais), para os fins que especifica. Aprovado. À sanção.	02977
2.3.3 – Item 3	
Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 15, de 2011, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito especial no valor global de R\$16.500.000,00 (dezesseis milhões e quinhentos mil reais), para os fins que especifica, e dá outras providências. Aprovado. À sanção.	02986
2.3.4 – Item 4	
Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 19, de 2011, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e de Operações Oficiais de Crédito, crédito especial no valor global de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), para os fins que especifica, e dá outras providências. Aprovado. À sanção.	02989
2.3.5 – Item 5	
Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 23, de 2011, que abre ao Orçamento de Investimento para 2011 crédito suplementar no valor total de R\$1.124.446.832,00 (um bilhão, cento e vinte e quatro milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, oitocentos e trinta e dois reais), em favor de empresas estatais, para os fins que especifica. Aprovado. À sanção.	02992
2.3.6 – Item 6	
Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 26, de 2011, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$71.758.918,00 (setenta e um milhões, setecentos e cinquenta e oito mil, novecentos e dezoito reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Aprovado. À sanção.	03010
2.3.7 – Item 8 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)	
Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 33, de 2011, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$1.993.575.303,00 (um bilhão, novecentos e noventa e três milhões, quinhentos e setenta e cinco mil, trezentos e três reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Aprovado, tendo usado da palavra o Deputado Pedro Chaves. À sanção.	03013
2.3.8 – Item 10 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)	
Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 43, de 2011, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Pesca e Aquicultura, crédito suplementar no	

valor global de R\$403.725.000,00 (quatrocentos e três milhões, setecentos e vinte e cinco mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. **Aprovado.** À sanção. 03031

2.3.9 – Item 11 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 46, de 2011, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. **Aprovado.** À sanção.... 03083

2.3.10 – Item 7

Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 32, de 2011, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de R\$96.798.777,00 (noventa e seis milhões, setecentos e noventa e oito mil, setecentos e setenta e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. **Aprovado o Substitutivo**, tendo usado da palavra o Deputado Rogério Marinho, o Senador José Pimentel, e os Deputados Cláudio Cajado e Pedro Chaves. À sanção. 03036

2.3.11 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa

2.4 – APÓS A ORDEM DO DIA

2.4.1 – Discurso encaminhado à publicação

Deputado **EDINHO BEZ** – Alerta aos malefícios que a grande quantidade de pombos pode

causar à saúde dos habitantes das cidades brasileiras. 03049

2.5 – ENCERRAMENTO

3 – ATAS

3.1 – ATAS DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Ata da 4ª Reunião, em 21 de setembro de 2011..... 03049

Ata da 5ª Reunião, em 21 de setembro de 2011..... 03069

Ata da 6ª Reunião, em 5 de outubro de 2011..... 03085

Ata da 7ª Reunião, em 26 de outubro de 2011..... 03092

Ata da 8ª Reunião, em 1º de novembro de 2011..... 03111

CONGRESSO NACIONAL

4 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

5 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

6 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

7 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

CONGRESSO NACIONAL

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 43, DE 2011

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 544**, de 29 de setembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 30 de setembro de 2011, que “Estabelece normas especiais para as compras, as contratações de produtos, de sistemas de defesa, e de desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa, e dispõe sobre regras de incentivo à área estratégica de defesa e dá outras providências”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 18 de novembro de 2011.
– Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 44, DE 2011

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 545**, de 29 de setembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 30 de setembro de 2011, que “Altera a Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, que dispõe sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM e o Fundo da Marinha Mercante - FMM; altera a Medi-

da Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nº 11.434, de 28 de dezembro de 2006, nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, nº 10.865, de 30 de abril de 2004, e nº 8.685, de 20 de julho de 1993; altera a incidência da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS na cadeia produtiva do café, institui o Programa Cinema Perto de Você, e dá outras providências”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 18 de novembro de 2011.
– Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 45, DE 2011

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 546**, de 29 de setembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 30 de setembro de 2011, que “Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2011, com o objetivo de fomentar as exportações do País, altera a Lei nº 12.409, de 25 de maio de 2011, e dá outras providências”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 18 de novembro de 2011.
– Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

Ata da 17ª Sessão Conjunta, em 1º de dezembro de 2011

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência da Sra. Rose de Freitas

(Inicia-se a sessão às 12 horas e 9 minutos e encerra-se às 12 horas e 48 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento das Sras. e dos Srs. Senadores:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

219ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14 HORAS

Período : 1/12/2011 07:07:30 até 1/12/2011 20:30:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X	
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X	
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X	
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
PP	RS	ANA AMÉLIA	X	
PT	ES	ANA RITA	X	
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X	
PT	AC	ANIBAL DINIZ	X	
PR	MS	ANTONIO RUSSO	X	
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	X	
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X	
PR	MT	BIAIRO MAGGI	X	
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X	
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	X	
PR	MG	CLÉSIO ANDRADE	X	
DEM	MA	CLÓVIS FECURY	X	
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X	
PT	MS	DELÍDIO DO AMARAL	X	
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	X	
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X	
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	
PP	RO	IVO CASSOL	X	
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X	
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	
PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	
PT	AC	JORGE VIANA	X	
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
PSD	TO	KÁTIA ABREU	X	
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	X	
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X	
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X	
PR	ES	MAGNO MALTA	X	
PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	
PT	SP	MARTA SUPLICY	X	
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PV	RN	PAULO DAVIM	X	
PT	RS	PAULO PAIM	X	
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X	
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	X	
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	
PSD	AC	SÉRGIO PETECÃO	X	
PMDB	PR	SERGIO SOUZA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PR	TO	VICENTINHO ALVES	X	
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	X	
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X	
PT	PI	WELLINGTON DIAS	X	

Compareceram: 64 Senadores

É o seguinte o registro de comparecimento das Sras. e dos Srs. Deputados:



Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Presença

Data: 05/12/2011
Hora: 17:34

54ª LEGISLATURA

PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA

SESSÃO CONJUNTA Nº 017 - 01/12/2011

Início : 01/12/2011 12:09

Fim : 01/12/2011 12:48

Total de Presentes : 386

	Partido	Bloco
RORAIMA		
002 - Edio Lopes	PMDB	
570 - Francisco Araújo	PSD	
005 - Jhonatan de Jesus	PRB	
004 - Luciano Castro	PR	PrPtdobPrpPhsPtcPsi
006 - Paulo Cesar Quartiero	DEM	
007 - Raui Lima	PSD	
Presentes Roraima: 6		
AMAPÁ		
009 - Dalva Figueiredo	PT	
010 - Davi Alcolumbre	DEM	
011 - Evandro Milhomen	PCdoB	PsbPtbPcdob
012 - Fátima Pelaes	PMDB	
572 - Janete Capiberibe	PSB	PsbPtbPcdob
014 - Luiz Carlos	PSDB	
017 - Sebastião Bala Rocha	PDT	
016 - Vinicius Gurgel	PR	PrPtdobPrpPhsPtcPsi
Presentes Amapá: 8		
PARÁ		
030 - Josué Bengtson	PTB	PsbPtbPcdob
029 - Lúcio Vale	PR	PrPtdobPrpPhsPtcPsi
035 - Miriquinho Batista	PT	
023 - Wladimir Costa	PMDB	
Presentes Pará: 4		
AMAZONAS		
037 - Carlos Souza	PSD	
041 - Francisco Praciano	PT	
036 - Henrique Oliveira	PR	PrPtdobPrpPhsPtcPsi
040 - Pauderney Avelino	DEM	
042 - Rebecca Garcia	PP	
043 - Sabino Castelo Branco	PTB	PsbPtbPcdob
039 - Silas Câmara	PSD	
Presentes Amazonas: 7		
RONDONIA		
583 - Marcos Rogério	PDT	
050 - Marinha Raupp	PMDB	
046 - Mauro Nazif	PSB	PsbPtbPcdob



Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Presença

Data: 05/12/2011
 Hora: 17:34

	Partido	Bloco
RONDONIA		
049 - Moreira Mendes	PSD	
051 - Natan Donadon	PMDB	
047 - Nilton Capixaba	PTB	PsbPtbPcdob
048 - Padre Ton	PT	
Presentes Rondonia: 7		
ACRE		
053 - Antônia Lúcia	PSC	
054 - Flaviano Melo	PMDB	
055 - Gladson Cameli	PP	
052 - Henrique Afonso	PV	PvPps
056 - Perpétua Almeida	PCdoB	PsbPtbPcdob
058 - Sibá Machado	PT	
059 - Taumaturgo Lima	PT	
Presentes Acre: 7		
TOCANTINS		
061 - Ângelo Agnolin	PDT	
064 - César Halum	PSD	
060 - Eduardo Gomes	PSDB	
065 - Irajá Abreu	PSD	
066 - Júnior Coimbra	PMDB	
062 - Laurez Moreira	PSB	PsbPtbPcdob
063 - Lázaro Botelho	PP	
067 - Professora Dorinha Seabra Rezende	DEM	
Presentes Tocantins: 8		
MARANHÃO		
070 - Cleber Verde	PRB	
571 - Costa Ferreira	PSC	
528 - Davi Alves Silva Júnior	PR	PrPtdobPrpPhsPtcPsi
072 - Domingos Dutra	PT	
073 - Edivaldo Holanda Junior	PTC	PrPtdobPrpPhsPtcPsi
567 - Francisco Escórcio	PMDB	
076 - Hélio Santos	PSD	
077 - Lourival Mendes	PTdoB	PrPtdobPrpPhsPtcPsi
082 - Pedro Novais	PMDB	
079 - Pinto Itamaraty	PSDB	
081 - Professor Setimo	PMDB	
084 - Waldir Maranhão	PP	
579 - Weverton Rocha	PDT	
086 - Zé Vieira	PR	PrPtdobPrpPhsPtcPsi
Presentes Maranhão: 14		
CEARÁ		
089 - André Figueiredo	PDT	
087 - Aníbal Gomes	PMDB	
093 - Antonio Balhmann	PSB	PsbPtbPcdob
092 - Ariosto Holanda	PSB	PsbPtbPcdob
088 - Chico Lopes	PCdoB	PsbPtbPcdob
095 - Danilo Forte	PMDB	
097 - Domingos Neto	PSB	PsbPtbPcdob



Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Presença

Data: 05/12/2011
 Hora: 17:34

	Partido	Bloco
CEARÁ		
098 - Edson Silva	PSB	PsbPtbPcdob
100 - Gorete Pereira	PR	PrPtdobPrpPhsPtcPsi
106 - João Ananias	PCdoB	PsbPtbPcdob
103 - José Guimarães	PT	
096 - José Linhares	PP	
105 - Mauro Benevides	PMDB	
102 - Raimundo Gomes de Matos	PSDB	
Presentes Ceará: 14		
PIAUÍ		
111 - Assis Carvalho	PT	
112 - Hugo Napoleão	PSD	
115 - Jesus Rodrigues	PT	
114 - Júlio Cesar	PSD	
110 - Marcelo Castro	PMDB	
117 - Marlos Sampaio	PMDB	
530 - Nazareno Fonteles	PT	
116 - Osmar Júnior	PCdoB	PsbPtbPcdob
Presentes Piauí: 8		
RIO GRANDE DO NORTE		
121 - Fátima Bezerra	PT	
120 - Felipe Maia	DEM	
124 - João Maia	PR	PrPtdobPrpPhsPtcPsi
126 - Paulo Wagner	PV	PvPps
540 - Rogério Marinho	PSDB	
125 - Sandra Rosado	PSB	PsbPtbPcdob
Presentes Rio Grande do Norte: 6		
PARAÍBA		
129 - Aguinaldo Ribeiro	PP	
133 - Luiz Couto	PT	
130 - Manoel Junior	PMDB	
134 - Nilda Gondim	PMDB	
135 - Romero Rodrigues	PSDB	
137 - Ruy Carneiro	PSDB	
136 - Wellington Roberto	PR	PrPtdobPrpPhsPtcPsi
139 - Wilson Filho	PMDB	
Presentes Paraíba: 8		
PERNAMBUCO		
142 - Anderson Ferreira	PR	PrPtdobPrpPhsPtcPsi
144 - Augusto Coutinho	DEM	
152 - Carlos Eduardo Cadoca	PSC	
158 - Fernando Coelho Filho	PSB	PsbPtbPcdob
141 - Fernando Ferro	PT	
145 - Inocêncio Oliveira	PR	PrPtdobPrpPhsPtcPsi
149 - João Paulo Lima	PT	
150 - Jorge Corte Real	PTB	PsbPtbPcdob
151 - José Augusto Maia	PTB	PsbPtbPcdob
147 - José Chaves	PTB	PsbPtbPcdob
153 - Luciana Santos	PCdoB	PsbPtbPcdob



Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Presença

Data: 05/12/2011
 Hora: 17:34

	Partido	Bloco
PERNAMBUCO		
154 - Mendonça Filho	DEM	
155 - Pastor Eurico	PSB	PsbPtbPcdob
554 - Paulo Rubem Santiago	PDT	
161 - Pedro Eugênio	PT	
157 - Roberto Teixeira	PP	
159 - Sergio Guerra	PSDB	
580 - Severino Ninho	PSB	PsbPtbPcdob
160 - Silvio Costa	PTB	PsbPtbPcdob
555 - Vilalba	PRB	
164 - Wolney Queiroz	PDT	
Presentes Pernambuco: 21		
ALAGOAS		
162 - Arthur Lira	PP	
165 - Celia Rocha	PTB	PsbPtbPcdob
166 - Givaldo Carimbão	PSB	PsbPtbPcdob
167 - João Lyra	PSD	
172 - Joaquim Beltrão	PMDB	
168 - Maurício Quintella Lessa	PR	PrPtdobPrpPhsPtcPsi
170 - Rosinha da Adefal	PTdoB	PrPtdobPrpPhsPtcPsi
171 - Rui Palmeira	PSDB	
Presentes Alagoas: 8		
SERGIPE		
173 - Almeida Lima	PPS	PvPps
175 - Heleno Silva	PRB	
176 - Laercio Oliveira	PR	PrPtdobPrpPhsPtcPsi
179 - Mendonça Prado	DEM	
178 - Rogério Carvalho	PT	
183 - Valadares Filho	PSB	PsbPtbPcdob
Presentes Sergipe: 6		
BAHIA		
180 - Alice Portugal	PCdoB	PsbPtbPcdob
184 - Amauri Teixeira	PT	
189 - Antonio Brito	PTB	PsbPtbPcdob
191 - Antonio Imbassahy	PSDB	
186 - Claudio Cajado	DEM	
193 - Edson Pimenta	PSD	
190 - Fábio Souto	DEM	
195 - Felix Mendonça Júnior	PDT	
185 - Geraldo Simões	PT	
198 - Jânio Natal	PRP	PrPtdobPrpPhsPtcPsi
187 - João Carlos Bacelar	PR	PrPtdobPrpPhsPtcPsi
201 - José Nunes	PSD	
565 - Joseph Bandeira	PT	
202 - Josias Gomes	PT	
206 - Jutahy Junior	PSDB	
205 - Lucio Vieira Lima	PMDB	
204 - Luiz Alberto	PT	
207 - Luiz Argôlo	PP	



Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Presença

Data: 05/12/2011
 Hora: 17:34

	Partido	Bloco
BAHIA		
212 - Márcio Marinho	PRB	
200 - Marcos Medrado	PDT	
209 - Nelson Pellegrino	PT	
215 - Oziel Oliveira	PDT	
214 - Paulo Magalhães	PSD	
211 - Roberto Britto	PP	
216 - Rui Costa	PT	
524 - Sérgio Barradas Carneiro	PT	
218 - Valmir Assunção	PT	
219 - Waldenor Pereira	PT	
Presentes Bahia: 28		
MINAS GERAIS		
220 - Ademir Camilo	PSD	
224 - Aelton Freitas	PR	PrPtdobPrpPhsPtcPsi
229 - Antônio Roberto	PV	PvPps
223 - Aracely de Paula	PR	PrPtdobPrpPhsPtcPsi
534 - Bonifácio de Andrada	PSDB	
222 - Carlaile Pedrosa	PSDB	
231 - Dimas Fabiano	PP	
233 - Domingos Sávio	PSDB	
235 - Dr. Grilo	PSL	PrPtdobPrpPhsPtcPsi
230 - Eduardo Barbosa	PSDB	
242 - Eros Biondini	PTB	PsbPtbPcdob
238 - Fábio Ramalho	PV	PvPps
244 - Gabriel Guimarães	PT	
236 - Geraldo Thadeu	PSD	
234 - Gilmar Machado	PT	
240 - Jaime Martins	PR	PrPtdobPrpPhsPtcPsi
533 - Jairo Ataíde	DEM	
246 - João Moraes	PCdoB	PsbPtbPcdob
531 - João Bittar	DEM	
239 - João Magalhães	PMDB	
249 - José Humberto	PHS	PrPtdobPrpPhsPtcPsi
250 - Júlio Delgado	PSB	PsbPtbPcdob
255 - Leonardo Quintão	PMDB	
243 - Lincoln Portela	PR	PrPtdobPrpPhsPtcPsi
251 - Luis Tibé	PTdoB	PrPtdobPrpPhsPtcPsi
256 - Luiz Fernando Faria	PP	
247 - Márcio Reinaldo Moreira	PP	
257 - Marcos Montes	PSD	
254 - Marcus Pestana	PSDB	
260 - Mário de Oliveira	PSC	
252 - Mauro Lopes	PMDB	
261 - Miguel Corrêa	PT	
269 - Odair Cunha	PT	
259 - Padre João	PT	
266 - Paulo Piau	PMDB	
262 - Renzo Braz	PP	
268 - Rodrigo de Castro	PSDB	

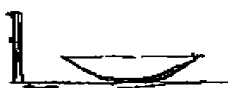


Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Presença

Data: 05/12/2011

Hora: 17:34

	Partido	Bloco
MINAS GERAIS		
265 - Saraiva Felipe	PMDB	
264 - Toninho Pinheiro	PP	
532 - Vitor Penido	DEM	
Presentes Minas Gerais: 40		
ESPÍRITO SANTO		
543 - Camilo Cola	PMDB	
276 - Cesar Colnago	PSDB	
278 - Dr. Jorge Silva	PDT	
279 - Lauriete	PSC	
275 - Manato	PDT	
280 - Paulo Foletto	PSB	PsbPtbPcdob
282 - Rose de Freitas	PMDB	
281 - Sueli Vidigal	PDT	
Presentes Espírito Santo: 8		
RIO DE JANEIRO		
286 - Adrian	PMDB	
287 - Alessandro Molon	PT	
283 - Andreia Zito	PSDB	
289 - Anthony Garotinho	PR	PrPtdobPrpPhsPtcPsi
288 - Arokde de Oliveira	PSD	
290 - Aureo	PRTB	
566 - Brizola Neto	PDT	
295 - Chico Alencar	PSOL	
527 - Chico D' Angelo	PT	
562 - Deley	PSC	
293 - Dr. Adilson Soares	PR	PrPtdobPrpPhsPtcPsi
294 - Dr. Aluizio	PV	PvPps
529 - Dr. Carlos Alberto	PMN	
298 - Edson Ezequiel	PMDB	
300 - Eduardo Cunha	PMDB	
538 - Eliane Rolim	PT	
557 - Fernando Jordão	PMDB	
303 - Filipe Pereira	PSC	
297 - Francisco Floriano	PR	PrPtdobPrpPhsPtcPsi
304 - Glauber Braga	PSB	PsbPtbPcdob
306 - Hugo Leal	PSC	
302 - Jair Bolsonaro	PP	
305 - Jandira Feghali	PCdoB	PsbPtbPcdob
312 - Leonardo Picciani	PMDB	
309 - Lilliam Sá	PSD	
311 - Marcelo Matos	PDT	
317 - Miro Teixeira	PDT	
315 - Neilton Mulim	PR	PrPtdobPrpPhsPtcPsi
577 - Paulo Feijó	PR	PrPtdobPrpPhsPtcPsi
322 - Rodrigo Maia	DEM	
319 - Romário	PSB	PsbPtbPcdob
323 - Stepan Nercessian	PPS	PvPps
324 - Vitor Paulo	PRB	



Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Presença

Data: 05/12/2011
 Hora: 17:34

	Partido	Bloco
RIO DE JANEIRO		
325 - Walney Rocha	PTB	PsbPtbPcdob
326 - Washington Reis	PMDB	
328 - Zoinho	PR	PrPtdobPrpPhsPtcPsi
Presentes Rio de Janeiro: 36		
SÃO PAULO		
552 - Alberto Mourão	PSDB	
334 - Alexandre Leite	DEM	
330 - Aline Corrêa	PP	
333 - Antonio Bulhões	PRB	
336 - Arlindo Chinaglia	PT	
337 - Arnaldo Faria de Sá	PTB	PsbPtbPcdob
339 - Arnaldo Jardim	PPS	PvPps
340 - Beto Mansur	PP	
335 - Bruna Furlan	PSDB	
389 - Cândido Vaccarezza	PT	
341 - Carlinhos Almeida	PT	
398 - Carlos Zarattini	PT	
343 - Delegado Protógenes	PCdoB	PsbPtbPcdob
346 - Dimas Ramalho	PPS	PvPps
541 - Dr. Ubiali	PSB	PsbPtbPcdob
576 - Dra.Elaine Abissamra	PSB	PsbPtbPcdob
350 - Duarte Nogueira	PSDB	
344 - Edinho Araújo	PMDB	
537 - Eleuses Paiva	PSD	
345 - Eli Correa Filho	DEM	
352 - Emanuel Fernandes	PSDB	
347 - Gabriel Chalita	PMDB	
357 - Guilherme Campos	PSD	
348 - Guilherme Mussi	PSD	
359 - Ivan Valente	PSOL	
358 - Janete Rocha Pietá	PT	
349 - Jefferson Campos	PSD	
362 - João Dado	PDT	
361 - João Paulo Cunha	PT	
363 - Jorge Tadeu Mudalen	DEM	
354 - José De Filippi	PT	
367 - José Mentor	PT	
355 - Junji Abe	PSD	
356 - Keiko Ota	PSB	PsbPtbPcdob
365 - Luiz Fernando Machado	PSDB	
371 - Luiza Erundina	PSB	PsbPtbPcdob
366 - Mara Gabrilli	PSDB	
370 - Marcelo Aguiar	PSD	
374 - Milton Monti	PR	PrPtdobPrpPhsPtcPsi
375 - Missionário José Olimpio	PP	
378 - Otoniel Lima	PRB	
373 - Paulo Maluf	PP	
376 - Paulo Teixeira	PT	
382 - Penna	PV	PvPps



Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Presença

Data: 05/12/2011
 Hora: 17:34

	Partido	Bloco
SÃO PAULO		
390 - Ricardo Berzoini	PT	
383 - Ricardo Izar	PSD	
384 - Ricardo Tripoli	PSDB	
385 - Roberto de Lucena	PV	PvPps
386 - Roberto Santiago	PSD	
391 - Salvador Zimbaldi	PDT	
392 - Tiririca	PR	PrPtdobPrpPhsPtcPsl
521 - Vanderlei Macris	PSDB	
581 - Vanderlei Siraque	PT	
394 - Vaz de Lima	PSDB	
396 - Vicentinho	PT	
553 - Walter Ihoshi	PSD	
397 - William Dib	PSDB	
Presentes São Paulo: 57		
MATO GROSSO		
400 - Carlos Bezerra	PMDB	
401 - Eliene Lima	PSD	
402 - Homero Pereira	PSD	
573 - Nilson Leitão	PSDB	
406 - Wellington Fagundes	PR	PrPtdobPrpPhsPtcPsl
Presentes Mato Grosso: 5		
DISTRITO FEDERAL		
545 - Augusto Carvalho	PPS	PvPps
407 - Erika Kokay	PT	
408 - Izalci	PR	PrPtdobPrpPhsPtcPsl
410 - Luiz Pitiman	PMDB	
539 - Policarpo	PT	
413 - Reguffe	PDT	
414 - Ronaldo Fonseca	PR	PrPtdobPrpPhsPtcPsl
Presentes Distrito Federal: 7		
GOIÁS		
416 - Armando Vergílio	PSD	
423 - Heuler Cruvinel	PSD	
418 - João Campos	PSDB	
420 - Leandro Vilela	PMDB	
575 - Magda Mofatto	PTB	PsbPtbpCdob
564 - Marina Santanna	PT	
428 - Pedro Chaves	PMDB	
429 - Ronaldo Caiado	DEM	
425 - Rubens Otoni	PT	
426 - Sandes Júnior	PP	
547 - Valdivino de Oliveira	PSDB	
Presentes Goiás: 11		
MATO GROSSO DO SUL		
432 - Antônio Carlos Biffi	PT	
433 - Fabio Trad	PMDB	
435 - Geraldo Resende	PMDB	
434 - Giroto	PMDB	



Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Presença

Data: 05/12/2011
 Hora: 17:34

	Partido	Bloco
MATO GROSSO DO SUL		
436 - Mandetta	DEM	
439 - Reinaldo Azambuja	PSDB	
438 - Vander Loubet	PT	
Presentes Mato Grosso do Sul: 7		
PARANÁ		
440 - Abelardo Lupion	DEM	
445 - Alex Canziani	PTB	PsbPtbPcdob
451 - Alfredo Kaefer	PSDB	
453 - Angelo Vanhoni	PT	
443 - Assis do Couto	PT	
442 - Cida Borghetti	PP	
461 - Eduardo Sciarra	PSD	
450 - Fernando Francischini	PSDB	
448 - Hermes Parcianello	PMDB	
455 - João Arruda	PMDB	
456 - Leopoldo Meyer	PSB	PsbPtbPcdob
535 - Luiz Carlos Setim	DEM	
542 - Luiz Nishimori	PSDB	
458 - Nelson Meurer	PP	
457 - Nelson Padovani	PSC	
463 - Osmar Serraglio	PMDB	
464 - Ratinho Junior	PSC	
467 - Reinhold Stephanes	PSD	
459 - Rosane Ferreira	PV	PvPps
460 - Rubens Bueno	PPS	PvPps
465 - Sandro Alex	PPS	PvPps
469 - Takayama	PSC	
468 - Zeca Dirceu	PT	
Presentes Paraná: 23		
SANTA CATARINA		
561 - Carmen Zanotto	PPS	PvPps
472 - Celso Maldaner	PMDB	
475 - Décio Lima	PT	
470 - Edinho Bez	PMDB	
471 - Esperidião Amin	PP	
574 - João Pizzolatti	PP	
476 - Jorginho Mello	PSDB	
477 - Luci Choinacki	PT	
480 - Mauro Mariani	PMDB	
479 - Onofre Santo Agostini	PSD	
483 - Rogério Peninha Mendonça	PMDB	
582 - Romanna Remor	PMDB	
484 - Ronaldo Benedet	PMDB	
560 - Valdir Colatto	PMDB	
Presentes Santa Catarina: 14		
RIO GRANDE DO SUL		
487 - Afonso Hamm	PP	
486 - Alceu Moreira	PMDB	



Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Presença

Data: 05/12/2011
Hora: 17:34

	Partido	Bloco
RIO GRANDE DO SUL		
489 - Alexandre Roso	PSB	PsbPtbPcdob
491 - Darcísio Perondi	PMDB	
525 - Fernando Marroni	PT	
502 - Giovani Cherini	PDT	
498 - Henrique Fontana	PT	
506 - José Stédile	PSB	PsbPtbPcdob
500 - Luis Carlos Heinze	PP	
536 - Luiz Noé	PSB	PsbPtbPcdob
494 - Manuela D'Ávila	PCdoB	PsbPtbPcdob
509 - Nelson Marchezan Junior	PSDB	
510 - Onyx Lorenzoni	DEM	
503 - Pepe Vargas	PT	
556 - Ronaldo Nogueira	PTB	PsbPtbPcdob
515 - Ronaldo Zülke	PT	
514 - Vieira da Cunha	PDT	
516 - Vilson Covatti	PP	
Presentes Rio Grande do Sul: 18		

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – As listas de presença acusam o comparecimento de 44 Sr^{as} e Srs. Senadores e 344 Sr^{as} e Srs Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

Deputado Claudio Cajado, do DEM da Bahia.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG) – Presidente, hoje é aniversário dele. Por isso que ele está... O coração dele está bom.

A SRA. PRESIDENTE (Rose De Freitas. PMDB – ES) – Já cantamos parabéns para ele.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM – BA) – Muito obrigado, Presidente. Obrigado pela referência, mas aqui o governo vota e a oposição fala. Não é assim?

Então, eu queria, Presidente, primeiro, dizer que esta sessão do Congresso irá ocorrer pelo entendimento que houve no dia de hoje, nesta manhã, entre a Ministra Ideli Salvatti e o Líder do Democratas, Deputado ACM Neto.

Quero ressaltar, principalmente ao Líder José Pimentel, o Senador Pimentel, que está aqui no plenário e ao vice-líder do governo Deputado Gilmar Machado, que há um compromisso do governo para que, até terça-feira, nós possamos manter os entendimentos para que as próximas sessões ocorram.

Houve uma ligação da Ministra Ideli, o Líder ACM Neto me ligou dizendo que nós poderíamos votar dez itens da pauta, o que iremos fazer nesta sessão, e dar sequência na semana que vem aos demais itens que constam da pauta e os que não foram votados na Comissão de Orçamento, por conta da falta de entendimento entre o governo e as oposições.

Daí por que nós vamos dar mais uma vez credibilidade às palavras da Ministra Ideli Salvatti, mas vamos cobrar o cumprimento dessa palavra, Sr^a Presidente. Estou deixando claro, usando a tribuna do Congresso para dizer que a palavra da Ministra está empenhada, mas que vamos querer que a palavra seja cumprida. E vamos aguardar, portanto, até a semana que vem, para que nós possamos sentar à mesa ou não, já que há muitos meses e muitas semanas o Governo vem empenhando a palavra. Porém, a Ministra, em ligação telefônica, na manhã de hoje, ao Líder ACM Neto, comprometeu-se, efetivamente, a que, na próxima semana, nós pudéssemos sentar e definir as posições de lado a lado.

Esses entendimentos, Sr. Presidente, são normais e, em se tratando do Congresso Nacional, são imprescindíveis. Daí por que achamos que os créditos que foram enviados para este Congresso Nacional foram, na verdade, um terceiro orçamento. Porque existe o Orçamento corrente; existe um segundo orçamento,

que são os restos a pagar; e existe, agora, um terceiro orçamento, que são os 44 créditos suplementares que serão deliberados por este Congresso.

Ora, Sr. Presidente, não temos condições de manter um País com tamanho tumulto administrativo-orçamentário. O Governo não consegue executar o Orçamento corretamente, faz de uma peça orçamentária uma ficção, e nós aqui elaborando ainda o Orçamento com os prazos completamente comprometidos. Não sei se teremos condições, inclusive, de aprová-lo sem que haja um amplo acordo de entendimento para sobrestar...

(Interrupção do som.)

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM – BA) – ... os prazos, porque os prazos estão comprometidos. Se formos cumprir os prazos prescritos na normativa que regra a matéria, que é a Resolução nº 01, não daremos conta de chegar à conclusão do Orçamento ainda este ano, o que é um absurdo.

E isso tem que ser colocado, exclusivamente, na conta do Governo e da sua base, porque as oposições estão presentes, as oposições estão fazendo o seu papel de criticar. Agora, se o Governo não se organiza para poder, primeiro, começar a pagar os restos a pagar e diminuir essa distância entre a execução do Orçamento deste ano e os que ficaram nos anos anteriores, essa não é uma responsabilidade nossa; é do Governo. “Ah, mas a Presidente assumiu este ano!” Mas ela era gestora também, como Ministra da Casa Civil, no Governo passado. Então, não há como não se colocar a responsabilidade de forma compartilhada.

E nós não podemos ficar assistindo que o PAC, como uma peça importante...

(Interrupção do som.)

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM – BA) – ...de motivação de investimento para o País, esteja empecado. Peguem a execução orçamentária. Peguem o pagamento das obras do PAC. É irrisório! Por quê? Porque foi mais *marketing* do que ação. Os projetos, muitos deles sequer têm projeto executivo.

Em outros casos, não tem autorização ambiental para que as obras sejam executadas, e muitas delas com sobrepreço e com problemas que o Tribunal de Contas da União aponta e determina a suspensão das obras.

Por isso, Sr^a Presidente, nós estamos aqui para realizar esta sessão do Congresso, votarmos esses créditos, mas queremos prestar aqui a nossa crítica efusiva de que o Governo não conseguirá se organizar com três orçamentos, como está fazendo: os créditos suplementares, o Orçamento efetivo, que foi votado no ano passado para vigorar neste ano, e os restos a pagar. Ou o Governo se organiza, faz um planejamento amplo, ou então a confusão vai continuar.

A SRA. PRESIDENTE (Rose De Freitas. PMDB – ES) – Com a palavra o Deputado Amauri Teixeira, do PT da Bahia.

O SR. AMAURITEIXEIRA (PT – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, primeiro, quero convidar todos os Deputados e Senadores para o lançamento, hoje, às 14 horas, no Plenário 1, das Comissões, na CCJ, a Frente pela Implantação dos Tribunais Regionais Federais de Minas Gerais, do Amazonas, da Bahia e do Paraná. Não faz mais sentido que Estados tão importantes e com a dimensão populacional e política, como a Bahia, Minas, Amazonas e Paraná não tenham tribunais regionais próprios. Não faz sentido a Bahia e o Amazonas, por exemplo, estarem jurisdicionados ao TRF 1ª Região, que é aqui em Brasília. Não faz sentido que uma causa de um segurado da Previdência seja defendida, ou julgada em segunda instância na Bahia, encarecendo o processo, dificultando o acesso ao Judiciário, inclusive tirando recursos desses Estados.

Por isso queremos, com essa Frente, acelerar a votação da PEC que prevê a implantação desses quatro tribunais em quatro Estados e mudar a jurisdição da Justiça Federal.

A Justiça do Trabalho, hoje, tem tribunais em todo Estado. A Justiça Eleitoral tem tribunais em todo Estado. Da Justiça comum não precisamos falar, já que é estadual. E a Justiça Federal está concentrada em apenas cinco Estados. Isso não faz sentido.

Por isso achamos importante fortalecer essa Frente. Convidamos todos os parlamentares para, hoje, começarmos efetivamente a trabalhar.

Quero parabenizar a senhora por estar na Presidência efetiva da Câmara, já que o Presidente Marco Maia está exercendo, temporariamente, a Presidência da República. Quem sabe não é o prenúncio para nós inaugurarmos um novo período e termos uma mulher no próximo período legislativo, no segundo biênio legislativo, como Presidenta desta Casa. Já temos Presidenta da República, já tivemos Governadoras e ainda temos. Esta Casa também precisa inaugurar essa revolução, essa quebra de paradigma. Afinal de contas, as mulheres são maioria e precisam estar mais bem representadas nesta Casa, e a senhora é a melhor expressão dessa representação.

Quero dizer que Cajado hoje está fazendo retórica aqui muito bem, apenas retórica. O País está bem administrado. Não existe administração sem suplementação. Não conheço nenhuma, nem estadual, nem federal. Isso é perfeitamente normal. Não há caos orçamentário, não há caos administrativo; a Presidenta Dilma conduz a Presidência com bastante firmeza, com bastante tranquilidade.

Ele disse que as obras não estão andando. O povo sabe que as obras estão andando. Não precisa a oposição dizer nem recomendar nada, porque o povo tem o poder de avaliar.

Dizer que a Presidenta Dilma, que está fora do País, não vai tomar as medidas moralizadoras? São Paulo é que não está tomando medidas moralizadoras. Toda denúncia em São Paulo fica impune. A Presidenta Dilma, quando acontece qualquer fato que justifique, tem, rigorosamente, tomado medidas para manter a moralidade no País. Tem sido firme, tem sido muito tranquila e tem sido muito eficiente na sua gestão, como as mulheres são. Talvez Cajado, por preconceito, faça críticas infundadas à nossa Presidenta.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM – BA) – V. Exª está aniversariando hoje, Deputado Amauri?

A SRA. PRESIDENTE (Rose De Freitas. PMDB – ES) – São dois aniversários.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM – BA) – Então eu não vou responder nem criticar V. Exª.

Vou dar-lhe os parabéns e desejar-lhe muita saúde e muita paz e que V. Exª continue utilizando o microfone dessa tribuna para manter o seu brilhante desempenho parlamentar.

A SRA. PRESIDENTE (Rose De Freitas. PMDB – ES) – Só falta o abraço para selar o dia dos aniversariantes: Deputado Amauri e Deputado Cajado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose De Freitas. PMDB – ES) – Vamos, então passar ao primeiro item da pauta:

Item 1:

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 8, DE 2011

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 8, de 2011, que *abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor de R\$90.980.000,00 (noventa milhões, novecentos e oitenta mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.*

Ao projeto de lei não foram apresentadas emendas.

A Comissão Mista de Planos e Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 49, de 2011, sendo relator o Deputado Wellington Roberto, concluiu pela aprovação do projeto.

Em discussão o projeto. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação o projeto, nos termos do parecer da Câmara. *(Pausa.)*

Aprovado.

As Srªs e os Srs. Deputados que...

É a seguinte a matéria aprovada:

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										VALOR
FUNCCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	C N D	R P	M O D	I U	F T E		
0913		Operações Especiais - Participação do Brasil em Organismos Financeiros Internacionais								90.600.000
OPERACÖES ESPECIAIS										
04 212	0913 00EG	Integralização de Cotas do Fundo para Operações Especiais - FOE								9.856.503
04 212	0913 00EG 0001	Integralização de Cotas do Fundo para Operações Especiais - FOE - Nacional								9.856.503
04 212	0913 00EH	Integralização de Cotas ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	F	5	2	90	0	100		9.856.503
04 212	0913 00EH 0001	Integralização de Cotas ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID - Nacional								63.528.418
04 212	0913 0539	Integralização de Cotas do Fundo Multilateral de Investimentos - FUMIN	F	5	2	90	0	100		63.528.418
04 212	0913 0539 0001	Integralização de Cotas do Fundo Multilateral de Investimentos - FUMIN - Nacional								5.124.397
04 212	0913 0541	Integralização de Cotas do Fundo Africano de Desenvolvimento - FAD	F	5	2	90	0	100		5.124.397
04 212	0913 0541 0001	Integralização de Cotas do Fundo Africano de Desenvolvimento - FAD - Nacional								2.834.347
04 212	0913 0542	Integralização de Cotas do Banco Africano de Desenvolvimento - BAD	F	5	2	90	0	100		2.834.347
04 212	0913 0542 0001	Integralização de Cotas do Banco Africano de Desenvolvimento - BAD - Nacional								4.857.933
04 212	0913 0543	Integralização de Cotas do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola - FIDA	F	5	2	90	0	100		4.857.933
04 212	0913 0543 0001	Integralização de Cotas do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola - FIDA - Nacional								4.398.100
TOTAL - FISCAL										90.600.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										90.600.000

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M C D	I U	F T E	VALOR
0999		Reserva de Contingência							\$1.302.774
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
99 999	0999 0995	Reserva de Contingência							\$1.302.774
99 999	0999 0995 0200	Reserva de Contingência - Reserva para Cobertura de Riscos Orçamentários							\$1.302.774
			F	9	2	99	0	(00)	\$1.302.774
TOTAL - FISCAL									\$1.302.774
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									\$1.302.774

A SRA. PRESIDENTE (Rose De Freitas. PMDB

– ES) – Esse foi o 8.

Agora é o PLN nº 14.

Item 2 da pauta:

**PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL
Nº 14, DE 2011**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 14, de 2011, que *abre ao Orçamento de Investimento para 2011 crédito suplementar no valor total de R\$445.643.156,00 (quatrocentos e quarenta e cinco milhões, seiscentos e quarenta e três mil, cento e cinquenta e seis reais), em favor de empresas estatais, e reduz o Orçamento de Investimento de empresas estatais no valor global de R\$179.719.447,00 (cento e setenta e nove milhões, setecentos e dezenove mil, quatrocentos e quarenta e sete reais), para os fins que especifica.*

Ao projeto de lei não foram apresentadas emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 50, de 2011, sendo Relator o Deputado Gilmar Machado, concluiu pela aprovação do projeto.

Em discussão o projeto. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação o projeto, nos termos do parecer da Câmara.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação, no Senado Federal.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:

**PROJETO DE LEI
Nº 14, DE 2011-CN
MENSAGEM Nº 57, DE 2011-CN
(nº 226/2011, na origem)**

Abre ao Orçamento de Investimento para 2011 crédito suplementar no valor total de R\$ 445.643.156,00, em favor de empresas estatais, e reduz o Orçamento de Investimento de empresas estatais no valor global de R\$ 179.719.447,00, para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento de Investimento (Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011) crédito suplementar no valor total de R\$ 445.643.156,00 (quatrocentos e quarenta e cinco milhões, seiscentos e quarenta e três mil e cento e cinquenta e seis reais), em favor de empresas estatais, para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º são oriundos de geração própria e de repasses do Tesouro Nacional para aumento do Patrimônio Líquido, conforme demonstrado no “Quadro Síntese por Receita” constante do Anexo I desta Lei, e do cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades, constantes do Anexo II desta Lei.

Art. 3º Fica reduzido o Orçamento de Investimento (Lei nº 12.381, de 2011), relativamente às dotações orçamentárias de empresas estatais federais constantes do Anexo II desta Lei, no valor global de R\$ 179.719.447,00 (cento e setenta e nove milhões, setecentos e dezenove mil e quatrocentos e quarenta e sete reais).

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ANEXO 2		CREDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES			
25 ENERGIA			353.637.000
26 TRANSPORTE			52.006.153
	TOTAL - GERAL		405.643.153
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES			
312 ADMINISTRAÇÃO GERAL			3.800.000
313 ENERGIA ELÉTRICA			353.637.000
314 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO			49.006.153
	TOTAL - GERAL		405.643.153
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES/SUBFUNÇÕES			
25 ENERGIA			353.637.000
313 ENERGIA ELÉTRICA			353.637.000
26 TRANSPORTE			52.006.153
312 ADMINISTRAÇÃO GERAL			3.800.000
314 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO			49.006.153
	TOTAL - GERAL		405.643.153
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS			
1001 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE			384.341.000
1007 ENERGIA NA REGIÃO NORTE			9.330.000
1007 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			3.000.000
2459 VETOR LOGÍSTICO NORDESTE-SEMIOTRONAL			49.006.153
	TOTAL - GERAL		405.643.153
QUADRO SÍNTESE POR ORÇAO			
3000 PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA			52.006.153
3200 MINISTÉRIO DE RECURSOS HUMANOS			353.637.000
	TOTAL - GERAL		405.643.153
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA			
6.1.0.0.0.0 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			403.643.153
6.1.0.0.0.0 RECURSOS PRÓPRIOS			359.597.000
6.1.0.0.0.0 GERAÇÃO PRÓPRIA			359.597.000
6.1.0.0.0.0 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			49.006.153
6.1.1.0.0.0 TESOURO			49.006.153
6.2.1.0.0.0 DIRETO			49.006.153
TOTAL DA RECEITA	405.643.153	RECEITAS CORRENTES	359.597.000
		RECEITAS DE CAPITAL	49.006.153
ORÇAO : 3000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA			
ANEXO 1		CREDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DO ORÇAO : R\$ 52.006.153			
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES			
26 TRANSPORTE			52.006.153
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES			
312 ADMINISTRAÇÃO GERAL			3.800.000
314 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO			49.006.153
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS			
1007 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			3.000.000
1459 VETOR LOGÍSTICO NORDESTE-SEMIOTRONAL			49.006.153
QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS			
2001 COMPANHIA DAS DOCAIS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA			3.000.000
2021 COMPANHIA DOCAIS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN			49.006.153
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA			
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			52.006.153
	TOTAL		52.006.153
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA			
6.1.0.0.0.0 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			51.996.153
6.1.0.0.0.0 RECURSOS PRÓPRIOS			3.000.000
6.1.0.0.0.0 GERAÇÃO PRÓPRIA			3.000.000
6.1.0.0.0.0 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			49.006.153
6.1.1.0.0.0 TESOURO			49.006.153
6.2.1.0.0.0 DIRETO			49.006.153
TOTAL DA RECEITA	52.006.153	RECEITAS CORRENTES	3.000.000
		RECEITAS DE CAPITAL	49.006.153
ORÇAO : 3000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA			
UNIDADE : 1007 - INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			
ANEXO 1		CREDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 3.000.000			
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES			
26 TRANSPORTE			3.000.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES			
312 ADMINISTRAÇÃO GERAL			3.000.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS			
1007 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			3.000.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA			
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			3.000.000
	TOTAL		3.000.000
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA			
6.1.0.0.0.0 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			3.000.000
6.1.0.0.0.0 RECURSOS PRÓPRIOS			3.000.000
6.1.0.0.0.0 GERAÇÃO PRÓPRIA			3.000.000
TOTAL DA RECEITA	3.000.000	RECEITAS CORRENTES	3.000.000
		RECEITAS DE CAPITAL	0

ORGÃO : 20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
UNIDADE : 20207 - COMPANHIA DAS DOÇAS DO ESTADO DA BAHIA - CORDISA

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SOLICITACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAOSUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U T E	VALOR
4807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO								3.008.000
		ATIVIDADES						
26 122	0997 4181	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS						3.008.000
26 122	0907 4108 0905	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS - NO ESTADO DA BAHIA						3.008.000
TOTAL - INVESTIMENTO								3.008.000

ORGÃO : 2009 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
UNIDADE : 2012 - COMPANHIA BOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CUBRON

ANEXO I		CENSO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAR-CAD)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.000	
TOTAL DA UNIDADE: R\$ 49.606,153			
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES			
35 TRANSPORTE			49.606,153
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES			
754 TRANSPORTE INTERMUNICIPAL			49.606,153
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS			
145 VETOR LOGÍSTICO NOROESTE INTEGRACIONAL			49.606,153
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E CÍRCULOS DE DESPESA			
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			49.606,153
TOTAL			49.606,153
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA			
4.6.64.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			49.606,153
6.2.84.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			49.606,153
6.3.1.00.00 TERCIDO			49.606,153
6.3.1.1.00.00 DÍVITO			49.606,153
TOTAL DA RECEITA	49.606,153	RECEITAS CORRENTES	0
		RECEITAS DE CAPITAL	49.606,153

ORGÃO : 20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
UNIDADE : 2011 - COMPANHIA DO CAS DO RIO GRANDE DO NORTE - COBRAS

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO SUPLEMENTAR			CRÉDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ L. 99						
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/SUBPROJETO/PRODUTO	E S P	G N D	R P	V O L	U T	F T E	VALOR
149 VETOR LOGÍSTICA SOSPESTE-INTERMUNICIPAL									49.906.153
		PROJETOS							
34	284	0499 122V							49.005.153
25	284	1499 122V 0004							49.005.153
		AMPLIACAO DO TERMINAL SALINEIRO NA AREA BRANCA (029)							
		AMPLIACAO DO TERMINAL SALINEIRO DE AREA BRANCA (029) - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE							
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 28	1	4 - INV	2	90	0	499	49.906.153
TOTAL - INVESTIMENTO									49.906.153

ORÇAO : 30600 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

ANEXO 1 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)	CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DO ORÇAO : R\$ 393.457.003	
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES DE ENERGIA	373.431.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES DE ENERGIA DE ÁTOMICA	101.457.003
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS DE ENERGIA NA REGIÃO NOROESTE DE ENERGIA NA REGIÃO NORTE	384.247.003

		PROJETOS							
25	752	0297 1897	AMPLIACAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA NO ESTADO DO PARA (PA)						4.090.000
25	752	0297 1897 0015	AMPLIACAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA NO ESTADO DO PARA (PA) - NO ESTADO DO PARA						4.090.000
			SISTEMA AMPLIADO (1% DE EXECUCAO FISICA) 6	1	4 - 24V	2	90	0	493
25	752	0297 3035	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DE GERACAO DA USINA HIDROELETRICA DE TUCURU (PA) - 1ª ETAPA - DE 4.345 PARA 1.770 MW						5.380.000
25	752	0297 3035 0035	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DE GERACAO DA USINA HIDROELETRICA DE TUCURU (PA) - 2ª ETAPA - DE 4.345 PARA 1.770 MW - NO ESTADO DO PARA						5.380.000
			USINA AMPLIADA (4% DE EXECUCAO FISICA) 1	1	4 - 24V	2	90	0	493

ANEXO II		RECURSOS DE TODAS AS FONTES R\$ 1,00	
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES			
25 ENERGIA	144.181.332		
26 TRANSPORTE	15.531.115		
	TOTAL - GERAL		159.712.447
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES			
751 ENERGIA ELÉTRICA	144.181.332		
754 TRANSPORTE HIDROVIÁVEL	15.531.115		
	TOTAL - GERAL		159.712.447
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES SUBFUNÇÕES			
25 ENERGIA	144.181.332		
752 ENERGIA ELÉTRICA	144.181.332		
26 TRANSPORTE	15.531.115		
754 TRANSPORTE HIDROVIÁVEL	15.531.115		
	TOTAL - GERAL		159.712.447
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS			
0094 ENERGIA NA REGIÃO NOROESTE	25.980.866		
0097 ENERGIA NA REGIÃO NORTE	86.130.370		
0098 ENERGIA NOS SISTEMAS EMBAIADOS	25.494.048		
0451 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-NORTE	1.42.000		
0452 VETOR LOGÍSTICO LESTE	5.751.009		
0453 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-SUL/ESTE	5.531.053		
	TOTAL - GERAL		159.712.447
QUADRO SÍNTESE POR ÓRGÃO			
3089 PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	15.531.115		
3089 MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	144.181.332		
	TOTAL - GERAL		159.712.447
4.9.9.9.9.9.9 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			
6.1.0.0.0.0 RECURSOS PRÓPRIOS	144.479.447		
6.1.0.0.0.0 GERAÇÃO PRÓPRIA	171.148.332		
6.1.0.0.0.0 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	171.148.332		
6.1.0.0.0.0 TERCIO	15.531.115		
6.1.0.0.0.0 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15.531.115		
TOTAL DA RECEITA	144.679.447	RECEITAS CORRENTES	127.148.332
		RECEITAS DE CAPITAL	15.531.115

ORÇAO - 1998 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA										
ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)						CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00				
TOTAL DO ORÇAO : R\$ 15.531.115										
QUADRO SÍNTESE POR FUNDORES						15.531.115				
24 TRANSPORTE										
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES										
704 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO						15.531.115				
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS										
1453 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-NORTE						149.848				
1458 VETOR LOGÍSTICO LESTE						9.751.652				
1461 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-SUL-ESTE						5.630.615				
QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTARIAS										
3006 COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA						4.315.384				
3008 COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CONESP						5.631.602				
3010 COMPANHIA DOCAS DO PARÁ - CDP						149.848				
3011 COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CORJ						5.635.655				
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA										
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO						15.531.115				
TOTAL						15.531.115				
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA										
6.1.8.0.0.0.0 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO						15.531.115				
6.1.8.0.0.0.1 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						15.531.115				
6.1.1.0.0.0.0 TESOURO						15.531.115				
6.1.1.3.0.0.0 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES						15.531.115				
TOTAL DA RECEITA						15.531.115	RECEITAS CORRENTES	0	RECEITAS DE CAPITAL	15.531.115
ORÇAO - 1998 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA										
UNIDADE : 3006 - COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA										
ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)						CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00				
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 4.315.384										
QUADRO SÍNTESE POR FUNDORES						4.315.384				
24 TRANSPORTE										
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES										
704 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO						4.315.384				
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS										
1458 VETOR LOGÍSTICO LESTE						4.315.384				
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA										
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO						4.315.384				
TOTAL						4.315.384				
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA										
6.1.8.0.0.0.0 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO						4.315.384				
6.1.8.0.0.0.1 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						4.315.384				
6.1.1.0.0.0.0 TESOURO						4.315.384				
6.1.1.3.0.0.0 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES						4.315.384				
TOTAL DA RECEITA						4.315.384	RECEITAS CORRENTES	0	RECEITAS DE CAPITAL	4.315.384
ORÇAO - 1998 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA										
UNIDADE : 3010 - COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA										
ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)						CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00				
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P M O D	I U	F T E	VALOR		
1458 VETOR LOGÍSTICO LESTE									4.315.384	
PROJETOS										
24	784	1458 1379						214.987		
IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCIA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE VITORIA - (ES)										
24	784	1458 1379 0002						214.987		
IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCIA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE VITORIA - (ES) - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO										
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) :	1	4 - INV	2	90	0	495		
24	784	1458 1379						188.008		
ADEQUACAO DA ESTRADA DE ACESSO AO CAIS DE CAPUAIA NO PORTO DE VITORIA (ES)										
24	784	1458 1379 0012						188.008		
ADEQUACAO DA ESTRADA DE ACESSO AO CAIS DE CAPUAIA NO PORTO DE VITORIA (ES) - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO										
		OBRAS EXECUTADAS (%) :	1	4 - INV	2	90	0	495		
24	784	1458 3629						2.408.954		
OBRAS DE CONSERVACAO E AMELIACAO DO CASDO PORTO DE VITORIA (ES)										
24	784	1458 3629 0002						2.408.954		
OBRAS DE CONSERVACAO E AMELIACAO DO CAS DO PORTO DE VITORIA (ES) - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO										
		OBRAS EXECUTADAS (% DE EXECUCAO	1	4 - INV	2	90	0	495		

26 784	1458 3380	AMPLIAÇÃO E RECUPERAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DO PORTO DE VITORIA (ES)								1.597.443
26 784	1458 3303 0032	AMPLIAÇÃO E RECUPERAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DO PORTO DE VITORIA (ES) - NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO								1.597.443
		OBRA EXECUTADA (R\$ DE EXECUÇÃO FISICA) 49	1	4	INV	2	90	0	495	1.597.443
TOTAL - INVESTIMENTO										4.215.384

ORÇAO : 2009 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
UNIDADE : 2009 - COMPANHIA DO CAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP

ANEXO II		CRÉDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHOS (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 5.631,828		
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES		
26 TRANSPORTE		5.631,828
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES		
264 TRANSPORTE EODROVIÁRIO		5.631,828
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS		
1451 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-SUDESTE		5.631,828
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		5.631,828
TOTAL		5.631,828
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA		
4.0.0.0.0.0 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		5.631,828
6.3.0.0.0.0 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.631,828
6.3.0.0.0.0 TESOURO		5.631,828
6.3.0.0.0.0 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		5.631,828
TOTAL DA RECEITA		

ORÇAO : 2009 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
UNIDADE : 2009 - COMPANHIA DO CAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			CRÉDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00							
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/SUBSTITUIÇÃO DE DITO	E S F.	O N D	R P	R C D	I U	F T E	VALOR	
1451 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-SUDESTE									5.631.828	
		PROJETOS								
26 784	1451 0000	AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PORTUÁRIA (ES) - CODES NO PORTO DE SANTOS (SP)							156.788	
26 784	1451 0000 0033	AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PORTUÁRIA (ES) - CODES NO PORTO DE SANTOS (SP) - NO ESTADO DE SÃO PAULO							236.703	
		SISTEMA IMPLANTADO (R\$ DE EXECUÇÃO FÍSICA) 1	1	4	INV	2	90	0	495	236.703
26 784	1451 2004	CONSTRUÇÃO DE APROFUNDAMENTO NO CANAL DE ACESSO NA BAIJA DE EVOLECAO E PORTO AO CAIS DO PORTO DE SANTOS (SP)							3.394.328	
26 784	1451 2004 0003	CONSTRUÇÃO DE APROFUNDAMENTO NO CANAL DE ACESSO NA BAIJA DE EVOLECAO E PORTO AO CAIS DO PORTO DE SANTOS (SP) - NO ESTADO DE SÃO PAULO							3.394.328	
		DRAGAGEM REALIZADA (MIL.M³) 396	1	4	INV	3	90	0	495	3.394.328
TOTAL - INVESTIMENTO									5.631.828	

ORÇAO : 2009 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
UNIDADE : 2009 - COMPANHIA DO CAS DO PARÁ - CDP

ANEXO II		CRÉDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DA UNIDADE: R\$ 149.843			
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES			
26 TRANSPORTE		1	149.843
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES			
264 TRANSPORTE EODROVIÁRIO		1	149.843
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS			
1451 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-NORTE		1	149.843
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA			
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		1	149.843
TOTAL		1	149.843

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA		
RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		149.048
RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		149.048
RECURSOS DESPESAS		149.048
RECURSOS SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		149.048
TOTAL DA RECEITA	149.048 RECEITAS CORRENTES	0 RECEITAS DE CAPITAL

ORÇAO : 2000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
 UNIDADE : 2010 - COMPANHIA DO CAS DO PARÁ - CDP

ANEXO II **PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **CREDITO SUPLEMENTAR**
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FLUXO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/CA/OSUBTÍTULO/PRODUTO	E S P	G N D	R P	M C D	I U	F T E	VALOR
1457 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-NORTE									149.048
		PROJETOS							
16 704	1457 0005	RECUPERAÇÃO DOS TALLUDES DO PORTO DE VILA DO CORDE (PA)							149.048
26 704	1457 0005 0015	RECUPERAÇÃO DOS TALLUDES DO PORTO DE VILA DO CORDE (PA) - NO ESTADO DO PARÁ							149.048
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 15	1	4 - INV	3	90	0	495	149.048
TOTAL - INVESTIMENTO									149.048

ORÇAO : 2000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
 UNIDADE : 2021 - COMPANHIA DO CAS DO RIO DE JANEIRO - CORJ

ANEXO II **PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **CREDITO SUPLEMENTAR**
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 5.435.655		
QUADRO SÍNTESE POR FUNDOES		
26 TRANSPORTE		5.435.655
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNDOES		
704 TRANSPORTES INTERMUNICIPAIS		5.435.655
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS		
1457 VETOR LOGÍSTICO LESTE		5.435.655
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		5.435.655
TOTAL		5.435.655
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA		
RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		5.435.655
RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.435.655
RECURSOS DESPESAS		5.435.655
RECURSOS SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		5.435.655
TOTAL DA RECEITA	5.435.655 RECEITAS CORRENTES	0 RECEITAS DE CAPITAL

ORÇAO : 2000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
 UNIDADE : 2021 - COMPANHIA DO CAS DO RIO DE JANEIRO - CORJ

ANEXO II **PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **CREDITO SUPLEMENTAR**
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FLUXO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/CA/OSUBTÍTULO/PRODUTO	E S P	G N D	R P	M C D	I U	F T E	VALOR
1458 VETOR LOGÍSTICO LESTE									5.435.655
		PROJETOS							
16 704	1458 10VS	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (EPS - CODE) NO PORTO DE ITAGUAÍ (RJ)							2.763.268
26 704	1458 10VS 0033	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (EPS - CODE) NO PORTO DE ITAGUAÍ (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							2.763.268
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUÇÃO) 17	3	4 - INV	2	90	0	495	2.763.268
26 704	1458 1110G	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE DEFENSAS NO PORTO DO RIO DE JANEIRO (RJ)							1.708.476
26 704	1458 1110G 0033	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE DEFENSAS NO PORTO DO RIO DE JANEIRO (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							1.708.476
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUÇÃO) 17	3	4 - INV	2	90	0	495	1.708.476
26 704	1458 1310E	RECUPERAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO INTERIO DO PORTO DE ITAGUAÍ (RJ)							476.983
26 704	1458 1310E 0033	RECUPERAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO INTERIO DO PORTO DE ITAGUAÍ (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							476.983
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 5	3	4 - INV	2	90	0	495	476.983

26 784	4458 1282	IMPLANTAÇÃO DO CENTRO AVANÇADO DE CONTROLE DE TRAFEGO NO PORTO DE ITAGUAÍ (RJ)	-						1.800
26 784	4458 1282 8003	IMPLANTAÇÃO DE CENTRO AVANÇADO DE CONTROLE DE TRAFEGO NO PORTO DE ITAGUAÍ (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							1.800
		IDEIA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA): 1	1	4 - ENV	2	90	0	495	1.000
26 784	4458 3338	CONSTRUÇÃO DO TERMINAL DE MINÉRIO, GUSA E PRODUTOS SIDERÚRGICOS NO PORTO DE ITAGUAÍ (RJ)							37.924
26 784	4458 3338 0813	CONSTRUÇÃO DO TERMINAL DE MINÉRIO, GUSA E PRODUTOS SIDERÚRGICOS NO PORTO DE ITAGUAÍ (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							37.924
		IDEIA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA): 1	1	4 - ENV	2	90	0	495	37.924
26 784	4458 7376	DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO NO CANAL DE ACESSO E NA BACIA DE EVOLUÇÃO DO PORTO DE ITAGUAÍ (RJ)							448.082
26 784	4458 7376 8033	DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO NO CANAL DE ACESSO E NA BACIA DE EVOLUÇÃO DO PORTO DE ITAGUAÍ (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							448.082
		DRAGAGEM REALIZADA (CML M³)	1	4 - ENV	2	90	0	495	448.082
TOTAL - INVESTIMENTO									5.405.453

ORÇAO : 32089 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DO ORÇAO : R\$ 164.186.332

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES
23 ENERGIA

164.186.332

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES
752 ENERGIA ELÉTRICA

164.186.332

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS
6094 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE
6097 ENERGIA NA REGIÃO NORTE
6042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS25.000.000
88.192.293
59.496.049QUADRO SÍNTESE POR ORÇAMENTOS ORÇAMENTARIAS
3034 CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. - ELETRONORTE

164.186.332

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

164.186.332

TOTAL

164.186.332

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.000.000 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO
4.1.1.0.000 RECURSOS PRÓPRIOS
4.1.1.0.000 GERAÇÃO PRÓPRIA127.148.332
127.148.332
127.148.332

TOTAL DA RECEITA 127.148.332 RECEITAS CORRENTES 127.148.332 RECEITAS DE CAPITAL 0

ORÇAO : 32090 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 31234 - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. - ELETRONORTE

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 164.186.332

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES
23 ENERGIA

164.186.332

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES
752 ENERGIA ELÉTRICA

164.186.332

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS
6094 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE
6097 ENERGIA NA REGIÃO NORTE
6042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS25.000.000
88.192.293
59.496.049QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

164.186.332

TOTAL

164.186.332

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.000.000 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO
4.1.1.0.000 RECURSOS PRÓPRIOS
4.1.1.0.000 GERAÇÃO PRÓPRIA127.148.332
127.148.332
127.148.332

TOTAL DA RECEITA 127.148.332 RECEITAS CORRENTES 127.148.332 RECEITAS DE CAPITAL 0

ORÇAO : 32099 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32034 - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. - ELETRONORTE

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	O M D	P	M O D	I U	F T E	VALOR
-------	--------------	---------------------------------	-------------	-------------	---	-------------	--------	-------------	-------

0294 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE								75.688.800	
		PROJETOS							
25 752	0294 1871	AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO ESTADO DO MARANHÃO (SA)						15.688.800	
25 752	0294 1871 0022	AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO ESTADO DO MARANHÃO (SA) - NO ESTADO DO MARANHÃO						15.008.800	
		SISTEMA AMPLIADO (N. DE EXECUÇÃO FÍSICA) 4	3	4 - INV	2	98	0	495	25.000.000
0297 ENERGIA NA REGIÃO NORTE								86.672.292	
		ATIVIDADES							
25 752	0297 2047	REFORÇOS E MELHORIAS NO SISTEMA DE TRANSMISSÃO NA REGIÃO NORTE						86.672.292	
25 752	0297 2047 0010	REFORÇOS E MELHORIAS NO SISTEMA DE TRANSMISSÃO NA REGIÃO NORTE - NA REGIÃO NORTE						86.672.292	
		PROJETOS							
25 752	0297 1814	AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE GERAÇÃO DA USINA HIDROELÉTRICA DE CURUÁ-UMA (PA) DE 30,3 MW PARA 46,5 MW						2.000.000	
25 752	0297 1814 0045	AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE GERAÇÃO DA USINA HIDROELÉTRICA DE CURUÁ-UMA (PA) DE 30,3 MW PARA 46,5 MW - NO ESTADO DO PARA						2.000.000	
		USINA AMPLIADA (N. DE EXECUÇÃO FÍSICA) 7	1	4 - INV	2	90	0	495	2.000.000
1861 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS								58.496.048	
		ATIVIDADES							
25 752	1862 2049	REFORÇOS E MELHORIAS NOS SISTEMAS DE TRANSMISSÃO DOS SISTEMAS ISOLADOS						15.496.048	
25 752	1862 2049 0010	REFORÇOS E MELHORIAS NOS SISTEMAS DE TRANSMISSÃO DOS SISTEMAS ISOLADOS - NA REGIÃO NORTE						15.496.048	
		PROJETOS							
25 752	1862 1817	AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE GERAÇÃO DA USINA HIDROELÉTRICA DE COALACY MURES (AP) - 2ª CASA DE FORÇA - DE 78 MW PARA 104 MW						15.008.800	
25 752	1862 1817 0016	AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE GERAÇÃO DA USINA HIDROELÉTRICA DE COALACY MURES (AP) - 2ª CASA DE FORÇA - DE 78 MW PARA 104 MW - NO ESTADO DO AMAPÁ						15.008.800	
		USINA AMPLIADA (N. DE EXECUÇÃO FÍSICA) 6	1	4 - INV	2	90	0	495	35.000.000
TOTAL - INVESTIMENTO								144.185.332	

A SRA. PRESIDENTE (Rose De Freitas. PMDB – ES) – PLN nº 15. É o Item 3 da pauta.

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2011

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 15, de 2011, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito especial no valor global de R\$16.500.000,00 (dezesesseis milhões, quinhentos mil reais), para os fins que especifica, e dá outras providências.

Ao projeto de lei foram apresentadas cinco emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 51, de 2011,

sendo relator o Deputado André Vargas, concluiu pela aprovação do projeto e inadmissibilidade das emendas apresentadas.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação o projeto, nos termos do parecer da Câmara.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação, no Senado Federal.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:

PROJETO DE LEI
Nº 15, DE 2011-CN
MENSAGEM Nº 58, DE 2011-CN
(nº 227/2011, na origem)

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito especial no valor global de R\$ 16.500.000,00, para os fins que especifica, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011), em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito especial no valor global de R\$ 16.500.000,00 (dezesesseis milhões e quinhentos mil reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º O Plano Plurianual 2008-2011 passa a incorporar as alterações constantes do Anexo III desta Lei, em conformidade com o art. 15, § 5º, da Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

Órgão: 30000 - Ministério da Justiça
 Unidade: 30909 - Fundo para Aparentamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal - FUNAPOL

ANEXO I		Crédito Especial						
PROGRAMA DE TRABALHO		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S P	O N D	R P	M O D	I U	F T E
	1353	Modernização da Polícia Federal						
		PROJETOS						
06 122	1353 10JJ	Construção do Anexo da Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio de Janeiro						4.500.000
06 122	1353 10JJ 0033	Construção do Anexo da Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio de Janeiro - No Estado do Rio de Janeiro						4.500.000
		Anexo construído (% de execução física): 7	F	4	2	90	0	174
06 122	1353 7LB2	Construção do Edifício-Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal no Amapá						5.000.000
06 122	1353 7LB2 0056	Construção do Edifício-Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal no Amapá - No Município de Macapá - AP						5.000.000
		Sede construída (% de execução física): 17	F	4	2	90	0	174
TOTAL - FISCAL								9.500.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								9.500.000

Órgão: 52000 - Ministério da Defesa
 Unidade: 52111 - Comando da Aeronáutica

ANEXO I		Crédito Especial						
PROGRAMA DE TRABALHO		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S P	O N D	R P	M O D	I U	F T E
	0633	Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira						
		PROJETOS						
05 151	0632 14VX	Implantação do Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica em Lagoa Santa - MG						7.000.000
05 151	0632 14VX 0031	Implantação do Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica em Lagoa Santa - MG - No Estado de Minas Gerais						7.000.000

	Centro implantado (% de execução física): 4	F	4	2	90	0	100	7.000.000
TOTAL – FISCAL								7.000.000
TOTAL – SEGURIDADE								0
TOTAL – GERAL								7.000.000

Órgão: 30000 - Ministério da Justiça
Unidade: 30909 - Fundo para Armamentismo e Operacionalização das Atividades-Pim da Polícia Federal - FUNAPOL

ANEXO II

Crédito Especial

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	O N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	1353	Modernização da Polícia Federal							9.500.000
		ATIVIDADES							
06 181	1353 8980	Construção e Ampliação de Unidades do Departamento de Polícia Federal							4.500.000
06 181	1353 8980 0001	Construção e Ampliação de Unidades do Departamento de Polícia Federal - Nacional							4.500.000
			F	4	2	90	0	174	4.500.000
		PROJETOS							
06 122	1353 5E07	Construção do Novo Edifício-Sede do Departamento da Polícia Federal							5.000.000
06 122	1353 5E07 0001	Construção do Novo Edifício-Sede do Departamento da Polícia Federal - Nacional							5.000.000
			F	4	2	90	0	174	5.000.000
TOTAL – FISCAL									9.500.000
TOTAL – SEGURIDADE									0
TOTAL – GERAL									9.500.000

Órgão: 52000 - Ministério da Defesa
Unidade: 52111 - Comando da Aeronáutica

ANEXO II

Crédito Especial

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	O N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0632	Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira							7.000.000
		PROJETOS							
06 151	0632 3120	Construção de Instalações Militares							7.000.000
06 151	0632 3120 0001	Construção de Instalações Militares - Nacional							7.000.000
		Instalação militar construída (m²): 1.890	F	4	2	90	0	100	7.000.000
TOTAL – FISCAL									7.000.000
TOTAL – SEGURIDADE									0
TOTAL – GERAL									7.000.000

Plano Plurianual 2009-2011

Anexo III – Programas do Governo – Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais

Valores em R\$ 1,00

Objetivo de Governo: Fortalecer a inserção soberana internacional e a integração sul-americana
Objetivo Setorial: Modernizar e adequar as forças armadas

Programa 0632 Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira

Órgão Responsável: 52000 Ministério da Defesa (MD)

Objetivo: Reaparelhar e adequar a Força Aérea Brasileira com a finalidade de recuperar e manter a sua capacidade operacional e proporcionar os meios de apoio necessários ao cumprimento de sua destinação constitucional: "defender a Pátria, garantir os poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem"
Público-alvo: Força Brasileira

AÇÃO DA ESPERA FISCAL

Projeto

Cód. Título	Órgão Executor	Valor	Financiamento	Valor
14VX Implantação do Centro de Instrução e Adaptação de Aeronáutica em Lagoa Santa - MG	MD	163.832.533	R\$	7.000.000
Centro implantado (% de execução física)	10/2011	100	Sobras	Mto
	12/2013			

A SRA. PRESIDENTE (Rose De Freitas. PMDB – ES) – **Item 4:**

**PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL
Nº 19, DE 2011**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 19, de 2011, que *abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e de Operações Oficiais de Crédito, crédito especial no valor global de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), para os fins que especifica, e dá outras providências.*

Ao projeto de lei, foram apresentadas 69 emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 52, de 2011, sendo relator o Deputado Wellington Roberto, concluiu pela aprovação do projeto, inadmitindo as Emendas nº 1 a 67 e rejeitando as demais emendas apresentadas.

Em discussão o projeto.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM – BA) – Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose De Freitas. PMDB – ES) – Pois não, Deputado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM – BA) – Srª Presidente, sobre esse 26, eu só queria registrar que o Presidente da Câmara, Marco Maia, tem muito interesse na aprovação dessa suplementação, em função de beneficiar a cidade de Iraí, onde S. Exª tem uma participação efusiva. Portanto, eu quero aqui deixar esse registro, em homenagem ao nosso Presidente Marco Maia.

A SRA. PRESIDENTE (Rose De Freitas. PMDB – ES) – Pois não.

Em discussão o projeto. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação o projeto, nos termos do parecer da Câmara.

As Srªs e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação, no Senado.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:

**PROJETO DE LEI
Nº 19, DE 2011-CN
MENSAGEM Nº 66, DE 2011-CN
(nº 261/2011, na origem)**

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e de Operações Oficiais de Crédito, crédito especial no valor global de R\$ 300.000.000,00, para os fins que especifica, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011), em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e de Operações Oficiais de Crédito, crédito especial no valor global de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º O Plano Plurianual 2008-2011 passa a incorporar as alterações constantes do Anexo III desta Lei, em conformidade com o art. 15, § 5º, da Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

PROGRAMA DE TRABALHO									
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	R S P	C N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0351	Agricultura Familiar - PRONAF							130.250.000
		ATIVIDADES							
20 605	0351 20G1	Formação de Estoques Públicos com Produtos da Agricultura Familiar - AGF-AF							130.250.000
20 605	0351 20G1 0001	Formação de Estoques Públicos com Produtos da Agricultura Familiar - AGF-AP - Nacional							130.250.000
		Produto adquirido (tonelada): 228.300	P	5	0	90	0	160	130.250.000
TOTAL - FISCAL									130.250.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									130.250.000

[illegible]

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZAÇÃO/PRODUTO	R S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0352	Abastecimento Agroalimentar							130.250.000
		ATIVIDADES							
20 606	0352 2130	Formação de Estoques Públicos - PGPM							130.250.000
20 605	0352 2130 0001	Formação de Estoques Públicos - PGPM - Nacional							130.250.000
		Produto adquirido (ton): 228.300	F	S	O	90	0	160	130.250.000
TOTAL - FISCAL									130.250.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									130.250.000

[illegible]

Plano Plurianual 2009-2011

Anexo III – Programas do Governo – Finalidades

Valores em R\$ 1,00

Objetivo do Governo *Promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável, com geração de empregos e distribuição de renda*

Objetivo Setorial *Garantir e ampliar a renda agrícola e fortalecer a agricultura familiar*

Programa **0351 Agricultura Familiar - PRONAF** Órgão Responsável **49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)**

Objetivo *Fortalecer a agricultura familiar, promovendo sua inserção competitiva nos mercados de produtos e fatores*

Público-alvo *Agricultores familiares*

AÇÕES DA ESFERA FISCAL**Atividade**

Atividade	Produto	Órgão	Nacional	RS	Meta	Valor
30G1 Fortalecimento de Estações Públicas com Produtos da Agricultura Familiar - ACF-AF	Produtos adquiridos (ton)	MAPA	Nacional	RS	Meta	130.139.000
						238.100

Operações Especiais

Operações Especiais	Produto	Órgão	Nacional	RS	Meta	Valor
06GZ Equilíbrio da Frequência Aquisição do Governo Federal de Produtos da Agricultura Familiar e na Formação de Estações Reguladoras e Matrículas - ACF-AF (Lei nº 8.427, de 1992)		MP	Nacional	RS	Meta	16.990.000
06GW Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar (Lei nº 8.427, de 1992)		MP	Nacional	RS	Meta	181.760.000

A SRA. PRESIDENTE (Rose De Freitas. PMDB – ES) – Eu quero esclarecer para aqueles que nos acompanham - não é, Deputado Ronaldo? – que, antes de essas matérias chegarem ao plenário, elas foram objeto de discussão em todas as comissões e no Colégio de Líderes. Portanto, o que estamos votando aqui é objeto de um acordo, de um entendimento entre os partidos da base e de oposição.

Item 5:**PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL
Nº 23, DE 2011**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 23, de 2011, que abre ao Orçamento de Investimento para 2011 crédito suplementar no valor total de R\$1.124.446.832,00 (um bilhão, cento e vinte e quatro milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, oitocentos e trinta e dois reais), em

favor de empresas estatais, para os fins que especifica.

Ao projeto de lei não foram apresentadas emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 53, sendo relator o Deputado Claudio Cajado, concluiu pela aprovação. Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação o projeto, nos termos do parecer na Câmara.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação, no Senado.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

A matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:

PROJETO DE LEI
Nº 23, DE 2011-CN
MENSAGEM Nº 78, DE 2011-CN
(nº 331/2011, na origem)

Abre ao Orçamento de Investimento para 2011 crédito suplementar no valor total de R\$ 1.124.446.832,00, em favor de empresas estatais, para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento de Investimento (Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011) crédito suplementar no valor total de R\$ 1.124.446.832,00 (um bilhão, cento e vinte e quatro milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil e oitocentos e trinta e dois reais), em favor de empresas estatais, para atender à programação constante do Anexo I a esta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º são oriundos de geração própria e de outros recursos de longo prazo repassados pela controladora, conforme demonstrado no “Quadro Síntese por Receita” constante do Anexo I a esta Lei, e do cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades, constantes do Anexo II a esta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ANEXO I		CRÉDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES			
23 COMÉRCIO E SERVIÇOS			41.416.889
25 ENERGIA			1.033.079.952
	TOTAL - GERAL		1.124.446.832
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES			
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL			34.901.602
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO			41.416.889
151 ENERGIA ELÉTRICA			1.048.093.397
	TOTAL - GERAL		1.124.446.832
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES/SUBFUNÇÕES			
23 COMÉRCIO E SERVIÇOS			41.416.889
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO			41.416.889
15 ENERGIA			1.033.079.952
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL			34.901.602
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO			34.903
151 ENERGIA ELÉTRICA			1.048.093.397
	TOTAL - GERAL		1.124.446.832
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS			
0173 LUZ PARA TODOS			526.233.900
0394 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE			93.679.581
0395 ENERGIA NA REGIÃO SUL			232.614.765
0476 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO SETOR DE ENERGIA			12.706.364
0597 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			76.252.435
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS			159.808.521
	TOTAL - GERAL		1.124.446.832
QUADRO SÍNTESE POR ORGAO			
25000 MINISTÉRIO DA FAZENDA			41.416.889
39006 MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA			1.083.029.952
	TOTAL - GERAL		1.124.446.832
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA			
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			961.141.400
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS			265.496.224
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA			265.496.224
6.3.0.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO			695.643.176
6.3.2.0.00.00 CONTROLADORA			695.643.176
TOTAL DA RECEITA	961.141.400	RECEITAS CORRENTES	153.496.224
		RECEITAS DE CAPITAL	695.643.176

ORGAO : 25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA

ANEXO I		CRÉDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DO ORGAO : R\$ 41.416.889			
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES			
23 COMÉRCIO E SERVIÇOS			41.416.889
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES			
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO			41.416.889
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS			
0597 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			41.416.889
QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS			
25215 IRB - BRASIL RESSEGUROS S.A.			41.416.889
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA			
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			41.416.889
TOTAL			41.416.889
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA			
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			38.742.431
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS			38.742.431
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA			38.742.431
TOTAL DA RECEITA	38.742.431	RECEITAS CORRENTES	38.742.431
		RECEITAS DE CAPITAL	0

ORGAO : 25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25215 - IRB - BRASIL RESSEGUROS S.A.

ANEXO I		CRÉDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 41.416.889			
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES			
23 COMÉRCIO E SERVIÇOS			41.416.889
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES			
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO			41.416.889
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS			
0597 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			41.416.889
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA			
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			41.416.889
TOTAL			41.416.889
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA			
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			38.742.431
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS			38.742.431
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA			38.742.431
TOTAL DA RECEITA	38.742.431	RECEITAS CORRENTES	38.742.431
		RECEITAS DE CAPITAL	0

ORGAO : 25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25215 - IRB - BRASIL RESSEGUROS S.A.

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									41.416.880
ATIVIDADES									
23 126	0987 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO							41.416.880
23 126	0987 4103 0807	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NACIONAL							41.416.880
			1	4 - INV	4	90	0	495	41.416.880
TOTAL - INVESTIMENTO									41.416.880

ORGAO : 33004 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DO ORGAO : R\$ 1.083.829.952		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES 25 ENERGIA		1.083.829.952
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCoes 122 ADMINISTRACAO GERAL 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO 152 ENERGIA ELÉTRICA		34.901.403 34.953 1.048.093.597
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0973 LUZ PARA TODOS 0294 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE 0295 ENERGIA NA REGIÃO SUL 0476 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO SETOR DE ENERGIA 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO 1842 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS		526.233.900 93.499.947 255.614.765 13.706.264 34.926.553 159.038.521
QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORÇAMENTARIAS 32201 CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA - CEPTEL 32267 COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE - ELETROACRE 32268 COMPANHIA ENERGÉTICA DE ALAGOAS - CEAL 32269 COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ - CEPISA 32270 CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S.A. - CERON 32272 BOA VISTA ENERGIA S.A. - BVENERGIA 32273 AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. - AME 32276 COMPANHIA DE GERACÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA - COTEE		13.706.264 48.611.094 145.159.971 239.281.453 408.209.120 20.243.751 251.960.444 255.757.665
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		1.083.829.952
TOTAL		1.083.829.952
QUADRO SINTESE POR RECEITA 6.0.0.0.0.0 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 6.1.0.0.0.0 RECURSOS PRÓPRIOS 6.1.1.0.0.0 GERACAO PROPRIA 6.1.9.0.0.0 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO 6.2.0.0.0.0 CONTRA DÍVIDA TOTAL DA RECEITA		922.398.969 216.783.793 216.783.793 695.645.174 695.645.174 922.045.174
TOTAL DA RECEITA		922.045.174
TOTAL DA RECEITA		922.045.174

ORGAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32201 - CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA - CEPTEL

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 13.706.264			
QUADRO SINTESE POR FUNCOES 25 ENERGIA			13.706.264
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCoes 752 ENERGIA ELÉTRICA			13.706.264
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0476 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO SETOR DE ENERGIA			13.706.264
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			13.706.264
TOTAL			13.706.264
QUADRO SINTESE POR RECEITA 6.0.0.0.0.0 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 6.1.0.0.0.0 RECURSOS PRÓPRIOS 6.1.1.0.0.0 GERACAO PROPRIA			13.706.264 13.706.264 13.706.264
TOTAL DA RECEITA		13.706.264	RECEITAS CORRENTES 13.706.264 RECEITAS DE CAPITAL

ORGAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32201 - CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA - CEPTEL

ANEXO I **CREDITO SUPLEMENTAR**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,80**

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	O N D	R P	M O D	I U	P T E	VALOR
0476 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO SETOR DE ENERGIA									13.786.254
		ATIVIDADES							
25 752	0476 2745	PESQUISA DE TECNOLOGIA AVANÇADA NO CAMPO DOS EQUIPAMENTOS E SISTEMAS ELÉTRICOS							13.786.254
25 752	0476 2745 0001	PESQUISA DE TECNOLOGIA AVANÇADA NO CAMPO DOS EQUIPAMENTOS E SISTEMAS ELÉTRICOS - NACIONAL							13.786.254
		PESQUISA REALIZADA (UNIDADE)	1	4 - INV	2	90	0	495	13.786.254
TOTAL - INVESTIMENTO									13.786.254

ORÇAO : 31000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 31267 - COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE - ELETROACRE

ANEXO I **CREDITO SUPLEMENTAR**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,80**

TOTAL DA UNIDADE - R\$ 48.621.084

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES									
25 ENERGIA									48.621.084
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES									
121 ADMINISTRAÇÃO GERAL									13.061.632
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO									34.553
752 ENERGIA ELÉTRICA									35.504.409
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS									
0173 LUZ PARA TODOS									28.043.544
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									13.116.585
1041 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS									7.455.955
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA									
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO									48.621.084
TOTAL									48.621.084
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA									
4.000.000,00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO									37.338.694
4.2.00.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS									37.338.694
6.1.00.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA									37.338.694
TOTAL DA RECEITA									37.338.694
RECEITAS CORRENTES									37.338.694
RECEITAS DE CAPITAL									0

ORÇAO : 31000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 31267 - COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE - ELETROACRE

ANEXO I **CREDITO SUPLEMENTAR**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,80**

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	O N D	R P	M O D	I U	P T E	VALOR
0173 LUZ PARA TODOS									28.043.544
		PROJETOS							
25 752	0173 1103	AMPLIAÇÃO DA REDE RURAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - LUZ PARA TODOS (ACRE)							28.043.544
25 752	0173 1103 0012	AMPLIAÇÃO DA REDE RURAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - LUZ PARA TODOS (ACRE) - NO ESTADO DO ACRE							28.043.544
		UNIDADE CONSUMIDORA ATENDIDA (UNIDADE) 4430	1	4 - INV	2	90	0	495	28.043.544
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									13.116.585
		ATIVIDADES							
25 122	0807 4101	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS IMÓVEIS							1.706.958
25 122	0807 4101 0012	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS IMÓVEIS - NO ESTADO DO ACRE							1.706.958
			1	4 - INV	2	90	0	495	1.706.958
25 122	0807 4102	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MÓVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E							11.376.678

25 122	0807 4102 0012	EQUIPAMENTOS MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NO ESTADO DO ACRE	1	4 - INV	2	90	0	495	11.374.674
25 126	0807 4183	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMATICA E TELEPROCESSAMENTO							34.953
25 126	0807 4183 0012	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMATICA E TELEPROCESSAMENTO - NO ESTADO DO ACRE	1	4 - INV	2	90	0	495	34.953
1842 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS									7.455.936
		ATIVIDADES							
25 752	1042 8778	AMPLIACAO DA REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA NO ACRE							2.714.349
25 732	1042 8778 0012	AMPLIACAO DA REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA NO ACRE - NO ESTADO DO ACRE REDE AMPLIADA (% DE EXECUCAO FISICA)	1	4 - INV	2	90	0	495	2.714.349
		PROJETOS							
25 752	1042 105D	IMPLANTACAO DA SUBESTACAO TAQUARI COM 69/138 KV (AC)							4.741.606
25 732	1042 105D 0012	IMPLANTACAO DA SUBESTACAO TAQUARI COM 69/138 KV (AC) - NO ESTADO DO ACRE OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA)	1	4 - INV	2	90	0	495	4.741.606
TOTAL - INVESTIMENTO									48.621.084

ORGÃO : 32040 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32268 - COMPANHIA ENERGÉTICA DE ALAGOAS - CEAL

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)	CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 145.159,971	
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES 25 ENERGIA	145.159,971
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES 121 ADMINISTRAÇÃO GERAL 752 ENERGIA ELÉTRICA	7.743.504 137.457,462
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS 0173 LUZ PARA TODOS 0194 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE 387 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	79.299,560 57.457,987 7.722.504
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	145.159,971
TOTAL	145.159,971
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA 6.20.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS 6.1.1.0.00.00 CERRADA PRÓPRIA 6.1.0.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO 6.1.3.0.00.00 CONTROLADORA	91.638,933 14.356,014 14.356,014 83.182,919 83.182,919
TOTAL DA RECEITA	91.638,933
37.458,041 RECEITAS CORRENTES	
14.356,014 RECEITAS DE CAPITAL	

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 3266 - COMPANHIA ENERGETICA DE ALACRAS - CEAL

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			CRÉDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00						
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	QND	RP	MOD	U	FTE	VALOR
0113 LUZ PARA TODOS									79.499.560
		PROJETOS							
25 753	0273 11XE	AMPLIAÇÃO DA REDE RURAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - LUZ PARA TODOS (ALAGOAS)							79.599.568
25 752	0273 11XE 0027	AMPLIAÇÃO DA REDE RURAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - LUZ PARA TODOS (ALAGOAS) - NO ESTADO DE ALAGOAS							79.699.560
		UNIDADE CONSUMIDORA ATENDIDA (UNIDADE) 8056	1	4	INV	2	90	0	495
0294 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE									53.437.387

		ATIVIDADES							
26 762	0294 6675	MANUTENÇÃO DA REDE URBANA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO ESTADO DE ALAGOAS							34.918.900
25 751	0294 6675 0027	MANUTENÇÃO DA REDE URBANA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO ESTADO DE ALAGOAS - NO ESTADO DE ALAGOAS	1	4 - INV	2	90	0	495	34.923.900
25 753	0294 6749	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO ESTADO DE ALAGOAS							2.529.497
25 752	0294 6749 0027	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO ESTADO DE ALAGOAS - NO ESTADO DE ALAGOAS	1	4 - INV	2	90	0	495	2.529.007

0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO

7.702.504

		ATIVIDADES							
25 121	0807 4101	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS IMÓVEIS							2.189.351
25 122	0807 4101 0027	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS IMÓVEIS - NO ESTADO DE ALAGOAS	1	4 - INV	2	90	0	495	2.189.351
25 123	0807 4102	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MÓVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS							5.513.153
25 122	0807 4102 0027	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MÓVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS - NO ESTADO DE ALAGOAS	1	4 - INV	2	90	0	495	5.513.153

TOTAL - INVESTIMENTO

145.159.971

ORÇAO : 32008 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32269 - COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ - CEPISA

ANEXO I
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO SUPLEMENTAR
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE: R\$ 239.231.453

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES
 15 ENERGIA

239.231.453

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES
 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL
 752 ENERGIA ELÉTRICA

8.991.867
 230.239.586

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS
 0173 LUZ PARA TODOS
 0294 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE

194.247.746
 36.942.040

0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO

8.991.867

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

239.231.453

TOTAL

239.231.453

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA
 606.006,00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO
 618.008,00 RECURSOS PRÓPRIOS
 611.008,00 GERALDO PRÓPRIO
 TOTAL DA RECEITA

161.351.821
 164.351.821
 961.351.821

TOTAL DA RECEITA 161.351.821 RECEITAS CORRENTES 161.351.821 RECEITAS DE CAPITAL 0

ORÇAO : 32008 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32269 - COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ - CEPISA

ANEXO I
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO SUPLEMENTAR
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0273 LUZ PARA TODOS									
25 752	0273 11VL	AMPLIAÇÃO DA REDE RURAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - LUZ PARA TODOS (PIAUÍ)							194.247.746
25 752	0273 11VL 0022	AMPLIAÇÃO DA REDE RURAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - LUZ PARA TODOS (PIAUÍ) - NO ESTADO DO PIAUÍ	1	4 - INV	2	90	0	495	194.247.746
		UNIDADE CONSUMIDORA ATENDIDA (UNIDADE) 10350							

0294 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE

36.942.041

		ATIVIDADES						
25 752	0294 2D89	REFORÇOS E MELHORIAS NO SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO ESTADO DO PIAUÍ						1.187.924
25 752	0294 2D89 0022	REFORÇOS E MELHORIAS NO SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO ESTADO DO PIAUÍ - NO ESTADO DO PIAUÍ	1	4 - INV	2	90	0	495
								1.187.924
25 752	0294 2D91	MANUTENÇÃO DA REDE URBANA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO ESTADO DO PIAUÍ						25.611.647
25 752	0294 2D91 0022	MANUTENÇÃO DA REDE URBANA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO ESTADO DO PIAUÍ - NO ESTADO DO PIAUÍ	1	4 - INV	2	90	0	495
								25.611.647
25 752	0294 8777	AMPLIAÇÃO DA REDE URBANA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO ESTADO DO PIAUÍ						3.609.539
25 752	0294 8777 0022	AMPLIAÇÃO DA REDE URBANA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO ESTADO DO PIAUÍ - NO ESTADO DO PIAUÍ	1	4 - INV	2	90	0	495
		REDE AMPLIADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 24						3.609.539
		PROJETOS						
25 752	0294 3379	AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO ESTADO DO PIAUÍ						5.632.930
25 752	0294 3379 0022	AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO ESTADO DO PIAUÍ - NO ESTADO DO PIAUÍ	1	4 - INV	2	90	0	495
		SISTEMA AMPLIADO (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 5						5.632.930

0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO

8.991.867

		ATIVIDADES						
25 122	0807 4101	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS IMÓVEIS						1.982.976
25 122	0807 4101 0022	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS IMÓVEIS - NO ESTADO DO PIAUÍ	1	4 - INV	2	90	0	495
								1.982.976
25 122	0807 4103	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MÓVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS						7.088.891
25 122	0807 4103 0022	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MÓVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS - NO ESTADO DO PIAUÍ	1	4 - INV	2	90	0	495
								7.088.891

TOTAL - INVESTIMENTO

250.281.453

ÓRGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32270 - CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S.A. - CERON

ANEXO I
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO SUPLEMENTAR
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE: R\$ 108.299.120

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES
 25 ENERGIA

108.299.120

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES
 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL
 752 ENERGIA ELÉTRICA

2.200.000

106.099.120

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS
 0273 LUZ PARA TODOS
 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO
 1940 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS

77.467.500

2.700.000

28.431.620

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

108.299.120

TOTAL

108.299.120

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA
 6.000.000,00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO
 6.999.000,00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO
 6.999.000,00 CONTROLADORA
 TOTAL DA RECEITA

103.218.892

183.218.892

103.218.892

103.218.892

ÓRGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32270 - CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S.A. - CERON

ANEXO I
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO SUPLEMENTAR
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ES P	GN D	RP	MO D	LU	FT E	VALOR
0273 LUZ PARA TODOS									77.467.500
		PROJETOS							
25 752	0273 11X1	AMPLIAÇÃO DA REDE RURAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - LUZ PARA TODOS (RONDONIA)							77.467.500
25 752	0273 11X1 0011	AMPLIAÇÃO DA REDE RURAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - LUZ PARA TODOS (RONDONIA) - NO ESTADO DE RONDONIA							77.467.500
		UNIDADE CONSUMIDORA ATENDIDA (UNIDADE) 6400	1	4 - INV	2	90	0	495	77.467.500
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									2.200.000
		ATIVIDADES							
25 122	0807 4101	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS IMOVEIS							2.200.000
25 122	0807 4101 0011	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS IMOVEIS - NO ESTADO DE RONDONIA							2.200.000
			1	4 - INV	2	90	0	495	2.200.000
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS									13.631.620
		ATIVIDADES							
25 752	1042 4021	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM RONDONIA							13.497.645
25 752	1042 4021 0011	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM RONDONIA - NO ESTADO DE RONDONIA							13.497.645
			1	4 - INV	2	90	0	495	13.497.645
25 752	1042 4549	AMPLIAÇÃO DA REDE URBANA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM RONDONIA							5.883.924
25 752	1042 4549 0011	AMPLIAÇÃO DA REDE URBANA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM RONDONIA - NO ESTADO DE RONDONIA							5.883.924
		REDE AMPLIADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 13	1	4 - INV	2	90	0	495	5.883.924
		PROJETOS							
25 752	1042 1006	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE SISTEMA DE COMERCIALIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO - REDUÇÃO DE PERDAS TÉCNICAS E COMERCIAIS NA ÁREA DE CONCESSÃO DA CERON (RO)							9.250.051
25 752	1042 1006 0011	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE SISTEMA DE COMERCIALIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO - REDUÇÃO DE PERDAS TÉCNICAS E COMERCIAIS NA ÁREA DE CONCESSÃO DA CERON (RO) - NO ESTADO DE RONDONIA							9.250.051
		CONSUMIDOR REGULARIZADO (UNIDADE) 11592	1	4 - INV	2	70	0	495	9.250.051
TOTAL - INVESTIMENTO									105.399.120

ORGÃO : 33900 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 33172 - BOA VISTA ENERGIA S.A. - BVENERGIA

ANEXO I		CRÉDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 20.343.751			
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES			
25 ENERGIA		20.343.751	
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES			
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL		2.782.699	
752 ENERGIA ELÉTRICA		17.461.052	
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS			
0273 LUZ PARA TODOS		14.835.440	
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		2.782.699	
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS		2.605.572	
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA			
425 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		20.343.751	
TOTAL		20.343.751	
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA			
6.000.000.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		1.425.256	
6.9.000.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO		1.425.256	
6.9.200.00 CONTROLADORA		1.425.256	
TOTAL DA RECEITA		1.425.256	
RECEITAS CORRENTES		0	
RECEITAS DE CAPITAL		1.425.256	

TOTAL	281,960,444
-------	-------------

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA		
6.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		251.960.444
6.9.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO		251.960.444
6.9.0.00.00 CONTROLADORA		251.960.444
TOTAL DA RECEITA	251.960.444 RECEITAS CORRENTES	0 RECEITAS DE CAPITAL

ORÇAO : 52080 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32273 - AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. - AME

ANEXO I: PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PROJETO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0173 LUZ PARA TODOS									131.615.070
		PROJETOS							
25 752	0213 11XU	AMPLIACAO DA REDE RURAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA - LUZ PARA TODOS (AM)							131.615.070
25 752	0273 11XU 0013	AMPLIACAO DA REDE RURAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA - LUZ PARA TODOS (AM) - NO ESTADO DO AMAZONAS							131.615.070
		UNIDADE CONSUMIDORA ATENDIDA (UNIDADE) 2328	1	4 - INV	2	90	0	495	131.615.070
1041 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS									120.345.374
		ATIVIDADES							
25 752	1042 2089	MANUTENCAO DOS SISTEMAS DE GERACAO DE ENERGIA ELETRICA (AM)							7.444.433
25 752	1042 2089 0013	MANUTENCAO DOS SISTEMAS DE GERACAO DE ENERGIA ELETRICA (AM) - NO ESTADO DO AMAZONAS	1	4 - INV	2	90	0	495	7.444.433
25 752	1042 4886	MANUTENCAO DE SISTEMAS DE TRANSMISSAO E SUBTRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA (AM)							1.849.998
25 752	1042 4886 0013	MANUTENCAO DE SISTEMAS DE TRANSMISSAO E SUBTRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA (AM) - NO ESTADO DO AMAZONAS	1	4 - INV	2	90	0	495	1.849.998
25 752	1042 8042	MANUTENCAO DE REDES DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA (AM)							37.606.057
25 752	1042 8042 0013	MANUTENCAO DE REDES DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA (AM) - NO ESTADO DO AMAZONAS	1	4 - INV	2	90	0	495	37.606.057
25 752	1042 8044	MANUTENCAO DO PARQUE DE GERACAO DE ENERGIA ELETRICA EM MANAUS (AM)							430.000
25 752	1042 8044 0013	MANUTENCAO DO PARQUE DE GERACAO DE ENERGIA ELETRICA EM MANAUS (AM) - NO ESTADO DO AMAZONAS	1	4 - INV	2	90	0	495	430.000
25 752	1042 8780	AMPLIACAO DA REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA (AM)							4.393.678
25 752	1042 8780 0013	AMPLIACAO DA REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA (AM) - NO ESTADO DO AMAZONAS	1	4 - INV	2	90	0	495	4.393.678
		REDE AMPLIADA (% DE EXECUCAO FISICA) 4							
		PROJETOS							
25 752	1042 1183	REVITALIZACAO DO PARQUE DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA (AM)							6.999.847
25 752	1042 1183 0013	REVITALIZACAO DO PARQUE DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA (AM) - NO ESTADO DO AMAZONAS	1	4 - INV	2	90	0	495	6.999.847
		PARQUE REVITALIZADO (% DE EXECUCAO FISICA) 3							
25 752	1042 3259	IMPLANTACAO DA LINHA DE TRANSMISSAO TRANSMISSAO MANACAPURU (77,1 KM - 69 KV) E DA LINHA DE TRANSMISSAO MANACAPURU-NOVO AIRAO (185 KM - 34,5 KV) E SUBESTAÇÕES ASSOCIADAS (AM)							10.200.000
25 752	1042 3259 0013	IMPLANTACAO DA LINHA DE TRANSMISSAO TRANSMISSAO MANACAPURU (77,1 KM - 69 KV) E DA LINHA DE TRANSMISSAO MANACAPURU-NOVO AIRAO (185 KM - 34,5 KV) E SUBESTAÇÕES ASSOCIADAS (AM) - NO ESTADO DO AMAZONAS	1	4 - INV	2	90	0	495	10.200.000
		LINHA IMPLANTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 21							
25 752	1042 3141	CONVERSAO DE 16 UNIDADES TERMIELETRICAS LOCALIZADAS NA REGIAO DE MANAUS (AM), COM POTENCIAL TOTAL DE 419,5 MW, PARA OPERACAO							4.800.000

25 752	1042 3261 0013	BIOCOMBUSTÍVEL - CONVERSÃO DE 16 UNIDADES TERMELÉTRICAS LOCALIZADAS NA REGIÃO DE MANAUS (AM), COM POTÊNCIA TOTAL DE 419,5 MW, PARA OPERAÇÃO BÍCOMBUSTÍVEL - NO ESTADO DO AMAZONAS - USINA ADAPTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 9	1	4 - INV	2	90	0	495	4.000.000
25 752	1042 3263	REVITALIZAÇÃO DO PARQUE DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DE MANAUS (AM)							33.315.604
25 752	1042 3263 0013	REVITALIZAÇÃO DO PARQUE DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DE MANAUS (AM) - NO ESTADO DO AMAZONAS - PARQUE REVITALIZADO (% DE EXECUÇÃO FÍSICA)	1	4 - INV	2	90	0	495	33.315.604
25 752	1042 3267	AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DO PARQUE DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA (AM)							14.205.758
25 752	1042 3267 0013	AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DO PARQUE DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA (AM) - NO ESTADO DO AMAZONAS - OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 13	1	4 - INV	2	90	0	495	14.205.758
TOTAL - INVESTIMENTO									351.960.444

ÓRGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32276 - COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA - CGTEE

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 255.757.665

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES
15 ENERGIA 255.757.665

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES
121 ADMINISTRAÇÃO GERAL 141.900
751 ENERGIA ELÉTRICA 113.814.765

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS
0295 ENERGIA NA REGIÃO SUL 255.614.765
0007 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INTRA-ESTRUTURA DE APOIO 141.900

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 255.757.665

TOTAL 255.757.665

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA
6.9.1.000.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 255.757.665
6.9.1.000.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO 255.757.665
6.9.2.000.00 CONTROLADORA 255.757.665
TOTAL DA RECEITA 155.757.665 RECEITAS CORRENTES 0 RECEITAS DE CAPITAL 255.757.665

ÓRGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32276 - COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA - CGTEE

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	O N D	R P	M O D	I U	F T G	VALOR
#295 ENERGIA NA REGIÃO SUL									255.614.765
		ATIVIDADES							
25 752	0295 4493	MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NA REGIÃO SUL							14.017.934
25 752	0295 4493 0040	MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NA REGIÃO SUL - NA REGIÃO SUL	1	4 - INV	2	90	0	495	14.017.934
		PROJETOS							
25 752	0295 1127	IMPLANTAÇÃO DA USINA TERMELÉTRICA CANDIOTA III, FASE C, COM 330 MW (RS)							178.253.700
25 752	0295 1127 0043	IMPLANTAÇÃO DA USINA TERMELÉTRICA CANDIOTA III, FASE C, COM 330 MW (RS) - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - USINA IMPLANTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 33	1	4 - INV	2	90	0	495	178.253.700
25 752	0295 3372	REVITALIZAÇÃO DA USINA TERMELÉTRICA PRESIDENTE MEDICI, COM 446 MW, EM CANDIOTA (RS)							29.812.181
25 752	0295 3372 0043	REVITALIZAÇÃO DA USINA TERMELÉTRICA PRESIDENTE MEDICI, COM 446 MW, EM CANDIOTA (RS) - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - USINA REVITALIZADA (% DE	1	4 - INV	2	90	0	495	29.812.181

EXECUÇÃO FÍSICA %						
25 751	0195 3580	ADEQUAÇÃO AMBIENTAL DA USINA TERMELÉTRICA PRESIDENTE MEDICI FASES A E B, EM CANDIOTÁ (RS)				33.430,950
25 752	0195 3380 0043	ADEQUAÇÃO AMBIENTAL DA USINA TERMELÉTRICA PRESIDENTE MEDICI FASES A E B, EM CANDIOTÁ (RS) - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL				33.430,950
		OBRA EXECUTADA 1% DE EXECUÇÃO FÍSICA %	1	4 - INV	2	90 0 495
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO						142.900
ATIVIDADES						
25 122	0907 4101	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS IMOVEIS				142.900
25 122	0907 4101 0040	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS IMOVEIS - NA REGIÃO SUL				142.900
			1	4 - INV	2	90 0 495
TOTAL - INVESTIMENTO						255.757,665

ANEXO II		CREDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES R\$ 1,00	
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES			
23 COMÉRCIO E SERVIÇOS			2.674.449
25 ENERGIA			327.120.973
TOTAL - GERAL			329.795.422
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES			
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL			2.674.449
124 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO			26.102.103
123 ENERGIA ELÉTRICA			301.018.870
TOTAL - GERAL			329.795.422
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES/SUBFUNÇÕES			
23 COMÉRCIO E SERVIÇOS			2.674.449
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL			2.674.449
25 ENERGIA			327.120.973
124 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO			26.102.103
123 ENERGIA ELÉTRICA			301.018.870
TOTAL - GERAL			329.795.422
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS			
0394 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE			114.266.477
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			33.774.532
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS			186.752.313
TOTAL - GERAL			329.795.422
QUADRO SÍNTESE POR ORGAO			
25000 MINISTÉRIO DA FAZENDA			2.674.449
25080 MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA			327.120.973
TOTAL - GERAL			329.795.422
6.0.04.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			166.489.990
6.1.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS			166.489.990
6.1.1.0.00 GERAÇÃO PRÓPRIA			166.489.990
TOTAL DA RECEITA		166.489.990	RECEITAS CORRENTES 166.489.990
			RECEITAS DE CAPITAL 0

ORGAO : 25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA

ANEXO II		CREDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DO ORÇAO : R\$ 2.674.449			
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES			
23 COMÉRCIO E SERVIÇOS			2.674.449
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES			
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL			2.674.449
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS			
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			2.674.449
QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTARIAS			
25215 IRB - BRASIL RESEGUROS S.A.			2.674.449
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA			
071 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			2.674.449
TOTAL			2.674.449
ORGAO : 25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA			
UNIDADE : 25215 - IRB - BRASIL RESEGUROS S.A.			

ANEXO II		CREDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DA UNIDADE: R\$ 2.674.449			
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES			
23 COMÉRCIO E SERVIÇOS			2.674.449
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES			
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL			2.674.449

TOTAL:	11,187,190
---------------	-------------------

ORÇAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32167 - COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE - ELETROACRE

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	R S F	O N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1043 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS									11.282.390
		ATIVIDADES							
25 752	1042 4877	MANUTENCAO DE SISTEMA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA NO ESTADO DO ACRE							11.282.390
25 752	1042 4877 0012	MANUTENCAO DE SISTEMA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA NO ESTADO DO ACRE - NO ESTADO DO ACRE	1	4 - INV	1	90	0	495	11.282.390
TOTAL - INVESTIMENTO									11.282.390

ORÇAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32168 - COMPANHIA ENERGÉTICA DE ALAGOAS - CEAL

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 47.521.038		
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES 25 ENERGIA		47.521.038
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES 126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 752 ENERGIA ELÉTRICA		6.049.871 41.471.167
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS 0294 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE 6097 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		41.471.167 6.049.871
QUADRO SÍNTESE POR PONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		47.521.038
TOTAL		47.521.038

ORÇAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32168 - COMPANHIA ENERGÉTICA DE ALAGOAS - CEAL

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	R S F	O N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0294 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE									41.471.167
		ATIVIDADES							
25 752	0294 6644	AMPLIACAO DA REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA NO ESTADO DE ALAGOAS							1.977.677
25 752	0204 6644 0027	AMPLIACAO DA REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA NO ESTADO DE ALAGOAS - NO ESTADO DE ALAGOAS	1	4 - INV	1	90	0	495	1.977.677
		REDE AMPLIADA (54 DE EXECUCAO FISICA) 6							
		PROJETOS							
25 752	0294 1070N	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE SISTEMA DE COMERCIALIZACAO E DISTRIBUICAO - REDUCCAO DE PERDAS TECNICAS E COMERCIAIS NA AREA DE CONCESSAO DA CEAL							39.493.490
25 752	0294 1070N 0027	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE SISTEMA DE COMERCIALIZACAO E DISTRIBUICAO - REDUCCAO DE PERDAS TECNICAS E COMERCIAIS NA AREA DE CONCESSAO DA CEAL - NO ESTADO DE ALAGOAS	1	4 - INV	1	90	0	495	39.493.490
		CONSUMIDOR REGULARIZADO (UNIDADE)							
6097 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									6.049.871
		ATIVIDADES							

25 126	0807 4103	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO								6.049.871
25 126	0807 4103 0027	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO - NO ESTADO DE ALAGOAS								6.049.871
			1	4 - INV	2	90	0	495		6.049.871
TOTAL - INVESTIMENTO										47.531.038

ORÇAD : 32080 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32269 - COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ - CEPISA

ANEXO II **PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **CREDITO SUPLEMENTAR**
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 77.928.832

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES
25 ENERGIA **77.928.832**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES
125 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO **5.133.522**
752 ENERGIA ELÉTRICA **72.795.310**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS
0794 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE **72.795.310**
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO **5.133.522**

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
499 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO **77.928.832**

TOTAL: **77.928.832**

ORÇAD : 32008 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32269 - COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ - CEPISA

ANEXO II **PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **CREDITO SUPLEMENTAR**
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ES	ND	CP	MO	D	U	E	TE	VALOR
0294 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE											72.795.310
PROJETOS											
25 752	0294 10NT	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE SISTEMA DE COMERCIALIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO - REDUÇÃO DE PERDAS TÉCNICAS E COMERCIAIS NA ÁREA DE CONCESSÃO DA CEPISA									72.795.310
25 752	0294 10NT 0022	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE SISTEMA DE COMERCIALIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO - REDUÇÃO DE PERDAS TÉCNICAS E COMERCIAIS NA ÁREA DE CONCESSÃO DA CEPISA - NO ESTADO DO PIAUÍ									72.795.310
		CONSUMIDOR REGULARIZADO (CONTABD) 32206	1	4 - INV	2	90	0	495			72.795.310
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO											5.133.522
ATIVIDADES											
25 126	0807 4103	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO									5.133.522
25 126	0807 4103 0022	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO - NO ESTADO DO PIAUÍ									5.133.522
			1	4 - INV	2	90	0	495			5.133.522
TOTAL - INVESTIMENTO											77.928.832

ORÇAD : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32270 - CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S.A. - CERON

ANEXO II **PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **CREDITO SUPLEMENTAR**
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 5.080.328

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES
25 ENERGIA **5.080.328**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES
125 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO **4.620.362**
752 ENERGIA ELÉTRICA **459.966**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO **4.620.362**

1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS		459.866
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		5.083.328
TOTAL		5.083.328

ORÇAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32170 - CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDONIA S.A. - CERON

ANEXO II **CREDITO SUPLEMENTAR**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMAÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S P	G N D	R P	M O D	I U	F T E	V A L O R
0007 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									
4.620.362									
		ATIVIDADES							
25 126	0007 4103	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO							4.620.362
25 126	0007 4103 0011	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO - NO ESTADO DE RONDONIA							4.620.362
			1	4 - INV	2	90	0	495	4.620.362

1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS

459.866

		PROJETOS							
25 753	1042 3331	AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM RONDONIA							459.866
25 753	1042 3331 0011	AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM RONDONIA - NO ESTADO DE RONDONIA (SISTEMA AMPLIADO 14 DE EXECUÇÃO FÍSICA) I							459.866
			1	4 - INV	2	90	0	495	459.866

TOTAL - INVESTIMENTO

5.083.328

ORÇAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32172 - BOA VISTA ENERGIA S.A. - BVENERGIA

ANEXO II **CREDITO SUPLEMENTAR**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 18.818.495

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES		18.818.495
24 ENERGIA		

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES		
114 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		1.376.263
753 ENERGIA ELÉTRICA		17.442.232

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS		
0007 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		1.376.263
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS		17.442.232

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		18.818.495

TOTAL		18.818.495
--------------	--	-------------------

ORÇAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32172 - BOA VISTA ENERGIA S.A. - BVENERGIA

ANEXO II **CREDITO SUPLEMENTAR**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMAÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S P	G N D	R P	M O D	I U	F T E	V A L O R
0007 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									
1.376.263									
		ATIVIDADES							
25 126	0007 4103	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO							1.376.263
25 126	0007 4103 0014	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO - NO ESTADO DE RORAIMA							1.376.263
			1	4 - INV	2	90	0	495	1.376.263

1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS

17.442.232

		PROJETOS							
25 752	1042 1006	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE SISTEMA DE COMERCIALIZACAO E DISTRIBUICAO - REDUCCAO DE PERDAS TECNICAS E COMERCIAIS NA AREA DE CONCESSAO DA BOA VISTA ENERGIA (RR)						17.442.233	
25 752	1042 1006-0014	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE SISTEMA DE COMERCIALIZACAO E DISTRIBUICAO - REDUCCAO DE PERDAS TECNICAS E COMERCIAIS NA AREA DE CONCESSAO DA BOA VISTA ENERGIA (RR) - NO ESTADO DE RORAIMA						17.442.232	
		CONSUMIDOR REGULARIZADO (UNIDADE) 2300	1	4 - (RV	2	90	0	495	17.442.232

12812495

ORGÃO : J2800 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 31173 - AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. - AME

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TORÇAS E PONTES - R\$ 1.00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 164.489,990

146,439,990

1 **EXHIBIT**
857-567-903

157.347.903

166,413,920

146,457,996

1 66-489-290

164. 485. 2200

1829

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32273 - AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. - AME

CREDITO SUPLEMENTAR
RECUSON DE TODAS AS FONTES - MS 1, D

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMAçAO/SUBTITULO/PRODUTO	REF	QND	R P	MOD	U	TE	VALOR
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									R.922.085
		ATIVIDADES							
25 126	0807 4103	MANUTENçAO E ADEQUAçAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO							R.922.085
25 126	0807 4103 0013	MANUTENçAO E ADEQUAçAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NO ESTADO DO AMAPAS	1	4 - INV	3	90	0	495	R.922.085
1842 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS									R.927.982

187,567.90

[illegible]

A SRA. PRESIDENTE (Rose De Freitas. PMDB – ES) – **Item 6:**

**PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL
Nº 26, DE 2011**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 26, de 2011, que *abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$71.758.918,00 (setenta e um milhões, setecentos e cinquenta e oito mil, novecentos e dezoito reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.*

Ao projeto de lei foram apresentadas oito emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 55, de 2011,

cujo Relator foi o Deputado Andre Vargas, que concluiu pela aprovação do projeto, inadmitindo a Emenda de nº 6 e rejeitando as demais emendas apresentadas.

Em discussão o projeto. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vamos encerrar a discussão.

Em votação o projeto, nos termos do parecer da Câmara.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação, no Senado Federal.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:

**PROJETO DE LEI
Nº 26, DE 2011-CN
MENSAGEM Nº 81, DE 2011-CN
(nº 334/2011, na origem)**

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$ 71.758.918,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011), em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$ 71.758.918,00 (setenta e um milhões, setecentos e cinquenta e oito mil, novecentos e dezoito reais), para atender à programação constante do Anexo I a esta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II a esta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes

UNIDADE: 39101 - Ministério dos Transportes

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0225		Gestão da Política dos Transportes							8.200.000
		ATIVIDADES							
26 131	0225 6058	Formulação de Políticas de Transportes							8.200.000
26 121	0225 6058 0001	Formulação de Políticas de Transportes - Nacional	F	3	2	90	0	100	8.200.000
TOTAL - FISCAL									8.200.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									8.200.000

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes

UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1456		Veter Logístico Amazônico							406.438
		ATIVIDADES							
26 784	1456 4349	Administração das Hidrovias							406.438
26 784	1456 4349 0303	Administração das Hidrovias - Hidrovia da Amazônia Ocidental	F	3	2	90	0	100	406.438
									2.152.480
1457		Veter Logístico Centro-Norte							
		ATIVIDADES							
26 784	1457 4349	Administração das Hidrovias							2.152.480
26 784	1457 4349 0303	Administração das Hidrovias - Hidrovia da Amazônia Oriental	F	3	2	90	0	100	2.152.480
									18.000.000
1458		Veter Logístico Leste							
		PROJETOS							
26 783	1458 12P9	Transposições de Linha Férrea - no Município de Juiz de Fora - no Estado de Minas Gerais							8.000.000
26 783	1458 12P9 0031	Transposições de Linha Férrea - no Município de Juiz de Fora - no Estado de Minas Gerais - No Estado de Minas Gerais	F	4	2	90	0	100	8.000.000
26 782	1458 7H08	Construção de Acesso Rodoviário - Entroncamento com MG-030 - Entroncamento com BR-040 (Belo Horizonte) - na BR-356 - no Estado de Minas Gerais							10.000.000
26 782	1458 7H08 0031	Construção de Acesso Rodoviário - Entroncamento com MG-030 - Entroncamento com BR-040 (Belo Horizonte) - na BR-356 - no Estado de Minas Gerais - No Estado de Minas Gerais	F	4	2	90	0	111	10.000.000
									17.000.000
1461		Veter Logístico Centro-Sudeste							
		PROJETOS							
26 783	1461 10HH	Obras Complementares do Contorno Ferroviário - no Município de Barretos - no Estado de São Paulo							5.000.000
26 783	1461 10HH 0035	Obras Complementares do Contorno Ferroviário - no Município de Barretos - no Estado de São Paulo - No Estado de São Paulo	F	4	2	90	0	100	5.000.000
26 782	1461 7H93	Adequação de Contorno Rodoviário - no Município de Ponta Grossa - na BR-376 - no Estado do Paraná							2.000.000
26 782	1461 7H93 0041	Adequação de Contorno Rodoviário - no Município de Ponta Grossa - na BR-							2.000.000

		376 - no Estado do Paraná - No Estado do Paraná	F	4	2	90	0	111	2000.000
26 782	1461 7N46	Construção de Interseção em desnível - no km 154,6 - na BR-369 (PUC-Interseção com a Avenida Jockey Clube) - no Município de Londrina - no Estado do Paraná							10.000.000
26 782	1461 7N46 0041	Construção de Interseção em desnível - no km 154,6 - na BR-369 (PUC-Interseção com a Avenida Jockey Clube) - no Município de Londrina - no Estado do Paraná - No Estado do Paraná	F	4	2	90	0	111	10.000.000
									10.000.000
	1462	Vetor Logístico Sul							26.000.000
		PROJETOS							
26 782	1462 11Z8	Adequação de Travessia Urbana - no Município de Erechim - na BR-153 - no Estado do Rio Grande do Sul							8.000.000
26 782	1462 11Z8 0043	Adequação de Travessia Urbana - no Município de Erechim - na BR-153 - no Estado do Rio Grande do Sul - No Estado do Rio Grande do Sul	F	4	2	90	0	100	8.000.000
26 782	1462 7N50	Construção de Acesso Rodoviário ao Aeroporto Regional Sul - na BR-101 - No Estado de Santa Catarina							8.000.000
26 782	1462 7M50 0043	Construção de Acesso Rodoviário ao Aeroporto Regional Sul - na BR-101 - No Estado de Santa Catarina - No Estado de Santa Catarina	F	4	2	90	0	100	8.000.000
26 782	1462 7M64	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-472 - Fronteira Brasil/Argentina - na BR-468 - no Estado do Rio Grande do Sul							6.000.000
26 782	1462 7M64 0043	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-472 - Fronteira Brasil/Argentina - na BR-468 - no Estado do Rio Grande do Sul - No Estado do Rio Grande do Sul	F	4	2	90	0	100	6.000.000
26 782	1462 7N07	Construção de Acesso Rodoviário - no Município de Carleia Pinto - na BR-116 - no Estado de Santa Catarina							4.000.000
26 782	1462 7N07 0042	Construção de Acesso Rodoviário - no Município de Conceição Pinto - na BR-116 - no Estado de Santa Catarina - No Estado de Santa Catarina	F	4	2	90	0	100	4.000.000
									63.558.918
		TOTAL - FISCAL							0
		TOTAL - SEGURIDADE							63.558.918
		TOTAL - GERAL							

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes

UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)									
FUNCCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	J U	F T E	VALOR
	0225	Gestão da Política dos Transportes							8.200.000
		ATIVIDADES							
26 121	0225 2C00	Estudos de Viabilidade e Projetos de Infra-Estrutura de Transportes							8.200.000
26 121	0225 2C00 0001	Estudos de Viabilidade e Projetos de Infra-Estrutura de Transportes - Nacional	F	4	2	90	0	100	8.200.000
	1456	Vetor Logístico Amazônico							2.558.918
		ATIVIDADES							
26 784	1456 4349	Administração das Hidrovias							2.558.918
26 784	1456 4349 0303	Administração das Hidrovias - Hidrovia de Amazônia Ocidental	F	4	2	90	0	100	2.558.918
	1458	Vetor Logístico Leste							18.000.000
		PROJETOS							
26 783	1458 10H8	Construção de Contorno Ferroviário - no Município de Divinópolis - no Estado de Minas Gerais							8.000.000
26 783	1458 10H8 0031	Construção de Contorno Ferroviário - no Município de Divinópolis - no Estado de Minas Gerais - No Estado de Minas Gerais	F	4	2	90	0	100	8.000.000
26 782	1458 7M97	Construção de Trecho Rodoviário - Itulubá - Entroncamento da BR-364/MG - na BR-154 - no Estado de Minas Gerais							10.000.000
26 782	1458 7M97 0031	Construção de Trecho Rodoviário - Itulubá - Entroncamento da BR-364/MG - na BR-154 - no Estado de Minas Gerais - No Estado de Minas Gerais	F	4	2	90	0	111	10.000.000
	1461	Vetor Logístico Centro-Sul/este							17.000.000
		PROJETOS							
26 783	1461 10H6	Construção de Contorno Ferroviário - no Município de Ourinhos - no Estado de São Paulo							5.000.000
26 783	1461 10H6 0035	Construção de Contorno Ferroviário - no Município de Ourinhos - no Estado de São Paulo - No Estado do São Paulo	F	4	2	90	0	100	5.000.000
26 782	1461 7R67	Adequação de Trecho Rodoviário - Km 139 - km 143 (Linha Verde Sul) - na BR-476 - no Estado do Paraná							12.000.000
26 782	1461 7R67 0041	Adequação de Trecho Rodoviário - Km 139 - km 143 (Linha Verde Sul) - na BR-476 - no Estado do Paraná - No Estado do Paraná	F	4	2	90	0	111	12.000.000

1462		Votor Legislativo Sul							26.000.000
		PROJETOS							
26 782	1462 7R29	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa SC/RS (Entroncamento BR-158) - Iral - na BR-386 - no Estado do Rio Grande do Sul							10.000.000
26 782	1462 7R29 0043	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa SC/RS (Entroncamento BR-158) - Iral - na BR-386 - no Estado do Rio Grande do Sul - No Estado do Rio Grande do Sul							10.000.000
26 782	1462 7R32	Adequação de Trecho Rodoviário - Florianópolis - Parnaíba (exceto trecho Km 5,4 ao Km 15,5) - na BR-282 - no Estado de Santa Catarina	F	4	2	90	0	100	10.000.000
26 782	1462 7R32 0042	Adequação de Trecho Rodoviário - Florianópolis - Parnaíba (exceto trecho Km 5,4 ao Km 15,5) - na BR-282 - no Estado de Santa Catarina - No Estado de Santa Catarina							7.000.000
26 782	1462 7R33	Adequação de Trecho Rodoviário - Guarumirim - Entr. SC-416 - Div. SC/PR (Porto União) (exceto trecho Km 170,3 até Km 178,2) - na BR-280 - no Estado de Santa Catarina	F	4	2	90	0	100	7.000.000
26 782	1462 7R33 0042	Adequação de Trecho Rodoviário - Guarumirim - Entr. SC-416 - Div. SC/PR (Porto União) (exceto trecho Km 170,3 até Km 178,2) - na BR-280 - no Estado de Santa Catarina - No Estado de Santa Catarina							5.000.000
26 782	1462 7R66	Construção de Trecho Rodoviário - São Borja - São José dos Ausentes - na BR-285 - no Estado do Rio Grande do Sul	F	4	2	90	0	100	5.000.000
26 782	1462 7R66 0043	Construção de Trecho Rodoviário - São Borja - São José dos Ausentes - na BR-285 - no Estado do Rio Grande do Sul - No Estado do Rio Grande do Sul							4.000.000
TOTAL - FISCAL									71.758.918
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									71.758.918

A SRA. PRESIDENTE (Rose De Freitas. PMDB – ES) – Há um pedido na Mesa para que o Item 7 seja deixado por último na pauta. Assim será feito.

O SR. ROGÉRIO MARINHO (PSDB – RN) – Qual é o Item 7, Sr^a Presidente, por favor?

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM – BA) – O sétimo não está na pauta, Sr^a Presidente. Não está.

O SR. ROGÉRIO MARINHO (PSDB – RN) – Ah, o item sétimo. Muito bem.

A SRA. PRESIDENTE (Rose De Freitas. PMDB – ES) – Item 7 da pauta, o PLN nº 32. De consenso, será deixado como último item da pauta.

A SRA. PRESIDENTE (Rose De Freitas. PMDB – ES) – Item 8:

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 33, DE 2011

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 33, de 2011, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$1.993.575.303,00 (um bilhão, novecentos e noventa e três milhões, quinhentos e setenta e cinco mil, trezentos e três reais), para reforço

de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

Ao projeto de lei foram apresentadas 11 emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 58, de 2011, cujo relator foi o Deputado Ronaldo Zulke, concluiu pela aprovação do projeto, inadmitindo as Emendas nºs 2, 9, 10 e 11 e rejeitando as demais emendas apresentadas. Em discussão o projeto.

O SR. PEDRO CHAVES (PMDB – GO) – Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose De Freitas. PMDB – ES) – Pois não, Deputado Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (PMDB – GO. Sem revisão do orador.) – É só para ressaltar que, nesse projeto, entre as várias atividades que são desempenhadas pelos Ministérios, está também a construção de várias unidades do INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social. Então, várias agências serão construídas com recursos que estão sendo aprovados neste momento.

Era só para fazer esta observação, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose De Freitas. PMDB – ES) – Pois não.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação, no Senado.

Aprovado.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam per-

A matéria vai à sanção.

maneçam como se encontram. (*Pausa.*)

É a seguinte a matéria aprovada:

PROJETO DE LEI
Nº 33, DE 2011-CN
MESAGEM Nº 107, DE 2011-CN
(nº 446/2011, na origem)

Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$ 1.993.575.303,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011), em favor dos Ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$ 1.993.575.303,00 (um bilhão, novecentos e noventa e três milhões, quinhentos e setenta e cinco mil, trezentos e três reais), para atender à programação constante do Anexo I a esta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2010, no valor de R\$ 1.184.556.264,00 (um bilhão, cento e oitenta e quatro milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil, duzentos e sessenta e quatro reais), dos quais:

a) R\$ 115.805.521,00 (cento e quinze milhões, oitocentos e cinco mil, quinhentos e vinte e um reais) de Recursos Próprios Não Financeiros, e

b) R\$ 1.068.750.743,00 (um bilhão, sessenta e oito milhões, setecentos e cinquenta mil, setecentos e quarenta e três reais) de Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional; e

II - anulação parcial de dotações orçamentárias, no montante de R\$ 809.019.039,00 (oitocentos e nove milhões, dezenove mil, trinta e nove reais), conforme indicado no Anexo II a esta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

PROGRAMA DE TRABALHO (SOLICITAÇÃO)			E	G	R	M	I	F	VALOR
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	S	N	P	O	U	T	
			F	D		D		E	
0085		Qualidade dos Serviços Previdenciários							33.450.000
		ATIVIDADES							
09 271	0085 8869	Reformas e adaptações das unidades do INSS.							6.700.000
09 271	0085 8369 0001	Reformas e adaptações das unidades do INSS. - Nacional							6.700.000
			S	3	2	50	0	100	5.700.000
			S	4	2	50	0	151	1.600.000
		PROJETOS							
09 271	0085 116V	Instalação de Unidades de Funcionamento do INSS							26.750.000
09 271	0085 116V 0001	Instalação de Unidades de Funcionamento do INSS - Nacional							26.750.000
			S	4	2	90	0	100	4.300.000
			S	4	2	90	0	151	22.450.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									33.450.000
TOTAL - GERAL									33.450.000

FUNCAIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0086		Previdência Complementar							7.021.052
		ATIVIDADES							
09 126	0086 20GO	Sustentação de Sistemas Informatizados para Fiscalização e Autorização de Planos de Benefícios e Entidades Fechadas da Previdência Complementar							7.021.052
09 126	0086 20GO 0001	Sustentação de Sistemas Informatizados para Fiscalização e Autorização de Planos de Benefícios e Entidades Fechadas de Previdência Complementar - Nacional							7.021.052
			S	3	2	90	0	151	3.614.630
			S	3	2	90	0	174	3.406.422
0750		Apoio Administrativo							324.410
		ATIVIDADES							
09 122	0750 20MO	Administração da Unidade							324.410
09 122	0750 20MO 0001	Administração da Unidade - Nacional							324.410
			S	4	2	90	0	174	324.410
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									7.345.462
TOTAL - GERAL									7.345.462

PROGRAMA DE TRABALHO (OUTUBRO/2004)			E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1049 Acesso à Alimentação									13.312.179
ATIVIDADES									
08.244	1049.2792	Distribuição de Alimentos a Grupos Popacionais Específicos							6.900.000
08.244	1049.2792.0001	Distribuição de Alimentos a Grupos Popacionais Específicos - Nacional	S	3	2	90	0	151	6.900.000
08.306	1049.8457	Apoio a Projetos de Segurança Alimentar e Nutricional para Povos e Comunidades Tradicionais							600.000
08.306	1049.8457.0001	Apoio a Projetos de Segurança Alimentar e Nutricional para Povos e Comunidades Tradicionais - Nacional	S	4	2	90	0	151	600.000
08.306	1049.8506	Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local							1.545.000
08.306	1049.8506.0001	Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local - Nacional	S	3	2	90	0	151	1.545.000
08.244	1049.8929	Apoio à Instalação de Restaurantes e Cozinhas Populares							3.695.000
08.244	1049.8929.0001	Apoio à Instalação de Restaurantes e Cozinhas Populares - Nacional	S	4	2	40	0	151	3.695.000
08.244	1049.8930	Apoio à Implantação de Bancos de Alimentos e Mercados Públicos							572.179
08.244	1049.8930.0001	Apoio à Implantação de Bancos de Alimentos e Mercados Públicos - Nacional	S	3	2	40	0	151	100.000
			S	4	2	40	0	151	472.179
1335 Transferência de Renda com Condiionalidades - Bolsa Família									1.556.470.000
ATIVIDADES									
08.244	1335.8442	Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004)							1.556.470.000
08.244	1335.8442.0010	Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004) - Na Região Norte	S	3	1	90	0	153	362.260.000
08.244	1335.8442.0020	Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004) - Na Região Nordeste	S	3	1	90	0	153	329.210.000
			S	3	1	90	0	388	865.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.569.782.179
TOTAL - GERAL									1.569.782.179

ÓRGÃO: 55800 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

UNIDADE: 55901 - Fundo Nacional de Assistência Social

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0068 Erradicação do Trabalho Infantil 43.967.529									
ATIVIDADES									
08 243	0068 2060	Ações Socioeducativas e de Convivência para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho							43.967.529
08 243	0068 2060 0001	Ações Socioeducativas e de Convivência para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho - Nacional							43.967.529
			S	3	2	41	0	100	37.030.839
			S	3	2	41	0	151	6.936.690
0152 Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei - Pro-SINASE 15.121.712									
ATIVIDADES									
08 243	0152 8524	Serviços de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas							15.121.712
08 243	0152 8524 0011	Serviços de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas - No Estado de Rondônia							132.000
			S	3	2	41	0	388	132.000
08 243	0152 8524 0012	Serviços de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas - No Estado do Acre							70.400
			S	3	2	41	0	388	70.400
08 243	0152 8524 0013	Serviços de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas - No Estado do Amazonas							193.600
			S	3	2	41	0	388	193.600
08 243	0152 8524 0014	Serviços de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas - No Estado de Roraima							26.400
			S	3	2	41	0	388	26.400
08 243	0152 8524 0015	Serviços de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas - No Estado do Pará							396.405
			S	3	2	41	0	388	396.405
08 243	0152 8524 0016	Serviços de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas - No Estado do Amapá							70.400
			S	3	2	41	0	388	70.400
08 243	0152 8524 0017	Serviços de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas - No Estado do Tocantins							130.260
			S	3	2	41	0	388	130.260

08 243	0152 8524 0021	Serviços de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas - No Estado do Maranhão	S	3	2	41	0	388	444.136
08 243	0152 8524 0022	Serviços de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas - No Estado do Piauí	S	3	2	41	0	388	444.136
08 243	0152 8524 0023	Serviços de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas - No Estado do Ceará	S	3	2	41	0	388	128.828
08 243	0152 8524 0024	Serviços de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas - No Estado do Rio Grande do Norte	S	3	2	41	0	388	128.828
08 243	0152 8524 0025	Serviços de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas - No Estado da Paraíba	S	3	2	41	0	388	683.589
08 243	0152 8524 0026	Serviços de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas - No Estado de Pernambuco	S	3	2	41	0	388	683.589
08 243	0152 8524 0027	Serviços de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas - No Estado de Alagoas	S	3	2	41	0	388	246.400
08 243	0152 8524 0028	Serviços de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas - No Estado de Sergipe	S	3	2	41	0	388	246.400
08 243	0152 8524 0029	Serviços de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas - No Estado da Bahia	S	3	2	41	0	388	280.852
08 243	0152 8524 0031	Serviços de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas - No Estado de Minas Gerais	S	3	2	41	0	388	980.932
08 243	0152 8524 0032	Serviços de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas - No Estado do Espírito Santo	S	3	2	41	0	388	980.932
08 243	0152 8524 0033	Serviços de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas - No Estado do Rio de Janeiro	S	3	2	41	0	388	191.133
08 243	0152 8524 0035	Serviços de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas - No Estado de São Paulo	S	3	2	41	0	388	191.133
08 243	0152 8524 0041	Serviços de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas - No Estado do Paraná	S	3	2	41	0	388	91.608
08 243	0152 8524 0042	Serviços de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas - No Estado do Mato Grosso do Sul	S	3	2	41	0	388	91.608
08 243	0152 8524 0043	Serviços de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas - No Estado do Mato Grosso	S	3	2	41	0	388	792.000
08 243	0152 8524 0044	Serviços de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas - No Estado do Acre	S	3	2	41	0	388	792.000
08 243	0152 8524 0045	Serviços de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas - No Estado do Roraima	S	3	2	41	0	388	1.493.344
08 243	0152 8524 0046	Serviços de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas - No Estado do Amazonas	S	3	2	41	0	388	1.493.344
08 243	0152 8524 0047	Serviços de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas - No Estado do Pará	S	3	2	41	0	388	316.800
08 243	0152 8524 0048	Serviços de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas - No Estado do Tocantins	S	3	2	41	0	388	316.800
08 243	0152 8524 0049	Serviços de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas - No Estado do Amapá	S	3	2	41	0	388	1.291.823
08 243	0152 8524 0050	Serviços de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas - No Estado do Rorai	S	3	2	41	0	388	1.291.823
08 243	0152 8524 0051	Serviços de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas - No Estado do Amapá	S	3	2	41	0	388	2.869.403
08 243	0152 8524 0052	Serviços de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas - No Estado do Amapá	S	3	2	41	0	388	2.869.403
08 243	0152 8524 0053	Serviços de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas - No Estado do Amapá	S	3	2	41	0	388	970.888
08 243	0152 8524 0054	Serviços de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas - No Estado do Amapá	S	3	2	41	0	388	970.888
08 243	0152 8524 0055	Serviços de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas - No Estado do Amapá	S	3	2	41	0	388	729.473

		Socioeducativas - No Estado de Santa Catarina	S	3	2	41	0	388	719.473
									823.056
08 243	0152 8524 0043	Serviços de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas - No Estado do Rio Grande do Sul	S	3	2	41	0	388	823.056
									393.127
08 243	0152 8524 0051	Serviços de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas - No Estado de Mato Grosso	S	3	2	41	0	388	393.127
									940.212
08 243	0152 8524 0052	Serviços de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas - No Estado de Goiás	S	3	2	41	0	388	940.212
									434.643
08 243	0152 8524 0054	Serviços de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas - No Estado de Mato Grosso do Sul	S	3	2	41	0	388	434.643
									113.215.383
1384		Proteção Social Básica							
		ATIVIDADES							26.116.170
08 126	1384 2583	Serviço de Processamento de Dados do Benefício de Prestação Continuada e da Renda Mensal Vitalícia							26.116.170
08 126	1384 2583 0001	Serviço de Processamento de Dados do Benefício de Prestação Continuada e da Renda Mensal Vitalícia - Nacional	S	3	2	90	0	100	12.356.490
			S	3	2	90	0	388	13.769.680
									78.109.213
08 244	1384 2A60	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias							21.000.000
08 244	1384 2A60 0001	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - Nacional	S	3	2	41	0	388	21.000.000
									523.800
08 244	1384 2A60 0011	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado de Rondônia	S	3	2	41	0	388	523.800
									245.400
08 244	1384 2A60 0012	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado do Acre	S	3	2	41	0	388	245.400
									876.600
08 244	1384 2A60 0013	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado do Amazonas	S	3	2	41	0	388	876.600
									180.900
08 244	1384 2A60 0014	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado de Roraima	S	3	2	41	0	388	180.900
									2.212.800
08 244	1384 2A60 0015	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado do Pará	S	3	2	41	0	388	2.212.800
									199.600
08 244	1384 2A60 0016	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado do Amapá	S	3	2	41	0	388	199.600
									940.100
08 244	1384 2A60 0017	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado do Tocantins	S	3	2	41	0	388	940.100
									2.441.100
08 244	1384 2A60 0021	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado do Maranhão	S	3	2	41	0	388	2.441.100

08 244	1384 2A60 0022	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado do Piauí	S	3	2	41	0	388	1.870.800
									1.870.800
08 244	1384 2A60 0023	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado do Ceará	S	3	2	41	0	388	2.656.800
									2.656.800
08 244	1384 2A60 0024	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado do Rio Grande do Norte	S	3	2	41	0	388	1.371.300
									1.371.300
08 244	1384 2A60 0025	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado da Paraíba	S	3	2	41	0	388	1.594.500
									1.594.500
08 244	1384 2A60 0026	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado de Pernambuco	S	3	2	41	0	388	2.270.100
									2.270.100
08 244	1384 2A60 0027	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado de Alagoas	S	3	2	41	0	388	784.800
									784.800
08 244	1384 2A60 0028	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado de Sergipe	S	3	2	41	0	388	837.913
									837.913
08 244	1384 2A60 0029	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado da Bahia	S	3	2	41	0	388	4.445.100
									4.445.100
08 244	1384 2A60 0031	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado de Minas Gerais	S	3	2	41	0	388	6.718.200
									6.718.200
08 244	1384 2A60 0032	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado do Espírito Santo	S	3	2	41	0	388	867.600
									867.600
08 244	1384 2A60 0033	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado do Rio de Janeiro	S	3	2	41	0	388	2.167.500
									2.167.500
08 244	1384 2A60 0035	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado de São Paulo	S	3	2	41	0	388	10.828.800
									10.828.800
08 244	1384 2A60 0041	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado do Paraná	S	3	2	41	0	388	3.187.200
									3.187.200
08 244	1384 2A60 0042	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado de Santa Catarina	S	3	2	41	0	388	1.929.300
									1.929.300
08 244	1384 2A60 0043	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado do Rio Grande do Sul	S	3	2	41	0	388	3.182.700
									3.182.700
08 244	1384 2A60 0051	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado de Mato Grosso	S	3	2	41	0	388	1.513.500
									1.513.500
08 244	1384 2A60 0052	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado de Goiás	S	3	2	41	0	388	1.890.000
									1.890.000
08 244	1384 2A60 0053	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Distrito Federal	S	3	2	31	0	388	243.000
									243.000
08 244	1384 2A60 0054	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado de Mato Grosso do Sul	S	3	2	41	0	388	1.129.800

08 244	1384 2A61	Serviços Específicos de Proteção Social Básica	S	3	2	41	0	388	1.129.800
08 244	1384 2A61 0001	Serviços Específicos de Proteção Social Básica - Nacional							9.000.000
			S	3	2	41	0	388	9.000.000
	1385	Proteção Social Especial							55.165.444
		ATIVIDADES							
08 244	1385 2A65	Serviços de Proteção Social Especial a Indivíduos e Famílias							31.330.260
08 244	1385 2A65 0001	Serviços de Proteção Social Especial a Indivíduos e Famílias - Nacional							4.770.500
			S	3	2	41	0	388	4.770.500
08 244	1385 2A65 0011	Serviços de Proteção Social Especial a Indivíduos e Famílias - No Estado de Rondônia							133.500
			S	3	2	41	0	388	133.500
08 244	1385 2A65 0013	Serviços de Proteção Social Especial a Indivíduos e Famílias - No Estado do Amazonas							365.700
			S	3	2	41	0	388	365.700
08 244	1385 2A65 0015	Serviços de Proteção Social Especial a Indivíduos e Famílias - No Estado do Pará							1.627.200
			S	3	2	41	0	388	1.627.200
08 244	1385 2A65 0017	Serviços de Proteção Social Especial a Indivíduos e Famílias - No Estado do Tocantins							228.600
			S	3	2	41	0	388	228.600
08 244	1385 2A65 0021	Serviços de Proteção Social Especial a Indivíduos e Famílias - No Estado do Maranhão							1.469.700
			S	3	2	41	0	388	1.469.700
08 244	1385 2A65 0022	Serviços de Proteção Social Especial a Indivíduos e Famílias - No Estado do Piauí							785.400
			S	3	2	41	0	388	785.400
08 244	1385 2A65 0023	Serviços de Proteção Social Especial a Indivíduos e Famílias - No Estado do Ceará							1.365.000
			S	3	2	41	0	388	1.365.000
08 244	1385 2A65 0024	Serviços de Proteção Social Especial a Indivíduos e Famílias - No Estado do Rio Grande do Norte							948.000
			S	3	2	41	0	388	948.000
08 244	1385 2A65 0026	Serviços de Proteção Social Especial a Indivíduos e Famílias - No Estado de Pernambuco							1.795.140
			S	3	2	41	0	388	1.795.140
08 244	1385 2A65 0027	Serviços de Proteção Social Especial a Indivíduos e Famílias - No Estado de Alagoas							636.900
			S	3	2	41	0	388	636.900
08 244	1385 2A65 0028	Serviços de Proteção Social Especial a Indivíduos e Famílias - No Estado de Sergipe							561.400
			S	3	2	41	0	388	561.400

08 244	1385 2A65 0029	Serviços de Proteção Social Especial a Indivíduos e Famílias - No Estado da Bahia							2.548.800
		S	3	2	41	0	388		2.548.800
08 244	1385 2A65 0031	Serviços de Proteção Social Especial a Indivíduos e Famílias - No Estado de Minas Gerais							4.050.000
		S	3	2	41	0	388		4.050.000
08 244	1385 2A65 0032	Serviços de Proteção Social Especial a Indivíduos e Famílias - No Estado do Espírito Santo							439.500
		S	3	2	41	0	388		439.500
08 244	1385 2A65 0033	Serviços de Proteção Social Especial a Indivíduos e Famílias - No Estado do Rio de Janeiro							1.875.600
		S	3	2	41	0	388		1.875.600
08 244	1385 2A65 0035	Serviços de Proteção Social Especial a Indivíduos e Famílias - No Estado de São Paulo							3.371.040
		S	3	2	41	0	388		3.371.040
08 244	1385 2A65 0041	Serviços de Proteção Social Especial a Indivíduos e Famílias - No Estado do Paraná							1.673.280
		S	3	2	41	0	388		1.673.280
08 244	1385 2A65 0042	Serviços de Proteção Social Especial a Indivíduos e Famílias - No Estado de Santa Catarina							1.022.700
		S	3	2	41	0	388		1.022.700
08 244	1385 2A65 0043	Serviços de Proteção Social Especial a Indivíduos e Famílias - No Estado do Rio Grande do Sul							1.662.300
		S	3	2	41	0	388		1.662.300
08 244	1385 2A69	Serviços Específicos de Proteção Social Especial							23.835.184
08 244	1385 2A69 0011	Serviços Específicos de Proteção Social Especial - No Estado de Rondônia							143.857
		S	3	2	41	0	388		143.857
08 244	1385 2A69 0012	Serviços Específicos de Proteção Social Especial - No Estado do Acre							26.505
		S	3	2	41	0	388		26.505
08 244	1385 2A69 0013	Serviços Específicos de Proteção Social Especial - No Estado do Amazonas							75.253
		S	3	2	41	0	388		75.253
08 244	1385 2A69 0014	Serviços Específicos de Proteção Social Especial - No Estado de Roraima							48.998
		S	3	2	41	0	388		48.998
08 244	1385 2A69 0015	Serviços Específicos de Proteção Social Especial - No Estado do Pará							315.305
		S	3	2	41	0	388		315.305
08 244	1385 2A69 0016	Serviços Específicos de Proteção Social Especial - No Estado do Amapá							55.555
		S	3	2	41	0	388		55.555
08 244	1385 2A69 0017	Serviços Específicos de Proteção Social Especial - No Estado do Tocantins							67.145
		S	3	2	41	0	388		67.145
08 244	1385 2A69 0021	Serviços Específicos de Proteção Social Especial - No Estado do Maranhão							252.502
		S	3	2	41	0	388		252.502
08 244	1385 2A69 0022	Serviços Específicos de Proteção Social Especial - No Estado do Piauí							198.778

08 244	1385 2A69 0023	Serviços Específicos de Proteção Social Especial - No Estado do Ceará	S	3	2	41	0	388	303.343
08 244	1385 2A69 0024	Serviços Específicos de Proteção Social Especial - No Estado do Rio Grande do Norte	S	3	2	41	0	388	304.963
08 244	1385 2A69 0025	Serviços Específicos de Proteção Social Especial - No Estado da Paraíba	S	3	2	41	0	388	225.375
08 244	1385 2A69 0026	Serviços Específicos de Proteção Social Especial - No Estado de Pernambuco	S	3	2	41	0	388	1.104.343
08 244	1385 2A69 0027	Serviços Específicos de Proteção Social Especial - No Estado de Alagoas	S	3	2	41	0	388	123.733
08 244	1385 2A69 0028	Serviços Específicos de Proteção Social Especial - No Estado de Sergipe	S	3	2	41	0	388	186.029
08 244	1385 2A69 0029	Serviços Específicos de Proteção Social Especial - No Estado da Bahia	S	3	2	41	0	388	607.043
08 244	1385 2A69 0031	Serviços Específicos de Proteção Social Especial - No Estado de Minas Gerais	S	3	2	41	0	388	4.978.375
08 244	1385 2A69 0032	Serviços Específicos de Proteção Social Especial - No Estado do Espírito Santo	S	3	2	41	0	388	357.167
08 244	1385 2A69 0033	Serviços Específicos de Proteção Social Especial - No Estado do Rio de Janeiro	S	3	2	41	0	388	2.569.451
08 244	1385 2A69 0035	Serviços Específicos de Proteção Social Especial - No Estado de São Paulo	S	3	2	41	0	388	5.752.178
08 244	1385 2A69 0041	Serviços Específicos de Proteção Social Especial - No Estado do Paraná	S	3	2	41	0	388	1.995.691
08 244	1385 2A69 0042	Serviços Específicos de Proteção Social Especial - No Estado de Santa Catarina	S	3	2	41	0	388	837.212
08 244	1385 2A69 0043	Serviços Específicos de Proteção Social Especial - No Estado do Rio Grande do Sul	S	3	2	41	0	388	2.205.485
08 244	1385 2A69 0051	Serviços Específicos de Proteção Social Especial - No Estado de Mato Grosso	S	3	2	41	0	388	285.247
08 244	1385 2A69 0052	Serviços Específicos de Proteção Social Especial - No Estado de Goiás	S	3	2	41	0	388	338.132
08 244	1385 2A69 0053	Serviços Específicos de Proteção Social Especial - No Distrito Federal	S	3	2	31	0	388	116.863
08 244	1385 2A69 0054	Serviços Específicos de Proteção Social Especial - No Estado de Mato Grosso do Sul	S	3	2	41	0	388	360.656

8034		Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem							32.594.694
		ATIVIDADES							32.594.694
08 243	8034 20B8	Serviço Socioeducativo para Jovens de 15 a 17 anos							27.235
08 243	8034 20B8 0012	Serviço Socioeducativo para Jovens de 15 a 17 anos - No Estado do Acre	S	3	2	41	0	388	27.235
08 243	8034 20B8 0013	Serviço Socioeducativo para Jovens de 15 a 17 anos - No Estado do Amazonas	S	3	2	41	0	388	420.008
08 243	8034 20B8 0014	Serviço Socioeducativo para Jovens de 15 a 17 anos - No Estado de Roraima	S	3	2	41	0	388	46.108
08 243	8034 20B8 0015	Serviço Socioeducativo para Jovens de 15 a 17 anos - No Estado do Pará	S	3	2	41	0	388	2.700.320
08 243	8034 20B8 0017	Serviço Socioeducativo para Jovens de 15 a 17 anos - No Estado do Tocantins	S	3	2	41	0	388	394.020
08 243	8034 20B8 0021	Serviço Socioeducativo para Jovens de 15 a 17 anos - No Estado do Maranhão	S	3	2	41	0	388	4.026.948
08 243	8034 20B8 0022	Serviço Socioeducativo para Jovens de 15 a 17 anos - No Estado do Piauí	S	3	2	41	0	388	1.903.033
08 243	8034 20B8 0023	Serviço Socioeducativo para Jovens de 15 a 17 anos - No Estado do Ceará	S	3	2	41	0	388	3.698.789
08 243	8034 20B8 0024	Serviço Socioeducativo para Jovens de 15 a 17 anos - No Estado do Rio Grande do Norte	S	3	2	41	0	388	1.579.432
08 243	8034 20B8 0025	Serviço Socioeducativo para Jovens de 15 a 17 anos - No Estado da Paraíba	S	3	2	41	0	388	2.131.061
08 243	8034 20B8 0026	Serviço Socioeducativo para Jovens de 15 a 17 anos - No Estado de Pernambuco	S	3	2	41	0	388	2.914.070
08 243	8034 20B8 0027	Serviço Socioeducativo para Jovens de 15 a 17 anos - No Estado de Alagoas	S	3	2	41	0	388	617.018
08 243	8034 20B8 0028	Serviço Socioeducativo para Jovens de 15 a 17 anos - No Estado de Sergipe	S	3	2	41	0	388	726.002
08 243	8034 20B8 0029	Serviço Socioeducativo para Jovens de 15 a 17 anos - No Estado da Bahia	S	3	2	41	0	388	2.620.652
08 243	8034 20B8 0031	Serviço Socioeducativo para Jovens de 15 a 17 anos - No Estado de Minas Gerais	S	3	2	41	0	388	2.817.688
08 243	8034 20B8 0032	Serviço Socioeducativo para Jovens de 15 a 17 anos - No Estado do Espírito Santo	S	3	2	41	0	388	47.799
08 243	8034 20B8 0033	Serviço Socioeducativo para Jovens de 15 a 17 anos - No Estado do Rio de Janeiro							1.763.032

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)				E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
										49.367,329
8034 Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem										
				ATIVIDADES						
14 123	8034 2272	Gestão e Administração do Programa								6.000,000
14 122	8034 2272 0001	Gestão e Administração do Programa - Nacional		F	3	2	90	0	100	6.000,000
14 366	8034 2A95	Elevação da Escolaridade e Qualificação Profissional - Projovem Urbano e Campo								15.000,000
14 366	8034 2A95 0001	Elevação da Escolaridade e Qualificação Profissional - Projovem Urbano e Campo - Nacional		F	3	2	90	0	100	15.000,000
14 131	8034 4641	Publicidade de Utilidade Pública								6.000,000
14 131	8034 4641 0001	Publicidade de Utilidade Pública - Nacional		F	3	2	90	0	100	6.000,000
				OPERAÇÕES ESPECIAIS						
14 366	8034 0A26	Concessão de Auxílio-Financeiro								22.367,329
14 366	8034 0A26 0001	Concessão de Auxílio-Financeiro - Nacional		F	3	2	90	0	100	22.367,329
										49.367,329
TOTAL - FISCAL										0
TOTAL - SEGURIDADE										
TOTAL - GERAL										49.367,329

[illegible]

FUNCCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N O	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0083 Previdência Social Básica									9.150.000
ATIVIDADES									
09 271	0083 2585	Serviço de Reabilitação Profissional							4.000.000
09 271	0083 2585 0001	Serviço de Reabilitação Profissional - Nacional	S	3	2	90	0	151	4.000.000
09 271	0083 2591	Serviço de Reconhecimento de Direitos de Benefícios Previdenciários							5.000.000
09 271	0083 2591 0001	Serviço do Reconhecimento de Direitos de Benefícios Previdenciários - Nacional	S	3	2	90	0	100	2.000.000
			S	3	2	90	0	151	3.000.000
09 271	0083 2A57	Remuneração dos Serviços Postais							150.000
09 271	0083 2A57 0001	Remuneração dos Serviços Postais - Nacional	S	3	2	90	0	151	150.000
									15.300.000
0085 Qualidade dos Serviços Previdenciários									
ATIVIDADES									
09 665	0085 2562	Auditoria Preventiva e Corretiva em Rotinas, Procedimentos e Processos							1.300.000
09 665	0085 2562 0001	Auditoria Preventiva e Corretiva em Rotinas, Procedimentos e Processos - Nacional	S	3	2	90	0	151	1.300.000
PROJETOS									
09 126	0085 3896	Modernização Tecnológica para a Qualidade do Atendimento							14.000.000
09 126	0085 3896 0001	Modernização Tecnológica para a Qualidade do Atendimento - Nacional	S	3	2	90	0	100	8.000.000
			S	4	2	90	0	151	6.000.000
0087 Gestão da Política de Previdência Social									9.000.000
ATIVIDADES									
09 128	0087 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação							9.000.000
09 128	0087 4572 0001	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - Nacional	S	3	2	90	0	151	9.000.000
TOTAL – FISCAL									0
TOTAL – SEGURIDADE									33.450.000
TOTAL – GERAL									33.450.000

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0086 Previdência Complementar									3.130.832
			ATIVIDADES						
09 273	0086 20EI	Funcionamento dos Escritórios Regionais da PREVIC							1.397.934
09 273	0086 20EI 000:	Funcionamento dos Escritórios Regionais da PREVIC - Nacional	S	3	2	90	0	174	1.397.934
			S	4	2	90	0	174	1.138.406
09 128	0086 20GN	Educação Financeira e Previdenciária							259.528
09 128	0086 20GN 0001	Educação Financeira e Previdenciária - Nacional	S	3	2	90	0	174	768.016
			S	4	2	90	0	174	768.016
09 128	0086 2286	Capacitação de Servidores na Área de Previdência Complementar							400.000
09 128	0086 2286 000:	Capacitação de Servidores na Área de Previdência Complementar - Nacional	S	3	2	90	0	174	400.000
			S	4	2	90	0	174	400.000
09 128	0086 2592	Fiscalização das Entidades de Previdência Complementar							564.882
09 128	0086 2592 0001	Fiscalização das Entidades de Previdência Complementar - Nacional	S	3	2	90	0	174	564.882
			S	4	2	90	0	174	500.000
			S	4	2	90	0	174	64.382
0087 Gestão da Política de Previdência Social									600.000
			ATIVIDADES						
09 128	0087 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação							600.000
09 128	0087 4572 0001	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - Nacional	S	3	2	90	0	174	600.000
									0
TOTAL - FISCAL									3.730.832
TOTAL - SEGURIDADE									3.730.832
TOTAL - GERAL									

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			E	S	G	R	M	I	F	VALOR
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	S	N	P	O	U	T		
1184		Segurança e Saúde no Trabalho								21.394
		ATIVIDADES								
11 123	1184 2690	Inspeção em Segurança e Saúde no Trabalho								17.394
11 125	1184 2690 0001	Inspeção em Segurança e Saúde no Trabalho - Nacional	F	3	2	90	0	174		17.394
		OPERAÇÕES ESPECIAIS								
11 846	1184 0554	Ressarcimento a Empregadores Não-Optantes pelo Benefício Fiscal Previsto nas Leis nº 6.321, de 1976 e 6.542, de 1978								4.000
11 846	1184 0554 0010	Ressarcimento a Empregadores Não-Optantes pelo Benefício Fiscal Previsto nas Leis nº 6.321, de 1976 e 6.542, de 1978 - Na Região Norte	S	3	2	90	0	174		4.000
8034		Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem								7.115.985
		ATIVIDADES								
11 366	8034 2A95	Elevação da Escolaridade e Qualificação Profissional - ProJovem Urbano e Campo								7.115.985
11 366	8034 2A95 0001	Elevação da Escolaridade e Qualificação Profissional - ProJovem Urbano e Campo - Nacional	F	3	2	30	0	100		1.433
			F	4	2	40	0	100		3.557.276
			F	4	2	30	0	100		3.557.276
TOTAL - FISCAL										7.133.379
TOTAL - SEGURIDADE										4.000
TOTAL - GERAL										7.137.379

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			E S F	O N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1006 Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome									4.000.000
ATIVIDADES									
08 244	1006 6877	Capacitação de Agentes Públicos e Sociais em Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome							4.000.000
08 244	1006 6877 0001	Capacitação de Agentes Públicos e Sociais em Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Nacional	S	3	2	90	0	151	4.000.000
1049 Acesso à Alimentação									2.145.000
ATIVIDADES									
08 306	1049 8506	Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local							2.145.000
08 306	1049 8506 0001	Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local - Nacional	S	4	2	30	0	151	600.000
			S	4	2	71	0	151	1.445.000
			S	4	2	90	0	151	100.000
1133 Economia Solidária em Desenvolvimento									11.167.179
ATIVIDADES									
08 244	1133 4963	Promoção da Inclusão Produtiva							11.167.179
08 244	1133 4963 0001	Promoção da Inclusão Produtiva - Nacional	S	3	2	30	0	151	5.469.686
			S	3	2	90	0	151	5.697.493
1335 Transferência de Renda com Condições de Bolsa Família									691.470.000
ATIVIDADES									
08 244	1335 8442	Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004)							691.470.000
08 244	1335 8442 0030	Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004) - Na Região Sudeste	S	3	1	90	0	153	362.260.000
08 244	1335 8442 0040	Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004) - Na Região Sul	S	3	1	90	0	153	254.130.000
08 244	1335 8442 0050	Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004) - Na Região Centro-Oeste							75.080.000
			S	3	1	90	0	153	75.080.000
TOTAL - FISCAL									708.782.179
TOTAL - SEGURIDADE									708.782.179
TOTAL - GERAL									

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			B S P	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0068 Erradicação do Trabalho Infantil									2.936.690
ATIVIDADES									
08 143	0068 8662	Concessão de Bolsa para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho							2.936.690
08 143	0068 8662 0001	Concessão de Bolsa para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho - Nacional							2.289.864
08 143	0068 8662 0011	Concessão de Bolsa para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho - No Estado de Rondônia	S	3	2	90	0	151	2.289.864
08 143	0068 8662 0012	Concessão de Bolsa para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho - No Estado do Acre	S	3	2	90	0	151	126.909
08 143	0068 8662 0013	Concessão de Bolsa para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho - No Estado do Amazonas	S	3	2	90	0	151	126.909
08 143	0068 8662 0014	Concessão de Bolsa para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho - No Estado de Roraima	S	3	2	90	0	151	52.537
08 143	0068 8662 0015	Concessão de Bolsa para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho - No Estado do Pará	S	3	2	90	0	151	52.537
08 143	0068 8662 0016	Concessão de Bolsa para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho - No Estado da Amapá	S	3	2	90	0	151	15.423
08 143	0068 8662 0017	Concessão de Bolsa para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho - No Estado do Tocantins	S	3	2	90	0	151	52.505
08 143	0068 8662 0021	Concessão de Bolsa para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho - No Estado do Maranhão	S	3	2	90	0	151	52.505
08 143	0068 8662 0022	Concessão de Bolsa para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho - No Estado do Piauí	S	3	2	90	0	151	54.530
08 143	0068 8662 0028	Concessão de Bolsa para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho - No Estado de Sergipe	S	3	2	90	0	151	5.066
08 143	0068 8662 0033	Concessão de Bolsa para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho - No Estado do Rio de Janeiro	S	3	2	90	0	151	5.066
08 143	0068 8662 0035	Concessão de Bolsa para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho - No Estado de São Paulo	S	3	2	90	0	151	6.641
08 143	0068 8662 0053	Concessão de Bolsa para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho - No Distrito Federal	S	3	2	90	0	151	6.641
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.936.690
TOTAL - GERAL									2.936.690

A SRA. PRESIDENTE (Rose De Freitas. PMDB – ES) – **Item 9:** Consulto o Plenário se ele é objeto de entendimento. Item 9, PLN nº 35.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM – BA) – O 35 não. É o 43 agora.

A SRA. PRESIDENTE (Rose De Freitas. PMDB – ES) – Não?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Não está no acordo ainda. O Governo bem que tinha interesse, mas...

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM – BA) – Agora é 43 e o 46.

A SRA. PRESIDENTE (Rose De Freitas. PMDB – ES) – Pois não. Os senhores ainda têm tempo para se entender no plenário até o final da sessão.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM – BA) – O entendimento tem que ser feito antes, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose De Freitas. PMDB – ES) – Hoje é aniversário do Deputado Cajado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose De Freitas. PMDB – ES) – **Item 10:**

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 43, DE 2011

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 43, de 2011, do

Congresso Nacional, que *abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Pesca e Aquicultura, crédito suplementar no valor global de R\$403.725.000,00 (quatrocentos e três milhões, setecentos e vinte e cinco mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.*

Ao projeto de lei foram apresentadas quatro emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 57, de 2011, cujo relator foi o Deputado Zé Geraldo, concluiu pela aprovação do projeto e rejeição das emendas aprovadas.

Em discussão o projeto.

Não havendo quem queira discutir, em votação o projeto, nos termos do parecer da Câmara.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação, no Senado Federal.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:

PROJETO DE LEI Nº 43, DE 2011-CN MENSAGEM Nº 117, DE 2011-CN (nº 456/2011, na origem)

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Pesca e Aquicultura, crédito suplementar no valor global de R\$ 403.725.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011), em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Pesca e Aquicultura, crédito suplementar no valor global de R\$ 403.725.000,00 (quatrocentos e três milhões, setecentos e vinte e cinco mil reais), para atender à programação constante do Anexo I a esta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - superávit financeiro de Outras Contribuições Sociais, apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2010, no valor de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais);

II - anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 3.725.000,00 (três milhões, setecentos e vinte e cinco mil reais), conforme indicado no Anexo II a esta Lei; e

III - emissão de Títulos da Dívida Agrária (TDA), no valor de R\$ 340.000.000,00 (trezentos e quarenta milhões de reais).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ÓRGÃO: 49000 - Ministério do Desenvolvimento Agrário

UNIDADE: 49101 - Ministério do Desenvolvimento Agrário

Crédito Suplementar

ANEXO II

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
									2.500.000
1116		Crédito Fundiário							
		PROJETOS							2.500.000
21 631	1116 1545	Estruturação de Assentamentos e Investimentos Comunitários - Combate à Pobreza Rural							2.500.000
21 631	1116 1545 0001	Estruturação de Assentamentos e Investimentos Comunitários - Combate à Pobreza Rural - Nacional	F	3	2	90	0	100	2.500.000
									2.500.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.500.000
TOTAL - GERAL									

ÓRGÃO: 58000 - Ministério da Pesca e Aquicultura

UNIDADE: 58101 - Ministério da Pesca e Aquicultura

Crédito Suplementar

ANEXO II

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
									1.225.000
1342		Desenvolvimento Sustentável da Pesca							
		PROJETOS							1.225.000
20 602	1342 123F	Implantação do Terminal Pesqueiro do Rio de Janeiro							1.225.000
20 602	1342 123F 0101	Implantação do Terminal Pesqueiro do Rio de Janeiro - No Município do Rio de Janeiro - RJ	F	4	2	90	0	100	1.225.000
									1.225.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.225.000
TOTAL - GERAL									

A SRA. PRESIDENTE (Rose De Freitas. PMDB – ES) – Item 11 da pauta:

PROJETO DE LEI Nº 46, DE 2011 – CN

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 46, de 2011 – CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

Ao projeto de lei foram apresentadas três emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 54, de 2011-CN,

(Relator: Deputado Gilmar Machado), concluiu pela aprovação do projeto, inadmitindo a Emenda nº 3 e rejeitando as demais emendas apresentadas.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, vamos colocar o projeto em votação, nos termos do parecer, na Câmara.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação, no Senado.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			E	G	R	M	I	F	VALOR
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	S	N	P	O	U	T	
	1459	Vetor Logístico Nordeste Setentrional							10.000.000
		PROJETOS							
26 782	1459 7139	Construção de Trecho Rodoviário - Uirapuru - Poço Dantas - na BR- 434 - no Estado da Paraíba							5.000.000
26 782	1459 7139 0025	Construção de Trecho Rodoviário - Uirapuru - Poço Dantas - na BR- 434 - no Estado da Paraíba - No Estado da Paraíba	F	4	2	90	0	100	5.000.000
26 782	1459 7M33	Construção de Trecho Rodoviário - São João do Rio do Peixe - Marizópolis - na BR-405 - no Estado da Paraíba							5.000.000
26 782	1459 7M33 0025	Construção de Trecho Rodoviário - São João do Rio do Peixe - Marizópolis - na BR-405 - no Estado da Paraíba - No Estado da Paraíba	F	4	2	90	0	100	5.000.000
TOTAL - FISCAL									10.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									10.000.000

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes

UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	1459	Veio Logístico Nordeste Setentrional							10.000.000
		PROJETOS							
26 782	1459 7R35	Adequação de Trecho Rodoviário - Km 239 - Km 244 (Binário de Juazeirinho) - na BR-230 - no Estado da Paraíba							10.000.000
26 782	1459 7R35 0023	Adequação de Trecho Rodoviário - Km 239 - Km 244 (Binário de Juazeirinho) - na BR-230 - no Estado da Paraíba - No Estado da Paraíba							10.000.000
			P	4	2	90	0	100	10.000.000
TOTAL - FISCAL									10.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									10.000.000

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr^a Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Rose De Freitas. PMDB – ES) – Eu faço uma...

Pois não, Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Estou retirando o requerimento de preferência do Item 32 para manter o acordo com os companheiros do DEM e do PSDB.

A SRA. PRESIDENTE (Rose De Freitas. PMDB – ES) – V. Ex^a retira o Item 2 da pauta?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – O requerimento de preferência no PLN nº 32.

O SR. ROGÉRIO MARINHO (PSDB – RN) – Não seria votado mais hoje, nesta sessão.

A SRA. PRESIDENTE (Rose De Freitas. PMDB – ES) – Pois não, entendido.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Votaremos hoje, votaremos o principal. Votaremos o parecer...

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM – BA) – De acordo com o relatório apresentado por este humilde Parlamentar? É isso?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – É isso.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM – BA) – Então pronto, tem acordo.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Então manteremos o parecer...

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM – BA) – Presidente, hoje estou fazendo aniversário, mas quem está ganhando presente é o Governo.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – ...em homenagem ao aniversariante!

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM – BA) – E fica difícil.

A SRA. PRESIDENTE (Rose De Freitas. PMDB – ES) – V. Ex^a, requerimento para retirada de pauta...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – De preferência.

A SRA. PRESIDENTE (Rose De Freitas. PMDB – ES) – Retirada da pauta.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Retirado o requerimento de preferência.

O SR. ROGÉRIO MARINHO (PSDB – RN) – O Governo está anuindo em função do substitutivo do Relator.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Mantenho na pauta o PLN nº 32.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG) – Sr^a Presidente, é porque nós iríamos votar primeiro a preferência contra o substitutivo. Agora não vai ser feito mais isso. Essa é que é a...

A SRA. PRESIDENTE (Rose De Freitas. PMDB – ES) – É porque nós não tínhamos lido o requerimento de preferência. Não será lido então e será retirado de pauta.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Temos aqui o PLN nº 32.

Item 7:

PROJETO DE LEI Nº 32, DE 2011 – CN

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 32, de 2011 – CN, que *abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de R\$96.798.777,00 (noventa e seis milhões, setecentos e noventa e oito mil, setecentos e sete e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.*

Ao projeto de lei foram apresentadas 23 emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 56, de 2011 (Relator: Deputado Claudio Cajado), concluiu pela apresentação de substitutivo, aprovação das Emendas nºs 7, 9, 12 e 13, aprovação parcial das Emendas nºs 6, 14, 20, 21 e 23, inadmitindo as Emendas nºs 1 a 5 e rejeitando as demais emendas que foram apresentadas ao projeto.

Em discussão o projeto.

O SR. ROGÉRIO MARINHO (PSDB – RN) – Para discutir, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Com a palavra o Deputado Rogério Marinho.

O SR. ROGÉRIO MARINHO (PSDB – RN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr^a Presidente.

Sr^{as} e Srs. Deputados, este é o último projeto em pauta, dentro do acordo que firmamos com o Governo. É importante ressaltar que estamos votando créditos de um pouco mais de R\$4 bilhões.

Existe, parece-me, uma demanda represada de mais 35 ou 36 PLs de crédito, que devem dar mais de R\$20 bilhões. São quantias bastante consideráveis, quantias que evidenciam a necessidade de reformarmos, de forma urgente, a confecção e execução de nosso Orçamento.

Nos últimos 5 anos, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr^{as} e Srs. Senadores, estivemos, dentro da Comissão de Orçamento, a exemplo de outros companheiros, tentando, junto ao Governo Federal e a nossos Pares – sempre com receptividade de nossos Pares –, mudar a forma como nosso Orçamento é confeccionado e executado.

Esse número enorme de modificações que são feitas no Orçamento da União, em função de sua execução, mostra que a elaboração do Orçamento não guarda a devida e necessária junção com a realidade factual do País.

Essas alterações, todas elas, são possíveis, de acordo com a legislação, é verdade, mas mostram que está faltando planejamento do Governo e está faltando, sobretudo, por parte da sociedade, a transparência nessa execução orçamentária.

Na discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias deste ano, novamente, colocamos a necessidade – votada pelos nossos Pares, mas vetada pela Presidente – de represarmos o RAP, que são Restos a Pagar. Aliás, o Relator Márcio Reinaldo apresentou uma solução, que considero brilhante: de ano a ano, diminuir em 10% o RAP, estabelecendo critérios, de tal maneira que o Orçamento fosse real no ano em curso e não houvesse pressão sobre o financeiro deste ano, e o Orçamento deixasse de ser uma peça de ficção, principalmente no que tange aos recursos discricionários, ou seja, o que o Governo efetivamente executa.

Então, essa é uma reflexão que tenho feito e aproveitado todos os momentos para fazê-lo, porque este Parlamento precisa-se impor e ser, de verdade, um poder que seja equânime em relação à Nação. Ou seja, o Parlamento tem que estar ombreado com o Executivo, e hoje, infelizmente, nós estamos aqui carimbando papéis, e o nosso acordo novamente foi honrado.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr^a Presidenta!

A SRA. PRESIDENTE (Rose De Freitas. PMDB – ES) – Pois não, Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Quero, Sr^a Presidente, parabenizar a forma como V. Ex^a tem conduzido as sessões do Congresso Nacional, primando para construir acordos e, a partir disso, conduzindo, com toda a tranquilidade, os trabalhos do Congresso Nacional. Isso engrandece o trabalho desta Casa, mas, principalmente, das mulheres quando assumem as suas tarefas.

Eu queria agradecer também a nossa oposição: aqui o DEM, o PSDB e o PPS, que nos ajudaram a construir essa agenda que nos permitiu votar hoje dez créditos suplementares. Queremos, na próxima semana, continuar dialogando para construir outra agenda em cima do remanescente dessa pauta e também do que está na Comissão Mista de Orçamento.

Quero aproveitar para abraçar Claudio Cajado, que hoje fica mais jovem, e, em nome dele, saudar a bancada baiana, juntamente com Amauri Teixeira, dois baianos que estão aqui, no Congresso Nacional, ajudando-nos e aniversariando. Exatamente por isso resolvemos tirar a preferência para manter o seu belo parecer e, a partir daí, criar caminhos e pontes para que continuemos nesse processo de unidade de votação em interesse do pacto federativo, particularmente do Estado nacional.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose De Freitas. PMDB – ES) – Nós é que agradecemos.

Deputado Claudio Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM – BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, é uma situação **sui generis** neste País: eu aniversário e quem ganha o presente é o Governo!

V. Ex^a perceba claramente como eu estou numa postura **light**, como, nesta sessão do Congresso, estou extremamente benevolente! Isso em função de que nós estamos dando uma última credibilidade à palavra da Ministra Ideli.

Quero reiterar o pronunciamento que fiz anteriormente, no início desta sessão, quando foi dito claramente que nós sentaremos, na semana que vem, para que estabeleçamos as regras a fim de que fazer com haja efetivamente a votação desses créditos, que são importantes. Eu não discuto a importância deles para o País, nós votamos agora créditos fundamentais. Inclusive, um que vai fazer a Escola de Aperfeiçoamento da Aeronáutica lá em Minas Gerais, onde o nosso querido Comandante Brigadeiro Araújo fica à frente desse órgão da Aeronáutica, como tantos outros que votamos aqui na área do Ministério da Pesca, do Ministério da Agricultura. Mas o Governo precisa entender que existem, sim, demandas de outras áreas e que nós temos que também pautá-las, por considerá-las importantes e absolutamente necessárias.

Daí por que esperamos que o Senador Pimentel, como o Líder Gilmar Machado continuem esse encaminhamento junto à Secretaria de Relações Institucionais para que possamos estabelecer, na próxima semana, um acordo para podermos ir ampliando a aprovação

desses créditos suplementares. Deixando claro que não é um comportamento com que nós concordamos como postura de gestão pública, porque você ter um orçamento ao lado dele, suplementá-lo enormemente e ainda executá-lo em outro orçamento, que são os restos a pagar, cria uma balbúrdia e uma falta de planejamento que prejudicam, em última análise, as políticas públicas.

Daí por que nós achamos que essa crítica tem que ser levada em consideração, e esse encaminhamento para o ano que vem, em um aperfeiçoamento na execução orçamentária nessas áreas que nós estamos aqui expondo.

Agradeço a V. Ex^a pela oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB – ES) – Deputado Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (PMDB – GO. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, em nome do PMDB, também quero parabenizá-la pela condução dos trabalhos hoje, como Presidente de fato e de direito aqui, na Câmara dos Deputados. E também ressaltar a participação do PMDB na construção desse acordo tão importante para o Governo. Foram vários créditos – dez créditos – votados agora, nesta manhã, todos importantes para o nosso Governo.

Eu queria aqui ressaltar e deixar registrada a participação do PMDB na construção desse acordo tão importante para o nosso Governo.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose De Freitas. PMDB – ES) – Continuamos a discussão do projeto. (*Pausa.*)

Não mais havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o substitutivo, que tem preferência regimental, nos termos do parecer, na Câmara.

Aliás, vamos colocar em votação o projeto, nos termos do parecer, na Câmara. (*Pausa.*)

Deixem os assessores se entenderem.

Então, nós vamos votar o substitutivo, que tinha pareceres diferentes.

Em votação o substitutivo, que tem preferência regimental, nos termos do parecer, da Câmara.

As Sr^{as} Deputadas e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação, no Senado Federal.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 32, de 2011-CN

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de R\$ 96.798.777,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011), em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de R\$ 96.798.777,00 (noventa e seis milhões, setecentos e noventa e oito mil, setecentos e setenta e sete reais), para atender à programação constante do Anexo I a esta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I – superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2010, no valor de R\$ 22.665.000,00 (vinte e dois milhões, seiscentos e sessenta e cinco mil reais), sendo:

- a) R\$ 874.000,00 (oitocentos e setenta e quatro mil reais), relativos a Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia;
- b) R\$ 11.000.000,00 (onze milhões de reais), a Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional; e
- c) R\$ 10.791.000,00 (dez milhões, setecentos e noventa e um mil reais), a Recursos Próprios Não Financeiros;

II – excesso de arrecadação de Recursos Próprios Não Financeiros, no valor de R\$ 4.720.058,00 (quatro milhões, setecentos e vinte mil, cinquenta e oito reais); e

III – anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 69.413.719,00 (sessenta e nove milhões, quatrocentos e treze mil, setecentos e dezenove reais), conforme indicado no Anexo II a esta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,03

FUNÇÃOAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PROPOSTA	9	8	7	6	5	4	3	2	1	VALOR
			9	8	7	6	5	4	3	2	1	
0007		Resíduos Sólidos Urbanos										21.604.967
			ATIVIDADES									
10542	8007 3842	Implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos										21.604.967
10542	8007 2542 0001	Implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos - Nacional										21.604.967
			F	2	1	90	0	100				19.055.000
			F	4	2	90	0	100				2.549.967
TOTAL - FISCAL												21.604.967
TOTAL - GERAL												21.604.967

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNÇÃO PROGRAMÁTICA		PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	F	E	M	I	N	O	D	J	J	F	VALOR
0503		Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais - Florescer											5.789.693
		ATIVIDADES											
18542	0503 6874	Prevenção e Combate a Incêndios Florestais e Controle de Queimadas											1.019.333
18542	0503 6874 0001	Prevenção e Combate a Incêndios Florestais e Controle de Queimadas - Nacional											1.019.333
			F	3	2	90	0	174					1.019.333
18125	0503 6107	Fiscalização de Atividades de Desmatamento											5.770.461
18125	0503 6107 0001	Fiscalização de Atividades de Desmatamento - Nacional											5.770.461
			F	3	2	90	0	174					5.770.461
0511		Gestão da Política de Meio Ambiente											14.089
		ATIVIDADES											
18125	0511 6037	Fortalecimento e Aprimoramento da Fiscalização Ambiental											14.089
18125	0511 6037 0001	Fortalecimento e Aprimoramento da Fiscalização Ambiental - Nacional											14.089
			F	3	2	90	0	174					14.089
		TOTAL - FISCAL											6.803.782
		TOTAL - GERAL											6.803.782

FUNÇÃO PROGRAMÁTICA		PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	VALOR	
0750		Apoio Administrativo																																																											13.468.000																																										
		ATIVIDADES																																																																																																					
18122	0750 1000	Administração da Unidade																																																											12.468.000																																										
18122	0750 1000 0001	Administração da Unidade - Nacional																																																											12.468.000																																										
				2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	874.000
				2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	10.594.000
1332		Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros																																																											1.500.000																																										
		ATIVIDADES																																																																																																					
18301	1332 4301	Regularização Fundiária das Unidades de Conservação Federais																																																											1.500.000																																										
18301	1332 4301 0001	Regularização Fundiária das Unidades de Conservação Federais - Nacional																																																											1.500.000																																										
				2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	1.500.000
		TOTAL - FISCAL																																																											12.968.000																																										
		TOTAL - GERAL																																																											12.968.000																																										

FUNÇ. PROGRAMÁTICA		PROGRAMAÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	FUNÇ. PROGRAMÁTICA						VALOR
			F	F	F	F	F	F	
			1	2	3	4	5	6	
1430		Desenvolvimento Macrorregional Sustentável							1.730.058
		ATIVIDADES							
19573	1430 1340	Desenvolvimento da Rede Regional de Inovação							1.730.058
19573	1430 1340 0078	Desenvolvimento da Rede Regional de Inovação - Na Região Nordeste	F	1	3	50	0	230	1.816.017
			F	1	2	38	0	250	2.064.041
		TOTAL - FISCAL							1.730.058
		TOTAL - CENAL							4.720.058

[illegible]

[illegible]

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

[illegible]

FUNÇÃO/PROGRAMÁTICA		PROGRAMA(AÇÃO)/SUBTÍTULO/PRODUTO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120	121	122	123	124	125	126	127	128	129	130	131	132	133	134	135	136	137	138	139	140	141	142	143	144	145	146	147	148	149	150	151	152	153	154	155	156	157	158	159	160	161	162	163	164	165	166	167	168	169	170	171	172	173	174	175	176	177	178	179	180	181	182	183	184	185	186	187	188	189	190	191	192	193	194	195	196	197	198	199	200	201	202	203	204	205	206	207	208	209	210	211	212	213	214	215	216	217	218	219	220	221	222	223	224	225	226	227	228	229	230	231	232	233	234	235	236	237	238	239	240	241	242	243	244	245	246	247	248	249	250	251	252	253	254	255	256	257	258	259	260	261	262	263	264	265	266	267	268	269	270	271	272	273	274	275	276	277	278	279	280	281	282	283	284	285	286	287	288	289	290	291	292	293	294	295	296	297	298	299	300	301	302	303	304	305	306	307	308	309	310	311	312	313	314	315	316	317	318	319	320	321	322	323	324	325	326	327	328	329	330	331	332	333	334	335	336	337	338	339	340	341	342	343	344	345	346	347	348	349	350	351	352	353	354	355	356	357	358	359	360	361	362	363	364	365	366	367	368	369	370	371	372	373	374	375	376	377	378	379	380	381	382	383	384	385	386	387	388	389	390	391	392	393	394	395	396	397	398	399	400	401	402	403	404	405	406	407	408	409	410	411	412	413	414	415	416	417	418	419	420	421	422	423	424	425	426	427	428	429	430	431	432	433	434	435	436	437	438	439	440	441	442	443	444	445	446	447	448	449	450	451	452	453	454	455	456	457	458	459	460	461	462	463	464	465	466	467	468	469	470	471	472	473	474	475	476	477	478	479	480	481	482	483	484	485	486	487	488	489	490	491	492	493	494	495	496	497	498	499	500	501	502	503	504	505	506	507	508	509	510	511	512	513	514	515	516	517	518	519	520	521	522	523	524	525	526	527	528	529	530	531	532	533	534	535	536	537	538	539	540	541	542	543	544	545	546	547	548	549	550	551	552	553	554	555	556	557	558	559	560	561	562	563	564	565	566	567	568	569	570	571	572	573	574	575	576	577	578	579	580	581	582	583	584	585	586	587	588	589	590	591	592	593	594	595	596	597	598	599	600	601	602	603	604	605	606	607	608	609	610	611	612	613	614	615	616	617	618	619	620	621	622	623	624	625	626	627	628	629	630	631	632	633	634	635	636	637	638	639	640	641	642	643	644	645	646	647	648	649	650	651	652	653	654	655	656	657	658	659	660	661	662	663	664	665	666	667	668	669	670	671	672	673	674	675	676	677	678	679	680	681	682	683	684	685	686	687	688	689	690	691	692	693	694	695	696	697	698	699	700	701	702	703	704	705	706	707	708	709	710	711	712	713	714	715	716	717	718	719	720	721	722	723	724	725	726	727	728	729	730	731	732	733	734	735	736	737	738	739	740	741	742	743	744	745	746	747	748	749	750	751	752	753	754	755	756	757	758	759	760	761	762	763	764	765	766	767	768	769	770	771	772	773	774	775	776	777	778	779	780	781	782	783	784	785	786	787	788	789	790	791	792	793	794	795	796	797	798	799	800	801	802	803	804	805	806	807	808	809	810	811	812	813	814	815	816	817	818	819	820	821	822	823	824	825	826	827	828	829	830	831	832	833	834	835	836	837	838	839	840	841	842	843	844	845	846	847	848	849	850	851	852	853	854	855	856	857	858	859	860	861	862	863	864	865	866	867	868	869	870	871	872	873	874	875	876	877	878	879	880	881	882	883	884	885	886	887	888	889	890	891	892	893	894	895	896	897	898	899	900	901	902	903	904	905	906	907	908	909	910	911	912	913	914	915	916	917	918	919	920	921	922	923	924	925	926	927	928	929	930	931	932	933	934	935	936	937	938	939	940	941	942	943	944	945	946	947	948	949	950	951	952	953	954	955	956	957	958	959	960	961	962	963	964	965	966	967	968	969	970	971	972	973	974	975	976	977	978	979	980	981	982	983	984	985	986	987	988	989	990	991	992	993	994	995	996	997	998	999	1000
0167		Brasil Patrimônio Cultural																													12.046																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
		ATIVIDADES																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
13392	0167 2082	FUNÇÕES DE CADERNOS de Refeição e Documentação do Semi-árido																													12.046																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
13392	0167 2082 0021	FUNÇÕES DE CADERNOS de Refeição e Documentação do Semi-árido - No Estado do Ceará																													12.046																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
				F	1	2	30	0	100																					12.046																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
0379		Desenvolvimento da Agricultura Irrigada																													12.422.094																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
		ATIVIDADES																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
30406	0379 3049	Promoção da Assistência Técnica e Extensão Rural - ATEN																													1.208.000																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
30406	0379 3049 0001	Promoção da Assistência Técnica e Extensão Rural - ATEN - Regional																													1.208.000																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
				F	3	2	90	0	100																					1.208.000																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
				F	3	2	90	0	100																					1.208.000																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
30607	0379 3236	Manutenção da Perímetro Irrigado																													9.374.704																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
30607	0379 3236 0021	Manutenção da Perímetro Irrigado - No Estado do Ceará																													9.374.704																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
				F	6	3	90	0	100																					1.208.000																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
				F	3	2	90	0	100																					1.208.000																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
				F	6	3	90	0	100																					1.208.000																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
04128	0379 4544	Capacitação para a Agricultura Irrigada																													90.000																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
04128	0379 4544 0001	Capacitação para a Agricultura Irrigada - Regional																													90.000																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
				F	3	2	90	0	100																					90.000																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
30607	0379 4544	Estudos para o Desenvolvimento da Agricultura Irrigada																													150.000																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
30607	0379 4544 0001	Estudos para o Desenvolvimento da Agricultura Irrigada - Nacional																													150.000																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
				F	3	2	90	0	100																					150.000																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
				F	3	2	90	0	100																					150.000																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
				F	3	2	90	0	100																					150.000																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
				F	3	2	90	0	100																					150.000																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
				F	3	2	90	0	100																					150.000																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
				F	3	2	90	0	100																					150.000																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
				F	3	2	90	0	100																					150.000																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
				F	3	2	90	0	100																					150.000																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
				F	3	2	90	0	100																					150.000																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
				F	3	2	90	0	100																					150.000																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
				F	3	2	90	0	100																					150.000																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
				F	3	2	90	0	100																					150.000																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
				F	3	2	90	0	100																					150.000																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
				F	3	2	90	0	100																					150.000																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
				F	3	2	90	0	100																					150.000																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
				F	3	2	90	0	100																					150.000																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
				F	3	2	90	0	100																					150.000																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
				F	3	2	90	0	100																					150.000																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
				F	3	2	90	0	100																					150.000																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
				F	3	2	90	0	100																					150.000																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
				F	3	2	90	0	100																					150.000																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
				F	3	2	90	0	100																					150.000																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
				F	3	2	90	0	100																					150.000																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
				F	3	2	90	0	100																					150.000																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
				F	3	2	90	0	100																					150.000																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
				F	3	2	90	0	100																					150.000																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
				F	3	2	90	0	100																					150.000																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
				F	3	2	90	0	100																					150.000																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
				F	3	2	90	0	100																					150.000																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
				F	3	2	90	0	100																					150.000																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
				F	3	2	90	0	100																					150.000																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
				F	3	2	90	0	100																					150.000																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
				F	3	2	90	0	100																					150.000																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
				F	3	2	90	0	100																					150.000																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
				F	3	2	90	0	100																					150.000																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
				F	3	2	90	0	100																					150.000																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
				F	3	2	90	0</																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																		

1

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNÇÃO/FUNDAÇÃO		PROGRAMAÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	B F	C D	E F	F D	G D	H D	I D	J D	K D	VALOR
			F	4	2	30	0	100				4.430
18.544	0315 1890	Revitalização de Infra-estruturas de Abastecimento de Água										123.000
18.544	0315 1890 0020	Revitalização de Infra-estruturas de Abastecimento de Água - Na Região Nordeste										123.000
			F	4	2	30	0	100				123.000
18.544	0315 2062	Capacitação de Recursos Humanos para Projetos de Infra-estrutura Hídrica										80.000
18.544	0315 2062 0020	Capacitação de Recursos Humanos para Projetos de Infra-estrutura Hídrica - Na Região Nordeste										80.000
			F	2	2	30	0	100				80.000
		PROJETOS										
18.544	0315 1128	Construção de Açude Itapetuma no Estado do Ceará										400.000
18.544	0315 1128 0023	Construção do Açude Itapetuma no Estado do Ceará - No Estado do Ceará										400.000
			F	6	2	30	0	100				400.000
0757		Gestão da Política de Integração Nacional										50.000
		ATIVIDADES										
04128	0757 4654	Capacitação para o Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial										50.000
04128	0757 4654 0061	Capacitação para o Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial - Nacional										50.000
			F	4	2	30	0	100				50.000
1343		Desenvolvimento Sustentável da Agricultura										403.688
		ATIVIDADES										
20.602	1343 2813	Funcionamento de Estações e Centros de Pesquisa em Aquicultura										100.000
20.602	1343 2813 0020	Funcionamento de Estações e Centros de Pesquisa em Aquicultura - Na Região Nordeste										100.000
			F	4	2	30	0	100				100.000
20.128	1343 2667	Capacitação para a Produção Alternativa de Alimentos para a Família										27.688
20.128	1343 2667 0020	Capacitação para a Produção Alternativa de Alimentos para a Família - Na Região Nordeste										27.688
			F	3	2	30	0	100				27.688
			F	4	2	30	0	100				123.000
		PROJETOS										
20.602	1343 5406	Implantação de Unidades Demonstrativas para a Produção de Pescado n/ou Camarão										216.000
20.602	1343 5406 0020	Implantação de Unidades Demonstrativas para a Produção de Pescado n/ou Camarão - Na Região Nordeste										216.000
			F	2	2	30	0	100				208.000
			F	4	2	30	0	100				18.000
TOTAL - FISCAL												11.650.034
TOTAL - GERAL												13.650.034

1

A SRA. PRESIDENTE (Rose De Freitas. PMDB – ES) – O último item objeto de acordo, último item da pauta, é o 48.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM – BA) – Sr^a Presidente, desculpe-me, mas não foi acordado esse item. O item 48 não foi acordado.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – O último, Sr^a Presidente, é esse. Foram dez itens acordados. A senhora concluiu.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM – BA) – O acordo foram os PLs nºs 8, 14, 19, 23, 26, 15, 32, 33, 43 e 46.

A SRA. PRESIDENTE (Rose De Freitas. PMDB – ES) – É porque na lista constava. Foi um engano da Assessoria.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – É porque estava na Ordem do Dia, na sequência, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose De Freitas. PMDB – ES) – Quero, antes de mais nada, Deputado Claudio Cajado, dizer-lhe que V. Ex^a cometeu uma injustiça consigo mesmo. V. Ex^a falou da generosidade do seu ato, da benevolência. V. Ex^a sempre, sempre, conseguiu estabelecer um diálogo muito bom no Governo e sempre contribuiu, nos momentos decisivos, para que pudessemos caminhar no entendimento.

São matérias meritórias, matérias importantes para o Governo, matérias importantes para o Ministério. Quero parabenizá-lo por seu aniversário, por seu gesto grandioso e pelo político que é. Está há tanto tempo nesta Casa por isso mesmo. Muito obrigada.

Agradeço-lhe muito por ter colaborado com esta sessão e com outras que ainda teremos pela frente. Sempre contaremos com sua orientação e com a sua colaboração.

Não havendo...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Deputado Cajado, vamos votar o 48?

A SRA. PRESIDENTE (Rose De Freitas. PMDB – ES) – Senador Walter, V. Ex^a gostaria de fazer uso da palavra?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. Sem revisão do orador.) – Eu queria fazer um apelo.

Na realidade, é o seguinte. Tínhamos feito um acordo para votar o Projeto de Lei nº 48. Tenho certeza de que o Deputado Claudio Cajado vai concordar. Na realidade, tiramos do acordo, na semana passada, o PL nº 48 porque o Relator, inclusive, tinha feito modificações que incidiam, inclusive, sobre obras na Bahia, Deputado Claudio Cajado. São duas obras importantes: é a adequação do sistema viário de Juazeiro e o acesso ferroviário em Alagoinhas.

Por que a gente não votou esse crédito? Porque o Relator tinha alterado e aí havia outras alterações que incidiam sobre valores para outros Estados. Acordamos para que o Relator pudesse refazer o seu relatório e trazer para hoje. Ele estava lá pautado.

O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB – CE) – Sr^a Presidente, não há acordo.

A SRA. PRESIDENTE (Rose De Freitas. PMDB – ES) – Por enquanto, a argumentação está sendo colocada. Vamos aguardar.

O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB – CE) – Temos sessão prevista para a próxima quarta-feira. Nada mais justo do que pautar para a próxima quarta-feira.

A SRA. PRESIDENTE (Rose De Freitas. PMDB – ES) – Vamos aguardar.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Tranquilo.

A SRA. PRESIDENTE (Rose De Freitas. PMDB – ES) – Encerrado?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Encerrado.

São as seguintes as matérias não apreciadas por falta de acordo das Lideranças:

9

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 35, DE 2011

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 35, de 2011, que “*Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R\$300.000,00, para o fim que especifica*”.

Parecer nº 61, de 2011-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que concluiu pela aprovação do projeto

12

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 48, DE 2011

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 48, de 2011, que “*Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R\$116.167.797,00, para os fins que especifica, e dá outras providências*”.

Parecer nº 59, de 2011-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que concluiu pela apresentação de substitutivo.

13

**PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL
Nº 52, DE 2011**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 52, de 2011, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e das Cidades, crédito suplementar no valor global de R\$47.698.584,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Parecer nº 60, de 2011-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que concluiu pela aprovação do projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Rose De Freitas. PMDB – ES) – O Sr. Deputado Edinho Bez enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. EDINHO BEZ (PMDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, tomo a palavra nesta oportunidade para falar sobre um material informativo da CODESA (Autoridade Portuária do Porto de Vitória/ES) que trata sobre a existência de pombos nas grandes cidades e os problemas causados por eles,

A grande concentração de pombos nas cidades se dá porque são aves que se adaptaram muito nas cidades. Essas aves têm preferência por grãos e sementes, entretanto, como não são exigentes comem também restos de refeições, pães e lixos.

Os pombos não têm seus predadores naturais, como por exemplo, gaviões e fazem seus ninhos em telhados de casas, beiras de janelas, torres de igrejas, prédios, instalações portuárias (guindastes, silos, etc).

Essas aves incomodam e causam muitos problemas à saúde e ao meio ambiente: a poeira das fezes e dos ninhos pode causar doenças respiratórias, tais como - Ornitose e Histoplasmoses (infecção pulmonar); Criptococose (inflamação no cérebro); Salmonelose (infecção intestinal). Os piolhos e penas, além de incomodar causam sérias alergias. Para o meio ambiente os problemas causados são: as fezes dos pombos são muito ácidas e por isso estragam todo tipo de material (vigas de telhados, forros, monumentos históricos, pintura de carros, etc). As penas entopem ralos e calhas.

Para evitar as fezes secas e velhas antes de fazer a limpeza local é preciso prevenir da seguinte maneira: molhar as fezes secas e velhas antes de fazer a limpeza local e usar máscaras, óculos, luvas e sapato

de segurança, sempre em áreas com superpopulação de pombos.

É importante saber também que não se deve alimentar os pombos, deixando que eles procurem seus próprios alimentos, pois a aproximação deles com o homem transmite várias doenças.

Devemos manter os locais limpos, impedir que façam ninhos colocando telas e barreiras físicas.

Minha intenção de fazer este pronunciamento é apenas para juntos fazermos uma boa reflexão.

Era o que tinha a dizer.

A SRA. PRESIDENTE (Rose De Freitas. PMDB – ES) – Nada mais havendo a tratar, vamos encerrar a presente sessão do Congresso Nacional.

A SRA. PRESIDENTE (Rose De Freitas. PMDB – ES) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 48 minutos.)

**ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA
PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS,
DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE
SETEMBRO DE 2011, ÀS QUATORZE HORAS, NO
PLENÁRIO Nº 9 DA ALA SENADOR ALEXANDRE
COSTA, ANEXO II – SENADO FEDERAL**

Às quatorze horas e dois minutos do dia vinte e um de setembro do ano de dois mil e onze, no Plenário nº 9, da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Sérgio Souza, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença dos Senadores Jorge Viana, Cristovam Buarque, Sérgio Souza, Eduardo Braga, Sérgio Petecão, Aloysio Nunes Ferreira, João Vicente Claudino, Randolfe Rodrigues, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin e dos Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Antonio Carlos Mendes Thame, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Alfredo Sirkis, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ithoshi e Valdir Colatto, membros da Comissão. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da Ata da 3ª Reunião, que é dada como aprovada. A seguir, a Presidência esclarece que a presente Reunião destina-se à eleição de Relator da Comissão, indicando os Deputados Antonio Carlos Mendes Thame e Márcio Macêdo para a Relatoria. Após, a Presidência abre o processo de votação em escrutínio secreto. Encerrada a votação, a Presidência convida os Deputados Anthony Garotinho e Ricardo Tripoli para atuarem como escrutinadores. Após a apuração dos votos, a Presidência proclama o

resultado obtendo 10 votos o Deputado Márcio Macêdo e 9 votos o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, sendo eleito o Deputado Márcio Macêdo para Relator da Comissão. Em seguida, o Relator expressa seus agradecimentos pelos votos recebidos e a confiança dos membros. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e treze minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Sérgio Souza**, Presidente da CMMC.

REGISTRO DE TAQUIGRAFIA DE 21-9-2011

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, criada mediante Resolução nº 4, de 2008, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, destinada à eleição do Relator com mandato até a última quinta-feira do mês de fevereiro de 2012, conforme art. 6º da Resolução nº 4, de 2008.

Primeiramente, consulto aos Srs. Parlamentares se dispensam a leitura da ata da reunião anterior...

O SR. RICARDO TRIPOLI (PSDB – SP) – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Atendendo à solicitação do Deputado Trípoli, consulto aos Srs. Parlamentares se dispensam a leitura. *(Pausa.)*

Dispensada.

Esta reunião se destina à eleição do Relator, conforme foi previsto na convocação encaminhada aos Srs. Parlamentares membros desta Comissão. Mas, enquanto aguardamos o quórum inicial necessário para a eleição, gostaria de fazer um breve relatório sobre o que aconteceu a respeito das mudanças climáticas durante esta última semana.

A exemplo do que ocorre em outras comissões no Congresso e também no Senado Federal, esta Presidência, sempre que possível, procurará apresentar, no início de cada reunião da Comissão, um breve relato sobre os principais fatos relacionados às mudanças climáticas ocorridas a partir do nosso último encontro.

É com grande pesar, e desde já apresentando minha integral solidariedade ao povo daquele país, que registro mais uma tragédia climática ocorrida no Japão. Pelo menos sete pessoas morreram e outras sete estão desaparecidas, mais de 500 mil residências estão sem eletricidade e 16 mil pessoas foram forçadas a saírem de suas residências por conta do tufão

que assola aquele país na data de hoje. O tufão Roke é o segundo que assola o Japão em poucas semanas.

Isso depois que, no início deste mês, tivemos o tufão Talas, que deixou mais de 100 vítimas entre mortos e desaparecidos e danos no valor de R\$511 milhões àquele país. Esta semana tivemos mais esta tragédia.

No entanto, não foram somente notícias trágicas nesta semana. A primeira boa nova corresponde à aprovação, pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), da regulamentação dos financiamentos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC), vinculado ao Ministério do Meio Ambiente.

O FNMC é um complemento do Plano Nacional sobre Mudanças Climáticas, criado em 2009, antes da Conferência das Partes sobre o Clima (COP16), que aconteceu na Dinamarca. O Fundo prevê a liberação de R\$720 milhões por ano para serem usados em projetos a fim de enfrentar o aquecimento global. Os recursos do fundo poderão ser utilizados em projetos para reduzir o desmatamento e a degradação florestal e naqueles que tratam de desenvolvimento tecnológico. Pela proposta, o dinheiro também poderá ser utilizado para o pagamento de serviços ambientais, tão discutidos dentro do Código Florestal que tramitou na Câmara dos Deputados e que se encontra, neste momento, no Senado Federal.

Também merece registro o anúncio da Secretaria Municipal do Rio de Janeiro, informando que a capital fluminense será a primeira cidade da América do Sul a monitorar a emissão de gases de efeito estufa.

A previsão da Prefeitura é que os trabalhos em campo comecem no ano que vem, quando a cidade receberá a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20.

A partir de então, anualmente será publicado um relatório de emissão de gases de efeito estufa. Assim, será possível acompanhar a variação da quantidade de lançamento desses gases e verificar se as medidas municipais para evitar o aquecimento global estão surtindo efeito.

A meta perseguida pela Prefeitura do Rio de Janeiro é diminuir as emissões da cidade em 8% até o ano que vem; em 16% até 2016; e em 20% até 2020. O último inventário de emissões conhecido foi publicado em março, mas com base em dados de 2005. As maiores emissões foram provenientes dos transportes, com 39% do total; seguido dos resíduos sólidos, 14%; e das indústrias, 12%.

Outra boa notícia recente foi o anúncio da troca de equipamentos em 386 indústrias nacionais como principal medida para eliminar o consumo de hidroclorofluorcarbono, que são os HCFCs usados na manufatura de espumas e de espelhos em aparelhos de

refrigeração e ar condicionado. Além de destruir a camada de ozônio, os HCFCs contribuem duas mil vezes mais para o aquecimento global do que o dióxido de carbono, o CO².

O dinheiro para a alteração tecnológica nas fábricas sairá do Fundo de Investimento de US\$19,5 milhões para implantação do Protocolo de Montreal, operado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e pela Agência de Cooperação Internacional Alemã.

Por fim, uma notícia relacionada à presença brasileira na Antártica, algo que considero de importância estratégica para o nosso País e que, neste momento em particular, motiva-me ainda mais, afinal, no próximo domingo, estarei compondo uma comitiva da Marinha do Brasil em uma viagem de uma semana à Antártica. Será minha primeira visita à Antártica, algo que muito me orgulha.

O convite da Marinha veio principalmente por eu ser membro da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, mas também por termos instalado a Comissão de Mudanças Climáticas e eu ter assumido a Presidência desta Comissão.

Portanto, não medi esforços para que possamos estar, durante toda a semana, analisando os efeitos das mudanças climáticas a partir do Polo Antártico.

Enfim, a notícia se refere à instalação de um módulo de pesquisa brasileiro previsto para dezembro próximo na latitude de 85 graus sul a cerca de 500 quilômetros do polo sul geográfico, batizado de Ciosfera 1. O módulo está recebendo as instalações de sistemas de energia e equipamentos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE e terá entre suas atribuições a medição da composição química da atmosfera e a coleta de dados meteorológicos, como velocidade dos ventos e temperatura.

Financiado pelo Programa Antártico Brasileiro – Proantar, o Ciosfera 1 será o primeiro módulo a ser instalado no interior Antártico a funcionar 24 horas por dia, sem a necessidade de técnicos acompanhando as operações, visto que os dados serão enviados por satélite e sem a emissão de poluentes, sendo sustentado por painéis solares e geradores eólicos.

No primeiro ano de funcionamento, o Ciosfera 1 vai investigar as consequências climáticas da redução da camada de ozônio sobre o Polo Sul e o transporte atmosférico de poluentes para o ar da região.

O módulo irá trabalhar junto com as pesquisas já realizadas há mais de 25 anos na Estação Antártica Brasileira de Comandante Ferraz, localizada a 62 graus de latitude sul, na borda do continente.

Com o Ciosfera 1, o Brasil reforça seus estudos na Antártica com foco no aquecimento global, gases de efeito estufa e interação oceânico-atmosférica.

Srs. Colegas Deputados e Senadores, nobre Deputada, sem prejuízo de quaisquer outros estudos que sejam apresentados pelos demais membros desta Comissão aqui presentes, estas eram as notícias que eu gostaria de trazer neste primeiro momento.

Quero estabelecer como regra desta Comissão fazermos um relato do período que ocorreu entre a última reunião e a atual, na abertura dos trabalhos.

E coloco a Presidência e toda a Secretaria da Comissão à disposição para receber dos Srs. Parlamentares as notícias que entendem ser de importância e relevância no que diz respeito a esta Comissão e aos assuntos climáticos.

Dando início, concedo um aparte ao Deputado Sirkis.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Penso que é muito oportuna essa iniciativa de V. Ex^a de sempre começar as nossas reuniões narrando fatos. Apenas gostaria de fazer algumas observações mais precisas em relação à questão do Rio de Janeiro, pois se faz necessário que as conheçamos.

De fato, o Rio de Janeiro é a primeira cidade brasileira a assumir metas de redução das suas emissões de gases de efeito estufa, das suas emissões urbanas, projetando reduzi-las em 20% até o ano de 2020.

No entanto, é necessário esclarecer que desse objetivo estão expurgadas as emissões da Companhia Siderúrgica do Atlântico, que é uma *joint venture* entre a ThyssenKrupp e a Vale do Rio Doce, instalada no bairro de Santa Cruz, no Rio de Janeiro.

Quando ela estiver na sua carga plena de produção, vai emitir o equivalente a 9,700 milhões de toneladas de CO², o que representa 12 vezes mais que a totalidade das indústrias da cidade do Rio de Janeiro.

Portanto, seria impossível alcançar o objetivo pretendido levando-se em consideração as emissões da Companhia Siderúrgica do Atlântico. Então, a Prefeitura entendeu e até discutimos o assunto na época, mas, de fato, essa estatística foi retirada do inventário.

Inclusive, como Secretário de Meio Ambiente nos anos 90, encomendei o primeiro inventário de emissão de gases de efeito estufa. Isso se iniciou na minha gestão, em 1996, e se concluiu em 1998. Na época, a principal fonte de emissão de gases de efeito estufa era o então vazadouro de Jardim Gramacho, em função do metano que ele emitia.

Hoje, como ouvimos o nosso Presidente mencionar, com o aterro controlado que foi instalado em cima do chamado vazadouro de Gramacho, houve uma substancial redução, mais ou menos pela metade, dessas

emissões de metano. E hoje é o sistema de transporte da cidade que ocupa o primeiro lugar em emissões.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Deputado Sirkis.

Se algum dos Parlamentares quiser fazer alguma colocação nessa linha, a palavra está aberta.

O SR. RICARDO TRIPOLI (PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem. Na abertura, V. Ex^a citou a questão das usinas nucleares e o novo acidente ocorrido no Japão, que atingiu centenas de pessoas de forma direta e cerca de 16 mil pessoas de forma indireta, fora aqueles que perderam a vida por conta do tufão ocorrido no Japão.

Faço uma menção a essa questão porque o Brasil tem difundido muito, o Governo Federal, um largo interesse na prospecção e no avanço no que diz respeito à utilização da energia nuclear.

O Brasil, hoje, detém duas usinas nucleares, no Estado do Rio de Janeiro, Estado do Deputado Sirkis, com uma terceira, que, em tese, estaria em construção. As informações ainda não chegaram ao Congresso Nacional, mas duas preocupações são fundamentais. A primeira delas é que elas estão localizadas exatamente numa região de maré. Ou seja, se nós tivermos qualquer tipo de acidente na costa brasileira, mais especificamente lá no Estado do Rio de Janeiro, nós poderemos ter acidentes iguais ou piores do que o que ocorreu no Japão. Esta é a primeira colocação que eu faço.

A segunda é uma preocupação porque um país que tem 12% de água doce, um sistema hídrico extremamente abundante, onde mais de 70% da energia é feita através desse sistema energético hídrico e se investe ainda muito na possibilidade de termos energia através do sistema nuclear, haja vista, Presidente, que nós não temos ainda a possibilidade... Há pouco tempo, a própria Presidente do Ibama informou que Angra II não tinha sequer licença ambiental de funcionamento; sobrevivia sob a figura de um TAC, um Termo de Ajustamento de Conduta, junto ao Ministério Público e aquilo era tido como se tivesse ocorrido licenciamento ambiental.

O mais grave é que nós não temos ainda um depósito para os rejeitos nucleares no Brasil. Isso pode ser exatamente o grande dilema daqueles que moram naquela região, sem falar naqueles que estarão impactados por essa questão.

Então, eu gostaria de, encerrando minhas colocações, Sr. Presidente, dizer que nós poderíamos, dentro dessa mesma linha da nossa Comissão Mista de Mudanças Climáticas, interagir no que diz respeito à questão das usinas nucleares no nosso País.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Deputado Trípoli.

Dando continuidade à nossa reunião, que trata da eleição do Relator, consulto os Srs. Parlamentares: recebi, até o momento, uma inscrição do Deputado Mendes Thame para concorrer à vaga de Relator. Consulto se alguém mais pretende concorrer à vaga, para que possamos dar início à abertura dessa eleição.

O SR. MARCIO MACEDO (PT – SE) – Deputado Márcio Macedo também.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – O Deputado Márcio Macedo também.

Então, temos dois concorrentes.

A regra da eleição, como temos dois concorrentes...

O SR. VALDIR COLATTO (PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Pois não.

O SR. VALDIR COLATTO (PMDB – SC) – Como Deputado, não como membro ainda, tenho a carta do Líder, que foi encaminhada ao Senado, como membro titular desta Subcomissão – infelizmente, não chegou ainda –, eu estou substituindo o Ministro Mendes Ribeiro, que era titular e foi para o Ministério, vagando um lugar para o PMDB. O outro titular é o Moacir Micheletto, que está para chegar. Eu não sei, mas gostaria que houvesse um pronunciamento do Moacir Micheletto para ver a posição do PMDB nessa questão. Se V. Ex^a pudesse aguardar ou postergar essa decisão da questão do Relator... Seria o pedido que estamos fazendo à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Srs. Deputados e Senadores, é a segunda reunião marcada para a eleição do Relator. O que a Mesa pode fazer é suspender esta reunião, até mesmo porque não atingimos o quórum necessário para a eleição – nós temos necessidade de treze Srs. Parlamentares –, por mais alguns minutos e darmos início à nossa quinta reunião, para tratar da audiência pública.

No entanto, sempre vamos ter problema de quórum nesse horário que as sessões já estão abertas. A ideia era abrir a votação e nós começarmos o processo e ficaria em aberto. Se não der quórum até o final da nossa reunião, aí cairia esta reunião de eleição do Relator por falta de quórum.

Então, Sr. Deputado, já é uma situação que está sendo protelada. Inclusive, sou do PMDB e entendo essa situação. O Deputado Micheletto também é do meu Estado, meu colega paranaense, mas nós já tínhamos convencionado, na última reunião da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, que faríamos hoje a eleição e aguardamos aí, inclusive, alguns minutos.

Então, vamos dar início à votação com a inscrição dos nomes dos Deputados Mendes Thame, do PSDB de São Paulo, e Márcio Macedo, do PT de Sergipe.

Temos sobre a mesa as cédulas. Solicito aos Srs. Parlamentares que preencham o nome do Deputado – porque é da Câmara dos Deputados a vaga da relatoria –, vá até a cabine de votação e lá deposite o seu voto.

Dando início ao processo de votação, mais uma vez registro que há duas candidaturas, do Deputado Mendes Thame, do PSDB de São Paulo, e do Deputado Márcio Macedo, do PT de Sergipe.

Comunico também que, após a votação dos Srs. Parlamentares presentes, esta reunião ficará suspensa e os Srs. Parlamentares que forem chegando serão avisados e vão proceder à votação durante a nossa audiência pública.

Chamo, na ordem, para votar o Deputado Alfredo Sirkis. *(Pausa.)*

Dr. Carlos Thame, por favor. *(Pausa.)*

Deputada Rebecca Garcia. *(Pausa.)*

Seja bem-vindo, Senador Aloysio, a quem já convidamos para a votação.

Temos inscritos, Senador Aloysio, dois candidatos à relatoria da Comissão Mista de Mudanças Climáticas: Deputado Mendes Thame, do PSDB de São Paulo, e Deputado Márcio Macedo, do PT de Sergipe.

Convido o Deputado Márcio Macedo para votar. *(Pausa.)*

Convido o Senador Blairo Maggi para votar.

Comunico que proferirei meu voto.

Na forma avençada anteriormente, nós vamos suspender a 4ª reunião desta Comissão Mista de Mudanças Climáticas, destinada à eleição do relator. Conforme vão chegando os Srs. Parlamentares, será procedida a eleição.

(Iniciada às 14 horas e 15 minutos, a reunião é suspensa às 15 horas e 18 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Vamos dar início, de imediato, à 5ª reunião da Comissão de Mudanças Climáticas, criada pela Resolução nº 4 de 2008.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião da Sessão anterior.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

A presente reunião trata de audiência pública com a finalidade de discutir as ações para alcançar os objetivos estabelecidos pela Política Nacional sobre Mudanças Climáticas, tratar dos resultados do 2º Inventário Brasileiro de Emissões e Remoções Atró-

picas de Gases de Efeito Estufa, conforme dispõe a Lei 12.187, de 2009, que institui a Política Nacional de Mudanças do Clima, e informar os novos resultados do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, conhecido como IPCC, em atendimento ao Requerimento nº 2/2011, Comissão de Mudanças Climáticas, de autoria do Deputado Alfredo Sirkis e também do Senador Sérgio Souza.

Com a presença do Sr. José Antônio Marengo Orsini, Chefe do Centro de Ciência do Sistema Terrestre do INPE, representando o Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, e também do Sr. Eduardo Delgado Assad, Secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental, representando o Ministério do Meio Ambiente.

Convido os Srs. José Antônio Marengo Orsini e Eduardo Delgado Assad para tomarem assento à Mesa.

De acordo com o que foi avençado com os senhores palestrantes, nós vamos primeiro conceder a palavra ao Sr. Eduardo Delgado Assad para que dê início à sua exposição.

O senhor tem a palavra, Dr. Eduardo.

Fizemos uma breve análise do tempo que nós temos, até mesmo porque a partir das 16 horas tem início a Ordem do Dia no Senado Federal, e vamos destinar 20 minutos para cada um dos senhores palestrantes e depois os Srs. Parlamentares terão cinco minutos para perguntas e considerações; e os senhores palestrantes de cinco a 10 minutos para responder às perguntas.

V. Sª tem a palavra.

O SR. EDUARDO DELGADO ASSAD – Boa-tarde a todos. Incumbiu-me a Ministra Isabela Teixeira de representá-la nesta audiência pública, de maneira que a gente possa discutir o objeto desta audiência que é falar um pouco sobre a situação da Política Nacional sobre Mudanças do Clima e o Plano Nacional de Mudanças Climáticas.

Acredito que, como já temos o hábito de trabalhar em conjunto e fazermos parte da Rede Clima, tanto eu como o professor Marengo, caso haja, e certamente haverá complementaridade entre as apresentações, mas caso não completemos todas as demandas que forem feitas, nós poderemos fazê-las durante os debates que vierem a surgir.

Vou tentar mostrar a vocês um pouco do que o Governo está fazendo, desde o início deste ano, com relação à Política Nacional sobre Mudanças do Clima e o Plano Nacional. Vou fazer um breve relato sobre o que está acontecendo e algumas ações que já estão ocorrendo.

Próximo, por favor.

Então, um breve relato sobre isso. O que nós temos hoje com relação às emissões de gases de efeito

estufa, nós temos uma média anual de emissões no Brasil na faixa de 2 bilhões de toneladas CO² equivalente; no ano de 2009, nós tivemos 1.77 bilhões de toneladas. Essa é a distribuição dessas emissões, onde nós temos aí, no setor de mudanças do uso da terra, na agropecuária, temos um peso muito grande com relação a essas emissões; portanto, objeto de mais planos setoriais para reduzi-las. E, em 2007, houve uma pequena evolução entre um setor e outro, e principalmente tivemos, no caso da energia, uma ampliação de 16% para 23%.

Próximo, por favor.

A Política Nacional sobre Mudanças de Clima está alicerçada para poder executar e atingir as metas, que foram estabelecidas nos planos e nos decretos, está alicerçada em dois mecanismos de financiamento que podem nos ajudar a atingir essas metas: primeiro, o Fundo da Mudança Climática, conhecido como Fundo Clima, e o segundo, o Fundo Amazônia.

Próximo, por favor.

No Brasil, esta tabela é bastante conhecida de todos vocês – foi muito divulgada. As contribuições do Brasil para mitigação de gases de efeito estufa teve seu compromisso oficializado em Copenhague, e nós tivemos aí estes quatro itens que foram estabelecidos: uso da terra, agropecuária, energia e os outros ali com a siderurgia.

A ideia então é que a gente chegasse com relação a 2005 a uma proporção de redução entre 36.1% a 38.9% da redução das nossas emissões. Mais na frente eu vou quantificar isso e vamos ter uma ideia do que vem a ser isso.

Próximo.

É isso aí. Se a gente não fizesse nada, se o Brasil não estivesse empenhado em fazer essas reduções, nós teríamos, segundo inventário, uma projeção para 2020, de 3.2 bilhões de toneladas CO² equivalente. E cada componente, daqueles apresentados aos senhores, teria esse peso nesses 3.2 bilhões de toneladas: peso da indústria, da agropecuária, da energia, mudança de uso da terra, onde vocês podem perceber, claramente, que essa mudança de uso da terra tem um peso muito forte no Brasil.

Próximo, por favor.

A ideia é a de que, a partir dos diversos mecanismos que nós criamos, decretos, leis, planos, planos setoriais e ações feitas, a gente reduza isso, ou seja, que a gente consiga chegar, em 2020, a 2 bilhões de toneladas CO² equivalente em relação a 2005. É essa a ideia, é esse o esforço que nós estamos tentando, estamos fazendo para alcançar isso.

Temos algumas notícias boas para dar e temos outras notícias que não são tão boas assim, mas alguma coisa está acontecendo no Brasil.

Vamos para frente.

Essa Política Nacional sobre Mudança do Clima foi instituída nesta Lei 12.187, de 29 de dezembro, regulamentada pelo Decreto de 09 de dezembro. Os instrumentos da política são o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima e o Plano Nacional sobre Mudança do Clima. E aí nós temos de manter o crescimento do Brasil compatível com o sistema climático. Ninguém quer que o sistema climático, a redução de emissões, pare o crescimento brasileiro. E todas essas emissões foram calculadas, com base no crescimento do PIB de 4% a 6% ao ano. E aí temos um compromisso voluntário dessa redução. Isso é conhecido dos senhores e a gente está trabalhando nesse sentido.

Próximo.

Os Planos Setoriais que existem hoje, conhecidos como políticas públicas, temos de consolidar o que nós estamos chamando de Economia de Baixo Carbono, que atinge: geração e distribuição de energia elétrica, transporte público urbano, sistemas modais de transportes interestaduais de carga e passageiros; na indústria de transformação de bens duráveis: química fina, de base, papel, celulose, mineração, construção civil, serviços, saúde e agropecuária. É muito amplo! É uma coisa muito ampla. Então, é um trabalho hercúleo. Nós temos de tentar convencer cada setor de que é preciso estabelecer metas, porque, se não houver metas, nós não podemos usar os recursos do Fundo para poder incentivar a melhoria dos sistemas. Você não empresta dinheiro para quem não diz o que vai fazer com o dinheiro, não é? É difícil você fazer isso. Então, nós estamos discutindo e há uma conversação muito grande com todo o setor e estamos dizendo: “Por favor, coloquem metas, porque em cima de metas nós podemos discutir e verificar como podem ser feitas as aplicações de recursos.”

Vamos para frente. Próximo.

Nos Planos Setoriais, nós temos aí, nesse decreto que determina o Plano, ele é, na verdade, um avanço muito grande com relação ao Plano de 2008. O Plano de 2008 foi uma concepção que foi feita, por diversos grupos, onde a gente lançou várias ideias que vieram do nascedouro do relatório do IPCC de 2007, da necessidade de o Brasil tomar uma posição e se preparar para Copenhague, mas ele não tinha ainda as ações que eram estabelecidas pelos diversos Planos Setoriais de todos aqueles setores que eu mostrei para vocês. Então, a partir de 2010, nós começamos a desenvolver esses Planos Setoriais. Quais estão prontos e já são objeto de ação efetiva de recursos: o PPCDAM – Plano

de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia Legal –, o PPCerrado, o Plano Decenal de Expansão de Energia, o Plano para Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura e o Plano de Redução de Emissões na Siderurgia que, neste momento, já passa por uma revisão, porque ele ainda não está atendendo completamente o que a gente está querendo chamar de Siderurgia Verde e avançar nessa linha – precisamos melhorar um pouco nisso. Então, esses cinco Planos estão prontos e já são objeto de financiamento.

Próximo.

Os demais Planos, previstos nessa lei, são estes que estão aí: transporte, indústria de transformação, indústria química, papel, celulose, mineração, indústria da construção civil, serviços e saúde – e nós incluímos mais dois. Houve um desejo voluntário do Ministério da Pesca e Aquicultura para fazer o Plano de Pesca e Aquicultura, mostrando que é possível fazer redução de emissões nesse setor. Concordamos. Não está na lei, mas se é voluntário é bem-vindo. Isso é importante para o País.

E, finalmente, fazendo-se uma análise crítica com relação a todos os Planos e nas questões que vão surgir a partir de 2012, que vem muito forte por aí, que são as questões da adaptação, percebemos que recursos hídricos, por ser uma ação transversal, não estavam contemplados em plano nenhum. E aí surgiu a necessidade de fazer um Plano Setorial de Recursos Hídricos, onde nós podemos contemplar as questões referentes a eventos extremos: cheias, secas e, principalmente, ações vinculadas à erosão costeira que devem atingir quase 80% da população brasileira.

Então, essas questões vão surgir muito fortemente a partir de 2012 e 2013. Então, apareceram recursos hídricos que foram aprovados ontem. Até na próxima reunião, para fazer algum informe, pode-se dizer: “O Plano Setorial de Recursos Hídricos foi aprovado ontem, na Casa Civil, na reunião da Comissão Interministerial de Mudança do Clima.” Também foi bem-vindo. É uma ação conjunta em que há interesse de vários Ministérios: Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Integração Nacional, Ministério da Agricultura, Ministério de Minas e Energia – todos eles. É uma ação transversal. O Ministério das Cidades não podia ficar de fora.

Na indústria, nós resolvemos, juntamente com o pessoal do MDIC, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, discutindo com outros setores da sociedade, ao invés de criar planos para cada tipo de indústria diferente, a gente está fazendo um plano só. Vai ser o Plano da Indústria. E, dentro do Plano da Indústria, as ações efetivas vão ser discriminadas por cada tipo de indústria; como isso vai ser feito.

Há uma dificuldade, que ainda não está superada e que ainda não conseguimos resolver, mas que está sendo intensamente discutida, que é a questão da métrica. Como é que vamos fazer essa métrica para estabelecer metas na indústria? Há uma discussão econômica por trás disso que se você forçar ou propuser à indústria de fazer redução de métrica que sejam muito – vamos dizer – otimistas e não sejam alcançáveis, você reduz competitividade. Por outro lado, nós achamos que se você levar a indústria para essa redução de emissões e a transformar em uma indústria que vamos chamá-la de verde ou alinhada com a economia verde, ela se torna competitiva em médio prazo. Então, é uma discussão interessante e que está permeando hoje a base da discussão com a indústria. É muito interessante, porque você tem os dois lados e nós estamos discutindo como isso será feito; como serão estabelecidas as ações e como se vai mensurar essa redução de emissões na indústria.

Todos esses planos estão previstos para conclusão até dezembro de 2011. O mais avançado hoje é o de transporte, o de mineração está bem orientado, o de indústria está começando a pegar velocidade, pesca e aquicultura também já está bem avançado. Então, acredito que a gente consiga concluir, conforme a lei, até 15 de dezembro, os planos que estavam faltando.

Próximo.

Aparece, então, como instrumento para incentivar essas ações de redução de emissão, o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima. Esse Fundo começou, efetivamente, a operar, ou seja, ficou oficial, no dia 17 de março de 2011, foi quando se fez a Comissão do Comitê Gestor do Fundo que decidiu alocar recursos por setores diferenciados. Começamos com R\$230 milhões e podemos chegar a R\$1 bilhão. Então, nós temos de mostrar que somos capazes de utilizar esses recursos para a redução de emissões de gases para que, no próximo ano, a gente consiga ampliar o valor, o teto orçamentário do fundo. E nós já pedimos para que ele fosse ampliado para R\$360 milhões para o exercício de 2012. Em princípio, está tudo ok, está indo bem. Mas nós temos de acelerar. Nossa angústia é que já estamos em setembro e não conseguimos ainda efetivar isso. Mas tem muita coisa em andamento. É a virada! Nós estamos chegando na virada e falta pouquinho para chegar lá e vocês vão ter uma ideia do que está acontecendo.

Com relação aos recursos reembolsáveis, a boa notícia foi a que o Senador Sérgio Souza deu aqui. Depois de seis meses, de muita discussão, e elaboração de resoluções e muito entendimento entre o Ministério da Fazenda e o BNDES, finalmente nós conseguimos aprovar a resolução do Conselho Monetário Nacional,

de maneira que a gente possa emprestar os recursos reembolsáveis a juros atrativos. A ideia é esta: não é só emprestar o recurso, mas emprestar a juros atrativos, de maneira que a gente incentive, principalmente, a indústria verde. E mais para frente eu vou mostrar a vocês o que nós estamos apostando neste primeiro ano, com nossa capacidade de tentar usar esses recursos com o objetivo de redução de emissões. E tem muito a ver com o que o Deputado Sirkis falou e o que o Senador Sérgio falou: um dos alvos nossos é exatamente o transporte modal urbano onde a gente pretende reduzir essa emissão de determinados particulados que provocam então uma série de efeitos colaterais na população e também efeitos muito fortes no aquecimento nas cidades, fortalecendo aquelas ilhas de calor que ninguém deseja.

Nos recursos não reembolsáveis, para nossa surpresa – e boa surpresa – o tempo foi muito curto entre os editais e a execução do dinheiro. Nós recebemos 170 projetos em um mês. Foram apresentados 170 projetos. Destes, 70 foram selecionados como capazes de se candidatarem ao fundo. Esses 70 projetos serão analisados semana que vem, dia 28 de setembro. Então, entre o edital, que terminou dia 15 de agosto, e a seleção dos projetos, nós levamos 45 dias.

Estou chamando a atenção para esse fato – trabalho muito em comitês científicos de análises de projetos – porque normalmente a gente leva de três a seis meses para fazer uma rodada completa. Nós fizemos uma espécie de força-tarefa no Ministério do Meio Ambiente e contamos com o apoio de vários colegas do Comitê Gestor, do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. E, quando você quer, quando você se empenha, você consegue.

Eu não consigo entender um projeto ou projetos importantes como esses levarem um ano e meio para terem um parecer. E nós estamos percebendo isso em outros fundos. Então, nós estamos mostrando que quando a gente quer a gente faz. Então, é importante que os operadores dos fundos façam como a gente consegue fazer tanto no INPE, na Embrapa e agora no Ministério do Meio Ambiente, em que você junta uma força-tarefa, faz uma análise boa e você consegue selecionar bons projetos. Se isso é importante para o Brasil, dá para fazer. Agora, se começam a criar barreiras e mais barreiras, você não avança, perde o dinheiro e fica uma coisa inútil. Então, é importante que nossos operadores, principalmente dos fundos reembolsáveis – aí eu falo diretamente para o BNDES e para outros operadores – agilizem o seu processo de análise para a gente poder, efetivamente, usar esse dinheiro. E eu peço aos senhores parlamentares que nunca se esqueçam disso. Nós temos dinheiro, temos recursos –

isso é um exemplo para o mundo, isso é um exemplo para o mundo; eu rodo o mundo mostrando isso e ninguém acredita que o Brasil está pondo dinheiro, mas quando chega... A gente não está morrendo na praia ainda, mas estamos levando muito tempo para pegar um projeto, julgar esse projeto e aplicar esse projeto. Então, nós temos de dar um jeito de melhorar essa burocracia. Existe a boa vontade; nós precisamos é azeitar a máquina para ela andar mais rápido.

Próximo, por favor.

Este ano, como o fundo começou em 17 de março, os projetos foram definidos em julho e o Conselho Monetário aprovou agora, na semana passada, onde é que nós temos capacidade de usar esses recursos, rapidamente, até final do ano? Quais são aqueles setores que a gente consegue usar isso, mantendo a linha de redução de emissão de gases?

Primeiro passo: temos o transporte urbano e, nesse transporte urbano, como o BNDES financia determinados produtos, o primeiro que veio à cabeça foi a experiência – e obviamente motivo de uma concertação do Comitê: “Olha, nós temos a possibilidade de usar ônibus híbrido, o ônibus a hidrogênio – que já está em teste – e temos a experiência de São Paulo que já tem os ônibus a etanol funcionando.

Vamos incentivar então o ônibus a etanol, principalmente nas capitais da Copa.”

Qual é a ideia? À medida que ocorrer a renovação de frota, você incentiva, com juros mais baixos, a substituição de ônibus a diesel por ônibus a etanol. É uma vitrina maravilhosa para o País! Boas intenções. Não vamos substituir a frota – 15 mil, 50 mil ônibus – mas você incentiva a indústria a mostrar que há um mercado e que é possível fazê-lo.

O segundo ponto são os resíduos sólidos, apoio e aterro sanitário para a geração de energia elétrica. E nesse caso também os alvos são as principais capitais da Copa onde se pode fazer isso. São Paulo tem um exemplo muito bom, Gramacho, no Rio de Janeiro, está se tornando um excelente exemplo, onde a gente pode fazer isso, ou seja: transforma-se aquele aterro sanitário em gerador de energia elétrica e reduz a emissão de metano. Incentiva-se isso.

Energia renovável, independentemente de todas as políticas que estão feitas, o importante é o Governo dar o exemplo. Então, não adianta eu ter um supermercado energético de um produto só, que é a energia hidroelétrica, ou o grande peso da elétrica; se nós temos um país com tanto sol, tanto mar e tanto vento, porque não incentivar essas coisas?

Eu tive a oportunidade de participar com o Deputado Sirkis de um debate aqui sobre energia e vimos alguns exemplos maravilhosos dessa possibilidade.

Já discutimos isso há 30 anos e, há 30 anos, escuto que a energia solar é cara! Se ela é cara é porque não houve investimento em pesquisa nem desenvolvimento em novos materiais. Precisamos incentivar esse desenvolvimento, porque o mundo já está transformando energia solar em energia barata, porque houve desenvolvimento e houve incentivo à ciência e tecnologia. Nós criamos um Centro de Energia Solar, na Paraíba, há 32 anos – está quase abandonado. Nós deixamos isso de lado. Precisamos recuperar isso, resgatar. Um País deste tamanho!

Então, nós estamos incentivando a energia renovável solar, eólica e as ondas do mar. São oito mil quilômetros de costa. Nem um aparelho que a gente chama de maré motriz. Nem um! O primeiro deve ser instalado agora em Fortaleza, que é um apoio da Coppe, no Rio de Janeiro, que o desenvolveu. Isso aparece como oportunidade extraordinária, inclusive para crescimento da nossa indústria. Precisamos fazê-lo.

A revegetação da caatinga.

A caatinga já é um tipo de bioma que, pela taxa de desmatamento e pela quantidade de superfície natural que existe hoje, a sua capacidade de regeneração já está ameaçada. Nós dizemos que, se passou de 50% destruído, a capacidade de regeneração fica muito ameaçada.

Então, estamos incentivando a revegetação da caatinga nos núcleos de desertificação, associados aos territórios da cidadania, onde você revegeta a caatinga com plantas do setor e desenvolve também uma base de produção agrônômica, de frutas que sejam nativas, porque já estão adaptadas as temperaturas extremas que estamos vivendo hoje. Então, estamos falando de Umbu, estamos falando de seriguela, de cajá, de cajá-manga, são produtos que existem, conhecem-se todo o ciclo tecnológico e nós conseguimos produzir sucos nesse tipo de situação. Há um incentivo via Banco do Nordeste para você ter viveiros de muda e outras coisas nesse sentido.

Também há uma ação conjunta com o MCT para a implantação do sistema de alerta a desastres naturais que está sendo implantado em Cachoeira Paulista.

Próximo, por favor.

Vamos andar rápido.

As ações efetivas que nós temos hoje é o que consta na convocação da audiência pública. Redução do desmatamento da Amazônia, redução da emissão de gases com potencial de destruição da camada de ozônio, que é o chamado PDO, início do monitoramento da agricultura BECE e o monitoramento das ações de diversos planos setoriais. Isso está em andamento.

Na redução do desmatamento da Amazônia a proposta colocada era de, até o ano de 2017, tentarmos

chegar a 72%. Nós já estamos atingindo um número estabilizado, que não nos satisfaz e que é em torno de 7.000 km² desmatado em 2009 e 2010. Esses números oscilam um pouco, mas é nessa faixa.

Vamos para frente, por favor.

Esse é todo o histórico que nós temos do desmatamento da Amazônia. Nós já chegamos a 2010 com a menor taxa desde o início do monitoramento. Essa é uma notícia muito boa. Mas precisamos melhorar. O que significa isso em termos de plano setorial?

Significa que essas são as reduções de emissão de CO₂ na Amazônia, em milhões de toneladas por ano, desde 2006.

Em 2010 significa aquela taxa, naquele valor, de reduções evitadas.

Próxima.

O que nos daria então, com relação a metas, se nada fosse feito, em 2020 a projeção da emissão estaria naquele topo que vocês estão vendo.

Próximo, pode ir passando.

O que equivale a 67% das emissões projetadas para 2020.

A nossa meta é 80%, então estamos chegando em 67% em 2011. Com um pouquinho mais de esforço, conseguiremos chegar lá. Temos o Fundo Amazônia para isso e temos as ações que precisam ser feitas para continuar desenvolvendo a Amazônia e, provavelmente, criar determinados mecanismos de pagamento dos serviços ambientais, para que nós transformemos o que tem lá em algo que seja rentável àquela população. Quer dizer, esse é o número que temos hoje com relação ao desmatamento.

Próximo, por favor.

O Programa Brasileiro de Eliminação dos HCFCs, do programa brasileiro de redução, qual era a história? Em 1990 o Brasil adere ao protocolo de Montreal, em 1995 e 1997 o consumo brasileiro de HCFCs eram 10.525 toneladas com potencial de destruição do ozônio. Em 2010 esse consumo caiu para zero, foi feito um esforço e nós caímos para zero. Foi um esforço monumental onde existe, a partir do Protocolo de Montreal, um treinamento e uma transferência de tecnologia para mais de 27 mil agentes.

Nós não conhecemos, mas quando começamos a mexer nós ficamos impressionados com essas coisas. É um trabalho de formiguinha que vai sendo feito e que não aparece.

Em 2009 e 2010 o grande alvo hoje são os HCFCs, que tem em termos absolutos pouco, são 1.327 toneladas com potencial de destruição.

Em 2011, nós conseguimos em Montreal, agora em julho, renegociar esse fundo e estamos com US\$

19 milhões para poder continuar implementando e atingir a meta.

Próximo, por favor.

Nós, então, temos em termos de CFCS, em 2005 nós praticamente reduzimos os CFCS, mas ainda temos uma tendência crescente de HCFCs.

Próximo, por favor.

A proposta é que em 2013 será o congelamento do valor da linha de base, em 2015 redução de 10%, em 2020 redução de 35% e em 2040 redução de 100% em relação à linha de base.

O que significa isso?

São dois vilões, vamos chamar assim, HCFC141 B e o HCFC 22, onde se chega a esses valores, que estão vendo, em termos de toneladas e o consumo a ser eliminado de toneladas de potencial de destruição da camada de ozônio.

Próximo, por favor.

Qual é a meta? É reduzir 4 milhões de toneladas de CO2 equivalente.

Chamo a atenção dos senhores, pois o potencial de aquecimento é muito forte, enquanto que no metano eu falo em 21 vezes mais, no HCFC falo em 1.810 vezes mais, por isso que pouca tonelagem representa tanto peso no nosso aquecimento, é um poder de aquecimento elevado.

Próximo, por favor.

Estou acabando.

No monitoramento nós temos a proposta apresentada no nível internacional, foi internalizada pela política nacional do clima.

Nós temos essa redução que foi apresentada para os senhores.

Próximo.

Isso é calcado nos planos setoriais.

Próximo.

Dessas metas eu já falei.

Próximo.

Nós temos três tipos de metas, três tipos de ações que podem ser feitas. A primeira é o inventário, a segunda são as estimativas e a terceira é o monitoramento.

O inventário é um compromisso junto a Convenção-Quadro, que tem de ser feito quadrienalmente pelo MCT, isso é uma ação do MCT.

As estimativas são compromissos assumidos no âmbito do decreto, podem ser anuais, e o monitoramento é associado aos planos de ação que tem tempos diferentes.

No caso da agricultura anualmente não dá, porque não a sinal de um ano para outro. Mas em três anos dá.

No transporte talvez tenha de ser semestral.

Então, estamos discutindo com a nossa base científica, para verificar como é que vamos estabelecer isso.

Próximo, por favor.

Vai passando.

Eles estão associados.

Próximo.

Nesses planos setoriais, então, aqueles que estão prontos é o PPCDAN, o desmatamento do cerrado, a agricultura BECE, o plano de energia e o plano da siderurgia. E a elaboração, essa que falei para os senhores.

Próximo.

Nós estamos montando, esse é o primeiro ano, para monitorar nós temos de montar 10 centros de monitoramento. Cada um para cada plano setorial.

O primeiro que estamos montando é uma ação orquestrada junto com a Embrapa, Unicamp e a Rede Clima do MCT, ter a base em Campinas, onde pretendemos monitorar a agricultura BECE que já começou.

Próximo, por favor.

Esses são os pontos onde buscamos o T0, da agricultura BECE, para pastagem.

São 200 pontos monitorados no Brasil, onde pegamos o estoque de carbono em cima de pastos degradados.

Então, só vamos saber se a agricultura BECE funciona ou não daqui a dois anos quando verificarmos se o estoque alterou ou não com as ações que foram financiadas.

Então, temos o T0, isso é fundamental.

Próximo, por favor.

Esses são os tipos de coletas que são feitas, segundo todos os critérios estabelecidos pelo IPCC.

Vamos passando, por favor.

São as coletas de amostra.

São duzentos pontos no Brasil, temos o apoio da ESALQ, o apoio da Embrapa, o apoio da Unicamp, são grupos de expertise que nos ajudam.

Próximo.

Essas são as áreas de pastagem no Brasil, no bioma cerrado, que estão sendo monitoradas.

Próximo.

Na Mata Atlântica, aparece também a Amazônia e o Nordeste, que encurtei a história para não nos alongarmos muito.

Próximo.

Tudo isso catalogado, já referenciado.

Temos um sistema de monitoramento de 10 anos, onde a partir de imagens de satélites naqueles pontos que foram amostrados, nós conseguimos verificar o que acontece, o que nós chamamos de produtividade primária líquida. Se ela aumenta significa que a agricultura BECE é um sucesso, se ela não aumenta significa que tem algum problema e precisa ser resolvido.

Próximo, por favor.

Aqui, só para encerrar, queria chamar a atenção dos senhores para situação que é bastante interessante.

No cerrado o que é que temos em baixo das pastagens degradadas? De 0 a 5 centímetros nós temos em torno de 38 toneladas de carbono por hectares, até 30 centímetros são 169 toneladas.

São duas ações que precisam ser feitas, Srs. Deputados e Srs. Senadores.

Uma é aumentar esse estoque.

Duas é evitar que ele diminua, porque se ele diminuir tudo que está no solo vai para a atmosfera. Então, temos de evitar que ele diminua.

Esse é o trabalho imenso que nós temos pela frente, somente no item da agricultura BECE.

São quatro e nós já começamos a monitorar esse primeiro e com isso pretendemos estabelecer a estratégia de acompanhamento bianual desses itens que foram acordados.

Próximo.

Pode passar.

Essas são as ações com ligação aos planos setoriais e a política nacional de mudança do clima, ou seja, não tem ninguém parado, está todo mundo trabalhando com muita dificuldade, mas trabalhando e conseguindo colocar o trem no trilho.

Acho que a partir de 2012 ele pega velocidade e nós conseguiremos monitorar isso com mais presteza.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Muito obrigado, Secretário Eduardo Delgado Assad.

Convido V. Ex^a para que fique conosco e que possamos, na sequência, dar encaminhamento as questões.

Convido, neste momento, para proferir a sua exposição o Senhor José Antônio Marengo Orsini, que é chefe do Centro de Ciência do Sistema Terrestre do INPE.

O senhor tem a palavra por 20 minutos.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO MARENGO ORSINI – Muito obrigado

Vou apresentar duas visões: a visão do inventário brasileiro de emissões de gases do efeito estufa e também algumas atualizações sobre os trabalhos e ações do IPCC. O painel intergovernamental de mudanças climáticas.

Bom, a minha formação é de climatologista e, então, eu sempre tento colocar no contexto.

O que vocês vêm na parte inferior esquerda é justamente o tema da audiência pública. São as questões das emissões e concentrações de gases de efeito estufa e os aerossóis, entre eles o hidroclorofluorcarbonos, HCFCs.

A importância disso, basicamente, é o aumento nessas emissões, pois teremos mudanças climáticas, aumento de temperatura, elevação do nível do mar, alterações das precipitações, secas e enchentes.

Isso vai ter um impacto direto na população e nos sistema antrópicos na produção de alimentos, biodiversidades, assentamentos humanos, saúde e afinal tudo que tem haver com o crescimento e o desenvolvimento sócio-econômico tem de considerar esses outros fatores. Chamamos de mitigação para a redução desses gases do efeito estufa e adaptação a forma como a sociedade tem de acertar essas mudanças climáticas. É o que discutimos hoje, faz parte de todo um processo que nós temos de mudança global.

Próxima, por favor.

Só para fazer uma pequena revisão, um pouco acadêmica, esses são os principais gases do efeito estufa de causa antropogênica, são o CO₂, dióxido de carbono, vem da queira de combustíveis fósseis, queima de biomassa, o metano que vem das plantações de arroz, plantas e excrementos de animais, queima da biomassa, N₂O que vem de fertilizantes, os CFCS que vem de gases de refrigerações, extintores de incêndio, solventes, vapor de água, os aerossóis, queima de combustíveis fósseis, vulcões, poeiras, sal marinho e etc.

Lembro que outros gases do efeito estufa são produzidos de forma natural, como as erupções dos vulcões, por exemplo.

São aqueles que têm haver com a causa humana.

Esses têm como consequência o aumento da poluição, formação de ilha de calor, o efeito estufa antropogênico, queimadas e em alguns lugares do mundo a chuva ácida.

Entrando em detalhes, o Secretário Assad já mencionou, o Brasil tem de fazer a cada quatro anos uma comunicação nacional para convencer o quadro das Nações Unidas de mudanças climáticas.

Dentro da segunda comunicação nacional, que foi publicada no ano passado, aparece o inventário nacional.

Então, vamos discutir algum dos aspectos daquele inventário nacional.

Próxima.

O inventário nacional, as instituições coordenadoras, tudo isso foi liderado pelo MCT.

Em energia nos temos o Ministério de Minas e Energia, em Agricultura temos a Embrapa, temos o Ministério da Agricultura, uso da terra que foi feita pelo INPE, resíduos que foram feitos pela CETESB e diferentes instituições que trabalham com processos industriais. Essas foram, digamos, as instituições contratadas para elaborar o inventário.

Próxima, por favor.

Os gases de efeito estufa considerados, dióxido de carbono, metano, óxido nitroso, hidroclorofluorcarbono, perfluorcarbono, hexafluorido de enxofre e gases indiretos como CO, NOX e outros.

Próxima, por favor.

Nós setores considerados, no setor de energia, a queima de combustível fóssil, os gases liberados, a emissão da indústria de carvão, petróleo, CO₂ e CO₄, metano, processos industriais, como é a produção de produtos minerais, indústria química, produção de metais, produção e uso de solventes ou gases para refrigeração.

Próxima.

Os outros setores, o setor agricultura, a fermentação entérica, que tem haver com o gado, gerenciamento de excremento, arroz, queima de resíduos agrícolas, agricultura, os solos como fonte de N₂O, florestais e mudanças do uso da terra, florestas e conversão para pastagem, gerenciamento de terras abandonadas, mudanças no carbono de solo, mudanças na floresta e estoque de carbono na biomassa.

O desmatamento, além de eliminar um regulador de clima, também libera grandes quantidades de carbono.

Próxima.

Outro setor que tem haver com resíduos, eliminação de resíduos sólidos e tratamento de esgoto. Os resíduos são a maior fonte produtora do metano.

Próxima, por favor.

Inicialmente, tivemos as guias que o IPCC estabeleceu em 1996 para os inventários nacionais e de todos os países. Depois, elaborou-se uma nova em 2006 e essas novas guias, outros métodos ou fatores de emissão desenvolvido no Brasil têm sido usados para o segundo inventário nacional.

O primeiro inventário foi realizado em 1990 a 1994, e o segundo inventário atualizou até 2005. Há um terceiro inventário que deve ser feito através da Rede Clima para os próximos anos.

Próxima, por favor.

Aqui nós temos uma sequência das concentrações dos gases do efeito estufa seguindo as guias do IPCC. Do setor de energia a aviação civil.

Próxima.

Podemos observar um aumento de 1990 a 2005 das emissões em gramas de CO₂, como consequência da aviação civil, o que tem aumentado radicalmente.

Próxima.

No caso do setor industrial, cimento, produção de magnésio, ferro, aço, alumínio e a indústria química.

Próxima, por favor.

Vejam que as emissões foram maiores no final do século e depois começaram a aumentar nos últimos anos.

Próxima.

No caso da produção de ferro e aço, isso tem aumentado gradativamente, segundo a curva em vermelho.

A curva azul é o primeiro inventário, a curva vermelha seria uma atualização para o segundo inventário.

Próxima, por favor.

A emissão das indústrias de alumínio tem diminuído.

Próxima.

A produção da indústria química tem aumentado, com sobe e desce, mas em geral a tendência é o aumento.

Próxima.

No setor da agricultura a fixação biológica é o nitrogênio e a emissão direta de fertilizantes, excrementos e resíduos agrícolas.

A emissão de NO₂ aumentou até 2005.

Próxima.

É complicado ficar lendo números, mas são basicamente os números que geraram aquelas curvas.

Nós temos aí, se vocês olharem os números, por exemplo, na parte superior da tabela, CO₂, verão que os números de queima de combustíveis fósseis têm aumentado de 172 mil para quase 299 mil, em 2005.

Aumento percentual bastante forte.

No caso de metano também.

Existem tabelas para casa um dos gases do efeito estufa naquele documento da segunda comunicação nacional. Eu só coloco os mais importantes.

Próxima, por favor.

Essa figura, esse diagrama, mostra na parte esquerda a emissão de CO₂ por setores, de 1990 a 2005.

Vocês podem ver que o maior culpado é a mudança de uso de solo, para uso da terra na agricultura, envolve não só desmatamento na Amazônia, como muitas vezes a ampliação das fronteiras agrícolas.

No caso do metano, nos dois, em 1990 e 2005, a fermentação entérica, o gado bovino tem sido a maior fonte de emissão de gases do efeito estufa, nesse caso do metano em comparação com outros setores.

Próxima, por favor.

Bem, aqui, nesta figura, nós temos a emissão antrópica líquida de CO₂ para os principais ecossistemas – Amazônia, Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica, Pampa, Pantanal – e para todo o Brasil. Vocês veem quantidades bastante altas, bastante significativas, mas a próxima – próxima, por favor – mostra, na parte superior, a evolução das sínteses antrópicas por

ecossistema. No caso da Amazônia, por exemplo, é de 460, de 1990 até 2005.

Na parte inferior, na produção agropecuária, também tem aumentado a emissão de metano na disposição de resíduos sólidos e a emissão de CO₂ e N₂ só pela incineração de resíduos sólidos.

Então, segundo a metodologia usada, segundo o inventário, todos eles mostram um aumento gradativo até 2005, de 1990 até 2005.

Próximo, por favor.

Justamente a integração das questões sobre mudança do clima no planejamento de longo prazo. Nós temos diferentes aspectos: a legislação brasileira, a Agenda 21, o Plano Nacional de Mudanças Climáticas, a Política Nacional de Mudanças Climáticas, que consiste no Comitê Interministerial de Mudanças Climáticas, na Comissão Interministerial, o Fórum Brasileiro, a Rede Brasileira de Pesquisas de Mudanças Climáticas, do Ministério da Ciência e Tecnologia, a Rede Clima, e a Comissão de Coordenação de Atividades de Meteorologia.

Temos a política de Ciência, Tecnologia e Inovação, a Política Nacional de Controle de Qualidade, o Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores, o Plano Nacional de Logística e Transportes.

Medidas contra o desmatamento na Amazônia: Programa de Monitoramento da Amazônia por Sensoriamento Remoto; Sistema Nacional de Unidades de Conservação; prevenção de incêndios e queimadas em cidades pela proteção de clima, que o Secretário Assad mencionou; medidas de caráter financeiro e tributário que são o Fundo Nacional de Mudanças Climáticas e o Fundo Amazônia.

Próximo, por favor.

Isso é algo, eu acho, que todo mundo sabe. Uma das formas de mitigação, ou seja, de redução de emissão de gases de efeito estufa é a substituição por outras fontes de energia; neste caso, o etanol de cana.

E aí veio o licenciamento e a produção de veículos leves. Veículos de gasolina têm diminuído, mas, ao final, nos últimos 8 a 10 anos, talvez a produção de veículos flex, ou seja, aqueles que usam álcool e gasolina. E realmente a produção de etanol também tem aumentado. Ainda que o preço não apareça porque o preço tem subido e descido, mas a produção tem aumentado.

E isso é uma das formas pelas quais a frota de veículos do Brasil é uma das que contribuem menos em comparação com outras grandes cidades, como o México, por exemplo.

Próximo.

Todos esses documentos aparecem no *website* do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Por enquanto, aparece como MCT, mas logo vai mudar para MCTI. E todo aquele documento aparece nesse *website*.

Próximo, por favor.

Passando agora ao IPCC. Eu tenho orgulho e o prazer de trabalhar, de ser parte do IPCC de 1996. O quarto relatório do IPCC já foi publicado em 2007. Teve uma grande repercussão na imprensa nacional e internacional, e vocês veem os relatórios que foram produzidos. Atualmente, o IPCC está trabalhando em outros relatórios e outros produtos.

Nós temos os documentos lá embaixo indicados. Por exemplo, documento que tem a ver com a mudança antropogênica, incertezas nos modelos climáticos, nível do mar e energias renováveis. São todos trabalhos em que o IPCC está trabalhando atualmente e muitos desses documentos já foram publicados em 2010 ou estão sendo publicados em 2011.

Próximo.

Bom, no caso, o Brasil, como qualquer outro país do mundo, ultimamente tem sido afetado pelos grandes extremos do clima. À esquerda, nós temos a seca da Amazônia em 2005; à direita, nós temos a seca da Amazônia em 2010, o que nos gera todo tipo de comentários.

E justamente o fato de considerar os extremos – próximo, por favor –, leva-nos a pensar que o Brasil, em termos de instâncias naturais, depende grandemente de extremos associados à água: 58% por inundação e 11% por deslizamentos como consequência do excesso de chuvas; outros de secas, mas quase todos são mais associados aos extremos que têm a ver com água ou excesso de água.

Próximo, por favor.

Então, considerando isso, o IPCC, o Grupo do IPCC começou a elaboração de um estudo especial sobre extremos, riscos extremos e gerenciamento de extremos e políticas de adaptação aos extremos durante anos, pela mudança climática.

Esse documento, que copiei diretamente em inglês, tem nove capítulos, que representam os diferentes aspectos extremos: a parte de exposição, o risco e vulnerabilidade, os aspectos climáticos, os impactos dos extremos nos sistemas naturais e humanos, o gerenciamento de extremos em nível local, o risco de extremos em políticas nacionais, desenvolvimento sustentável e casos de estudo.

Esse relatório já deverá ser publicado em novembro deste ano e será, talvez, um dos principais produtos do IPCC, exclusivamente para extremos.

Próximo.

Aqui, por exemplo, colocamos os extremos nos diferentes contextos. Podemos começar com o climatologista na parte esquerda, que é a parte física, a mudança climática.

Mas, em termos de políticas, temos a exposição, vulnerabilidade, risco, adaptação às mudanças climáticas, o gerenciamento dos desastres e, depois, desenvolvimento sustentável. Ou seja, toda a parte política que compete às esferas políticas do Brasil muito tem a ver com avaliações de vulnerabilidades políticas e adaptações. E, para isso, é claro, que é preciso um desenvolvimento da ciência, que está sendo feito em universidades e institutos. E isso talvez seja a única forma de se poder chegar a discutir ou pensar em desenvolvimento sustentável.

Próximo.

Já para terminar, atualmente, estamos trabalhando no Quinto Relatório do IPCC. Vocês veem os três grupos lá: Grupo I, que é a base física e científica, cujo relatório deve ser publicado em setembro de 2013; Grupo II, impacto, vulnerabilidade e adaptação, que deve ser publicado em 2014, e Grupo III, mitigação nas mudanças climáticas, que deve ser publicado em 2014. E o sumário executivo dos três documentos, que geralmente é um documento para tomadores de decisão, deverá ser publicado em outubro de 2014.

E também há um grupo especial do IPCC que está trabalhando com uma atualização das guias para os inventários de gases de efeito estufa. Será publicado em 2013 e espera-se que possa substituir as normas e as guias de inventários que o IPCC usa e que são válidas até hoje, até 2016.

Com isso, encerro a minha apresentação.

Muito obrigado por escutarem.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. José Antonio pela sua explanação.

Quero avisar a todos os Srs. Parlamentares que o tempo para a sua explanação e perguntas aos palestrantes é de cinco minutos. A campainha toca, automaticamente, faltando um minuto para o término do tempo.

Estão abertas as inscrições.

Como primeiro inscrito o signatário dos requerimentos, o Deputado Alfredo Sirkis.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Bem, inicialmente, agradeço a qualidade das duas exposições, que foram extremamente úteis.

Eu gostaria de fazer a seguinte pergunta. Nós sabemos que as emissões por energia e emissões por desmatamento evoluem de forma diferente. Nas emissões por energia, nós podemos projetar, de acordo com o crescimento do Produto Interno Bruto, aquilo que um país com determinado crescimento vai emitir num determinado ano, no futuro. Agora, emissões por des-

matamento não seguem esse padrão. Surpreende-me um pouco – e sempre tive esta curiosidade – quando eu vejo a baliza colocada em relação ao desmatamento da Amazônia, em relação a emissões, projetadas para 2020, do desmatamento da Amazônia. Eu não entendi muito a lógica de onde elas foram colocadas.

Nós sabemos que o desmatamento vinha sendo, digamos assim, irregular, com um sobe e desce ao sabor de questões de natureza econômica, questões de natureza meteorológica. Então, há variações grandes, para cima e para baixo, nos desmatamentos de ano para ano, historicamente falando. Depois, de uns dez anos para cá, passou a haver de fato uma tendência à diminuição das emissões por desmatamento em função da concreta ação desenvolvida pelo Governo brasileiro.

Então, a minha pergunta é realmente se a baliza não foi colocada num ponto exageradamente alto, no que diz respeito às metas de emissão por desmatamento.

A segunda pergunta é sobre uma coisa que eu nunca entendi muito bem. Em relação às restantes áreas de redução, calcula-se uma redução absoluta em relação ao ano-base de 2005 ou calcula-se uma redução sobre a curva *business as usual* em relação a 2020? Ou existe, de alguma forma, uma relação híbrida entre essas duas questões? Parece-me que são perguntas pertinentes.

E, para concluir, eu queria sugerir que, na próxima reunião aqui, nós pudéssemos dedicar-lhe uma exposição sobre as últimas conclusões do IPCC em relação ao quadro mundial de evolução das emissões e, basicamente, ao cálculo do que se obterá se todos aqueles objetivos voluntários anunciados em Copenhague e referendados em Cancun fossem postos em prática, e a diferença entre isso e aquilo que os cientistas do IPCC calculam como o mínimo necessário para manter a temperatura média terrestre no momento em que não ultrapassassem os dois graus.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Deputado Sirkis.

Primeiro, nós vamos ouvir todos os questionamentos dos Srs. Parlamentares e, depois, passaremos a palavra aos Srs. palestrantes.

Com a palavra o Deputado Fernando Ferro.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Boa-tarde aos expositores.

Eu queria, primeiro, solicitar uma informação. Essa nossa estrutura de pesquisa e tecnologia para conhecer os processos das mudanças climáticas no Brasil, hoje está aqui representada pelo MCTI e pelo Ministério do Meio Ambiente, que estão participando.

Como está a integração dos órgãos de pesquisa para a formulação de inventários e de políticas para

essa área? Essa é uma questão que me preocupa, porque nós estamos para apreciar, no Congresso, já, já, um Plano Nacional de Mineração, que deve vir com uma série de iniciativas e do qual o País precisa corretamente apropriar-se, que é o domínio de suas informações sobre minérios, minérios estratégicos, nos procedimentos para a exploração de minérios e sua relação com a questão de sustentabilidade e meio ambiente, e a importância de o Brasil ter controle desse marco do nosso processo de mineração.

Então, o Plano Nacional de Mineração está para vir para cá. Ele está, seguramente, creio, dentro das preocupações do nosso programa de mitigação de mudanças climáticas. Então, como está a interação, como os debatedores veem isso em relação ao Plano Nacional de Mineração?

Das emissões que nós verificamos, é evidente a importância da agricultura e do desmatamento – 70% ou 75% é evolução. No entanto, quando mostraram recursos do Fundo de Mudanças Climáticas, eu verifiquei – não sei se foi porque não atentei para algum detalhe – que a maior parte das áreas que recebem recursos nessa área não estão contidas nessa área. O que está acontecendo? A Embrapa ou o Governo ou o Ministério da Agricultura não pode participar? Creio que nós temos, principalmente na área de rejeitos da agricultura, da pecuária, algumas experiências localizadas, mas bem interessantes. Eu vi exposições com Itaipu, agricultura familiar, principalmente agricultura de médio e pequeno porte, utilizando biodigestores e uma série de práticas sustentáveis da agricultura. Não me parece o caso. Isso não acontece para a grande agricultura extensiva, para os grandes processos das áreas agrícolas, para a pecuária de grande porte. E isso precisa ser tratado.

Então, a minha preocupação é: como fica a atuação nessa área, que, para mim, é a questão central? Essas são as duas questões.

Dirijo-me ao MCTI. Nesse processo de inventário de emissões, os reservatórios, os grandes reservatórios do Brasil estão devidamente mensurados? Quanto a essas emissões de reservatórios, já há um valor? Porque uma das críticas que se faz aos grandes reservatórios é a possibilidade de emissão de metano, principalmente com o alagamento de florestas e pastagens e de áreas verdes. Isso pode propiciar uma produção de gás metano.

Então, eu gostaria de saber se há, por parte do MCTI, dados sobre a atual situação dos reservatórios, principalmente os grandes reservatórios de energia no País.

Em relação ao novo relatório do IPCC, nós sabemos que houve uma polêmica muito grande com

dados passados, inclusive denúncias de falsificação de dados que abalaram a credibilidade de algumas informações. Como está isso em relação... Como o Brasil tem participado disso? E que riscos nós temos na efetivação e na qualidade das informações que estão sendo produzidas pelo IPCC?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Deputado Fernando Ferro.

O Deputado Sirkis, para complementar, então, as suas perguntas. Por favor.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Eu tinha me esquecido de fazer uma pergunta. Dentro da sua apresentação, eu não percebi uma menção a projetos de reflorestamento com a capacidade de absorção de carbono. Acho que isso é um elemento importante, sobretudo pela condição que nós temos de atrair créditos de carbono para esses projetos.

Então, eu gostaria de que você falasse um pouco sobre isso também.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Deputado Sirkis.

Eu tenho duas questões a serem colocadas: uma mais dirigida ao Inpe e a outra mais dirigida ao Ministério do Meio Ambiente, até mesmo dentro do que colocou o Deputado Fernando Ferro.

Pelo que eu percebo das mudanças climáticas, há influências fortes em dois setores específicos: produção de alimentos e geração de energia. No que diz respeito à energia, com relação aos reservatórios, eles causam um impacto não só na emissão dos gases, mas também na ocupação por lâmina d'água de determinados espaços, e esses espaços, se ocupados, acarretam ou não uma mudança no clima, principalmente regional. Mas, também, dentro dessa mesma linha de raciocínio, a mudança climática tem causado algumas intempéries, algumas secas estendidas.

A capacidade dos nossos reservatórios tem tido uma baixa considerável, gerando até mesmo o racionamento do consumo de energia, e o Brasil tem, no setor hidráulico, a sua maior produção de energia. Eu gostaria de saber de V. Ex^a se há algum estudo, se já se avançou nesse sentido de avaliar qual seria o impacto das mudanças climáticas no sentido de geração de energia.

No que diz respeito à produção de alimentos, com o aquecimento global, principalmente na região dos Trópicos – entre os Trópicos de Câncer e de Capricórnio –, na região do Equador, há uma tendência de um aquecimento, Senador Eduardo Braga. E eu já ouvi muito se falar em migração de áreas de produção agrícola. Se nós imaginarmos nessa proporção de aquecimento global, talvez daqui a cem anos essas áreas não estarão suscetíveis à produção de alimen-

tos, Norte e Nordeste do Brasil, e há uma necessária ou um efeito migratório para o Sul ou para o Norte. Por exemplo, hoje nós temos a maior produção de café na região de Minas, na região do Espírito Santo e talvez o Rio Grande do Sul possa ser no futuro o nosso maior produtor de café por conta do clima.

Então essas são as minhas considerações. E eu gostaria de aproveitar quórum para comunicar a todos os Srs. Parlamentares aqui presentes que nós aprovamos, na reunião da quarta-feira passada, uma audiência pública na cidade de Foz do Iguaçu. Conversei hoje pela manhã com o diretor-presidente da Itaipu Binacional e nós vamos fazer essa audiência pública em um auditório da Itaipu, dentro da Itaipu Binacional, lá no Estado do Paraná, na cidade de Foz do Iguaçu. E um dos temas que nós queremos debater justamente é este: o impacto dos grandes reservatórios, o impacto do aquecimento global na geração de energia, a energia hidráulica.

Não havendo mais inscritos, passo a palavra aos srs. palestrantes, primeiro ao doutor...

O SR. VALDIR COLATTO (Bloco/PMDB – SC) – Presidente, eu havia pedido a palavra. Deputado Colatto.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Deputado Colatto, por favor.

O SR. VALDIR COLATTO (Bloco/PMDB – SC) – Obrigado, Senador Sérgio.

Na verdade, eu queria agradecer a presteza da Mesa por ter viabilizado aí a nossa inclusão na Comissão, substituindo o grande Ministro Mendes Thame, representando o PMDB.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS – SP) – Mendes Ribeiro.

O SR. VALDIR COLATTO (Bloco/PMDB – SC) – Mendes Ribeiro.

Eu queria ter tido a oportunidade de ouvir os palestrantes, mas sei que o tema é palpitante, IPCC, Embrapa, Governo, Ministério do Meio Ambiente.

O que eu queria colocar aqui com certeza é uma reflexão para esta Comissão de Senadores e Deputados para o mundo real, para as coisas que acontecem realmente na prática do dia a dia.

Todos acompanharam Copenhague, IPCC, e foi levantado aqui pelo Deputado Ferro a falta de credibilidade pelo que aconteceu lá em Copenhague. Então, com certeza, nós não podemos cometer o mesmo erro aqui no Brasil, na Rio+20. Eu acho que todo esse trabalho que está sendo preparado é para culminar nesse trabalho que vai ser feito no ano que vem.

Então o que a gente quer é discutir isso claramente, trazer pessoas que defendem certos princípios ou teorias, como outras que defendem o contrário. Nós

temos o contraditório para que o Brasil tenha uma posição clara, transparente. Eu acho que é dever desta Comissão e da Casa levar à sociedade brasileira esse debate, Presidente Sérgio, e que a gente possa ter oportunidade de também ouvir aqueles que discordam da linha do pensamento que o IPCC coloca. Ontem mesmo nós tivemos um técnico da Embrapa, na Comissão da Amazônia, colocando uma posição; outro cientista colocando outra posição na questão do CO₂, da camada de ozônio, toda essa problemática envolvendo a agricultura. Nós temos aí a agricultura de baixo carbono que está sendo implantada, inclusive com incentivo do governo; o plantio direto hoje é uma realidade na agricultura e que não é preciso revolver o solo. Falo isso como agrônomo, porque a gente conhece o assunto.

Então eu acho que nós temos que clarear isso para levar uma informação correta à sociedade brasileira, para que possa tomar uma decisão. Tenho certeza de que o Brasil vai tomar algumas decisões lá, na Rio+20, e essa decisão tem que ser compatível com o interesse do Brasil. Chega de nós estarmos aí comprometendo o Brasil em certas posições, quando, na realidade, o mundo lá fora não pensa como nós e também não compactua com aqueles compromissos que a gente faz.

O compromisso é com o Brasil e eu vou trabalhar para isso nesta Comissão. Vou respeitar a opinião de outras pessoas, mas queria ouvir também cientistas que contestam o CO₂, que dizem que há cinco mil anos tínhamos mais CO₂ que hoje e que nós temos práticas agronômicas em que você usando mais carbono você produz mais, a agricultura produz mais, que nós estamos num limite de CO₂ para poder trabalhar a questão da fotossíntese. São todas essas coisas com as quais as pessoas podem não concordar, mas que cientificamente têm que ser provadas. E eu acho que nós temos que levar isso; tecnologia científica para que a gente possa passar uma informação para a sociedade brasileira e tomar as decisões de que o Brasil precisa, levando em conta os interesses nacionais e, é claro, do meio ambiente também. Mas que nós tenhamos aí uma posição equilibrada nesse processo que a gente vai procurar trabalhar.

Eu e o Deputado Micheletto seremos os representantes do PMDB, dois engenheiros agrônomos e que também somos preservacionistas, sim, na prática, não no discurso. Pretendemos então levar esse questionamento a todos aqueles que estiverem aqui. Não faço nenhuma pergunta, porque não ouvi as palestras, mas com certeza as arguições já foram feitas e vamos ter os esclarecimentos. Queremos participar ativamente desse processo, desarmado de qualquer resquício

de posições mais ideológicas, mas precisamos levar à sociedade uma discussão clara, transparente, técnica, científica, para que o Brasil tenha uma posição na Rio+20 de acordo com os interesses do Brasil, da sociedade e também do meio ambiente e da produção.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Deputado Colatto. Seja bem-vindo à Comissão de mudanças climáticas. Tenho certeza de que o seu conhecimento, especialmente na questão da agricultura, vai engrandecer os estudos e os trabalhos desta Comissão.

Passo então de imediato a palavra para o Dr. Eduardo Delgado, para que possa responder às questões aqui feitas e que ele entender que foram dirigidas ao seu tema e também para fazer as suas considerações finais.

O SR. EDUARDO DELGADO ASSAD – Primeiro, concordo com o Deputado Alfredo Sirkis. Realmente, energia e desmatamento, essas emissões evoluem de forma diferente. Uma é quase linear, em função de sua demanda energética, da sua indústria, mas o desmatamento, não.

Como foi feito esse cálculo? Esse cálculo foi feito num valor emitido médio entre 1990 a 2005. E a partir dali, à medida que você fosse desmatando, você ia acrescentando então o valor emitido. Só que esse valor já está sendo revisado à medida que o conhecimento avança. Até o ano passado, nós usávamos como base 100 toneladas de carbono por hectare desmatado, emitido. Este ano, inclusive no próprio decreto, já passou para 132.

Se você perguntar a minha opinião eu digo: discordo dos dois. Eu, como pesquisador, eu sou da Embrapa, durante seis anos eu coordenei a plataforma de pesquisa de mudança climática da Embrapa; trabalho com isso há vinte e cinco anos e a gente sabe que não é assim. Então o esforço que nós estamos fazendo é exatamente...

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Para cima ou para baixo?

O SR. EDUARDO DELGADO ASSAD – Eu acho que vai ser um pouco mais, porque quando você começa a diferenciar os tipos fitofisionômicos, o que nós estamos encontrando, tanto em termos de estoque de carbono no solo, quanto em termos de material estocado na madeira, é mais do que 132. Aí, quando você vem para a caatinga e para o cerrado, cai um pouco. Então quando você pega no global, junta tudo, grande número, você vai chegar àquele valor lá. Mas quando você começa a diferenciar por bioma, vai ser diferenciado.

Uma notícia boa com relação a isso. Com um esforço científico muito grande brasileiro, nós já temos o

mapa do CO2 estocado no Brasil por bioma, o que vai melhorar demais o cálculo. Agora a base foi a média entre 1999 e 2005 e foi o *business as usual*, está certo? Então é em cima daquilo que rebateu.

Como nós estamos fazendo revisões constantes, esses números vão sendo ajustados à medida que o conhecimento avança. É muito caro, é muito difícil fazer isso. Poucos países com a extensão brasileira conseguem, mas nós estamos avançando rapidamente nesse aspecto.

Com relação às últimas conclusões do IPCC, eu deixo para o Marengo responder. Mas eu também queria dar uma informação para vocês. Talvez vocês saibam, os Srs. Deputados e Senadores, mas o Brasil tem o seu painel brasileiro de mudança do clima e nós estamos elaborando um relatório para a Rio+20. Nós estamos em fase de conclusão. Tanto o Marengo quanto eu participamos desse painel, na mesma estrutura do IPCC. Então nós temos o IPCC tropical e estamos fazendo um esforço tremendo para ter um relatório pronto para a Rio+20, para se ter a posição brasileira sobre o conhecimento que nós temos sobre esse assunto no País, para poder exatamente dirimir determinadas dúvidas que surgem nesse debate, o que é normal, surgem não só no nível de conhecimento como no nível do contraditório. A ciência avança com o contraditório, senão... Galileu quase morreu por causa disso. A ciência avança nessa linha.

A integração dos órgãos de pesquisa no inventário, eu diria, numa resposta razoável e pragmática, vai muito bem, obrigado. Nós temos uma Rede Clima pilotada pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, que tem mais de duzentos pesquisadores envolvidos e quatrocentas pessoas no total. São dez braços trabalhando em setores de emissão diferentes. Está funcionando? Está começando a pegar velocidade. Isso começou no ano passado. E aí sempre está calcada em quê? Bolsas de pesquisa, financiamentos restritos e agora aparece o Fundo Clima, colocando um pouco de dinheiro nisso. Então está começando a pegar velocidade. Mas os relatórios que já foram colocados – não tenho certeza, mas o Marengo tem isso lá no CCST – os relatórios já estão aparecendo na Internet, mostrando um trabalho efetivo que esses dez braços estão fazendo, para a gente melhorar o nível do inventário. Então está indo bem, está indo bem.

E eu posso dizer mais, Deputado Ferro, que quando a gente sai do Brasil e mostra isso no Brasil, as pessoas não acreditam que nós temos isso.

Plano Nacional de Mineração. Esse começou recentemente, está nas mãos do Ministério de Minas e Energia; há uma concertação grande. E eu tive uma surpresa muito boa com relação a esse plano. O pes-

soal do carvão mineral veio atrás da gente dizendo: nós temos um plano de redução de emissão para carvão mineral. Achei superinteressante, porque é o pessoal mais ameaçado. Substituir o carvão verde pelo mineral, vegetal pelo mineral. Eles disseram: nós estamos fazendo um esforço grande para reduzir. O Brasil não vai deixar de consumir carvão mineral nos próximos vinte anos. Nós queremos dar nossa contribuição. Então eles também estão trabalhando nesse sentido e serão objeto de discussão no Plano Setorial.

Resíduos sólidos. A experiência de Santa Catarina, gerando metano para entrar na rede de Itaipu, está contemplada na Agricultura ABC. É o sexto ponto contemplado na Agricultura ABC. O Fundo não contemplou a agricultura, como o senhor colocou. Não. O Fundo, perto da agricultura ABC, é pequenininho. Para a Agricultura ABC são R\$3,2 bilhões colocados este ano, e o Fundo Clima são R\$200 milhões.

Então hoje, quais são os instrumentos de financiamento que nós temos? Fundo Amazônia, que está cuidando do desmatamento; a Agricultura ABC, do Ministério da Agricultura, que está cuidando das ações de agricultura; e o Fundo Clima, que está pegando os outros setores que não entraram.

Então não é porque não contempla, é porque já existem outros fundos que já contemplam isso. Então nós estamos privilegiando aquelas ações, no Fundo Clima, que não estão contempladas em outros fundos.

O reflorestamento, na mesma linha, pergunta do Deputado Sirkis. O reflorestamento não está? Não, o reflorestamento também está contemplado na Agricultura ABC.

Produção de alimentos e energia. Sim, existem estudos, e aí, Senador Sérgio, o seu raciocínio está correto, esse é o raciocínio que nós usamos em diversos trabalhos científicos que nós fizemos. Se nada for feito, se não fizermos nenhum esforço de adaptação das culturas, se não fizermos um esforço de melhoramento genético, o café, sim, vai para o Rio Grande do Sul; a uva, na França, já está caminhando para a Inglaterra. Vai ser um desastre. Já existem estudos dos franceses, mostrando isso claramente. A laranja, nos Estados Unidos, também está se movimentando. E vários estudos científicos estão mostrando que isso está acontecendo, se nada for feito. Acontece que desde o momento que nós começamos a falar isso, e tem mais de doze anos, um esforço de melhoramento genético brutal está sendo feito no Brasil. Então nós já temos hoje quatro variedades de feijão prontas e que suportam temperaturas elevadas, que vêm lá do Paraná; soja está na forma, café está na forma, e nós temos banana sendo testada para substituição em algumas áreas de maçã em Santa Catarina.

Quer dizer, existe um esforço grande de mostrar que, caso o problema atinja o nível que nós queremos, alguma coisa está sendo feita. Isso também não é na magnitude em que nós gostaríamos, mas alguma coisa está sendo feita.

Produtos que vão se dar muito bem nisso: mandioca e cana de açúcar. O aquecimento global para a cana de açúcar vai ser uma beleza; a mandioca também vai se dar muito bem nisso na Região Sul.

Finalmente, no que diz respeito à Agricultura ABC, nós temos hoje no País e na área de agricultura... Obviamente que a gente se depara constantemente com o contraditório e a gente tem cada vez mais interesse em encontrar trabalhos científicos que contestem os trabalhos científicos – é assim que a gente avança. O Brasil hoje está se tornando uma referência nesses estudos de agricultura tropical.

Então a gente está mostrando o que está acontecendo e está sendo provado. Especificamente no caso do café, que o senhor citou, eu sou autor dos trabalhos que mostram que tem um problema sério com o café, se nada for feito. Foram doze anos de crítica. Eu lembro que o Deputado Mendes Thame acompanhou essa discussão em São Paulo. Foram doze anos de crítica, até o ano passado, quando esse trabalho foi convidado para abrir o Congresso Internacional de Café na Guatemala. E lá apareceram mais cinco trabalhos, mostrando exatamente o que nós havíamos dito doze anos atrás. Então são essas coisas que mostram que se a gente não tomar as providências no momento certo, aí sim, nós estaremos sob ameaça. Mas agora que a gente já está tomando essas providências, essas ameaças deixam de existir.

O caso da Agricultura ABC é muito claro nesse sentido, porque ele mostra que a agricultura deixou de ser a grande vilã, como era dois anos atrás, e passou a ser a principal solução de mitigação de gás de efeito estufa com esses trabalhos que são feitos.

É isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Dr. Eduardo.

Passo a palavra ao Dr. José Antonio, para responder aos questionamentos e também para suas considerações finais.

V. S^a tem a palavra.

O SR. JOSÉ ANTONIO MARENGO ORSINI – Tentando lembrar, eu vou responder em grupo.

As metodologias que foram usadas no primeiro e no segundo inventário para as estimativas das emissões em reservatórios, por exemplo, têm sido questionadas. Há os grupos que elaboraram e os outros grupos que falaram que era muito alta. Então como são metodologias baseadas em poucas observações, porque o

monitoramento é muito caro e os orçamentos para tecnologia e ciência são baixos, justamente através da Rede Clima e de um projeto do CNPq, do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Mudanças Climáticas está trabalhando com instrumentação... Já foram publicados. Nós temos novas informações agora já com observações sobre os níveis de emissão dos diferentes reservatórios, não só na Amazônia, mas também em todo o Brasil. Então nós esperamos que o terceiro inventário tenha informações mais certas, mais corretas.

Em relação ao que o IPCC determina, por exemplo, aquela posição de aquecimento de 2 graus, há uma política, porque você não pode baixar um decreto e dizer que o aquecimento não deve ultrapassar 2 graus. Então isso é feito com modelos para se chegar a um aquecimento de 2 graus até o ano de 2100. Teríamos que ter uma redução nos níveis de emissão de gases de efeito estufa que economicamente não é rentável. Teria que ter um impacto econômico muito grande. Dificilmente eu acho que vamos ter medidas que vão levar a um aquecimento global de somente 2 graus. A ideia é reduzir o aquecimento ao máximo possível. Mas possivelmente seria um pouco mais que 2 graus. Nós não sabemos quanto.

Agora em termos do IPCC, mais de três mil cientistas de todos os países tiveram um problema, não digo de credibilidade, mas de informação, que foi resolvido: acessos a *e-mails* não autorizados, números que foram obtidos em estudos e que não eram estudos científicos. Então o IPCC criou um painel entre as diversas academias de ciências do mundo. O representante do Brasil foi o presidente da Fapesp, o Prof. Brito. E com isso se determinaram novas normas para a revisão do IPCC. Agora nós estamos muito mais restritos. Qualquer artigo que apareça tem que ser avaliado, os dados têm que ser disponibilizados para reconstruir esses números. Ou seja, pelo lado científico, isso vai continuar, não vai ter problema. Eu posso apostar a minha credibilidade que o IPCC não vai ter mais esses problemas.

Eu acho que com isso respondi à maior parte das perguntas. Não sei se esqueci algo. Espero que não.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. José Antonio.

Passo a palavra ao Vice-Presidente, Deputado Alfredo Sirkis, porque há sobre a mesa um requerimento sobre os trabalhos da próxima reunião.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Bem, em relação à próxima reunião, o Presidente havia proposto a presença de alguém da ANA aqui para falar sobre aspectos concernentes a questões hídricas relacionadas com mudanças climáticas. No entan-

to, como ele próprio não poderá estar presente, em função da viagem que nos informou, no início desta reunião, eu gostaria de propor aos Srs. Senadores e Deputados que nós dedicássemos a nossa audiência da semana que vem justamente ao que começou ser discutido aqui em relação aos últimos relatórios e às últimas conclusões do IPCC. Seria basicamente uma atualização sobre as últimas conclusões do IPCC em relação às emissões globais e à distância entre as reduções necessárias para limitar o aquecimento a dois graus. E as projeções que hoje são feitas em relação a aumentos maiores, como ele acabou de colocar, e os vários cenários dos aumentos maiores do que dois graus, que o IPCC já estudou.

Então, para nos falar sobre isso, os maiores especialistas brasileiros que eu consegui aqui rapidamente inventariar e que eu gostaria de convidar, seria a Dr^a Telma Krug, pelo Inpe, a Suzana Kahn, que atualmente está na Secretaria de Meio Ambiente do Rio de Janeiro, o Emílio La Rovere, do COP, e o Paulo Artaxo, da USP [*falha na gravação*]... do Meio Ambiente. Parece-me que essas pessoas formariam um painel altamente capacitado a nos prestar todos esses esclarecimentos.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Pois não, Deputado.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Penso que o interessante nisso é estabelecer um contraditório. Não é uma pessoa de quem eu tenha muita informação, mas o pesquisador Molion tem uma visão crítica disso. Seria talvez interessante, se for possível, incorporá-lo, pela visão crítica, nem sempre é coincidente, mas que pode ser interessante para animar o debate.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Perfeito.

Deputado Fernando Ferro, eu vou submeter à apreciação de V. Ex^{as} o requerimento colocado pelo Deputado Alfredo Sirkis, que o encaminhou neste momento, tendo em vista que na próxima reunião tínhamos a aprovação para ouvirmos o representante da ANA. Mas como eu fui o signatário desse requerimento e não vou estar na próxima reunião, que vai ser no dia 28, quarta-feira próxima, por conta da minha viagem à Antártica, então eu submeto à apreciação de V. Ex^{as} o requerimento encaminhado pelo Deputado Alfredo Sirkis. Incorporando a sugestão do Deputado Fernando Ferro, que, na sequência, será formalizado e depois serão convidados os senhores aqui indicados.

Eu só vejo que mais de dois nomes, talvez o tempo fique curto para que os parlamentares possam também participar da reunião. Então, a minha sugestão é que todos eles sejam convidados e que nós

coloquemos em audiências separadas. Talvez, dois expositores por reunião.

Coloco à apreciação de V. Ex^{as}.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão.
Aprovado.

Serão formalizados e atendidos os requerimentos na forma regimental.

Antes de encerrarmos a nossa reunião deliberativa, a nossa audiência pública, eu gostaria de dizer a V. Ex^{as} que nós encaminhamos à Mesa, a Secretaria encaminhou a todos os senhores parlamentares que compõem esta comissão uma proposta de plano de trabalho.

Com a eleição hoje do relator, nós vamos, por mais uma semana, aguardar a sugestão de V. Ex^{as} e também do relator, para que o relator coloque as suas considerações no sentido de que, no dia 5 de outubro, nós venhamos votar esse plano de trabalho e iniciar, imediatamente, os trabalhos, já levando em consideração as audiências públicas aqui realizadas.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 15 horas e 8 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 9 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Declaro reaberta a 4ª Reunião.

Neste momento, agradeço ao Sr. José Antonio, representante do Inpe, e ao Dr. Eduardo Delgado, representante do Ministério do Meio Ambiente.

Muito obrigado a V. Ex^{as} pela brilhante exposição pelo tema.

Dando continuidade à nossa reunião de eleição do relator, foram registrados dois parlamentares, dos Srs. Deputados, como candidatos: o Deputado Mendes Thame e o Deputado Márcio Macêdo.

Declaro, portanto, encerrada a votação.

Convido os Srs. Parlamentares, o Deputado Trípoli e o Deputado Garotinho, para que procedam à escrutinação dos votos. Convido também o Senador Valadares, para que acompanhe o procedimento de escrutinação desses votos.

(Procede-se ao escrutínio.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Srs. Parlamentares, a presidência vai proclamar o resultado. Foram 19 votantes, sendo o eleito, com 10 votos, o Deputado Márcio Macêdo, a quem convido para sentar à mesa.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, na última reunião, nós colocamos também, sugerimos aos Srs. Parlamentares se nós formaríamos uma comissão para irmos ao Panamá, na Convenção do Panamá, e deixamos aberto àqueles que tivessem interesse. Está prevista para a primeira semana de outubro e

nós estamos já na penúltima semana de setembro. Como nenhum Parlamentar manifestou o interesse em ir até o Panamá...

Seja bem-vindo, Deputado Márcio Macêdo, à relatoria. Esperamos que o conhecimento de V. Ex^a engrandeça esta comissão. E que possamos, ao final deste ano, apresentar o melhor relatório já feito por esta comissão aqui no Congresso Nacional. Seja bem-vindo!

O SR. MÁRCIO MACÊDO (PT – SE) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Em conversa com a secretaria da Comissão, e mesmo que precisávamos viabilizar perante a Mesa do Senado a questão de passagens e traslado para o Panamá, pelo curto espaço de tempo, não há mais possibilidade de abrirmos novo prazo para inscrições dos Srs. Parlamentares para essa Convenção do Panamá.

Mas, lembro aos senhores que nós teremos no final de novembro, início de dezembro, a Comissão de Durban, na África do Sul, a COP/MOP, que é inclusive uma das mais esperadas no que diz respeito ao controle do clima. E com um prazo razoável, a Mesa, a Presidência vai abrir um prazo para a inscrição dos Srs. Parlamentares, para que possamos formar, desta vez, uma comissão dos Srs. Parlamentares para representar o Congresso Nacional em Durban, na África do Sul.

Relembrando que a nossa próxima reunião será na quarta-feira, às 14 horas. Comunico, mais uma vez, que não estarei presente. Será presidida pelo Deputado Alfredo Sirkis, o nosso vice-presidente desta Comissão.

Não havendo mais nada a tratar, declaro...

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Deputado Garotinho.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ. Pela ordem.) – Apenas uma perguntinha, porque eu me atrasei em função de nós estarmos discutindo a questão da Emenda 29, que está inclusive em discussão. Eu não pude perceber se nós criamos subcomissões dentro da comissão. Se não, eu gostaria de propor algumas subcomissões importantes de alguns temas.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Não, Deputado Garotinho, ainda não. Já foi sugerido por outros Srs. Parlamentares. Nós estávamos primeiro esperando a eleição da relatoria, porque, regimentalmente, não se prevê a possibilidade nem a impossibilidade de sub-relatorias. Mas, então, nós vamos discutir agora com o relator a possibilidade – o relator é quem vai determinar isso –, porque esses relatórios feitos por eventuais sub-relatores subsidiarão o relatório do relator. Então, eu acho plausível a ideia.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – E são muitos assuntos, e diversos, às vezes questões muito específicas.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Até mesmo pelo curto espaço de tempo que temos. Eu acho que é prudente, Deputado Garotinho.

Agora, nós vamos ter, até o dia 5, para nós aprovarmos o nosso plano de trabalho. Esse plano de trabalho nós temos que mostrar aonde é que nós queremos chegar, qual é o porto que nós queremos aportar, onde a comissão vai concluir o seu relatório.

Então, a Comissão Mista de Mudanças Climáticas está aberta a sugestões de todos os Srs. Parlamentares, para que agregue – nós já fizemos uma breve exposição de propostas, mas agora com a presença do relator –, o máximo possível, idéias, para que possamos elaborar o nosso plano e aprová-lo no dia 5 outubro. Inclusive, podemos já aprovar nessa data também a questão das sub-relatorias e escolhermos aí, a critério do relator, os sub-relatores; e aqui conversando com os Srs. Parlamentares, os sub-relatores para o relatório final.

Antes de encerrarmos, eu passo, então, a palavra ao Deputado Márcio Macêdo, nosso relator da Comissão Mista de Mudanças Climáticas.

O SR. MÁRCIO MACÊDO (PT – SE) – Sr. Presidente Sérgio Souza, Senador da República, Vice-Presidente Deputado Alfredo Sirkis, eu queria, em nome desses, abraçar a todos e a todas presentes e dizer da minha satisfação e alegria de compor esse triunvirato que vai conduzir esta comissão tão importante para o Brasil, que é esta que nós acabamos de completar a sua administração.

Quero agradecer a todos os Deputados que participaram do processo e colocar, Sr. Presidente, que eu tenho militância nessa área, formação acadêmica na área e tenho experiência de gestão nessa área. Então, quero colocar isso a serviço desta Comissão para ajudar no sentido de que possamos ter um relatório compatível com os desafios que nós temos nesse momento do País.

Queria, independente de criar as sub-relatorias ou não – essa é uma decisão *a posteriori* – dizer ao Deputado Mendes Thame que eu gostaria que S. Ex^a me ajudasse no processo de construção da relatoria, pela sua experiência, pela sua história. Nós estamos abertos para lhe ouvir, para nos ajudar a construir conjuntamente.

No mais é o trabalho. Quero me colocar à disposição completamente desse processo, Sr. Presidente. Estou aqui para cumprir essa tarefa importante que eu considero para o País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Deputado Márcio Macêdo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, convocando outra para o dia 28 de setembro, às 14 horas.

(Reaberta às 16 horas e 9 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 19 minutos.)

ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS QUATORZE HORAS E TRINTA MINUTOS, NO PLENÁRIO Nº 9 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II – SENADO FEDERAL

Às quatorze horas e trinta e dois minutos do dia vinte e um de setembro do ano de dois mil e onze, no Plenário nº 9, da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Sérgio Souza, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença dos Senadores Jorge Viana, Cristovam Buarque, Sérgio Souza, Eduardo Braga, Sérgio Petecão, Aloysio Nunes Ferreira, João Vicente Claudino, Randolfe Rodrigues, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin e dos Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Antonio Carlos Mendes Thame, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Alfredo Sirkis, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ithoshi e Valdir Colatto, membros da Comissão. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da Ata da 3ª Reunião, que é dada como aprovada. A seguir, a Presidência esclarece que a presente Reunião destina-se a realização de Audiência Pública com a presença dos Senhores José Antonio Marengo Orsini, Chefe do Centro de Ciência do Sistema Terrestre do INPE, representando o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e Eduardo Delgado Assad, Secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental, representando o Ministério do Meio Ambiente, como expositores, para discutir as ações para alcançar os objetivos estabelecidos pela Política Nacional sobre Mudanças Climáticas; tratar dos resultados do segundo inventário brasileiro de emissões e remoções antrópicas de gases de efeito estufa, conforme disposto na Lei 12.187, de 2009, que institui a Política Nacional de Mudanças do Clima e informar os novos resultados do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, conhecido como IPCC, em atendimento ao Requerimento nº 2/2011-CMMC, de autoria do Senador Sérgio Souza e

do Deputado Alfredo Sirkis, Após a exposição dos convidados, usam da palavra o Senador Sérgio Souza e os Deputados Márcio Macêdo, Antonio Carlos Mendes Thame e Alfredo Sirkis. A Comissão aprova extrapauta o Requerimento nº 5, de 2011-CMMC, de autoria do Deputado Alfredo Sirkis, que requer audiência pública desta comissão para tratar dos dados atualizados do IPCC sobre emissões de gases de efeito estufa, com os seguintes convidados: Paulo Artacho, Professor da USP, Emilio La Rovere, da COPPE, da UFRJ, Suzana Khan, da COPPE e da SEMA-RJ e Luiz Carlos Molion, Professor da Universidade Federal de Alagoas. A Presidência comunica que a próxima reunião da Comissão será realizada no dia 28 de setembro. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e dois minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. Senador **Sérgio Souza**, Presidente da CMMC.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DE 21-9-2011

, de imediato, à 5ª reunião da Comissão de Mudanças Climáticas, criada pela Resolução nº 4 de 2008.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião da Sessão anterior.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

A presente reunião trata de audiência pública com a finalidade de discutir as ações para alcançar os objetivos estabelecidos pela Política Nacional sobre Mudanças Climáticas, tratar dos resultados do 2º Inventário Brasileiro de Emissões e Remoções Atrópicas de Gases de Efeito Estufa, conforme dispõe a Lei 12.187, de 2009, que institui a Política Nacional de Mudanças do Clima, e informar os novos resultados do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, conhecido como IPCC, em atendimento ao Requerimento nº 2/2011, Comissão de Mudanças Climáticas, de autoria do Deputado Alfredo Sirkis e também do Senador Sérgio Souza.

Com a presença do Sr. José Antônio Marengo Orsini, Chefe do Centro de Ciência do Sistema Terrestre do INPE, representando o Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, e também do Sr. Eduardo Delgado Assad, Secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental, representando o Ministério do Meio Ambiente.

Convido os Srs. José Antônio Marengo Orsini e Eduardo Delgado Assad para tomarem assento à Mesa.

De acordo com o que foi avençado com os senhores palestrantes, nós vamos primeiro conceder a palavra ao Sr. Eduardo Delgado Assad para que dê início à sua exposição.

O senhor tem a palavra, Dr. Eduardo.

Fizemos uma breve análise do tempo que nós temos, até mesmo porque a partir das 16 horas tem início a Ordem do Dia no Senado Federal, e vamos destinar 20 minutos para cada um dos senhores palestrantes e depois os Srs. Parlamentares terão cinco minutos para perguntas e considerações; e os senhores palestrantes de cinco a 10 minutos para responder às perguntas.

V. Sª tem a palavra.

O SR. EDUARDO DELGADO ASSAD – Boa-tarde a todos. Incumbiu-me a Ministra Isabela Teixeira de representá-la nesta audiência pública, de maneira que a gente possa discutir o objeto desta audiência que é falar um pouco sobre a situação da Política Nacional sobre Mudanças do Clima e o Plano Nacional de Mudanças Climáticas.

Acredito que, como já temos o hábito de trabalhar em conjunto e fazermos parte da Rede Clima, tanto eu como o professor Marengo, caso haja, e certamente haverá complementaridade entre as apresentações, mas caso não completemos todas as demandas que forem feitas, nós poderemos fazê-las durante os debates que vierem a surgir.

Vou tentar mostrar a vocês um pouco do que o Governo está fazendo, desde o início deste ano, com relação à Política Nacional sobre Mudanças do Clima e o Plano Nacional. Vou fazer um breve relato sobre o que está acontecendo e algumas ações que já estão ocorrendo.

Próximo, por favor.

Então, um breve relato sobre isso. O que nós temos hoje com relação às emissões de gases de efeito estufa, nós temos uma média anual de emissões no Brasil na faixa de 2 bilhões de toneladas CO₂ equivalente; no ano de 2009, nós tivemos 1.77 bilhões de toneladas. Essa é a distribuição dessas emissões, onde nós temos aí, no setor de mudanças do uso da terra, na agropecuária, temos um peso muito grande com relação a essas emissões; portanto, objeto de mais planos setoriais para reduzi-las. E, em 2007, houve uma pequena evolução entre um setor e outro, e principalmente tivemos, no caso da energia, uma ampliação de 16% para 23%.

Próximo, por favor.

A Política Nacional sobre Mudanças de Clima está alicerçada para poder executar e atingir as metas, que foram estabelecidas nos planos e nos decretos, está alicerçada em dois mecanismos de financiamento que podem nos ajudar a atingir essas metas: primeiro, o

Fundo da Mudança Climática, conhecido como Fundo Clima, e o segundo, o Fundo Amazônia.

Próximo, por favor.

No Brasil, esta tabela é bastante conhecida de todos vocês – foi muito divulgada. As contribuições do Brasil para mitigação de gases de efeito estufa teve seu compromisso oficializado em Copenhague, e nós tivemos aí estes quatro itens que foram estabelecidos: uso da terra, agropecuária, energia e os outros ali com a siderurgia.

A ideia então é que a gente chegasse com relação a 2005 a uma proporção de redução entre 36.1% a 38.9% da redução das nossas emissões. Mais na frente eu vou quantificar isso e vamos ter uma ideia do que vem a ser isso.

Próximo.

É isso aí. Se a gente não fizesse nada, se o Brasil não estivesse empenhado em fazer essas reduções, nós teríamos, segundo inventário, uma projeção para 2020, de 3.2 bilhões de toneladas CO₂ equivalente. E cada componente, daqueles apresentados aos senhores, teria esse peso nesses 3.2 bilhões de toneladas: peso da indústria, da agropecuária, da energia, mudança de uso da terra, onde vocês podem perceber, claramente, que essa mudança de uso da terra tem um peso muito forte no Brasil.

Próximo, por favor.

A ideia é a de que, a partir dos diversos mecanismos que nós criamos, decretos, leis, planos, planos setoriais e ações feitas, a gente reduza isso, ou seja, que a gente consiga chegar, em 2020, a 2 bilhões de toneladas CO₂ equivalente em relação a 2005. É essa a ideia, é esse o esforço que nós estamos tentando, estamos fazendo para alcançar isso.

Temos algumas notícias boas para dar e temos outras notícias que não são tão boas assim, mas alguma coisa está acontecendo no Brasil.

Vamos para frente.

Essa Política Nacional sobre Mudança do Clima foi instituída nesta Lei 12.187, de 29 de dezembro, regulamentada pelo Decreto de 09 de dezembro. Os instrumentos da política são o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima e o Plano Nacional sobre Mudança do Clima. E aí nós temos de manter o crescimento do Brasil compatível com o sistema climático. Ninguém quer que o sistema climático, a redução de emissões, pare o crescimento brasileiro. E todas essas emissões foram calculadas, com base no crescimento do PIB de 4% a 6% ao ano. E aí temos um compromisso voluntário dessa redução. Isso é conhecido dos senhores e a gente está trabalhando nesse sentido.

Próximo.

Os Planos Setoriais que existem hoje, conhecidos como políticas públicas, temos de consolidar o que nós estamos chamando de Economia de Baixo Carbono, que atinge: geração e distribuição de energia elétrica, transporte público urbano, sistemas modais de transportes interestaduais de carga e passageiros; na indústria de transformação de bens duráveis: química fina, de base, papel, celulose, mineração, construção civil, serviços, saúde e agropecuária. É muito amplo! É uma coisa muito ampla. Então, é um trabalho hercúleo. Nós temos de tentar convencer cada setor de que é preciso estabelecer metas, porque, se não houver metas, nós não podemos usar os recursos do Fundo para poder incentivar a melhoria dos sistemas. Você não empresta dinheiro para quem não diz o que vai fazer com o dinheiro, não é? É difícil você fazer isso. Então, nós estamos discutindo e há uma conversação muito grande com todo o setor e estamos dizendo: “Por favor, coloquem metas, porque em cima de metas nós podemos discutir e verificar como podem ser feitas as aplicações de recursos.”

Vamos para frente. Próximo.

Nos Planos Setoriais, nós temos aí, nesse decreto que determina o Plano, ele é, na verdade, um avanço muito grande com relação ao Plano de 2008. O Plano de 2008 foi uma concepção que foi feita, por diversos grupos, onde a gente lançou várias ideias que vieram do nascedouro do relatório do IPCC de 2007, da necessidade de o Brasil tomar uma posição e se preparar para Copenhague, mas ele não tinha ainda as ações que eram estabelecidas pelos diversos Planos Setoriais de todos aqueles setores que eu mostrei para vocês. Então, a partir de 2010, nós começamos a desenvolver esses Planos Setoriais. Quais estão prontos e já são objeto de ação efetiva de recursos: o PPCDAM – Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia Legal –, o PPCerrado, o Plano Decenal de Expansão de Energia, o Plano para Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura e o Plano de Redução de Emissões na Siderurgia que, neste momento, já passa por uma revisão, porque ele ainda não está atendendo completamente o que a gente está querendo chamar de Siderurgia Verde e avançar nessa linha – precisamos melhorar um pouco nisso. Então, esses cinco Planos estão prontos e já são objeto de financiamento.

Próximo.

Os demais Planos, previstos nessa lei, são estes que estão aí: transporte, indústria de transformação, indústria química, papel, celulose, mineração, indústria da construção civil, serviços e saúde – e nós incluímos mais dois. Houve um desejo voluntário do Ministério da Pesca e Aquicultura para fazer o Plano de Pesca e

Aquicultura, mostrando que é possível fazer redução de emissões nesse setor. Concordamos. Não está na lei, mas se é voluntário é bem-vindo. Isso é importante para o País.

E, finalmente, fazendo-se uma análise crítica com relação a todos os Planos e nas questões que vão surgir a partir de 2012, que vem muito forte por aí, que são as questões da adaptação, percebemos que recursos hídricos, por ser uma ação transversal, não estavam contemplados em plano nenhum. E aí surgiu a necessidade de fazer um Plano Setorial de Recursos Hídricos, onde nós podemos contemplar as questões referentes a eventos extremos: cheias, secas e, principalmente, ações vinculadas à erosão costeira que devem atingir quase 80% da população brasileira.

Então, essas questões vão surgir muito fortemente a partir de 2012 e 2013. Então, apareceram recursos hídricos que foram aprovados ontem. Até na próxima reunião, para fazer algum informe, pode-se dizer: “O Plano Setorial de Recursos Hídricos foi aprovado ontem, na Casa Civil, na reunião da Comissão Interministerial de Mudança do Clima.” Também foi bem-vindo. É uma ação conjunta em que há interesse de vários Ministérios: Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Integração Nacional, Ministério da Agricultura, Ministério de Minas e Energia – todos eles. É uma ação transversal. O Ministério das Cidades não podia ficar de fora.

Na indústria, nós resolvemos, juntamente com o pessoal do MDIC, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, discutindo com outros setores da sociedade, ao invés de criar planos para cada tipo de indústria diferente, a gente está fazendo um plano só. Vai ser o Plano da Indústria. E, dentro do Plano da Indústria, as ações efetivas vão ser discriminadas por cada tipo de indústria; como isso vai ser feito.

Há uma dificuldade, que ainda não está superada e que ainda não conseguimos resolver, mas que está sendo intensamente discutida, que é a questão da métrica. Como é que vamos fazer essa métrica para estabelecer metas na indústria? Há uma discussão econômica por trás disso que se você forçar ou propuser à indústria de fazer redução de métrica que sejam muito – vamos dizer – otimistas e não sejam alcançáveis, você reduz competitividade. Por outro lado, nós achamos que se você levar a indústria para essa redução de emissões e a transformar em uma indústria que vamos chamá-la de verde ou alinhada com a economia verde, ela se torna competitiva em médio prazo. Então, é uma discussão interessante e que está permeando hoje a base da discussão com a indústria. É muito interessante, porque você tem os dois lados e nós estamos discutindo como isso será

feito; como serão estabelecidas as ações e como se vai mensurar essa redução de emissões na indústria.

Todos esses planos estão previstos para conclusão até dezembro de 2011. O mais avançado hoje é o de transporte, o de mineração está bem orientado, o de indústria está começando a pegar velocidade, pesca e aquicultura também já está bem avançado. Então, acredito que a gente consiga concluir, conforme a lei, até 15 de dezembro, os planos que estavam faltando.

Próximo.

Aparece, então, como instrumento para incentivar essas ações de redução de emissão, o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima. Esse Fundo começou, efetivamente, a operar, ou seja, ficou oficial, no dia 17 de março de 2011, foi quando se fez a Comissão do Comitê Gestor do Fundo que decidiu alocar recursos por setores diferenciados. Começamos com R\$230 milhões e podemos chegar a R\$1 bilhão. Então, nós temos de mostrar que somos capazes de utilizar esses recursos para a redução de emissões de gases para que, no próximo ano, a gente consiga ampliar o valor, o teto orçamentário do fundo. E nós já pedimos para que ele fosse ampliado para R\$360 milhões para o exercício de 2012. Em princípio, está tudo ok, está indo bem. Mas nós temos de acelerar. Nossa angústia é que já estamos em setembro e não conseguimos ainda efetivar isso. Mas tem muita coisa em andamento. É a virada! Nós estamos chegando na virada e falta pouquinho para chegar lá e vocês vão ter uma ideia do que está acontecendo.

Com relação aos recursos reembolsáveis, a boa notícia foi a que o Senador Sérgio Souza deu aqui. Depois de seis meses, de muita discussão, e elaboração de resoluções e muito entendimento entre o Ministério da Fazenda e o BNDES, finalmente nós conseguimos aprovar a resolução do Conselho Monetário Nacional, de maneira que a gente possa emprestar os recursos reembolsáveis a juros atrativos. A ideia é esta: não é só emprestar o recurso, mas emprestar a juros atrativos, de maneira que a gente incentive, principalmente, a indústria verde. E mais para frente eu vou mostrar a vocês o que nós estamos apostando neste primeiro ano, com nossa capacidade de tentar usar esses recursos com o objetivo de redução de emissões. E tem muito a ver com o que o Deputado Sirkis falou e o que o Senador Sérgio falou: um dos alvos nossos é exatamente o transporte modal urbano onde a gente pretende reduzir essa emissão de determinados particulados que provocam então uma série de efeitos colaterais na população e também efeitos muito fortes no aquecimento nas cidades, fortalecendo aquelas ilhas de calor que ninguém deseja.

Nos recursos não reembolsáveis, para nossa surpresa – e boa surpresa – o tempo foi muito curto entre os editais e a execução do dinheiro. Nós recebemos 170 projetos em um mês. Foram apresentados 170 projetos. Destes, 70 foram selecionados como capazes de se candidatarem ao fundo. Esses 70 projetos serão analisados semana que vem, dia 28 de setembro. Então, entre o edital, que terminou dia 15 de agosto, e a seleção dos projetos, nós levamos 45 dias.

Estou chamando a atenção para esse fato – trabalho muito em comitês científicos de análises de projetos – porque normalmente a gente leva de três a seis meses para fazer uma rodada completa. Nós fizemos uma espécie de força-tarefa no Ministério do Meio Ambiente e contamos com o apoio de vários colegas do Comitê Gestor, do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. E, quando você quer, quando você se empenha, você consegue.

Eu não consigo entender um projeto ou projetos importantes como esses levarem um ano e meio para terem um parecer. E nós estamos percebendo isso em outros fundos. Então, nós estamos mostrando que quando a gente quer a gente faz. Então, é importante que os operadores dos fundos façam como a gente consegue fazer tanto no INPE, na Embrapa e agora no Ministério do Meio Ambiente, em que você junta uma força-tarefa, faz uma análise boa e você consegue selecionar bons projetos. Se isso é importante para o Brasil, dá para fazer. Agora, se começam a criar barreiras e mais barreiras, você não avança, perde o dinheiro e fica uma coisa inútil. Então, é importante que nossos operadores, principalmente dos fundos reembolsáveis – aí eu falo diretamente para o BNDES e para outros operadores – agilizem o seu processo de análise para a gente poder, efetivamente, usar esse dinheiro. E eu peço aos senhores parlamentares que nunca se esqueçam disso. Nós temos dinheiro, temos recursos – isso é um exemplo para o mundo, isso é um exemplo para o mundo; eu rodo o mundo mostrando isso e ninguém acredita que o Brasil está pondo dinheiro, mas quando chega... A gente não está morrendo na praia ainda, mas estamos levando muito tempo para pegar um projeto, julgar esse projeto e aplicar esse projeto. Então, nós temos de dar um jeito de melhorar essa burocracia. Existe a boa vontade; nós precisamos é azeitar a máquina para ela andar mais rápido.

Próximo, por favor.

Este ano, como o fundo começou em 17 de março, os projetos foram definidos em julho e o Conselho Monetário aprovou agora, na semana passada, onde é que nós temos capacidade de usar esses recursos, rapidamente, até final do ano? Quais são aqueles se-

tores que a gente consegue usar isso, mantendo a linha de redução de emissão de gases?

Primeiro passo: temos o transporte urbano e, nesse transporte urbano, como o BNDES financia determinados produtos, o primeiro que veio à cabeça foi a experiência – e obviamente motivo de uma concertação do Comitê: “Olha, nós temos a possibilidade de usar ônibus híbrido, o ônibus a hidrogênio – que já está em teste – e temos a experiência de São Paulo que já tem os ônibus a etanol funcionando.

Vamos incentivar então o ônibus a etanol, principalmente nas capitais da Copa.”

Qual é a ideia? À medida que ocorrer a renovação de frota, você incentiva, com juros mais baixos, a substituição de ônibus a diesel por ônibus a etanol. É uma vitrina maravilhosa para o País! Boas intenções. Não vamos substituir a frota – 15 mil, 50 mil ônibus – mas você incentiva a indústria a mostrar que há um mercado e que é possível fazê-lo.

O segundo ponto são os resíduos sólidos, apoio e aterro sanitário para a geração de energia elétrica. E nesse caso também os alvos são as principais capitais da Copa onde se pode fazer isso. São Paulo tem um exemplo muito bom, Gramacho, no Rio de Janeiro, está se tornando um excelente exemplo, onde a gente pode fazer isso, ou seja: transforma-se aquele aterro sanitário em gerador de energia elétrica e reduz a emissão de metano. Incentiva-se isso.

Energia renovável, independentemente de todas as políticas que estão feitas, o importante é o Governo dar o exemplo. Então, não adianta eu ter um supermercado energético de um produto só, que é a energia hidroelétrica, ou o grande peso da elétrica; se nós temos um país com tanto sol, tanto mar e tanto vento, porque não incentivar essas coisas?

Eu tive a oportunidade de participar com o Deputado Sirkis de um debate aqui sobre energia e vimos alguns exemplos maravilhosos dessa possibilidade. Já discutimos isso há 30 anos e, há 30 anos, escuto que a energia solar é cara! Se ela é cara é porque não houve investimento em pesquisa nem desenvolvimento em novos materiais. Precisamos incentivar esse desenvolvimento, porque o mundo já está transformando energia solar em energia barata, porque houve desenvolvimento e houve incentivo à ciência e tecnologia. Nós criamos um Centro de Energia Solar, na Paraíba, há 32 anos – está quase abandonado. Nós deixamos isso de lado. Precisamos recuperar isso, resgatar. Um País deste tamanho!

Então, nós estamos incentivando a energia renovável solar, eólica e as ondas do mar. São oito mil quilômetros de costa. Nem um aparelho que a gente chama de maré motriz. Nem um! O primeiro deve ser

instalado agora em Fortaleza, que é um apoio da Coppe, no Rio de Janeiro, que o desenvolveu. Isso aparece como oportunidade extraordinária, inclusive para crescimento da nossa indústria. Precisamos fazê-lo.

A revegetação da caatinga.

A caatinga já é um tipo de bioma que, pela taxa de desmatamento e pela quantidade de superfície natural que existe hoje, a sua capacidade de regeneração já está ameaçada. Nós dizemos que, se passou de 50% destruído, a capacidade de regeneração fica muito ameaçada.

Então, estamos incentivando a revegetação da caatinga nos núcleos de desertificação, associados aos territórios da cidadania, onde você revegeta a caatinga com plantas do setor e desenvolve também uma base de produção agrônômica, de frutas que sejam nativas, porque já estão adaptadas as temperaturas extremas que estamos vivendo hoje. Então, estamos falando de Umbu, estamos falando de seriguela, de cajá, de cajá-manga, são produtos que existem, conhecem-se todo o ciclo tecnológico e nós conseguimos produzir sucos nesse tipo de situação. Há um incentivo via Banco do Nordeste para você ter viveiros de muda e outras coisas nesse sentido.

Também há uma ação conjunta com o MCT para a implantação do sistema de alerta a desastres naturais que está sendo implantado em Cachoeira Paulista.

Próximo, por favor.

Vamos andar rápido.

As ações efetivas que nós temos hoje é o que consta na convocação da audiência pública. Redução do desmatamento da Amazônia, redução da emissão de gases com potencial de destruição da camada de ozônio, que é o chamado PDO, início do monitoramento da agricultura BECE e o monitoramento das ações de diversos planos setoriais. Isso está em andamento.

Na redução do desmatamento da Amazônia a proposta colocada era de, até o ano de 2017, tentarmos chegar a 72%. Nós já estamos atingindo um número estabilizado, que não nos satisfaz e que é em torno de 7.000 km² desmatado em 2009 e 2010. Esses números oscilam um pouco, mas é nessa faixa.

Vamos para frente, por favor.

Esse é todo o histórico que nós temos do desmatamento da Amazônia. Nós já chegamos a 2010 com a menor taxa desde o início do monitoramento. Essa é uma notícia muito boa. Mas precisamos melhorar. O que significa isso em termos de plano setorial?

Significa que essas são as reduções de emissão de CO₂ na Amazônia, em milhões de toneladas por ano, desde 2006.

Em 2010 significa aquela taxa, naquele valor, de reduções evitadas.

Próxima.

O que nos daria então, com relação a metas, se nada fosse feito, em 2020 a projeção da emissão estaria naquele topo que vocês estão vendo.

Próximo, pode ir passando.

O que equivale a 67% das emissões projetadas para 2020.

A nossa meta é 80%, então estamos chegando em 67% em 2011. Com um pouquinho mais de esforço, conseguiremos chegar lá. Temos o Fundo Amazônia para isso e temos as ações que precisam ser feitas para continuar desenvolvendo a Amazônia e, provavelmente, criar determinados mecanismos de pagamento dos serviços ambientais, para que nós transformemos o que tem lá em algo que seja rentável àquela população. Quer dizer, esse é o número que temos hoje com relação ao desmatamento.

Próximo, por favor.

O Programa Brasileiro de Eliminação dos HCFCs, do programa brasileiro de redução, qual era a história? Em 1990 o Brasil adere ao protocolo de Montreal, em 1995 e 1997 o consumo brasileiro de HCFCs eram 10.525 toneladas com potencial de destruição do ozônio. Em 2010 esse consumo caiu para zero, foi feito um esforço e nós caímos para zero. Foi um esforço monumental onde existe, a partir do Protocolo de Montreal, um treinamento e uma transferência de tecnologia para mais de 27 mil agentes.

Nós não conhecemos, mas quando começamos a mexer nós ficamos impressionados com essas coisas. É um trabalho de formiguinha que vai sendo feito e que não aparece.

Em 2009 e 2010 o grande alvo hoje são os HCFCs, que tem em termos absolutos pouco, são 1.327 toneladas com potencial de destruição.

Em 2011, nós conseguimos em Montreal, agora em julho, renegociar esse fundo e estamos com US\$ 19 milhões para poder continuar implementando e atingir a meta.

Próximo, por favor.

Nós, então, temos em termos de CFCS, em 2005 nós praticamente reduzimos os CFCS, mas ainda temos uma tendência crescente de HCFCs.

Próximo, por favor.

A proposta é que em 2013 será o congelamento do valor da linha de base, em 2015 redução de 10%, em 2020 redução de 35% e em 2040 redução de 100% em relação à linha de base.

O que significa isso?

São dois vilões, vamos chamar assim, HCFC141 B e o HCFC 22, onde se chega a esses valores, que estão vendo, em termos de toneladas e o consumo a

ser eliminado de toneladas de potencial de destruição da camada de ozônio.

Próximo, por favor.

Qual é a meta? É reduzir 4 milhões de toneladas de CO2 equivalente.

Chamo a atenção dos senhores, pois o potencial de aquecimento é muito forte, enquanto que no metano eu falo em 21 vezes mais, no HCFC falo em 1.810 vezes mais, por isso que pouca tonelagem representa tanto peso no nosso aquecimento, é um poder de aquecimento elevado.

Próximo, por favor.

Estou acabando.

No monitoramento nós temos a proposta apresentada no nível internacional, foi internalizada pela política nacional do clima.

Nós temos essa redução que foi apresentada para os senhores.

Próximo.

Isso é calcado nos planos setoriais.

Próximo.

Dessas metas eu já falei.

Próximo.

Nós temos três tipos de metas, três tipos de ações que podem ser feitas. A primeira é o inventário, a segunda são as estimativas e a terceira é o monitoramento.

O inventário é um compromisso junto a Convenção-Quadro, que tem de ser feito quadrienalmente pelo MCT, isso é uma ação do MCT.

As estimativas são compromissos assumidos no âmbito do decreto, podem ser anuais, e o monitoramento é associado aos planos de ação que tem tempos diferentes.

No caso da agricultura anualmente não dá, porque não a sinal de um ano para outro. Mas em três anos dá.

No transporte talvez tenha de ser semestral.

Então, estamos discutindo com a nossa base científica, para verificar como é que vamos estabelecer isso.

Próximo, por favor.

Vai passando.

Eles estão associados.

Próximo.

Nesses planos setoriais, então, aqueles que estão prontos é o PPCDAN, o desmatamento do cerrado, a agricultura BECE, o plano de energia e o plano da siderurgia. E a elaboração, essa que falei para os senhores.

Próximo.

Nós estamos montando, esse é o primeiro ano, para monitorar nós temos de montar 10 centros de monitoramento. Cada um para cada plano setorial.

O primeiro que estamos montando é uma ação orquestrada junto com a Embrapa, Unicamp e a Rede

Clima do MCT, ter a base em Campinas, onde pretendemos monitorar a agricultura BECE que já começou.

Próximo, por favor.

Esses são os pontos onde buscamos o T0, da agricultura BECE, para pastagem.

São 200 pontos monitorados no Brasil, onde pegamos o estoque de carbono em cima de pastos degradados.

Então, só vamos saber se a agricultura BECE funciona ou não daqui a dois anos quando verificarmos se o estoque alterou ou não com as ações que foram financiadas.

Então, temos o T0, isso é fundamental.

Próximo, por favor.

Esses são os tipos de coletas que são feitas, segundo todos os critérios estabelecidos pelo IPCC.

Vamos passando, por favor.

São as coletas de amostra.

São duzentos pontos no Brasil, temos o apoio da ESALQ, o apoio da Embrapa, o apoio da Unicamp, são grupos de expertise que nos ajudam.

Próximo.

Essas são as áreas de pastagem no Brasil, no bioma cerrado, que estão sendo monitoradas.

Próximo.

Na Mata Atlântica, aparece também a Amazônia e o Nordeste, que encurtei a história para não nos alongarmos muito.

Próximo.

Tudo isso catalogado, já referenciado.

Temos um sistema de monitoramento de 10 anos, onde a partir de imagens de satélites naqueles pontos que foram amostrados, nós conseguimos verificar o que acontece, o que nós chamamos de produtividade primária líquida. Se ela aumenta significa que a agricultura BECE é um sucesso, se ela não aumenta significa que tem algum problema e precisa ser resolvido.

Próximo, por favor.

Aqui, só para encerrar, queria chamar a atenção dos senhores para situação que é bastante interessante.

No cerrado o que é que temos em baixo das pastagens degradadas? De 0 a 5 centímetros nós temos em torno de 38 toneladas de carbono por hectares, até 30 centímetros são 169 toneladas.

São duas ações que precisam ser feitas, Srs. Deputados e Srs. Senadores.

Uma é aumentar esse estoque.

Duas é evitar que ele diminua, porque se ele diminuir tudo que está no solo vai para a atmosfera. Então, temos de evitar que ele diminua.

Esse é o trabalho imenso que nós temos pela frente, somente no item da agricultura BECE.

São quatro e nós já começamos a monitorar esse primeiro e com isso pretendemos estabelecer a estratégia de acompanhamento bianual desses itens que foram acordados.

Próximo.

Pode passar.

Essas são as ações com ligação aos planos setoriais e a política nacional de mudança do clima, ou seja, não tem ninguém parado, está todo mundo trabalhando com muita dificuldade, mas trabalhando e conseguindo colocar o trem no trilho.

Acho que a partir de 2012 ele pega velocidade e nós conseguiremos monitorar isso com mais presteza.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Muito obrigado, Secretário Eduardo Delgado Assad.

Convido V. Ex^a para que fique conosco e que possamos, na sequência, dar encaminhamento as questões.

Convido, neste momento, para proferir a sua exposição o Senhor José Antônio Marengo Orsini, que é chefe do Centro de Ciência do Sistema Terrestre do INPE.

O senhor tem a palavra por 20 minutos.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO MARENGO ORSINI – Muito obrigado

Vou apresentar duas visões: a visão do inventário brasileiro de emissões de gases do efeito estufa e também algumas atualizações sobre os trabalhos e ações do IPCC. O painel intergovernamental de mudanças climáticas.

Bom, a minha formação é de climatologista e, então, eu sempre tento colocar no contexto.

O que vocês vêm na parte inferior esquerda é justamente o tema da audiência pública. São as questões das emissões e concentrações de gases de efeito estufa e os aerossóis, entre eles o hidroclorofluorcarbono, HCFCs.

A importância disso, basicamente, é o aumento nessas emissões, pois teremos mudanças climáticas, aumento de temperatura, elevação do nível do mar, alterações das precipitações, secas e enchentes.

Isso vai ter um impacto direto na população e nos sistemas antrópicos na produção de alimentos, biodiversidades, assentamentos humanos, saúde e afinal tudo que tem haver com o crescimento e o desenvolvimento sócio-econômico tem de considerar esses outros fatores. Chamamos de mitigação para a redução desses gases do efeito estufa e adaptação a forma como a sociedade tem de acertar essas mudanças climáticas. É o que discutimos hoje, faz parte de todo um processo que nós temos de mudança global.

Próxima, por favor.

Só para fazer uma pequena revisão, um pouco acadêmica, esses são os principais gases do efeito estufa de causa antropogênica, são o CO₂, dióxido de carbono, vem da queima de combustíveis fósseis, queima de biomassa, o metano que vem das plantações de arroz, plantas e excrementos de animais, queima da biomassa, N₂O que vem de fertilizantes, os CFCS que vem de gases de refrigerações, extintores de incêndio, solventes, vapor de água, os aerossóis, queima de combustíveis fósseis, vulcões, poeiras, sal marinho e etc.

Lembro que outros gases do efeito estufa são produzidos de forma natural, como as erupções dos vulcões, por exemplo.

São aqueles que têm haver com a causa humana.

Esses têm como consequência o aumento da poluição, formação de ilha de calor, o efeito estufa antropogênico, queimadas e em alguns lugares do mundo a chuva ácida.

Entrando em detalhes, o Secretário Assad já mencionou, o Brasil tem de fazer a cada quatro anos uma comunicação nacional para convencer o quadro das Nações Unidas de mudanças climáticas.

Dentro da segunda comunicação nacional, que foi publicada no ano passado, aparece o inventário nacional.

Então, vamos discutir algum dos aspectos daquele inventário nacional.

Próxima.

O inventário nacional, as instituições coordenadoras, tudo isso foi liderado pelo MCT.

Em energia nós temos o Ministério de Minas e Energia, em Agricultura temos a Embrapa, temos o Ministério da Agricultura, uso da terra que foi feita pelo INPE, resíduos que foram feitos pela CETESB e diferentes instituições que trabalham com processos industriais. Essas foram, digamos, as instituições contratadas para elaborar o inventário.

Próxima, por favor.

Os gases de efeito estufa considerados, dióxido de carbono, metano, óxido nitroso, hidroclorofluorcarbono, perfluorcarbono, hexafluorido de enxofre e gases indiretos como CO, NO_x e outros.

Próxima, por favor.

Nós setores considerados, no setor de energia, a queima de combustível fóssil, os gases liberados, a emissão da indústria de carvão, petróleo, CO₂ e CO₄, metano, processos industriais, como é a produção de produtos minerais, indústria química, produção de metais, produção e uso de solventes ou gases para refrigeração.

Próxima.

Os outros setores, o setor agricultura, a fermentação entérica, que tem haver com o gado, gerenciamento de excremento, arroz, queima de resíduos agrícolas, agricultura, os solos como fonte de N₂O, florestais e mudanças do uso da terra, florestas e conversão para pastagem, gerenciamento de terras abandonadas, mudanças no carbono de solo, mudanças na floresta e estoque de carbono na biomassa.

O desmatamento, além de eliminar um regulador de clima, também libera grandes quantidades de carbono.

Próxima.

Outro setor que tem haver com resíduos, eliminação de resíduos sólidos e tratamento de esgoto. Os resíduos são a maior fonte produtora do metano.

Próxima, por favor.

Inicialmente, tivemos as guias que o IPCC estabeleceu em 1996 para os inventários nacionais e de todos os países. Depois, elaborou-se uma nova em 2006 e essas novas guias, outros métodos ou fatores de emissão desenvolvido no Brasil têm sido usados para o segundo inventário nacional.

O primeiro inventário foi realizado em 1990 a 1994, e o segundo inventário atualizou até 2005. Há um terceiro inventário que deve ser feito através da Rede Clima para os próximos anos.

Próxima, por favor.

Aqui nós temos uma sequência das concentrações dos gases do efeito estufa seguindo as guias do IPCC. Do setor de energia a aviação civil.

Próxima.

Podemos observar um aumento de 1990 a 2005 das emissões em gramas de CO₂, como consequência da aviação civil, o que tem aumentado radicalmente.

Próxima.

No caso do setor industrial, cimento, produção de magnésio, ferro, aço, alumínio e a indústria química.

Próxima, por favor.

Vejam que as emissões foram maiores no final do século e depois começaram a aumentar nos últimos anos.

Próxima.

No caso da produção de ferro e aço, isso tem aumentado gradativamente, segundo a curva em vermelho.

A curva azul é o primeiro inventário, a curva vermelha seria uma atualização para o segundo inventário.

Próxima, por favor.

A emissão das indústrias de alumínio tem diminuído.

Próxima.

A produção da indústria química tem aumentado, com sobe e desce, mas em geral a tendência é o aumento.

Próxima.

No setor da agricultura a fixação biológica é o nitrogênio e a emissão direta de fertilizantes, excrementos e resíduos agrícolas.

A emissão de NO₂ aumentou até 2005.

Próxima.

É complicado ficar lendo números, mas são basicamente os números que geraram aquelas curvas.

Nós temos aí, se vocês olharem os números, por exemplo, na parte superior da tabela, CO₂, verão que os números de queima de combustíveis fósseis têm aumentado de 172 mil para quase 299 mil, em 2005.

Aumento percentual bastante forte.

No caso de metano também.

Existem tabelas para casa um dos gases do efeito estufa naquele documento da segunda comunicação nacional. Eu só coloco os mais importantes.

Próxima, por favor.

Essa figura, esse diagrama, mostra na parte esquerda a emissão de CO₂ por setores, de 1990 a 2005.

Vocês podem ver que o maior culpado é a mudança de uso de solo, para uso da terra na agricultura, envolve não só desmatamento na Amazônia, como muitas vezes a ampliação das fronteiras agrícolas.

No caso do metano, nos dois, em 1990 e 2005, a fermentação entérica, o gado bovino tem sido a maior fonte de emissão de gases do efeito estufa, nesse caso do metano em comparação com outros setores.

Próxima, por favor.

Bem, aqui, nesta figura, nós temos a emissão antrópica líquida de CO₂ para os principais ecossistemas – Amazônia, Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica, Pampa, Pantanal – e para todo o Brasil. Vocês veem quantidades bastante altas, bastante significativas, mas a próxima – próxima, por favor – mostra, na parte superior, a evolução das sínteses antrópicas por ecossistema. No caso da Amazônia, por exemplo, é de 460, de 1990 até 2005.

Na parte inferior, na produção agropecuária, também tem aumentado a emissão de metano na disposição de resíduos sólidos e a emissão de CO₂ e N₂ só pela incineração de resíduos sólidos.

Então, segundo a metodologia usada, segundo o inventário, todos eles mostram um aumento gradativo até 2005, de 1990 até 2005.

Próximo, por favor.

Justamente a integração das questões sobre mudança do clima no planejamento de longo prazo. Nós temos diferentes aspectos: a legislação brasileira, a Agenda 21, o Plano Nacional de Mudanças Cli-

máticas, a Política Nacional de Mudanças Climáticas, que consiste no Comitê Interministerial de Mudanças Climáticas, na Comissão Interministerial, o Fórum Brasileiro, a Rede Brasileira de Pesquisas de Mudanças Climáticas, do Ministério da Ciência e Tecnologia, a Rede Clima, e a Comissão de Coordenação de Atividades de Meteorologia.

Temos a política de Ciência, Tecnologia e Inovação, a Política Nacional de Controle de Qualidade, o Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores, o Plano Nacional de Logística e Transportes.

Medidas contra o desmatamento na Amazônia: Programa de Monitoramento da Amazônia por Sensoriamento Remoto; Sistema Nacional de Unidades de Conservação; prevenção de incêndios e queimadas em cidades pela proteção de clima, que o Secretário Assad mencionou; medidas de caráter financeiro e tributário que são o Fundo Nacional de Mudanças Climáticas e o Fundo Amazônia.

Próximo, por favor.

Isso é algo, eu acho, que todo mundo sabe. Uma das formas de mitigação, ou seja, de redução de emissão de gases de efeito estufa é a substituição por outras fontes de energia; neste caso, o etanol de cana.

E aí veio o licenciamento e a produção de veículos leves. Veículos de gasolina têm diminuído, mas, ao final, nos últimos 8 a 10 anos, talvez a produção de veículos flex, ou seja, aqueles que usam álcool e gasolina. E realmente a produção de etanol também tem aumentado. Ainda que o preço não apareça porque o preço tem subido e descido, mas a produção tem aumentado.

E isso é uma das formas pelas quais a frota de veículos do Brasil é uma das que contribuem menos em comparação com outras grandes cidades, como o México, por exemplo.

Próximo.

Todos esses documentos aparecem no *website* do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Por enquanto, aparece como MCT, mas logo vai mudar para MCTI. E todo aquele documento aparece nesse *website*.

Próximo, por favor.

Passando agora ao IPCC. Eu tenho orgulho e o prazer de trabalhar, de ser parte do IPCC de 1996. O quarto relatório do IPCC já foi publicado em 2007. Teve uma grande repercussão na imprensa nacional e internacional, e vocês veem os relatórios que foram produzidos. Atualmente, o IPCC está trabalhando em outros relatórios e outros produtos.

Nós temos os documentos lá embaixo indicados. Por exemplo, documento que tem a ver com a mudança antropogênica, incertezas nos modelos climáticos, ní-

vel do mar e energias renováveis. São todos trabalhos em que o IPCC está trabalhando atualmente e muitos desses documentos já foram publicados em 2010 ou estão sendo publicados em 2011.

Próximo.

Bom, no caso, o Brasil, como qualquer outro país do mundo, ultimamente tem sido afetado pelos grandes extremos do clima. À esquerda, nós temos a seca da Amazônia em 2005; à direita, nós temos a seca da Amazônia em 2010, o que nos gera todo tipo de comentários.

E justamente o fato de considerar os extremos – próximo, por favor –, leva-nos a pensar que o Brasil, em termos de instâncias naturais, depende grandemente de extremos associados à água: 58% por inundação e 11% por deslizamentos como consequência do excesso de chuvas; outros de secas, mas quase todos são mais associados aos extremos que têm a ver com água ou excesso de água.

Próximo, por favor.

Então, considerando isso, o IPCC, o Grupo do IPCC começou a elaboração de um estudo especial sobre extremos, riscos extremos e gerenciamento de extremos e políticas de adaptação aos extremos durante anos, pela mudança climática.

Esse documento, que copiei diretamente em inglês, tem nove capítulos, que representam os diferentes aspectos extremos: a parte de exposição, o risco e vulnerabilidade, os aspectos climáticos, os impactos dos extremos nos sistemas naturais e humanos, o gerenciamento de extremos em nível local, o risco de extremos em políticas nacionais, desenvolvimento sustentável e casos de estudo.

Esse relatório já deverá ser publicado em novembro deste ano e será, talvez, um dos principais produtos do IPCC, exclusivamente para extremos.

Próximo.

Aqui, por exemplo, colocamos os extremos nos diferentes contextos. Podemos começar com o climatologista na parte esquerda, que é a parte física, a mudança climática.

Mas, em termos de políticas, temos a exposição, vulnerabilidade, risco, adaptação às mudanças climáticas, o gerenciamento dos desastres e, depois, desenvolvimento sustentável. Ou seja, toda a parte política que compete às esferas políticas do Brasil muito tem a ver com avaliações de vulnerabilidades políticas e adaptações. E, para isso, é claro, que é preciso um desenvolvimento da ciência, que está sendo feito em universidades e institutos. E isso talvez seja a única forma de se poder chegar a discutir ou pensar em desenvolvimento sustentável.

Próximo.

Já para terminar, atualmente, estamos trabalhando no Quinto Relatório do IPCC. Vocês veem os três grupos lá: Grupo I, que é a base física e científica, cujo relatório deve ser publicado em setembro de 2013; Grupo II, impacto, vulnerabilidade e adaptação, que deve ser publicado em 2014, e Grupo III, mitigação nas mudanças climáticas, que deve ser publicado em 2014. E o sumário executivo dos três documentos, que geralmente é um documento para tomadores de decisão, deverá ser publicado em outubro de 2014.

E também há um grupo especial do IPCC que está trabalhando com uma atualização das guias para os inventários de gases de efeito estufa. Será publicado em 2013 e espera-se que possa substituir as normas e as guias de inventários que o IPCC usa e que são válidas até hoje, até 2016.

Com isso, encerro a minha apresentação.

Muito obrigado por escutarem.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. José Antonio pela sua explanação.

Quero avisar a todos os Srs. Parlamentares que o tempo para a sua explanação e perguntas aos palestrantes é de cinco minutos. A campainha toca, automaticamente, faltando um minuto para o término do tempo.

Estão abertas as inscrições.

Como primeiro inscrito o signatário dos requerimentos, o Deputado Alfredo Sirkis.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Bem, inicialmente, agradeço a qualidade das duas exposições, que foram extremamente úteis.

Eu gostaria de fazer a seguinte pergunta. Nós sabemos que as emissões por energia e emissões por desmatamento evoluem de forma diferente. Nas emissões por energia, nós podemos projetar, de acordo com o crescimento do Produto Interno Bruto, aquilo que um país com determinado crescimento vai emitir num determinado ano, no futuro. Agora, emissões por desmatamento não seguem esse padrão. Surpreende-me um pouco – e sempre tive esta curiosidade – quando eu vejo a baliza colocada em relação ao desmatamento da Amazônia, em relação a emissões, projetadas para 2020, do desmatamento da Amazônia. Eu não entendi muito a lógica de onde elas foram colocadas.

Nós sabemos que o desmatamento vinha sendo, digamos assim, irregular, com um sobe e desce ao sabor de questões de natureza econômica, questões de natureza meteorológica. Então, há variações grandes, para cima e para baixo, nos desmatamentos de ano para ano, historicamente falando. Depois, de uns dez anos para cá, passou a haver de fato uma tendência à diminuição das emissões por desmatamento em função da concreta ação desenvolvida pelo Governo brasileiro.

Então, a minha pergunta é realmente se a baliza não foi colocada num ponto exageradamente alto, no que diz respeito às metas de emissão por desmatamento.

A segunda pergunta é sobre uma coisa que eu nunca entendi muito bem. Em relação às restantes áreas de redução, calcula-se uma redução absoluta em relação ao ano-base de 2005 ou calcula-se uma redução sobre a curva *business as usual* em relação a 2020? Ou existe, de alguma forma, uma relação híbrida entre essas duas questões? Parece-me que são perguntas pertinentes.

E, para concluir, eu queria sugerir que, na próxima reunião aqui, nós pudéssemos dedicar-lhe uma exposição sobre as últimas conclusões do IPCC em relação ao quadro mundial de evolução das emissões e, basicamente, ao cálculo do que se obteria se todos aqueles objetivos voluntários anunciados em Copenhague e referendados em Cancun fossem postos em prática, e a diferença entre isso e aquilo que os cientistas do IPCC calculam como o mínimo necessário para manter a temperatura média terrestre no momento em que não ultrapassassem os dois graus.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Deputado Sirkis.

Primeiro, nós vamos ouvir todos os questionamentos dos Srs. Parlamentares e, depois, passaremos a palavra aos Srs. palestrantes.

Com a palavra o Deputado Fernando Ferro.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Boa-tarde aos expositores.

Eu queria, primeiro, solicitar uma informação. Essa nossa estrutura de pesquisa e tecnologia para conhecer os processos das mudanças climáticas no Brasil, hoje está aqui representada pelo MCTI e pelo Ministério do Meio Ambiente, que estão participando.

Como está a integração dos órgãos de pesquisa para a formulação de inventários e de políticas para essa área? Essa é uma questão que me preocupa, porque nós estamos para apreciar, no Congresso, já, já, um Plano Nacional de Mineração, que deve vir com uma série de iniciativas e do qual o País precisa corretamente apropriar-se, que é o domínio de suas informações sobre minérios, minérios estratégicos, nos procedimentos para a exploração de minérios e sua relação com a questão de sustentabilidade e meio ambiente, e a importância de o Brasil ter controle desse marco do nosso processo de mineração.

Então, o Plano Nacional de Mineração está para vir para cá. Ele está, seguramente, creio, dentro das preocupações do nosso programa de mitigação de mudanças climáticas. Então, como está a interação,

como os debatedores veem isso em relação ao Plano Nacional de Mineração?

Das emissões que nós verificamos, é evidente a importância da agricultura e do desmatamento – 70% ou 75% é evolução. No entanto, quando mostraram recursos do Fundo de Mudanças Climáticas, eu verifiquei – não sei se foi porque não atentei para algum detalhe – que a maior parte das áreas que recebem recursos nessa área não estão contidas nessa área. O que está acontecendo? A Embrapa ou o Governo ou o Ministério da Agricultura não pode participar? Creio que nós temos, principalmente na área de rejeitos da agricultura, da pecuária, algumas experiências localizadas, mas bem interessantes. Eu vi exposições com Itaipu, agricultura familiar, principalmente agricultura de médio e pequeno porte, utilizando biodigestores e uma série de práticas sustentáveis da agricultura. Não me parece o caso. Isso não acontece para a grande agricultura extensiva, para os grandes processos das áreas agrícolas, para a pecuária de grande porte. E isso precisa ser tratado.

Então, a minha preocupação é: como fica a atuação nessa área, que, para mim, é a questão central? Essas são as duas questões.

Dirijo-me ao MCTI. Nesse processo de inventário de emissões, os reservatórios, os grandes reservatórios do Brasil estão devidamente mensurados? Quanto a essas emissões de reservatórios, já há um valor? Porque uma das críticas que se faz aos grandes reservatórios é a possibilidade de emissão de metano, principalmente com o alagamento de florestas e pastagens e de áreas verdes. Isso pode propiciar uma produção de gás metano.

Então, eu gostaria de saber se há, por parte do MCTI, dados sobre a atual situação dos reservatórios, principalmente os grandes reservatórios de energia no País.

Em relação ao novo relatório do IPCC, nós sabemos que houve uma polêmica muito grande com dados passados, inclusive denúncias de falsificação de dados que abalaram a credibilidade de algumas informações. Como está isso em relação... Como o Brasil tem participado disso? E que riscos nós temos na efetivação e na qualidade das informações que estão sendo produzidas pelo IPCC?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Deputado Fernando Ferro.

O Deputado Sirkis, para complementar, então, as suas perguntas. Por favor.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Eu tinha me esquecido de fazer uma pergunta. Dentro da sua apresentação, eu não percebi uma menção a projetos de reflorestamento com a capacidade de absorção de

carbono. Acho que isso é um elemento importante, sobretudo pela condição que nós temos de atrair créditos de carbono para esses projetos.

Então, eu gostaria de que você falasse um pouco sobre isso também.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Deputado Sirkis.

Eu tenho duas questões a serem colocadas: uma mais dirigida ao Inpe e a outra mais dirigida ao Ministério do Meio Ambiente, até mesmo dentro do que colocou o Deputado Fernando Ferro.

Pelo que eu percebo das mudanças climáticas, há influências fortes em dois setores específicos: produção de alimentos e geração de energia. No que diz respeito à energia, com relação aos reservatórios, eles causam um impacto não só na emissão dos gases, mas também na ocupação por lâmina d'água de determinados espaços, e esses espaços, se ocupados, acarretam ou não uma mudança no clima, principalmente regional. Mas, também, dentro dessa mesma linha de raciocínio, a mudança climática tem causado algumas intempéries, algumas secas estendidas.

A capacidade dos nossos reservatórios tem tido uma baixa considerável, gerando até mesmo o racionamento do consumo de energia, e o Brasil tem, no setor hidráulico, a sua maior produção de energia. Eu gostaria de saber de V. Ex^a se há algum estudo, se já se avançou nesse sentido de avaliar qual seria o impacto das mudanças climáticas no sentido de geração de energia.

No que diz respeito à produção de alimentos, com o aquecimento global, principalmente na região dos Trópicos – entre os Trópicos de Câncer e de Capricórnio –, na região do Equador, há uma tendência de um aquecimento, Senador Eduardo Braga. E eu já ouvi muito se falar em migração de áreas de produção agrícola. Se nós imaginarmos nessa proporção de aquecimento global, talvez daqui a cem anos essas áreas não estarão suscetíveis à produção de alimentos, Norte e Nordeste do Brasil, e há uma necessária ou um efeito migratório para o Sul ou para o Norte. Por exemplo, hoje nós temos a maior produção de café na região de Minas, na região do Espírito Santo e talvez o Rio Grande do Sul possa ser no futuro o nosso maior produtor de café por conta do clima.

Então essas são as minhas considerações. E eu gostaria de aproveitar quórum para comunicar a todos os Srs. Parlamentares aqui presentes que nós aprovamos, na reunião da quarta-feira passada, uma audiência pública na cidade de Foz do Iguaçu. Conversei hoje pela manhã com o diretor-presidente da Itaipu Binacional e nós vamos fazer essa audiência pública em um auditório da Itaipu, dentro da Itaipu Binacional,

lá no Estado do Paraná, na cidade de Foz do Iguaçu. É um dos temas que nós queremos debater justamente é este: o impacto dos grandes reservatórios, o impacto do aquecimento global na geração de energia, a energia hidráulica.

Não havendo mais inscritos, passo a palavra aos srs. palestrantes, primeiro ao doutor...

O SR. VALDIR COLATTO (Bloco/PMDB – SC) – Presidente, eu havia pedido a palavra. Deputado Colatto.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Deputado Colatto, por favor.

O SR. VALDIR COLATTO (Bloco/PMDB – SC) – Obrigado, Senador Sérgio.

Na verdade, eu queria agradecer a presteza da Mesa por ter viabilizado aí a nossa inclusão na Comissão, substituindo o grande Ministro Mendes Thame, representando o PMDB.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS – SP) – Mendes Ribeiro.

O SR. VALDIR COLATTO (Bloco/PMDB – SC) – Mendes Ribeiro.

Eu queria ter tido a oportunidade de ouvir os palestrantes, mas sei que o tema é palpitante, IPCC, Embrapa, Governo, Ministério do Meio Ambiente.

O que eu queria colocar aqui com certeza é uma reflexão para esta Comissão de Senadores e Deputados para o mundo real, para as coisas que acontecem realmente na prática do dia a dia.

Todos acompanharam Copenhague, IPCC, e foi levantado aqui pelo Deputado Ferro a falta de credibilidade pelo que aconteceu lá em Copenhague. Então, com certeza, nós não podemos cometer o mesmo erro aqui no Brasil, na Rio+20. Eu acho que todo esse trabalho que está sendo preparado é para culminar nesse trabalho que vai ser feito no ano que vem.

Então o que a gente quer é discutir isso claramente, trazer pessoas que defendem certos princípios ou teorias, como outras que defendem o contrário. Nós temos o contraditório para que o Brasil tenha uma posição clara, transparente. Eu acho que é dever desta Comissão e da Casa levar à sociedade brasileira esse debate, Presidente Sérgio, e que a gente possa ter oportunidade de também ouvir aqueles que discordam da linha do pensamento que o IPCC coloca. Ontem mesmo nós tivemos um técnico da Embrapa, na Comissão da Amazônia, colocando uma posição; outro cientista colocando outra posição na questão do CO₂, da camada de ozônio, toda essa problemática envolvendo a agricultura. Nós temos aí a agricultura de baixo carbono que está sendo implantada, inclusive com incentivo do governo; o plantio direto hoje é uma realidade na agricultura e que não é preciso revolver

o solo. Falo isso como agrônomo, porque a gente conhece o assunto.

Então eu acho que nós temos que clarear isso para levar uma informação correta à sociedade brasileira, para que possa tomar uma decisão. Tenho certeza de que o Brasil vai tomar algumas decisões lá, na Rio+20, e essa decisão tem que ser compatível com o interesse do Brasil. Chega de nós estarmos aí comprometendo o Brasil em certas posições, quando, na realidade, o mundo lá fora não pensa como nós e também não compactua com aqueles compromissos que a gente faz.

O compromisso é com o Brasil e eu vou trabalhar para isso nesta Comissão. Vou respeitar a opinião de outras pessoas, mas queria ouvir também cientistas que contestam o CO₂, que dizem que há cinco mil anos tínhamos mais CO₂ que hoje e que nós temos práticas agrônômicas em que você usando mais carbono você produz mais, a agricultura produz mais, que nós estamos num limite de CO₂ para poder trabalhar a questão da fotossíntese. São todas essas coisas com as quais as pessoas podem não concordar, mas que cientificamente têm que ser provadas. E eu acho que nós temos que levar isso; tecnologia científica para que a gente possa passar uma informação para a sociedade brasileira e tomar as decisões de que o Brasil precisa, levando em conta os interesses nacionais e, é claro, do meio ambiente também. Mas que nós tenhamos aí uma posição equilibrada nesse processo que a gente vai procurar trabalhar.

Eu e o Deputado Micheletto seremos os representantes do PMDB, dois engenheiros agrônomos e que também somos preservacionistas, sim, na prática, não no discurso. Pretendemos então levar esse questionamento a todos aqueles que estiverem aqui. Não faço nenhuma pergunta, porque não ouvi as palestras, mas com certeza as arguições já foram feitas e vamos ter os esclarecimentos. Queremos participar ativamente desse processo, desarmado de qualquer resquício de posições mais ideológicas, mas precisamos levar à sociedade uma discussão clara, transparente, técnica, científica, para que o Brasil tenha uma posição na Rio+20 de acordo com os interesses do Brasil, da sociedade e também do meio ambiente e da produção.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Deputado Colatto. Seja bem-vindo à Comissão de mudanças climáticas. Tenho certeza de que o seu conhecimento, especialmente na questão da agricultura, vai engrandecer os estudos e os trabalhos desta Comissão.

Passo então de imediato a palavra para o Dr. Eduardo Delgado, para que possa responder às questões aqui feitas e que ele entender que foram dirigidas

ao seu tema e também para fazer as suas considerações finais.

O SR. EDUARDO DELGADO ASSAD – Primeiro, concordo com o Deputado Alfredo Sirkis. Realmente, energia e desmatamento, essas emissões evoluem de forma diferente. Uma é quase linear, em função de sua demanda energética, da sua indústria, mas o desmatamento, não.

Como foi feito esse cálculo? Esse cálculo foi feito num valor emitido médio entre 1990 a 2005. E a partir dali, à medida que você fosse desmatando, você ia acrescentando então o valor emitido. Só que esse valor já está sendo revisado à medida que o conhecimento avança. Até o ano passado, nós usávamos como base 100 toneladas de carbono por hectare desmatado, emitido. Este ano, inclusive no próprio decreto, já passou para 132.

Se você perguntar a minha opinião eu digo: discordo dos dois. Eu, como pesquisador, eu sou da Embrapa, durante seis anos eu coordenei a plataforma de pesquisa de mudança climática da Embrapa; trabalho com isso há vinte e cinco anos e a gente sabe que não é assim. Então o esforço que nós estamos fazendo é exatamente...

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Para cima ou para baixo?

O SR. EDUARDO DELGADO ASSAD – Eu acho que vai ser um pouco mais, porque quando você começa a diferenciar os tipos fitofisionômicos, o que nós estamos encontrando, tanto em termos de estoque de carbono no solo, quanto em termos de material estocado na madeira, é mais do que 132. Aí, quando você vem para a caatinga e para o cerrado, cai um pouco. Então quando você pega no global, junta tudo, grande número, você vai chegar àquele valor lá. Mas quando você começa a diferenciar por bioma, vai ser diferenciado.

Uma notícia boa com relação a isso. Com um esforço científico muito grande brasileiro, nós já temos o mapa do CO₂ estocado no Brasil por bioma, o que vai melhorar demais o cálculo. Agora a base foi a média entre 1999 e 2005 e foi o *business as usual*, está certo? Então é em cima daquilo que rebateu.

Como nós estamos fazendo revisões constantes, esses números vão sendo ajustados à medida que o conhecimento avança. É muito caro, é muito difícil fazer isso. Poucos países com a extensão brasileira conseguem, mas nós estamos avançando rapidamente nesse aspecto.

Com relação às últimas conclusões do IPCC, eu deixo para o Marengo responder. Mas eu também queria dar uma informação para vocês. Talvez vocês saibam, os Srs. Deputados e Senadores, mas o Bra-

sil tem o seu painel brasileiro de mudança do clima e nós estamos elaborando um relatório para a Rio+20. Nós estamos em fase de conclusão. Tanto o Marengo quanto eu participamos desse painel, na mesma estrutura do IPCC. Então nós temos o IPCC tropical e estamos fazendo um esforço tremendo para ter um relatório pronto para a Rio+20, para se ter a posição brasileira sobre o conhecimento que nós temos sobre esse assunto no País, para poder exatamente dirimir determinadas dúvidas que surgem nesse debate, o que é normal, surgem não só no nível de conhecimento como no nível do contraditório. A ciência avança com o contraditório, senão... Galileu quase morreu por causa disso. A ciência avança nessa linha.

A integração dos órgãos de pesquisa no inventário, eu diria, numa resposta razoável e pragmática, vai muito bem, obrigado. Nós temos uma Rede Clima pilotada pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, que tem mais de duzentos pesquisadores envolvidos e quatrocentas pessoas no total. São dez braços trabalhando em setores de emissão diferentes. Está funcionando? Está começando a pegar velocidade. Isso começou no ano passado. E aí sempre está calcada em quê? Bolsas de pesquisa, financiamentos restritos e agora aparece o Fundo Clima, colocando um pouco de dinheiro nisso. Então está começando a pegar velocidade. Mas os relatórios que já foram colocados – não tenho certeza, mas o Marengo tem isso lá no CCST – os relatórios já estão aparecendo na Internet, mostrando um trabalho efetivo que esses dez braços estão fazendo, para a gente melhorar o nível do inventário. Então está indo bem, está indo bem.

E eu posso dizer mais, Deputado Ferro, que quando a gente sai do Brasil e mostra isso no Brasil, as pessoas não acreditam que nós temos isso.

Plano Nacional de Mineração. Esse começou recentemente, está nas mãos do Ministério de Minas e Energia; há uma concertação grande. E eu tive uma surpresa muito boa com relação a esse plano. O pessoal do carvão mineral veio atrás da gente dizendo: nós temos um plano de redução de emissão para carvão mineral. Achei superinteressante, porque é o pessoal mais ameaçado. Substituir o carvão verde pelo mineral, vegetal pelo mineral. Eles disseram: nós estamos fazendo um esforço grande para reduzir. O Brasil não vai deixar de consumir carvão mineral nos próximos vinte anos. Nós queremos dar nossa contribuição. Então eles também estão trabalhando nesse sentido e serão objeto de discussão no Plano Setorial.

Resíduos sólidos. A experiência de Santa Catarina, gerando metano para entrar na rede de Itaipu, está contemplada na Agricultura ABC. É o sexto ponto contemplado na Agricultura ABC. O Fundo não con-

templou a agricultura, como o senhor colocou. Não. O Fundo, perto da agricultura ABC, é pequenininho. Para a Agricultura ABC são R\$3,2 bilhões colocados este ano, e o Fundo Clima são R\$200 milhões.

Então hoje, quais são os instrumentos de financiamento que nós temos? Fundo Amazônia, que está cuidando do desmatamento; a Agricultura ABC, do Ministério da Agricultura, que está cuidando das ações de agricultura; e o Fundo Clima, que está pegando os outros setores que não entraram.

Então não é porque não contempla, é porque já existem outros fundos que já contemplam isso. Então nós estamos privilegiando aquelas ações, no Fundo Clima, que não estão contempladas em outros fundos.

O reflorestamento, na mesma linha, pergunta do Deputado Sirkis. O reflorestamento não está? Não, o reflorestamento também está contemplado na Agricultura ABC.

Produção de alimentos e energia. Sim, existem estudos, e aí, Senador Sérgio, o seu raciocínio está correto, esse é o raciocínio que nós usamos em diversos trabalhos científicos que nós fizemos. Se nada for feito, se não fizermos nenhum esforço de adaptação das culturas, se não fizermos um esforço de melhoramento genético, o café, sim, vai para o Rio Grande do Sul; a uva, na França, já está caminhando para a Inglaterra. Vai ser um desastre. Já existem estudos dos franceses, mostrando isso claramente. A laranja, nos Estados Unidos, também está se movimentando. E vários estudos científicos estão mostrando que isso está acontecendo, se nada for feito. Acontece que desde o momento que nós começamos a falar isso, e tem mais de doze anos, um esforço de melhoramento genético brutal está sendo feito no Brasil. Então nós já temos hoje quatro variedades de feijão prontas e que suportam temperaturas elevadas, que vêm lá do Paraná; soja está na forma, café está na forma, e nós temos banana sendo testada para substituição em algumas áreas de maçã em Santa Catarina.

Quer dizer, existe um esforço grande de mostrar que, caso o problema atinja o nível que nós queremos, alguma coisa está sendo feita. Isso também não é na magnitude em que nós gostaríamos, mas alguma coisa está sendo feita.

Produtos que vão se dar muito bem nisso: mandioca e cana de açúcar. O aquecimento global para a cana de açúcar vai ser uma beleza; a mandioca também vai se dar muito bem nisso na Região Sul.

Finalmente, no que diz respeito à Agricultura ABC, nós temos hoje no País e na área de agricultura... Obviamente que a gente se depara constantemente com o contraditório e a gente tem cada vez mais interesse em encontrar trabalhos científicos que contestem os

trabalhos científicos – é assim que a gente avança. O Brasil hoje está se tornando uma referência nesses estudos de agricultura tropical.

Então a gente está mostrando o que está acontecendo e está sendo provado. Especificamente no caso do café, que o senhor citou, eu sou autor dos trabalhos que mostram que tem um problema sério com o café, se nada for feito. Foram doze anos de crítica. Eu lembro que o Deputado Mendes Thame acompanhou essa discussão em São Paulo. Foram doze anos de crítica, até o ano passado, quando esse trabalho foi convidado para abrir o Congresso Internacional de Café na Guatemala. E lá apareceram mais cinco trabalhos, mostrando exatamente o que nós havíamos dito doze anos atrás. Então são essas coisas que mostram que se a gente não tomar as providências no momento certo, aí sim, nós estaremos sob ameaça. Mas agora que a gente já está tomando essas providências, essas ameaças deixam de existir.

O caso da Agricultura ABC é muito claro nesse sentido, porque ele mostra que a agricultura deixou de ser a grande vilã, como era dois anos atrás, e passou a ser a principal solução de mitigação de gás de efeito estufa com esses trabalhos que são feitos.

É isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Dr. Eduardo.

Passo a palavra ao Dr. José Antonio, para responder aos questionamentos e também para suas considerações finais.

V. S^a tem a palavra.

O SR. JOSÉ ANTONIO MARENGO ORSINI – Tentando lembrar, eu vou responder em grupo.

As metodologias que foram usadas no primeiro e no segundo inventário para as estimativas das emissões em reservatórios, por exemplo, têm sido questionadas. Há os grupos que elaboraram e os outros grupos que falaram que era muito alta. Então como são metodologias baseadas em poucas observações, porque o monitoramento é muito caro e os orçamentos para tecnologia e ciência são baixos, justamente através da Rede Clima e de um projeto do CNPq, do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Mudanças Climáticas está trabalhando com instrumentação... Já foram publicados. Nós temos novas informações agora já com observações sobre os níveis de emissão dos diferentes reservatórios, não só na Amazônia, mas também em todo o Brasil. Então nós esperamos que o terceiro inventário tenha informações mais certas, mais corretas.

Em relação ao que o IPCC determina, por exemplo, aquela posição de aquecimento de 2 graus, há uma política, porque você não pode baixar um decreto e di-

zer que o aquecimento não deve ultrapassar 2 graus. Então isso é feito com modelos para se chegar a um aquecimento de 2 graus até o ano de 2100. Teríamos que ter uma redução nos níveis de emissão de gases de efeito estufa que economicamente não é rentável. Teria que ter um impacto econômico muito grande. Dificilmente eu acho que vamos ter medidas que vão levar a um aquecimento global de somente 2 graus. A ideia é reduzir o aquecimento ao máximo possível. Mas possivelmente seria um pouco mais que 2 graus. Nós não sabemos quanto.

Agora em termos do IPCC, mais de três mil cientistas de todos os países tiveram um problema, não digo de credibilidade, mas de informação, que foi resolvido: acessos a e-mails não autorizados, números que foram obtidos em estudos e que não eram estudos científicos. Então o IPCC criou um painel entre as diversas academias de ciências do mundo. O representante do Brasil foi o presidente da Fapesp, o Prof. Brito. E com isso se determinaram novas normas para a revisão do IPCC. Agora nós estamos muito mais restritos. Qualquer artigo que apareça tem que ser avaliado, os dados têm que ser disponibilizados para reconstruir esses números. Ou seja, pelo lado científico, isso vai continuar, não vai ter problema. Eu posso apostar a minha credibilidade que o IPCC não vai ter mais esses problemas.

Eu acho que com isso respondi à maior parte das perguntas. Não sei se esqueci algo. Espero que não. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. José Antonio.

Passo a palavra ao Vice-Presidente, Deputado Alfredo Sirkis, porque há sobre a mesa um requerimento sobre os trabalhos da próxima reunião.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Bem, em relação à próxima reunião, o Presidente havia proposto a presença de alguém da ANA aqui para falar sobre aspectos concernentes a questões hídricas relacionadas com mudanças climáticas. No entanto, como ele próprio não poderá estar presente, em função da viagem que nos informou, no início desta reunião, eu gostaria de propor aos Srs. Senadores e Deputados que nós dedicássemos a nossa audiência da semana que vem justamente ao que começou ser discutido aqui em relação aos últimos relatórios e às últimas conclusões do IPCC. Seria basicamente uma atualização sobre as últimas conclusões do IPCC em relação às emissões globais e à distância entre as reduções necessárias para limitar o aquecimento a dois graus. E as projeções que hoje são feitas em relação a aumentos maiores, como ele acabou de colocar, e os vários cenários dos aumentos maiores do que dois graus, que o IPCC já estudou.

Então, para nos falar sobre isso, os maiores especialistas brasileiros que eu consegui aqui rapidamente inventariar e que eu gostaria de convidar, seria a Dr^a Telma Krug, pelo Inpe, a Suzana Kahn, que atualmente está na Secretaria de Meio Ambiente do Rio de Janeiro, o Emílio La Rovere, do COP, e o Paulo Artaxo, da USP [*falha na gravação*]... do Meio Ambiente. Parece-me que essas pessoas formariam um painel altamente capacitado a nos prestar todos esses esclarecimentos.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Pois não, Deputado.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Penso que o interessante nisso é estabelecer um contraditório. Não é uma pessoa de quem eu tenha muita informação, mas o pesquisador Molion tem uma visão crítica disso. Seria talvez interessante, se for possível, incorporá-lo, pela visão crítica, nem sempre é coincidente, mas que pode ser interessante para animar o debate.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Perfeito.

Deputado Fernando Ferro, eu vou submeter à apreciação de V. Ex^{as} o requerimento colocado pelo Deputado Alfredo Sirkis, que o encaminhou neste momento, tendo em vista que na próxima reunião tínhamos a aprovação para ouvirmos o representante da ANA. Mas como eu fui o signatário desse requerimento e não vou estar na próxima reunião, que vai ser no dia 28, quarta-feira próxima, por conta da minha viagem à Antártica, então eu submeto à apreciação de V. Ex^{as} o requerimento encaminhado pelo Deputado Alfredo Sirkis. Incorporando a sugestão do Deputado Fernando Ferro, que, na sequência, será formalizado e depois serão convidados os senhores aqui indicados.

Eu só vejo que mais de dois nomes, talvez o tempo fique curto para que os parlamentares possam também participar da reunião. Então, a minha sugestão é que todos eles sejam convidados e que nós coloquemos em audiências separadas. Talvez, dois expositores por reunião.

Coloco à apreciação de V. Ex^{as}.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Serão formalizados e atendidos os requerimentos na forma regimental.

Antes de encerrarmos a nossa reunião deliberativa, a nossa audiência pública, eu gostaria de dizer a V. Ex^{as} que nós encaminhamos à Mesa, a Secretaria encaminhou a todos os senhores parlamentares que compõem esta comissão uma proposta de plano de trabalho.

Com a eleição hoje do relator, nós vamos, por mais uma semana, aguardar a sugestão de V. Ex^{as} e também do relator, para que o relator coloque as suas considerações no sentido de que, no dia 5 de outubro, nós venhamos votar esse plano de trabalho e iniciar, imediatamente, os trabalhos, já levando em consideração as audiências públicas aqui realizadas.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 15 horas e 8 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 9 minutos.)

ATA DA 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 5 OUTUBRO DE 2011, ÀS QUATORZE HORAS, NO PLENÁRIO Nº 9 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II – SENADO FEDERAL

Às quatorze horas e quarenta e quatro minutos do dia cinco de outubro do ano de dois mil e onze, no Plenário nº 9, da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Sérgio Souza, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença dos Senadores Blairo Maggi, Jayme Campos, Antonio Carlos Valadares, Vanessa Grazziotin e Wilson Santiago, e dos Deputados Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Alfredo Sirkis, Leonardo Monteiro e Rebecca Garcia, membros da Comissão. Justificam a ausência o Senador Cristovam Buarque e o Deputado Ricardo Tripoli. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. O Presidente procede à leitura de diversas comunicações. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da Ata da 5ª Reunião, que é dada como aprovada. A seguir, a Presidência esclarece que Reunião destina-se à apreciação de matérias: Item 1 – Requerimento S/N, de 2011-CMMC, de autoria do Deputado Valdir Colatto, que requer sejam convidados os senhores Luiz Carlos Baldicero Molion, da Universidade Federal de Alagoas e Evaristo Eduardo de Miranda, Pesquisador da Embrapa, para dar esclarecimentos a esta Comissão sobre as alterações, impacto e implicações que estão sendo objeto da propositura do Projeto de Lei da Câmara no Senado Federal – PLC nº 30 de 2011, “Código Florestal”, adiado; Item 2 - Requerimento nº 6, de 2011-CMMC, de autoria do Deputado Alfredo Sirkis, que requer aditamento ao Requerimento nº 5, de 2011- CMMC, para acrescentar como convidado para a audiência pública objeto do referido requerimento o consultor do meio ambiente Fabio Feldmann, aprovado; Item 3 – Plano de Trabalho da Comissão, de

autoria do Deputado Márcio Mâcedo (Relator), aprovado. Extrapauta – Item 1- Requerimento nº 7, de 2011 – CMMC, de autoria do Deputado Alfredo Sirkis, que requer autorização para representar a Comissão Mista de Mudanças Climáticas no seminário *Which Green race to Durban*, na condição de membro dessa CMMC, a convite do Bloco Parlamentar dos Ambientalistas no Parlamento Europeu (EFA in the European Parliament). O evento será realizado no dia 9 de novembro, no Parlamento Europeu, na cidade de Bruxelas, na Bélgica. Por se constituir uma representação oficial do Congresso Nacional, peço que o ônus seja para o Senado Federal, aprovado. Item 2 – Requerimento nº 8, de 2011 – CMMC, de autoria do Senador Sérgio Souza, que, nos termos regimentais requeiro que a Audiência aprovada por meio do Requerimento nº 103, de 2011- CMA, para discutir as propostas que o Brasil levará para a COP-17, seja realizada conjuntamente com a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC, aprovado. Item 3 – Requerimento nº 9, de 2011 – CMMC, de autoria do Senador Sérgio Souza, que, nos termos regimentais, requeiro seja realizada, no âmbito desta Comissão, audiência pública com a finalidade de conhecer e debater o Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR, especialmente no que se refere ao monitoramento e acompanhamento das mudanças climáticas no continente antártico e seus impactos no território brasileiro. Para tanto, sugiro sejam convidados representantes da Marinha do Brasil, do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, aprovado. Usam da palavra os senhores parlamentares Antonio Carlos Mendes Thame, Luiz Noé e Sérgio Souza, Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e cinco minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Sérgio Souza**, Presidente da CMMC.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DE 5-10-2011

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Boa-tarde a todos os senhores parlamentares. Obrigado por comparecerem a mais uma reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.

Antes de darmos início oficialmente a esta reunião, antes de a abrimos oficialmente – ainda aguardamos o fechamento do quórum, pois falta um parlamentar para a composição do quórum necessário – vamos apresentar a V. Ex^{as} as informações sobre o que pautou o nosso País e também o cenário interna-

cional nas últimas semanas, as questões ligadas às mudanças climáticas.

Seja bem-vindo, Deputado Garotinho.

Então, Sr^{as} e Srs. Deputados, Senadoras e Senadores, fazemos um breve relato sobre as principais questões que foram levantadas ao longo da última semana em torno dos problemas de que nos ocupamos aqui nesta Comissão. Creio que isso nos ajudará a manter na devida perspectiva as importantes decisões que tomamos aqui semanalmente.

Aqui no Senado Federal, nós propomos para muito em breve iniciar um debate em torno da reforma do Código Florestal, que já tramita a passos largos nesta Casa, já foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e está hoje na Comissão de Ciência e Tecnologia. Neste exato momento, acontece uma audiência pública conjunta das Comissão de Reforma Agrária e Agricultura, Comissão de Meio Ambiente e Comissão de Ciência e Tecnologia. Estamos debatendo aqui esta questão do Código Florestal que já foi amplamente debatida na Câmara dos Deputados.

Não há dúvida de que a questão do Código Florestal é uma posição estratégica para também envolvermos esta Comissão naquilo que for pertinente à contenção do desmatamento e da mitigação da produção de gases nocivos à camada de ozônio.

Também temos a questão da sustentabilidade. Aliás, foi o tema de um encontro de empresários no Rio de Janeiro, o 4º Congresso Internacional sobre Desenvolvimento Sustentável, no qual foi o anunciado o lançamento, no próximo ano, de um documento fixando metas para a construção de uma economia verde para os próximos 50 anos. O documento, chamado de “Visão 2050 – a nova agenda para as empresas”, inspirado no documento lançado no ano passado pelo World Business Council for Sustainable Development deverá ser apresentado na Conferência Rio+20, cujos preparativos já se iniciaram.

Além do tema da sustentabilidade, outra preocupação recorrente se refere aos efeitos das mudanças climáticas. Destacaria, senhoras e senhores parlamentares, dois conjuntos de notícias a esse respeito. O primeiro se refere a uma recente pesquisa realizada na Europa sobre o aumento da taxa de mortalidade em decorrência da mudança climática em vários países europeus nos próximos 60 anos. Esse estudo aponta que países como a Bélgica, França, Portugal e Espanha poderão ter uma elevação entre 10 e 14% nas mortes causadas pelo clima nas próximas seis décadas, aumentando ainda mais um número que já não é possível negligenciar. Segundo a OMS, entre 1970 e 2004, cerca de 140 mil mortes anuais podem ser atribuídas às causas ligadas às mudanças climáticas.

O segundo conjunto de notícias gira em torno da Amazônia, sempre uma grande preocupação quando se fala em impacto das mudanças climáticas. A região sofre uma seca que já se configura como uma das mais graves já registradas e pode até mesmo vir ainda a superar a seca histórica de 2010. Entre 13 e 16 de setembro, o rio Negro sofreu uma redução de 1,24m em seu nível, a maior diminuição em um período tão curto desde que as medições começaram a ser feitas pelo serviço geológico do Brasil.

Diante disso, a sociedade e o Poder Público se articulam. No dia 27 de setembro, lideranças políticas, empresariais e comunitárias da Amazônia se reuniram em Belém para discutir propostas da região a serem apresentadas na Rio+20. Ao final, chegaram-se a 24 propostas, que cobrem questões de inclusão social e educação, regularização fundiária, áreas de proteção, uso e conservação das florestas, grandes obras de governança.

Outro encontro, o 8º Fórum Amazonense de Mudanças Climáticas, Biodiversidade e Energia, aconteceu em Manaus no dia 30 de setembro durante o qual foi exposto o Programa Nacional de Mudanças Climáticas.

Ainda na semana passada, iniciaram-se as discussões sobre o projeto Amazalert, que visa à utilização de supercomputadores para prever efeitos climáticos na Amazônia.

A ideia do projeto, que envolve 14 instituições de pesquisa no mundo inteiro e que receberá investimentos da ordem de 4,7 milhões de euros, é desenvolver um sistema de alerta para evitar o colapso da floresta, com foco em informações capazes de fundamentar e orientar políticas públicas para lidar com o problema da adaptação das atividades desenvolvidas nas florestas aos fenômenos do clima.

Entender esses efeitos das mudanças climáticas na Amazônia é especialmente estratégico quando lembramos das grandes obras de geração de energia que estão sendo ou virão a ser realizadas na região. Essas mudanças, com impacto na pluviosidade, colocam em sério risco a operação das grandes usinas hidrelétricas que estão sendo erguidas nos rios e região. A questão é grave e precisa ser acompanhada de perto, o que, por si só, já justifica o investimento em monitoração, coleta e interpretação dos dados, com vistas à previsão, o que é sempre complexo e difícil.

Outras notícias nos fazem lembrar da dimensão global que o problema das mudanças climáticas obviamente assume. Um estudo divulgado no Canadá na semana passada dá conta de que o país sofrerá prejuízos que poderão chegar à casa dos bilhões de dólares anuais em função das mudanças do clima. O Canadá, que responde por menos de 1,5% das emissões globais

de carbono, pode ser desproporcionalmente prejudicado, enquanto outros países, como os Estados Unidos, ainda hesitam em assumir suas responsabilidades no que se refere ao esforço para limitar e combater os efeitos do aquecimento global. Na semana passada, o país foi novamente alvo de críticas a sua inovação, dessa vez por parte da Comissária Climática da União Europeia, a dinamarquesa Connie Hedegaard.

Por fim, senhoras e senhores congressistas, gostaria de destacar aqui algumas notícias que se referem ao problema estratégico da produção de energia, cujo impacto na questão das mudanças climáticas é dispensável lembrar.

Na última semana – na última quarta-feira, para ser mais preciso – a Suíça anunciou que abandonará progressivamente a energia nuclear nas próximas décadas. A substituição far-se-á com fontes renováveis de energia, entre elas, a energia hidrelétrica, e com medidas que visam a aumentar a eficiência energética. A Suíça segue o exemplo da Alemanha, que já havia anunciado a desativação de seus reatores nucleares até 2022, e anuncia, assim, o que poderá vir a ser uma tendência nos próximos anos, o que certamente incentivará a pesquisa por novas formas de produção de energia e o aperfeiçoamento das já existentes.

Nesse sentido, duas notícias chamam a atenção: uma que dá conta do aumento dos investimentos em energia eólica na China e outra que anuncia a construção de um parque eólico no Ceará.

A China tem investido regularmente na sua expansão de geração de energia a partir da exploração de seu potencial eólico, tendo duplicado, no último ano, sua capacidade de geração de energia a partir dessa fonte. A meta dos chineses é chegar a produzir, até 2020, 15% da sua energia a partir de fontes renováveis.

No Brasil, o parque cearense deverá produzir energia suficiente para atender a uma população de 200 mil pessoas, evitando a emissão de mais de 400 mil toneladas de CO₂.

Para encerrar, não poderia deixar de referir-me à Antártica, em função da experiência gratificante que tive de visitar esse continente na semana passada, quando tive a oportunidade de representar esta Comissão na comitiva da Marinha brasileira, a convite da Marinha brasileira, representando também o Congresso Nacional, juntamente com o Deputado Washington Reis, do Estado do Rio de Janeiro.

Curiosamente, uma boa parte do continente antártico está isolado dos problemas do aquecimento global por causa dos efeitos do buraco na camada de ozônio, que provocam mudanças no regime de ventos na região, com exceção da península antártica, que avança em direção ao continente sul-americano,

em que os efeitos do aquecimento global são fortes. O resto do continente tem sofrido menos do que seu antípoda, a região ártica.

De todo modo, esse isolamento não é perene. Sabemos que, se a maior parte da camada de gelo da antártica ocidental se perder, o nível dos mares pode subir em até sete metros, caso a temperatura do oceano suba cinco graus Celsius. A placa de gelo da parte oeste da Antártica poderia, em tese, desabar. Os efeitos, portanto, podem ser graves, de modo que a situação antártica deve ser acompanhada de perto.

Para nós, brasileiros, no momento, as ocorrências na península antártica são muito importantes, pois têm impacto de forma significativa no clima no sul do País, repercutindo, inclusive, na produção agrícola dessa região, razão pela qual estou apresentando um requerimento para realizarmos uma audiência pública para conhecermos o Programa Antártico Brasileiro, o Proantar, especialmente no que se refere às mudanças climáticas.

Enfim, esses foram os assuntos principais que ocuparam o noticiário ao longo das últimas semanas no que se refere ao tema que nos ocupa nesta Comissão.

Agradeço a atenção de todos os senhores parlamentares.

Havendo número regimental, senhoras e senhores parlamentares, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, criada por intermédio da Resolução nº 4, de 2008, do Congresso Nacional, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a sua aprovação.

Os senhores parlamentares que assim concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada.

Temos hoje alguns temas a serem debatidos, mas o principal deles é a aprovação do nosso plano de trabalho para esta legislatura, para esta sessão legislativa e também alguns requerimentos.

Passamos, de imediato, à leitura dos requerimentos e, ao final, eu gostaria de deixar a palavra livre a V. Ex^{as} para que coloquem suas opiniões quanto ao dia e horário das nossas reuniões, que também serão comunicadas por *e-mail* pela secretaria desta Comissão, para que nós possamos encontrar o melhor dia e o melhor horário para todos os senhores parlamentares e venhamos a realizar nossas reuniões na forma esperada.

O primeiro item da pauta é da autoria do Deputado Valdir Colatto, que não se encontra presente.

Passamos então ao segundo item da pauta, um requerimento de autoria do Deputado Alfredo Sirkis

Item 2

REQUERIMENTO Nº 6, DE 2011- CMMC

Requer aditamento ao Requerimento nº 5, de 2011- CMMC, para acrescentar como convidado para a audiência pública objeto do referido requerimento o consultor do meio ambiente Fabio Feldmann.

Autoria: Deputado Alfredo Sirkis

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Nós temos também na pauta a aprovação do plano de trabalho. Mas, antes disso, temos alguns requerimentos extrapauta que consulto a V. Ex^{as} se poderíamos inclui-los em pauta neste momento.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como estão. *(Pausa)*

Aprovado.

São quatro requerimentos, sendo que o primeiro deles, que tem como signatário principal o Senador Lindbergh Farias, também assinado por mim e pelo Deputado Leonardo Monteiro, trata do aditamento do requerimento do Deputado Valdir Collato.

Neste caso, nós vamos sobrestar este requerimento, tendo em vista que não foi lido nem mesmo submetido à apreciação desta Comissão.

Passamos ao segundo requerimento, de autoria do Deputado Alfredo Sirkis, que requer autorização para representar a Comissão Mista de Mudanças Climáticas em seminário no Parlamento Europeu, a convite do EFA.

REQUERIMENTO Nº 7, DE 2011 – CMMC

Requeiro autorização para representar a Comissão Mista de Mudanças Climáticas no seminário **Which Green race to Durban**, na condição de membro dessa CMMC, a convite do Bloco Parlamentar dos Ambientalistas no Parlamento Europeu (EFA in the European Parliament). O evento será realizado no dia 9 de novembro, no Parlamento Europeu, na cidade de Bruxelas, na Bélgica. Por se constituir uma representação oficial do Congresso Nacional, peço que o ônus seja para o Senado Federal.

Autoria: Deputado Alfredo Sirkis

Os senhores membros desta Comissão que concordam permaneçam como estão. *(Pausa)*

Aprovado.

Temos um requerimento de minha autoria.

Eu também sou membro titular da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal e, na reunião de ontem, o Senador Rodrigo Rollemberg apresentou um requerimento, que foi aprovado, para realizar uma audiência pública na Comissão de Meio Ambiente para ouvir representantes do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério da Ciência e Tecnologia e do Ministério das Relações Exteriores sobre as propostas e o que o Brasil levará para a COP 17, que acontecerá em Durban, no final do mês de novembro, início do mês de dezembro.

Conversei com o Senador Rodrigo e sugeri apresentar nesta Comissão um requerimento para que fizéssemos essa audiência conjunta entre a CMMC e a CMA. S. Ex^a concordou.

Item 2

REQUERIMENTO Nº 8, DE 2011- CMMC

Nos termos regimentais requeiro que a Audiência aprovada por meio do Requerimento nº 103, de 2011- CMA, para discutir as propostas que o Brasil levará para a COP-17, seja realizada conjuntamente com a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC.

Autoria: Senador Sérgio Souza

Os Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa)*

Aprovado.

Há também sobre a Mesa um requerimento, a que me referi ao final das minhas palavras com relação às atividades semanais da Comissão e os acontecimentos mundiais sobre mudanças climáticas, nos seguintes termos:

Item 3

REQUERIMENTO Nº 9, DE 2011 – CMMC

Nos termos regimentais, requeiro seja realizada, no âmbito desta Comissão, audiência pública com a finalidade de conhecer e debater o Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR, especialmente no que se refere ao monitoramento e acompanhamento das mudanças climáticas no continente antártico e seus impactos no território brasileiro.

Para tanto, sugiro sejam convidados representantes da Marinha do Brasil, do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Autoria: Senador Sérgio Souza

Os Srs. Parlamentares que concordam permanecem como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Como último item da nossa reunião de hoje, temos a aprovação do nosso plano de trabalho de 2011.

O nosso tempo é curto, por isso estamos procurando promover essas audiências públicas não só aqui, no plenário do Congresso Nacional, mas também *in loco*. E nós já colocamos à disposição de V. Ex^{as} que sugeriram temas para as reuniões *in loco* desta Comissão, o que não prejudicará necessariamente as reuniões semanais da Comissão aqui no Congresso Nacional. Então ocorrerão numa sexta-feira ou num sábado, em momentos que não venham a prejudicar as atividades dos Srs. Parlamentares nem mesmo as atividades da Comissão aqui no Congresso.

Temos já aprovada uma reunião que vai acontecer na cidade de Foz do Iguaçu, no interior da usina de Itaipu, para discutirmos as questões de impactos climáticos na geração de energia, muito dentro daquilo que está se discutindo na Região Amazônica, do fluxo das águas, que em determinadas épocas do ano acaba diminuindo o nível dos reservatórios e, conseqüentemente, a geração de energia. Inclusive hoje, no final da tarde, teremos uma reunião com o Presidente da Itaipu binacional aqui no Senado Federal, para discutir essa pauta e o formato dessa reunião.

Então o plano de trabalho, eu passo a apresentar a V. Ex^{as}. Já foi encaminhado para todos os Srs. Parlamentares, muitos dos quais sugeriram algumas modificações que, em reunião com a Secretaria desta Comissão, foram adicionadas ao plano.

Passo, então, à apresentação.

Em 2007, o Congresso Nacional criou a Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas (CMEsp – Mudanças Climáticas) para concentrar, em um único órgão colegiado, os esforços das suas duas Casas, Senado Federal e Câmara dos Deputados, no sentido de acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças do clima no Brasil. A Comissão foi presidida pelo Deputado Ricardo Tripoli e teve como Relator o Senador Renato Casagrande.

A Comissão reuniu-se não só em Brasília, mas em diversos Estados brasileiros. Na capital federal, foram realizadas audiências públicas para a discussão de vários aspectos ligados à questão: florestas, agropecuária, setor elétrico, educação ambiental, mercado de carbono, a posição brasileira nos fóruns internacionais e a elaboração da Política Nacional sobre Mudanças Climáticas, entre outros. Nos Estados, as discussões versaram sobre causas e conseqüências regionais das mudanças climáticas. A CMEsp esteve em Belém, Manaus, Palmas, Campo Grande, Rio de

Janeiro, São Paulo, Fortaleza e Criciúma. Essas providências se mostraram imprescindíveis para que o trabalho da Comissão tivesse uma feição nacional. Além disso, a Comissão desenvolveu ações de intercâmbio internacional de informações, enviando missão oficial para dialogar com autoridades britânicas, em Londres.

Os trabalhos da Comissão representaram uma primeira aproximação do Congresso Nacional com o tema. O Relatório Final do colegiado apresentou uma lista com 51 recomendações a diversos órgãos da Administração Pública, nas mais diversas áreas, além de reunir as principais proposições legislativas referentes ao tema, na ocasião.

Ao final de 2008, com base na Recomendação nº 5 do Relatório Final da CMEsp – Mudanças Climáticas e por meio da Resolução nº 4, o Congresso Nacional criou a Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas. Em 2009, a Comissão foi presidida pela Senadora Ideli Salvatti e teve como Relator o Deputado Colbert Martins.

Em 2009, a CMMC realizou, a exemplo do que ocorrera em 2007/2008 com a CMEsp – Mudanças Climáticas, uma série de audiências públicas sobre os mais variados temas. Além disso, o colegiado se fez presente em Santa Catarina, Ceará, Bahia e Amazonas. O Relatório Final da Comissão apresenta uma lista de recomendações nas mais diversas áreas, além de reunir as principais proposições legislativas referentes ao tema, na ocasião.

Em 2010, a Comissão não chegou a ser instalada e agora, em 2011, nós a instalamos.

Mas, em 2010, nós agregamos aqui algumas situações que ocorreram nesse período como atividades propostas.

Atividades propostas

Segundo o sítio do Ministério do Meio Ambiente (MMA) na internet, o Governo Federal vem elaborando planos setoriais de mitigação e adaptação, conforme determinado pela Lei nº 12.187, de 2009, e pelo Decreto nº 7.390, de 2010. Conforme o art. 4º desse Decreto, todos os planos setoriais deverão ser concluídos até 15 de dezembro de 2011.

De acordo com o MMA, os seguintes planos setoriais já foram concluídos:

Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM)

Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento no Cerrado (PPCerrado)

Plano Decenal de Energia (PDE)

Plano de Agricultura de Baixo Carbono (ABC)

Encontram-se em fase de finalização planos para os seguintes setores: siderurgia; transporte público ur-

banco e sistemas modais de transporte interestadual de cargas e passageiros, indústria (de transformação, de bens de consumo duráveis, química fina e de base, papel e celulose e construção civil), mineração, serviços de saúde e pesca e aquicultura.

Em função da extrema abrangência da matéria, propõe-se estabelecer um conjunto de mecanismos eficientes no sentido de auscultar os vários segmentos sociais, tais como universidades, institutos de pesquisa, esferas de governo e setores organizados da sociedade civil. Esses mecanismos permitirão a ordenação e a análise dos vários pontos de vista dos aspectos associados ao conjunto de questões propostas.

Audiências públicas no Congresso Nacional

Nas audiências públicas, pretende-se ouvir:

comunidade científica, a respeito da natureza do fenômeno de aquecimento global, como ele vem sendo tratado no Brasil e possíveis propostas de solução;

setores governamentais, a fim de averiguar, por exemplo, o grau de coordenação das ações do governo no que se refere às medidas adotadas para o enfrentamento das mudanças climáticas;

comunidades locais, com o intuito de descentralizar a discussão. Tal medida contribui sobremaneira para o enriquecimento do debate, pois permite apreender, na origem e sem intermediários, as necessidades locais e as potencialidades de cada região;

setores diretamente envolvidos com o tema, de forma a examinar os problemas enfrentados e as soluções adotadas, no que tange às mudanças climáticas, pelos setores florestal, elétrico e agropecuário, entre outros.

Também pretendemos realizar no âmbito desta Comissão audiências para discutir a participação do Brasil na COP 17, a exemplo do que já foi aprovado em requerimento por V. Ex^{as}.

Propomos abaixo alguns temas que podem ser tratados em audiências públicas da CMMC ao longo do ano. Embora fosse interessante cuidar inicialmente dos aspectos gerais, a ordem das reuniões pode ser definida oportunamente.

Temas Gerais

Aspectos científicos: causas e consequências da mudança do clima no Brasil e no mundo.

Aspectos econômicos: questões econômicas relacionadas à mudança do clima no Brasil e no mundo e adoção de medidas de mitigação e de adaptação.

Aspectos políticos internacionais: mecanismos e negociações internacionais de enfrentamento da mudança do clima.

Aspectos políticos nacionais: mecanismos e instrumentos domésticos de enfrentamento da mudança do clima – políticas de mitigação e adaptação; compromissos voluntários do Brasil; efetivação da Política, do Fundo e do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, segundo a Comunicação Nacional do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e também o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões – MBRE, e a natureza jurídica das Reduções Certificadas de Emissões – RCE.

Como temas setoriais, dentro de mitigação e adaptação, nós colocamos a compatibilização das seguintes políticas setoriais, com os objetivos da Política Nacional sobre Mudança do Clima: florestas, inclusive o Código Florestal, e instrumentos econômicos para a manutenção da floresta em pé; pagamento de serviços ambientais; energia; saneamento; defesa civil, com ênfase nas áreas dos riscos geológicos e, por fim, a desertificação, entre outras questões que podem ainda ser colocadas.

E foi sugerido, ainda hoje, pelo Deputado Sirkis – que não consta da pauta e também como temas setoriais dentro de mitigação e adaptação –, o impacto em grandes centros urbanos, nas cidades.

Também colocamos aqui a análise crítica dos planos setoriais já concluídos. Também é uma função desta Comissão acompanhar as ações governamentais sobre o tema.

Então, dentro desses planos setoriais já concluídos, nós colocamos florestas e controle do desmatamento, sendo Amazônia e cerrado. Colocamos também a questão de energia, relacionando gás, petróleo e carvão mineral, biocombustíveis, geração de eletricidade a partir da biomassa e energias eólica e solar, e, por fim, a geração termonuclear.

Também, como sugestão de mitigação e adaptação, nós colocamos a questão da agricultura de baixo carbono. Colocamos também o acompanhamento da elaboração dos seguintes planos setoriais: siderurgia; transporte público urbano e sistemas modais de transporte interestadual de cargas e de passageiros; na indústria, dentro da transformação de bens de consumo duráveis, química fina e de base, papel e celulose; na construção civil, a questão da mineração, serviços de saúde, pesca e aquicultura, e audiências públicas externas e diligências – dentro daquilo que nós colocamos a V. Ex^{as}, fica aberta ao Srs. Parlamentares a indicação de regiões e de temas –, dentro do nosso

Plano de Trabalho, a serem feitas em diferentes regiões do nosso País.

A programação dessas audiências públicas regionais será definida, levando em consideração a distribuição dos biomas nacionais. Nós não temos tempo para fazer muitas reuniões locais, regionais em nosso País. Então, a ideia é que venhamos a fazer uma reunião por bioma e dentro de temas diferentes.

Propomos também a realização de uma audiência pública, como já foi dito, na cidade de Foz do Iguaçu, para tratar da participação das hidrelétricas na matriz energética brasileira e sul-americana. Na ocasião, poderão ser ouvidos técnicos do setor elétrico brasileiro bem como de outros países da América do Sul, como Paraguai, Uruguai e Argentina.

O formato proposto para as reuniões é o mesmo das audiências públicas, com a participação de representantes da comunidade científica, de setores governamentais, de comunidades locais e da sociedade civil.

Então, esse é nosso Plano de Trabalho para 2011, que submeto à discussão.

Não havendo quem queira discutir...

Deputado Thame, por favor, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Senador Sérgio, o programa está perfeito. Acho que contém tudo aquilo que é possível fazer nesse exíguo espaço de tempo que está previsto para a nossa Comissão.

No entanto, eu sempre me lembro daquela historinha de que o cidadão chega para o pastor ou para o padre e diz assim: “Padre, eu posso fumar enquanto leio a Bíblia?” Ele diz: “Não, isso é um desrespeito ao Senhor”. No dia seguinte, ele chega e diz assim: “Padre, eu fumo o dia inteiro; enquanto eu fumo, eu posso ler a Bíblia?” O padre diz assim: “Todos os momentos são para louvor o Senhor. Claro que pode”. Então, eu acho que esta pauta está perfeita, mas é um documento público e ela não ressalta, ela dá a entender que a finalidade nossa é fazer as audiências como se fosse um fim em si mesmo.

É claro que isso não está aqui. Por exemplo, diz aqui que vamos acompanhar o desempenho, uma análise crítica dos planos setoriais concluídos. Mas eu sugeriria que a equipe que assessora aqui, que é muito boa – acompanhei nos anos passados – elaborasse com a finalidade exatamente esta: fazer um relatório sobre a situação brasileira que possa servir de subsídios, até para Rio+20, ou até para verba, e que ressaltasse uma atualização dessas recomendações que foram feitas sobre os diversos órgãos de administração pública. Não é coisa impossível de fazer. Não vamos exigir aqui uma tese de PhD; vamos exigir apenas que nós façamos algum acompanhamento com

alguma coisa concreta, alguma coisa que eu possa mensurar e falar se um setor vai bem ou não. Que nós reescrevamos aqui um final, uma conclusão dizendo que o nosso objetivo é um trabalho consistente para servir de apoio ao Governo.

Nós não somos um órgão só para fiscalizar. Nós queremos colaborar com o Governo para que ele execute a sua missão da melhor forma possível e dê sua contribuição, não só substituindo energia suja por energia limpa, mas também uma contribuição no nosso âmbito, que é o da legislação, cientes que nós estamos de que um país sozinho não vai resolver um problema que é global. Aquecimento global só vai ser resolvido se todas as nações do mundo tiverem a consciência de que tem que haver essa decisão para um enfrentamento coletivo da questão.

Desculpe. Era essa a minha sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Perfeito, Deputado Thame. É oportuna a sua fala, e nós discutimos isso, inclusive, antes de iniciarmos esta reunião, com o Deputado Alfredo Sirkis e outros parlamentares. Esta Comissão não pode ter simplesmente a função de acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes a mudanças. Nós temos também, como Congressistas, parlamentares e legisladores, a função realmente de orientar. Talvez isso não esteja previsto na resolução que criou esta Comissão, mas eu acho que, como representantes do povo e do Estado, nós temos essa função.

O SR. LUIZ NOÉ (PSB – RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Deputado Luiz Noé, por favor.

O SR. LUIZ NOÉ (PSB – RS) – Na mesma linha do Deputado. Nós vamos ter audiências com muita qualidade, com pesquisadores, cientistas, e teremos também o diagnóstico, a noção. E no mesmo sentido, naquilo em que a Comissão se sinta preparada, que saia como recomendação para o setor que está sendo... Nós não vamos ter o poder de fazer uma legislação que, a partir de determinado tempo, determine aquela prática, mas sim que se recomendem práticas boas cada vez com menos agressão ao meio ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Perfeito, Deputado Luiz Noé. Na verdade, eu acho que, ao final do trabalho desta Comissão, nesta gestão, vamos apresentar um relatório organizado pelo seu relator, mas orientado por todos os parlamentares que compõem esta Comissão, justamente nesse sentido. Apontaremos os avanços e as falhas, utilizando a função específica de fiscalização, de monitoramento e também de sugestões dos meios necessários a se adotar para que, no futuro, tenhamos um planeta mais vivo e mais habitável por todos nós.

Tenho conversado muito com a assessoria e tenho dito para eles que talvez nós tenhamos que focar em alguma coisa. E tenho colocado que, sem alimento e sem energia, o cidadão não vive mais. Eu sei que nós temos toda uma preocupação ambiental, mas nós temos também que ter uma preocupação com o cidadão. Como é que vamos convergir para uma sustentabilidade do planeta e também de nós, cidadãos, que estamos sobre ele?

Consulto os Srs. Parlamentares se há alguém mais para discutir.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o presente plano, com as sugestões dos Srs. Parlamentares.

Os Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, convocando outra para terça-feira.

Vamos, antes, consultar os Srs. Parlamentares se haverá possibilidade de quórum. Se não for possível na próxima terça-feira, fica para a outra quarta-feira. Muito obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 14 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 26 minutos.)

**ATA DA 7ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA
PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS,
DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 OUTUBRO
DE 2011, ÀS QUATORZE HORAS, NO PLENÁRIO
Nº 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA,
ANEXO II – SENADO FEDERAL**

Às quatorze horas e dezenove minutos do dia vinte e seis de outubro do ano de dois mil e onze, no Plenário nº 7, da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Sérgio Souza, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença da Senadora Vanessa Grazziotin, dos Senadores Cristovam Buarque, Eduardo Braga, Cyro Nogueira, Aloysio Nunes Ferreira Wellington Dias e Antonio Carlos Valadares, e dos Deputados Márcio Macêdo, Moacir Micheletto e Anthony Garotinho, membros da Comissão. Justifica a ausência o Deputado Alfredo Sirkis. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. O Presidente procede à leitura de diversas comunicações. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a Reunião e esclarece que a primeira parte da Reunião destina-se a realização de Audiência Pública com a presença, como expositores, do Contra-Almirante Marcos José de Carvalho

Ferreira, Secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, e do Capitão-de-Mar-e-Guerra Márcio Renato Leite, Representantes da Marinha do Brasil; Jaqueline Leal Madruga, Analista Ambiental da Gerência de Biodiversidade Aquática e Recursos Pesqueiros e Edson Rodrigues, Pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia, Antártico de Pesquisas Ambientais – INCT-APA, Representantes do Ministério do Meio Ambiente; e Jefferson Cardia Simões, Professor Doutor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Representante do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, para conhecer e debater o Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR, especialmente no que se refere ao monitoramento e acompanhamento das mudanças climáticas no continente antártico e seus impactos no território brasileiro, em atendimento ao Requerimento nº 9, de 2011 – CMMC, de autoria do Senador Sérgio Souza. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os senhores parlamentares Márcio Macêdo e Sérgio Souza. Dando prosseguimento, a Presidência dá início à segunda parte da Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da Ata da 6ª Reunião, que é dada como aprovada. Passa-se à apreciação dos seguintes Requerimentos: Item 1 - Requerimento nº 10, de 2011-CMMC, de autoria do Deputado Valdir Colatto e do Senador Sérgio Souza, que, nos termos do artigo 58, § 2º, V, da Constituição Federal e o artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requerem sejam convidados os senhores Luiz Carlos Baldicero Molion da Universidade Federal de Alagoas, Evaristo Eduardo de Miranda, Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, Judson Ferreira Valentim, Chefe Geral da Embrapa Acre e Geraldo Luís Lino, Geólogo e autor do livro “A fraude do aquecimento global: como um fenômeno natural foi convertido numa falsa emergência mundial”, a fim de oferecerem esclarecimentos e/ou subsídios a esta Comissão sobre as alterações, impactos e implicações relativas às mudanças climáticas e aquecimento global, aprovado. Item 2 – Requerimento nº 11, de 2011 – CMMC, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Sérgio Souza, que, nos termos regimentais, solicitam a realização de Audiência Pública com a presença do senhor André Corrêa do Lago, chefe da delegação brasileira na reunião preparatória para COP-17, realizada no início do mês, no Panamá, com o objetivo de informar os parlamentares desta Comissão Mista sobre o resultado da referida reunião e das propostas que serão apresentadas pelo Brasil na COP-17, com data a ser definida, aprovado. Item Extrapauta – Requerimento nº 12, de 2011 – CMMC, de autoria dos Senadores Lindbergh Farias e Sérgio

Souza e dos Deputados Márcio Macêdo e Leonardo Monteiro, que, nos termos regimentais, solicitam adiamento ao requerimento do Deputado Valdir Colatto, com o objetivo de incluir na lista de convidados um representante da SBPC e um representante da ABC, para contribuir nos esclarecimentos a esta Comissão sobre as alterações, impacto e implicações que estão sendo objeto da propositura do Projeto de Lei da Câmara no Senado Federal – PLC nº 30, de 2011, “Código Florestal”, aprovado. Usam da palavra os senhores parlamentares Márcio Macêdo, Moacir Micheletto e Sérgio Souza, Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quinze minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Sérgio Souza**, Presidente da CMMC.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DE 26-10-2011

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC), criada por intermédio da Resolução nº 4, de 2008, do Congresso Nacional, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Sobre a mesa, há um ofício do Deputado Alfredo Sirkis, que é o Vice-Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, justificando sua ausência, já que está representando esta Comissão em missão oficial nas cidades de Dalin, Pequim e Shanghai, todas na China, conforme documentação em anexo.

Boa-tarde às senhoras e aos senhores! Sejam todos bem-vindos à nossa reunião da Comissão e também à audiência pública, em que, hoje, trataremos do Programa Antártico Brasileiro (Proantar).

Antes de darmos início à audiência pública, que será a primeira parte da nossa reunião, como de costume, farei um relato dos últimos acontecimentos no Planeta sobre mudanças climáticas.

Deputado, seja bem-vindo! É o nosso Relator. (Pausa.)

É necessário destacar, em primeiro lugar, a nova rodada de negociações do clima, que teve lugar na cúpula da Organização das Nações Unidas (ONU), na primeira semana de outubro de 2011, no Panamá. Os diplomatas e ambientalistas que participaram desse evento manifestaram profunda apreensão com respeito ao Protocolo de Kyoto, que reúne os principais países responsáveis pelas emissões de gases de efeito estufa, principal fator do aquecimento global.

Cerca de duzentos países participarão das discussões em busca de propostas para um possível acordo sobre a redução das emissões de gases de efeito estufa na Conferência das Partes, a COP17, o que acontecerá entre os dias 28 de novembro e 09 de dezembro deste ano em Durban, na África do Sul. As autoridades do setor já confirmaram a participação do Brasil nessa importante rodada de negociações. Inclusive, esta Comissão também se fará presente nessa rodada de negociações na COP17, na cidade de Durban, na África do Sul.

A primeira fase dos compromissos assumidos, com base no Protocolo de Kyoto, está prestes a vencer, porque o período encerra no final do ano de 2012. O acordo ganhou caráter de urgência, pois, se os 193 países signatários do Protocolo não chegarem a um acordo, a partir de janeiro de 2013, cairemos numa situação de vazio, de intenções muito perigosas. Ainda que os atuais compromissos sejam considerados frágeis e insuficientes, eles são melhores do que nenhum compromisso.

A União Europeia continua se apresentando como o principal defensor do Protocolo em vigor e manifesta sua disposição em se comprometer com novas obrigações a partir de 2013. Por sua vez, importantes países industrializados, como o Canadá, o Japão, a Rússia e os Estados Unidos, que não ratificaram o Protocolo de Kyoto, tentam impor a condição de que qualquer nova ação em favor do clima deva abranger todas as grandes economias, inclusive a China, hoje o maior emissor mundial de matérias poluentes.

Com o atual conjunto de obrigações e de objetivos voluntários, pode-se prever que, até o final do século, o aumento da temperatura média poderá chegar a 4°C, num cenário em que o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) considera dramático. As consequências esperadas são derretimento de geleiras, ondas de calor intensas, fenômenos meteorológicos extremos, aumento do nível dos oceanos, dificuldades extremas para a agricultura e desertificação cada vez mais extensa, entre outras.

Infelizmente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, senhoras e senhores aqui presentes, a verdade é que, depois de sete dias de debate, as negociações da ONU que estiveram no Panamá acreditam que há pouca chance de se obter consenso em Durban, o que é muito preocupante.

A reunião recentemente realizada no Panamá serviu também para a divulgação de alguns alertas como informa a reportagem da revista *IstoÉ* de 5 de outubro deste ano, denominada “Planeta está longe de mitigar mudanças climáticas”.

A matéria se refere, por exemplo, ao compromisso assumido em 2009, na Cúpula do Clima da ONU em Copenhague, em que os países concordaram, no último minuto, em limitar a elevação da temperatura para dois graus Celsius com relação aos níveis do período pré-industrial, meta que os ambientalistas ainda consideram tímida.

O rastreador da ação climática apontou que o Brasil gerará emissões significativamente maiores em relação ao que foi projetado.

O País prometeu em Copenhague uma redução de 36% a 39% das emissões em comparação com o cenário *business as usual* (com parâmetros inalterados). O estudo comprova que o Brasil não somente deixou de reduzir como também aumentou as emissões de dióxido de carbono, principalmente em razão do avanço de desmatamento.

O Ministério de Meio Ambiente divulgou recentemente que a Amazônia perdeu 7 mil km² de floresta para o ano fechado em julho de 2010. Trata-se de um avanço quando comparado com a média anual na ordem de 15 a 20 mil km², mas ainda insuficiente para atender nossas metas.

Conforme afirmou Bill Hare, o assessor do grupo ambientalista Greenpeace, “caminhamos para um aquecimento de mais de três graus, a menos que haja avanços importantes”. Hare completou que: “Até mesmo um aumento de dois graus na temperatura global seria problemático, pois o mundo ficaria exposto a incêndios muito mais frequentes e à elevação do nível do mar”.

Quanto aos Estados Unidos, o Presidente Barack Obama se comprometeu a reduzir as emissões em 17% com relação aos níveis de 2005, mas deverá enfrentar a oposição ferrenha dos republicanos.

Muitos deles questionam as evidências científicas das mudanças climáticas, argumentando que a redução no uso de petróleo e de outros combustíveis fósseis representaria uma nova carga talvez insuportável para a já atribulada economia americana.

Ainda assim, os Estados Unidos têm procurado atuar em prol do meio ambiente. Em troca dos esforços pela preservação florestal em Kalimantan, na região de Bornéu, na Indonésia, os norte-americanos estão perdendo US\$28,5 milhões em sua dívida. Trata-se de um dos ecossistemas mais ricos do mundo e foi incluído no programa de dívida para a natureza, que é parte do ato de conservação de florestas tropicais dos Estados Unidos. É importante ressaltar que a Indonésia tem a segunda maior taxa de desmatamento, perdendo tão somente para o Brasil.

O Brasil, apesar dessa posição, tem realizado ações importantes em relação ao meio ambiente. Em 3 de outubro, foi apresentado o projeto de monitoramento

de catástrofes, o GEO-Pictures, no prédio da Escola Superior de Tecnologia da Universidade do Estado do Amazonas. Trata-se de um sistema desenvolvido por uma parceria internacional entre o Brasil e a Comunidade Europeia, que ficará em estudo até fevereiro de 2012. Esse sistema atua com a metodologia do pré-impacto, na iminência de desastres, e de pós-impacto, que permite visualizar, por meio de imagens e vídeos enviados à central na Noruega, a evolução do problema ambiental.

A ideia principal é desenvolver soluções tecnológicas para mapear áreas de risco. O sistema já vem sendo utilizado com sucesso em países que têm sofrido com ocorrência de grandes desastres como a Índia, Paquistão, Irã e Haiti.

Sr^{as} e Srs. Parlamentares, outro tema que gostaria de trazer ao conhecimento dos membros desta Comissão é que o Dia Mundial do Habitat foi comemorado na primeira segunda-feira de outubro, como ocorre desde 1985.

A Onu reforça a necessidade de iniciativas municipais para o combate da emissão de gases de efeito estufa e, nesse particular, há um ponto nosso a favor. Segundo a ONU-Habitat, o Brasil tem exemplos importantes a dar, como a redução de emissões de gases de efeito estufa nos aterros Bandeirantes e São João, em São Paulo, que vão evitar a produção de 11 milhões de toneladas de gás carbônico, equivalente a até 2012.

Deve-se ressaltar também a importância da adoção da infraestrutura verde para adaptar as cidades às mudanças climáticas. Por sua vez, realizou-se na cidade do Rio de Janeiro, entre os dias 17 e 23 de outubro, a Semana Nacional da Ciência e Tecnologia, para debater as mudanças climáticas e a proposta de ações que diminuam seus efeitos sobre o Planeta.

Constaram da pauta as tecnologias brasileiras de produção de energia renovável, como a usina que gera eletricidade a partir de ondas do mar, o ônibus a hidrogênio e o trem maglev, que levita sobre os trilhos, e que puderam ser vistos na exposição montada no Jardim Botânico.

Uma notícia alvissareira, pelo menos no que se refere a informação e diagnóstico, diz respeito à Rede Clima, ainda em fase embrionária, mas importantíssima para a elaboração periódica das análises sobre o conhecimento atualizado das mudanças climáticas no Brasil.

O acordo com os relatórios do IPCC.

A Rede Clima prevê a integração de várias sub-redes, abrangendo as mais variadas ciências, atualmente envolvendo 90 instituições, com 400 pesquisadores, doutores brasileiros, fazendo conexões de pesquisadores no Brasil e no exterior. Essa união visa

a compreender os pontos que contribuem para as alterações climáticas. A Fundação Oswaldo Cruz, por exemplo, contribui com seus conhecimentos relacionados à Medicina, levantando doenças atuais provocadas pelas mudanças climáticas. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Embrapa, contribui com suas pesquisas sobre a agricultura. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, Inpe, participa com informação sobre oceanos, rios, florestas e atmosferas, e assim por diante.

Senhoras e senhores, os especialistas estimam que a população do Planeta chegará aos 10 bilhões de pessoas em 2050, com resultados catastróficos esperados para essa época. O uso ampliado de combustíveis fósseis pode refletir no aumento do risco de doenças do coração e do câncer, principalmente. Tony McMichael, especialista em saúde da população, da Universidade Nacional da Austrália, concluiu que, em 2050, só na África subsaariana, o número de mortes poderá atingir 70 milhões. Outro ponto abordado em suas pesquisas é o aumento dos casos de malária entre 2025 e 2050, devido às alterações climáticas favoráveis à reprodução do transmissor da doença.

Em colóquios informais, tornou-se comum ouvir a frase: o tempo está maluco. As enchentes estão se tornando cada vez mais comuns, como no caso das chuvas que castigaram a América Central em meados de outubro, que, até o dia 18, já contabilizava mais de 80 mortos. No mesmo período, tivemos, na cidade de Londrina, no interior do Estado do Paraná, o que, segundo os órgãos meteorológicos, foi a maior chuva de toda a história da cidade ou, pelo menos, de que se tem notícia nos últimos 40 anos, levando o prefeito local a declarar estado de calamidade pública.

Sr^{as} e Srs. Senadores e Deputados, essas são algumas observações que a Comissão julgou necessário colocar neste momento, para que possamos, cada vez mais, refletir sobre as condições climáticas que afligem não só o nosso País, mas todo o nosso Planeta. Tenho colocado para esta Comissão e para os membros desta Comissão a minha preocupação de como vai ser o nosso Brasil e o nosso Planeta, não para esta geração, mas para a próxima e para as próximas gerações. Como seremos daqui a cem anos? Como éramos há 50 anos? Em 1970, todos se lembram, nós éramos 90 milhões de habitantes, até esse era o canto durante a Copa: “noventa milhões de brasileiros em ação”. Hoje, nós somos quase 200 milhões de habitantes e, provavelmente, nessa proporção de crescimento, podemos chegar a mais de 300 milhões em 2050.

Como o nosso Planeta vai suportar toda essa população, que pode chegar a 10 bilhões de habitantes em 2050? Então, estamos no caminho certo, que

é o caminho da preocupação, do debate, e audiências públicas como esta de hoje, em que vamos tratar do Programa Antártico Brasileiro, Proantar, servem para ainda mais engrandecer esta Comissão, o Congresso Nacional e levar a toda a população brasileira que o Brasil está preocupado com esse tema e está desenvolvendo ciências e atividades nesse setor, já pensando como será o futuro.

Passamos, neste momento, à segunda parte. Deputado, o senhor quer fazer uso da palavra neste início? *(Pausa.)*

Nós daremos, então, início à primeira parte da nossa reunião, que trata da audiência pública com a finalidade de conhecer e debater o Programa Antártico Brasileiro – Proantar, especialmente no que se refere ao monitoramento e acompanhamento das mudanças climáticas no continente antártico e seus impactos no território brasileiro, em atendimento ao Requerimento nº 9, desta Comissão, com a presença do Contra-Almirante Marcos José de Carvalho Ferreira, Secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, do Capitão-de-Mar-e-Guerra Márcio Renato Leite, representantes da Marinha do Brasil; também do Sr. Edson Rodrigues, pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Antártico de Pesquisas Ambientais – INCT APA; também da Sr^a Jaqueline Leal Madruga, Analista Ambiental da Gerência de Biodiversidade Aquática e Recursos Pesqueiros, representantes do Ministério do Meio Ambiente; do Sr. Jefferson Cardia Simões, Professor Doutor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Convido a tomarem assento à mesa o Contra-Almirante Marcos José de Carvalho Ferreira, o Sr. Edson Rodrigues, a Sr^a Jaqueline Leal e o Sr. Jefferson Cardia Simões. *(Pausa.)*

Nós temos que seguir o Regimento do Senado Federal e também a Resolução que criou a Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas, e o Regimento do Senado Federal dispõe que, iniciada a Ordem do Dia, todas as Comissões devem suspender os seus trabalhos. E a Ordem do Dia do Senado Federal inicia às 16 horas. Até mesmo por conta desse fato, foi que esta audiência pública não aconteceu na última quarta-feira, quando debatíamos aqui, no Senado Federal, os *royalties* do petróleo, cujo debate começou já na terça-feira e foi antecipada a Ordem do Dia para às 14 horas de quarta-feira passada. Por isso, peço escusas a V. Ex^{as} por termos tido que remarcar a nossa audiência pública para tratar do Programa Antártico Brasileiro para a data de hoje.

Então, as regras que nós colocamos para a exposição de V. Ex^{as}, que seriam 20 minutos por órgão:

nesse caso, para a Marinha, 20 minutos; para o Ministério da Ciência e Tecnologia, 20 minutos, e, para o Ministério do Meio Ambiente, também 20 minutos.

Vamos dar início, então, ouvindo o Contra-Almirante Marcos José de Carvalho Ferreira, a quem concedo a palavra.

O SR. MARCOS JOSÉ DE CARVALHO FERREIRA – Muito obrigado, Senador Sérgio Souza, a quem cumprimento como Presidente desta Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas e agradeço imensamente pelo convite feito ao Proantar. Falo em nome de todos os segmentos do Proantar neste momento.

Ex^{mo} Sr. Deputado Márcio Macêdo, Sr^{as} e Srs. Senadores e Deputados, senhoras e senhores, como disse, é com grande honra e satisfação que tenho aqui a oportunidade hoje de, em vinte minutos, apresentar um pouco do trabalho que fazemos na Antártica. É um trabalho bastante grande, que já vai fazer trinta anos no próximo ano.

Vou procurar sintetizar inicialmente, na minha apresentação, uma visão geral do Programa Antártico Brasileiro. Depois, os demais oradores vão ter a oportunidade de falar um pouco mais sobre as mudanças climáticas relacionadas com o continente antártico.

Este é um roteiro. É um roteiro grande, mas pretendo ser sucinto em cada um dos tópicos.

Inicialmente, vou falar um pouco sobre o meio ambiente antártico, a importância da Antártica para a humanidade, por que estar na Antártica – muita gente pergunta –, o sistema do tratado – basicamente, o Tratado da Antártica e o Protocolo de Madri. Vou falar também sobre o Programa Antártico Brasileiro, as operações antárticas, a nossa Estação Antártica Comandante Ferraz, nossos parceiros, a situação financeira do Proantar e uma conclusão com um olhar adiante.

A Antártica é um continente de 13,8 milhão de km². Portanto, vemos que o território antártico é muito maior do que a parte terrestre do Brasil; excluindo-se a parte marítima brasileira, a parte continental é muito maior; 99% da sua superfície é coberta por gelo, com uma espessura de gelo de quase 5 km na sua maior dimensão e uma espessura média de quase 2 km de gelo sobre o continente; 90% do gelo do planeta está na Antártica, e 70% de toda a água doce.

Então, só por esse primeiro *slide*, podemos ver a grandiosidade, a importância do continente antártico.

Este mapa mostra o Brasil superposto ao continente antártico, para dar uma noção a todos que nos assistem de como o continente antártico é grande.

Aqui, fizemos um corte no continente antártico, onde está esta linha vermelha, e representamos aqui embaixo, onde esta linha é o nível do mar, e verifica-

mos que a Antártica tem algumas partes de terra acima do nível do mar, mas grande parte do que está acima do nível do mar na Antártica é gelo. É um manto de gelo, que não é um gelo fofo, é um gelo duro, e atinge altitudes muito grades.

Aqui, nesta parte da Antártica, temos algumas partes em que o território é um pouco mais elevado, mas, basicamente, a camada de gelo está em todo o continente e é bastante espessa.

Dizemos que a Antártica é a terra dos superlativos. Por exemplo, é a mais fria. Vemos aqui que a nossa estação antártica está aqui na pontinha da península, na ilha, e ela tem uma média de – 2,8°C, podendo chegar, no verão, a 4°C positivos. A mais baixa temperatura registrada na nossa estação foi – 28,8°C em 1991. Temos registros de – 89°C na estação russa de Vostok, em 1983, mas essas são as temperatura médias.

Dizemos que é o local onde há mais vento no nosso Planeta. Esse vento está muito na periferia do continente, com velocidades médias registradas de 70 km/h, e a mais alta velocidade registrada foi de 327 km/h. No passado, tivemos, na nossa estação, rajadas de vento bastante altas, de cerca de 150 km/h, mas não é muito normal. No interior da Antártica ventos menos.

A Antártica é a terra mais remota, pelas distâncias. O ponto mais próximo é a Terra do Fogo, a 880 km da península antártica; do Rio de Janeiro, estamos a quase 5 mil km, da África, a 3,3 mil km; da Austrália, a 1.980 km. São os pontos mais próximos.

É o território mais seco. O interior da Antártica é muito seco, neva pouco, há pouca precipitação, ao contrário da borda da Antártica, onde a influência do mar faz com que chova e neve bastante. O interior é muito seco.

É a região mais despovoada, é a mais desconhecida ainda, apesar das pesquisas, e, felizmente, a mais preservada do Planeta.

Então, a importância da Antártica para a humanidade: ela detém quase toda a água doce do Planeta; possui recursos minerais, enérgicos e vivos ainda incalculáveis; é um arquivo da história climática do Planeta – o Prof. Jefferson, aqui ao meu lado, vai expandir depois o assunto; regula o clima do Planeta e nos afeta diretamente; o meio ambiente antártico é o único suscetível às mudanças globais, é um bem comum de toda a humanidade, e é a última região do Planeta totalmente preservada.

Isso resume a importância da Antártica para nós todos, para toda a humanidade.

Por que estar na Antártica? O Brasil está na Antártica para assegurar participação nas decisões sobre o futuro do continente. Assim, sendo membro

consultivo do Tratado da Antártica, como o é, o Brasil tem esse direito a voto.

O Brasil desenvolve pesquisas científicas de qualidade na Antártica – o Prof. Jefferson vai falar um pouco dessa pesquisa científica de qualidade.

Do ponto de vista militar, da Marinha, realizamos apoio logístico a grandes distâncias, e é importante para a Marinha manter esse treinamento, essa capacitação. Operar em áreas inóspitas, num clima inóspito como é o da Antártica, também é bastante importante para nós, marinheiros. Precisamos estar prontos para esse desafio.

Aqui é a relação de alguns estudos gerados: “Influência e Comportamento de Correntes Marinhas na Antártica”; “Acompanhamento da Camada de Ozônio e do Efeito Estufa”; Levantamento da Existência de Recursos Minerais e Hidrocarbonetos; “Influência do Clima Antártico no Brasil”; “Acompanhamento das Mudanças Climáticas Globais”; “Pesquisa da Biodiversidade Marinha”. Eu não vou entrar muito nesse tema, porque temos pessoas muito mais gabaritadas do que eu para falar sobre a questão científica e ambiental. Então, vou mudar logo de assunto e passar ao sistema jurídico do Tratado.

Este é o arcabouço jurídico da Antártica. É um arcabouço jurídico bastante forte e tem o Tratado da Antártica, assinado em 1959 – entrou em vigor em 1961 –, como seu pilar mestre. E há outras convenções associadas: Convenção de Conservação de Focas Marinhas; Protocolo ao Tratado da Antártica sobre Proteção ao Meio Ambiente, que entrou em vigor em 1998; Convenção sobre Conservação de Recursos Vivos Marinhos Antárticos – é a questão da pesca no mar austral.

Igualmente, há Recomendações adotadas nas reuniões de partes consultivas do Tratado, que são anuais.

E uma Convenção de Regulamentação de Atividades de Recursos Minerais Antárticos que nunca entrou em vigor, porque, quando os países iriam colocá-la em vigor, resolveram fazer o Protocolo de Proteção ao Meio Ambiente, que tratou do assunto de maneira completamente oposta ao que era a tendência, na época, de se permitir a exploração de recursos minerais na Antártica, e o Protocolo veio congelar essa possibilidade.

Como disse, o Tratado foi assinado em 1959, por 12 países. Entrou em vigor em 1961. Qualquer país pode aderir ao Tratado a qualquer tempo, e, para tornar-se parte consultiva do Tratado, para ter direito a voto, é preciso desenvolver pesquisa científica de qualidade no continente antártico.

Estes são os membros originais, que assinaram o Tratado em 1959. Hoje são 48 países signatários do

Tratado da Antártica, sendo 28 membros consultivos e 20 membros não consultivos.

Antes de o Tratado ser assinado, havia uma discussão em que sete países, mais especificamente, reivindicavam parte do território antártico. Estes países que estão aqui – Argentina, Chile, Reino Unido, Noruega, Austrália, França e Nova Zelândia – reivindicavam essas fatias do território antártico por vários critérios, por teorias diversas, mas isso não vingou. O tratado foi assinado, em que ele congela as pretensões territoriais de todos os países e impede, no tratado, que outros países venham a ter pretensões territoriais na Antártica, enquanto ele estiver em vigor.

Quando falamos do Tratado da Antártica, e juridicamente falando, estamos falando de tudo que está ao sul do Paralelo 60, ou seja, não estamos falando somente do continente, mas falando também de um mar bastante interessante, uma área bastante grande, para nos posicionarmos.

O tratado é um texto curto, composto, basicamente, por 14 artigos, mas muito eficaz. Por quê? Porque é um tratado muito respeitado e tem toda uma estrutura para poder fazer com que as coisas aconteçam da maneira como devem.

Ele, basicamente, trata do uso da Antártica para fins pacíficos; diz que a Antártica não poderá ser militarizada; fala sobre a liberdade de pesquisa científica e incentiva a pesquisa científica na região; proíbe explosões nucleares, lançamento de rejeitos radioativos; facilita a cooperação internacional. Um dos pilares da Antártica é cooperação internacional que é incentivada; congelou reivindicações territoriais enquanto o tratado estiver em vigor; fala da preservação e conservação dos recursos vivos marinhos; e diz que uma conferência da revisão do tratado só poderia ser feita 30 anos depois da sua vigência, o que ocorreu em 1991, e partir daí o tratado só podia ser mudado por uma conferência de revisão, no caso, por maioria dos membros consultivos.

Até hoje, nós estamos em 2011, acabando, nenhum país do mundo nunca pediu para mudar uma linha do tratado. Então, nós podemos concluir disso aí que o tratado é um instrumento jurídico de direito internacional bastante forte, com bastante força.

O Protocolo de Proteção ao Meio Ambiente que se seguiu, que veio dar uma ênfase muito grande à questão ambiental da Antártica; com esses aspectos principais sendo tratados, prevê inspeções às instalações de todo o mundo que está na Antártica, os países podem e devem se inspecionar mutuamente; e criou um comitê de proteção ambiental que monitora esse protocolo de proteção ambiental, que tem grande atuação dentro do sistema do tratado.

Então, cada vez mais a questão ambiental na Antártica, a preservação ambiental na Antártica é cada vez mais assunto de importância e que ocupa o espaço da agenda antártica.

Como eu já disse, esse protocolo congelou a exploração mineral na Antártica e disse que uma conferência de revisão para mudar o protocolo só poderia ser feita 50 anos depois da vigência, o que vai ocorrer somente em 2048. E, além disso, mesmo que mude o texto do tratado, descongelando a exploração, tem que haver um regime jurídico específico, regulando essa exploração, para que isso aconteça. Ou seja, ainda teremos ou garantimos por um bom tempo que a exploração mineral na Antártica não será permitida.

O Programa Antártico brasileiro, muito rapidamente.

O Brasil aderiu ao tratado em 75, o programa foi criado em 82. Portanto, no ano que vem, em 12 de janeiro, estaremos celebrando 30 anos do Programa Antártico brasileiro.

Então, foi Decreto 86.830; tem modificações no texto; o último texto é de 2006, e a finalidade é “promover a realização de pesquisa científica diversificada de alta qualidade na região antártica, contribuindo para que o Brasil continue na condição de membro consultivo do tratado”.

A estrutura é essa: existe uma política antártica, assinada pelo Presidente da República; existem no alto nível três órgãos: a Cirm, do qual eu sou o secretário e o coordenador é o comandante da Marinha; recebe diretrizes políticas do Conantar.

A Comissão Nacional para Assuntos Antárticos, que é coordenada pelo MRE, que trata das diretrizes políticas para a Antártica; o Conapa, coordenado pelo MCT, que trata da questão científica e tudo isso, esses três órgãos, vamos dizer assim, dão as grandes diretrizes para o Programa Antártico.

Na execução existe uma subcomissão do Proantar e três grupos de avaliação ambiental liderado pelo MMA; operação liderada pela secretaria da Cirm, que é a de operação e logística; e assessoramento, que é a parte científica, MCT/CNPq participando. Então, isso aqui na execução do Programa Antártico Brasileiro, nas decisões de alto nível.

O MCT faz chamadas públicas para o Projeto Antártica; o CNPq faz análise do mérito científico; o MMA faz avaliação de impacto ambiental; a Marinha, por meio da Secirm, me faz a exequibilidade de logística; e o projeto é aprovado e planejado para as futuras operações antárticas.

Sobre a Operação Antártica, a nossa primeira ocorreu entre 82/83; dois navios participaram, o navio da Marinha, Barão de Tefé, e o navio da USP, o

Professor Besnard, foi um marco histórico no nosso programa antártico.

Em setembro de 83 o Brasil se tornou parte consultiva do tratado, muito rapidamente, depois que fez o programa antártico. Em 83, o primeiro pouso do avião Hércules ocorreu na Antártica. Em 86, na quarta operação antártica, já estávamos ocupando a Estação Antártica Comandante Ferraz durante todo o ano, pois até então somente no verão.

Então, basicamente, isso é uma operação antártica, existe o período de inverno, com pouca movimentação de pessoal, material; basicamente a estação é abastecida com material lançado por paraquedas pelos aviões da FAB; e, no verão Antártico, de novembro a março, grande atividade, grande movimentação de pessoal, matéria, pesquisa, helicópteros, dois navios – como vou mostrar daqui a pouco – aviões etc.

Os limitadores são: vagas na estação, a estação não é muito grande; navios e vôos de apoio também, a demanda de pesquisa é muito grande; o mar se congela determinadas partes; e as condições climáticas adversas são os grandes limitadores para se fazer as operações antárticas anualmente.

Temos aí hoje o navio de apoio oceanográfico Ary Rongel e navio polar Almirante Maximiano, esse adquirido em 2008, foi reformado, esse muito bom para logística e esse outro muito bom para pesquisa; levam cada um dois helicópteros biturbina, que ficam na Antártica cerca de seis meses por ano; mais ou menos 50 vagas para pesquisadores nos dois navios, dotados de laboratórios de pesquisas e outras facilidades.

Onde está a Estação Antártica Almirante Ferraz? Pode passar.

Estamos aqui ressaltando a Península Antártica. Na Península Antártica temos um conjunto de ilhas. Aquele conjunto de ilhas está aqui representado; aqui a Baía do Almirantado, onde aqui dentro estamos; Ilha Rei George; aqui está a Ilha Rei George e a Península Kelly, onde, aqui na pontinha, está a nossa estação na Baía do Almirantado. E, agora, uma foto: Ilha Rei George, Península Kelly – a nossa estação está aqui.

A primeira ideia de estação era essa, um conjunto de **containers**, esse conjunto de oito **containers** que foi instalado em 84. Os senhores vão ver uma foto agora mais recente.

Aqui, a nossa estação como ela é hoje, com mais de dois mil metros quadrados, composta por alojamentos, sala de estar, biblioteca, cozinhas, oficinas, paióis, laboratórios, enfermarias, acomodações para cerca de seiscentas pessoas.

Nosso parceiro – estamos terminando, Senador –, dez vôos por ano fazemos; sem a contribuição da Força Aérea Brasileira não teríamos Programa Antártico.

co; sete vôos no verão e três vôos no inverno, lançando cargas por meio de paraquedas. Temos uma estação de apoio antártico em Rio Grande, com um convênio com a Fundação Universidade Federal do Rio Grande, a Furg, que desde 83 guarda, mantém e distribui todo o material de apoio do Proantar. E, com isso, quando o avião vai para a Antártica, passa, na ida e na volta, para as pessoas pegarem os seus investimentos de frio, os seus equipamentos apropriados ao ambiente antártico.

Outro grande parceiro de primeira hora é a Petrobras. Desde o início do programa, sem a Petrobras também teríamos grande dificuldade de conduzir a Operantar, o Programa Antártico, a qual fornece todo o combustível usado nas operações à Marinha, à FAB e à Estação Antártica também.

Temos cooperação com pesquisa sobre energia também, equipamentos, tanques novos que nos foram fornecidos. Eu vou mostrar, mais adiante, outro projeto agora, que é este: está em andamento agora um sistema de abastecimento de combustível por dutos, de um navio sendo ligado por um duto à estação para bombear o combustível. Isso vai diminuir muito o risco ambiental de abastecer a estação e aumentar a velocidade de abastecimento enormemente, de modo que os navios fiquem mais liberados para fazer pesquisas no mar e menos ocupados com a logística da estação.

Então, aqui é uma visão: é o duto que tem de descer por causa do gelo que há aqui na superfície e que vai direto. E esperamos que, até março do ano de 2012 agora, possamos concluir esse projeto com sucesso. Mais uma vez, é a Petrobras nos ajudando muito.

Uma cooperação agora é a Vale Soluções em Energia, a empresa que é Vale mais BNDES, Petrobras e Cirm, fazendo um experimento de instalação de motogerador movido a etanol na Antártica, para geração de energia elétrica na Antártica, com redução de 68% da emissão de CO₂, não a emissão de composto de enxofre e material particulado e redução de 50% do ruído.

Essa é uma cooperação recentíssima. Estamos, neste momento, levando esse material para a Antártica nos navios antárticos que estão indo para a Antártica agora, e nós vamos comprovar a eficiência do uso do etanol em climas frios. É um mito que o etanol não funciona. Esse etanol é o etanol padrão ANP da bomba do posto, não é o etanol aditivado.

E seremos, se isso tudo der certo, o primeiro país a utilizar biocombustível na Antártica. Nós temos outras estações modernas na Antártica de outros países, com energia eólica, mas com biocombustível não temos notícia. Seremos os primeiros.

Essa é uma foto do gerador que está sendo levado para a Antártica neste momento, a bordo de um dos nossos navios.

Por favor.

Então, é um projeto muito interessante, que já tem saído nos jornais.

Menos: foi muito, foi muito!

Eu sei que o meu tempo já acabou, mas...

Outro parceiro é a Oi, que desde 2006 nos permite comunicações seguras com a estação: telefone celular, como se do Rio de Janeiro estivéssemos ligando. Liga-se para a estação e fala-se com o comandante da estação como se estivesse aqui, no prédio do lado.

Então, é um parceiro também que a gente não pode deixar de mencionar.

Por favor, mais um.

E a Frente Parlamentar de Apoio, que também tem dado muito apoio não só à questão financeira, mas também à divulgação do programa. O Senador esteve recentemente lá na Antártica e se tornou um dos nossos fãs do Programa Antártico. E a Frente tem sido muito importante para a gente.

Então, já estamos terminando.

Em 2010, tivemos um orçamento, recebemos, para manter o Programa Antártico, 8,5 milhões. Isso, sem contar os investimentos do CNPq e do MCT para financiamento de pesquisas, o monitoramento de mudanças climáticas do MMA e a manutenção dos navios, dos helicópteros e dos aviões, que saem com os recursos financeiros da Marinha, além do combustível que a Petrobras nos cede.

Ou seja, sem contar isso, nós tocamos a Operação Antártica com 8,5 milhões em 2010; 7 milhões em 2011.

Infelizmente, os Deputados e os Senadores aprovaram emendas – em 2011, 5,9 milhões individuais e 5,71 milhões de emendas de comissões no ano passado –, mas, infelizmente, não tivemos nada liberado pelo Executivo até o momento, e seria bastante interessante se tivéssemos esse reforço, ou pelo menos de parte dele, para podermos avançar mais e melhor.

E, finalmente, o meu último *slide*, eu coloco um olhar adiante: estamos concluindo, até o final deste ano, um grupo de trabalho de planejamento estratégico do programa a fim de olhar adiante para o programa nos próximos 10 anos e passarmos a planejar-nos melhor, a preparar-nos melhor para o futuro na Antártica. E conseguimos, este ano – está no Congresso, neste momento, para aprovação – pela primeira vez, colocar o mar, a zona costeira e a Antártica num programa temático, dentro da nova estrutura do PPA 2012/2015, o que deu à questão do mar e da Antártica, dentro do planejamento de Governo, uma importância e um nível

diferenciado. Certamente, daqui a pouco, o PPA estará sendo aprovado e nós poderemos dar destaque às nossas metas do Programa Antártico, inclusive, e do mar, dentro do PPA.

Então, eu agradeço e peço desculpas, Senador. Foi muito rápida a síntese do Programa Antártico.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Eu é que agradeço a V. Ex^a, Contra-Almirante Marcos.

O tempo realmente é curto, mas V. Ex^a soube bem aproveitá-lo, colocando as atividades do Brasil, mas, principalmente, as atividades da Marinha no Continente Antártico, no Programa Proantar.

E quero também agradecer a V. Ex^a, Contra-Almirante, porque eu tive oportunidade, a convite da Marinha, de estar recentemente no Continente Antártico. Não tive o prazer de estar na estação brasileira, na Estação Comandante Ferraz. Como bem V. Ex^a colocou, neste período, que é o período do inverno, não estão lá os navios brasileiros, que dão apoio à logística necessária para o traslado entre a estação chilena, onde aporta o navio brasileiro, e a estação brasileira, a Estação Comandante Ferraz.

Eu agradeço a V. Ex^a pela brilhante exposição.

Dando continuidade, vamos passar...

Fizemos uma pequena alteração aqui.

Então, nós vamos ouvir, agora, o Dr. Jefferson Cardia Simões, que fará a sua explanação aqui, neste ato, representando o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Por favor, V. S^a tem a palavra, Dr. Jefferson.

O SR. JEFFERSON CARDIA SIMÕES – Obrigado, Senador Sérgio Souza. Obrigado, Deputado Márcio Macêdo.

Agradeço o convite ao MCTI, que eu estou representando aqui, nesta Comissão. Também represento o Dr. Carlos Nobre, Secretário de Políticas e Programa de Pesquisa e Desenvolvimento do próprio MCTI.

Seria interessante, e peço licença para falar em pé, porque tenho mais facilidade – mania de professor. Eu estou aqui também como representante do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas, no qual eu atuo exatamente em relação ao tema antártico.

A minha tentativa aqui, em 20 minutos, é mostrar exatamente as conexões Antártica, mudanças climáticas e o Brasil. E cada vez mostrar que nós não podemos mais viver no mito do continente isolado e, muito menos, longe do Brasil.

E eu gostaria de mostrar alguns pontos que mostram essa inter-relação, colocando algumas coisas importantes para esta Comissão para as nossas dis-

cussões da Rio+20 e também para as negociações dos próximos protocolos ambientais.

Então, nós temos um continente prístino, que amplia os sinais de mudanças climáticas – eu vou mostrar algumas evidências que são os sinais mais fortes que nós temos em todo o Planeta, principalmente na questão de aquecimento atmosférico – e que guarda o melhor registro das relações climáticas e da química atmosférica do passado, essencial se nós quisermos fazer uma avaliação do estado do ambiente planetário e suas possíveis consequências devido à ação antrópica.

E o primeiro mito que eu sempre gosto de fazer o propósito de destruir é o de que a Antártica não é longe; ela é muito perto. O meu Estado está mais perto da Antártica do que Roraima. São mais afetados os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná pelo sistema climático antártico do que o sistema amazônico.

Hoje, nós temos o entendimento profundo – e esta seria a grande diferença de 30 anos atrás – de que o sistema climático é único e indivisível e a Antártica tem papel tão importante quanto a Amazônia na circulação geral da atmosfera do oceano.

O que eu estou dizendo é que nós só vamos entender o clima brasileiro e melhorar a previsão climática se nós entendermos o papel da Antártica principalmente como formadora das correntes oceânicas e também como a grande sorvedora da grande massa fria que nós temos no Planeta Terra, que controla a nossa circulação atmosférica e os nossos oceanos.

Eu não vou repetir algumas informações que obrigatoriamente o Marcos José já apresentou, mas só gostaria de dizer que, enfatizando aqui a relação Brasil/Antártica e o tamanho de alguns Estados com essa imensidão, somado com o oceano polar, que também faz parte dos estudos ambientais e climáticos do Proantar, nós estamos tratando com 10% do Planeta Terra. São cerca de 50 milhões de quilômetros quadrados. A ação do Programa Antártico Brasileiro, coordenado pela Secirm, nos dá direito de defender os nossos direitos e nossas posições em 10% do Planeta Terra e uma das partes essenciais no ambiente planetário.

Mais importante: não podemos esquecer que, ao redor da Antártica, nós temos o fenômeno climático ambiental de maior variação sazonal no mundo, que é a variação do mar congelado, que vai de 1,8 a 18 milhões de quilômetros quadrados, às vezes ultrapassando isso, e que nós sabemos ser essencial no controle, por exemplo, das friagens que penetram, muitas vezes, até o sul da Amazônia.

As massas de ar frio que controlam todas as nossas condições climáticas no Estado brasileiro, principalmente durante o inverno, e que muitas vezes con-

trolam a nossa produtividade agrícola – basta lembrar que o aumento das friagens, das frentes frias, durante a década de 70, acabou com a cultura cafeeira ou reduziu muito a cultura cafeeira no Paraná –, se nós não integrarmos isso nos modelos climáticos, e essa variação do gelo marinho e exatamente o que vocês podem observar aqui é essa circulação atmosférica, onde esses ciclones, volta e meia, escapam e penetram a América do Sul chegando até o sul da Amazônia, nós não teremos modelos climáticos adequados. O próprio Inpe, o próprio Dr. Carlos Nobre e vários colegas decidimos integrar agora – é o próximo passo – nos modelos do clima do Brasil a variação do gelo marinho, a variação do clima antártico. Só então nós vamos ter cenários melhores.

E também, pelo outro lado, nós já sabemos, já temos evidências de que nossos poluentes – polens, insetos, também micro-organismos brasileiros – são transportados para a Antártica. O que estou falando nós já conseguimos observar, inclusive sinais da poluição industrial na Antártica, provinda da América do Sul, muito menos da África, e também da Austrália.

Então, nós temos que fazer essa inclusão nesses dados.

Eu gostaria de tratar de alguns pontos: se nós abordarmos a questão do ozônio estratosférico, o buraco ou a carência de ozônio nas duas regiões polares ainda é muito forte. Nós só temos previsão de redução, de diminuição desse buraco, dessa camada com carência por meados desse século ou mesmo por 2060, 2080.

Nossa preocupação maior, ao contrário do que a imprensa noticia, não é o impacto direto na humanidade e, sim, no fitoplâncton, a base da cadeia alimentar e a base do sequestro de carbono, ou seja, o pulmão do mundo, que é facilmente atingido pelo aumento da radiação ultravioleta. Então, a questão da preservação da camada de ozônio, que, infelizmente, este ano, bateu recorde no Ártico, é essencial para a sobrevivência do Planeta Terra.

A Antártica aguarda o melhor registro da variação climática e da química atmosférica do Planeta, e foram essenciais para as conclusões do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da ONU, o IPCC de 2007 – e agora, para o próximo, também foram essenciais – as conclusões dos testemunhos de gelo, para as quais vou chamar a atenção, para as negociações do Protocolo de Kyoto e outros.

Ou seja, o gelo da Antártica não é água congelada e, sim, formado pela precipitação de cristais de neve que carregam toda a química atmosférica do passado. Isto é, os cientistas furam, obtêm cilindros, fazem uma série de análises climáticas, e hoje nós conseguimos

contar detalhadamente a história climática e da variabilidade ambiental, o impacto humano ao longo dos últimos três, quatro mil anos, e conseguimos retroceder até 800 mil anos nos dados climáticos.

Eu não vou entrar em detalhes, aqui não é o objetivo, sobre todas as informações que nós conseguimos conquistar do gelo da Antártica com esses testemunhos, mas eu tenho que enfatizar um resultado que é essencial para esta Comissão: quais as evidências de aumento artificial das concentrações de gases estufas, dos três gases estufas principais, o dióxido de carbono (CO_2), o CH_4 e também o N_2O . Se nós olharmos as medições feitas na atmosfera – nós só começamos em 1957, 1958 – aparece um gráfico que nos mostra esse aumento de cerca de 30% no CO_2 , no dióxido de carbono, mas, se eu mostrar, certamente, para o Sr. Senador e para um tomador de decisão que eu só tenho esses dados, ele não vai estar muito feliz com essa informação. Eu tenho 50 anos de dados. Como é que eu vou informar e obter mais informações? Com as amostras de neve e gelo da Antártica, eu vou poder analisar as bolhas retidas no gelo antártico e obter um gráfico muito mais interessante em termos de decisões políticas, que é o aumento claríssimo, por essas amostras de gelo da Antártica, de mais de 40% no CO_2 . Cabe registrar que hoje, infelizmente, nós estamos aqui, fora dessa escala, 390.

Então, os testemunhos de gelo da Antártica comprovam, evidenciam que nós aumentamos, desde o início da Revolução Industrial, 40% do CO_2 , 150% na concentração do metano, e 20% na concentração do N_2O , os principais gases estufas. Isso, é claro, tem consequências na intensificação do gás estufa. Se isso não bastasse, através das amostras de neve e gelo da Antártica, nós temos claramente que as maiores concentrações de CO_2 ao longo dos últimos 800 mil anos são exatamente as dos últimos 50 anos. Indubitável a evidência de que nós mudamos a composição atmosférica. Aqui vocês podem ver a variação do CO_2 ao longo de 800 mil anos e aqui salta, isso aqui é o presente, salta para cá, fora da escala, são 390 ppmv, que é uma concentração em partes por milhão por volume.

Mas nós já temos outros registros. Poluição. Esse é um trabalho iniciado pela comunidade antártica brasileira exatamente para tentar ver se queima da biomassa já está registrada na Antártica. Eu peço que olhem só o gráfico de baixo, o outro é só para nossa datação. O que estamos vendo em vermelho é o número de queimadas na América do Sul e, em preto, a concentração, nas amostras de neve e gelo da Antártica, de **black carbon**, um subproduto da queima de biomassa. E fica claro que picos de queimadas da América do Sul representam já transporte de material

carbono e que alteram todo o balanço de energia do Planeta para dentro da Antártica. Existe evidência de aumento anômalo de temperatura na atmosfera da Antártica? É claro. Sempre se lembra do registro global de aumento de 0,8°C em 140 anos, mas, na Antártica, é muito mais intenso na península antártica; em alguns lugares esse aumento foi de 3°C em 60 anos. Essa área toda está aquecendo, e é aqui que vamos obter os sinais de mudanças do clima. E aqui é muito mais ameno, e desculpe a palavra errada, porque aqui nós vamos ter -90°C na estação chinesa, que é o polo, o lugar mais frio. E para isso eu gostaria de chamar a atenção, aproveitando o ensejo: dos Brics, o Brasil é o país que menos investe na Antártica, e a China, hoje, é o segundo país que mais investe na Antártica, colocando a estação, inclusive, no polo frio do mundo, aqui, no Domo A.

Então, nas últimas quatro décadas, nós observamos o aquecimento da península antártica propriamente dita e quais são as consequências ambientais. O que nós temos? Estamos observando desintegração das plataformas de gelo, que é a parte flutuante da cobertura de gelo da Antártica; retração de geleira, 90% das geleiras já retraíram; aceleração da velocidade, elas estão indo cada vez mais rápido para dentro do mar; aumento da temperatura em toda a costa oeste da Antártica, como eu falei, em alguns lugares de até 5 graus, e redução do gelo marinho. Mas isso é uma realidade somente para a península antártica, o resto do continente é estável. Para quem não entendeu: a área desse Estado de Sergipe, em plataformas de gelo, perdemos, mais de 25.000km², em 20 anos; toda essa área aqui, inclusive, já se foi, desde 2004, 2005. Uma área desse gelo maior do que o Estado de Sergipe foi perdida e está se transformando.

Como isso afeta o nível do mar? Vai afetar o nível do mar global, inclusive do Brasil. Contrariamente aos mitos dados pela imprensa, não são as calotas polares que estão derretendo. O manto de gelo da Antártica é muito estável e muito frio, mas o gelo da península antártica está contribuindo de cerca de 10% a 20% do aumento do nível do mar. É só cerca de 0,15mm por décadas. A maioria da contribuição do aumento do nível do mar, que é o 0,75 do gelo do Planeta que está derretendo, está nessas áreas vermelhas. Como vocês podem ver, a maioria das regiões é fora das regiões polares e, é claro, uma área muito sensível onde está também nossa Estação Antártica Comandante Ferraz, logo ao norte, que é a península antártica.

Isso representa um aumento entre 18 a 59 cm no nível do mar até 2100. Nós, inclusive, estamos revisando, para o painel brasileiro e para o IPCC. Em casos extremos de colapso de parte da Antártica, até

um metro, não mais do que isso, seria o aumento do nível do mar até 2100. É claro que têm consequências em trilhões de dólares. Resumo: nos próximos 90 anos, o que nós esperamos para a Antártica? O buraco de ozônio diminuirá? A área, do mar congelado vai perder cerca de um terço e isso implica, na verdade, o aumento do gelo da Antártica – e não a diminuição –, porque vai cair mais precipitação? Ou seja, o aquecimento global às vezes tem efeitos diferentes do esperado? A temperatura média da superfície do continente deve aumentar em três graus? Mais gelo vai derreter na península? Contumaz a contribuição pequena para o nível do mar... O oceano Austral já está aquecendo e vai aquecer mais meio grau a um grau centígrado e isso afeta as correntes oceânicas superficiais e é claro afetar a produtividade e a distribuição geográfica de espécies de fauna e flora Antártica.

Eu creio que o grande desafio da Comunidade Antártica Brasileira é integrar a variedade climática de todos os continentes em nossos modelos e examinar – e fazer cenários – para o ambiente brasileiro. Como o gelo da Antártica vai responder à variação climática, o que isso implica para a cadeia alimentar, para a biota como um todo, e quais são as consequências no dia a dia, no cotidiano do brasileiro.

Encerrando, eu só gostaria de lembrar aqui que as ações do MCTI para a questão do papel da Antártica na mudança do clima são por intermédio de dois institutos nacionais de ciência e tecnologia: o Instituto de CIT Antártica e Pesquisas Ambientais, que meu colega Edson Rodrigues vai falar um pouquinho e aproveitará também para falar sobre o impacto na biota, o Instituto de Ciência e Tecnologia da Criosfera, que está interessado com a variabilidade de toda massa de gelo e como ela controla a circulação atmosférica e oceânica em todo o planeta – e que inclusive envolve o Ártico. Este é um ponto a que eu gostaria de chamar atenção da Comissão: a questão ártica está se tornando cada vez mais premente, não só pela questão das mudanças ambientais que está trazendo para o Ártico, mas as consequências econômicas, principalmente na procura de hidrocarbonetos dentro do Ártico e as consequências geopolíticas.

Finalmente, não podemos nos esquecer a grande diferença, para a comunidade científica, que foi a emenda de nossa Frente Parlamentar, em prol do Proantar, especificamente para a ciência, e que possibilitou o financiamento de 19 projetos. Eu gostaria, então, para encerrar, de mostrar exatamente a situação financeira da ciência Antártica, que é diferente do programa como um todo. Nós vamos ver que sempre tivemos recursos pálidos, vindos do CNPq. Tivemos ações isoladas do MMA, principalmente no período 2002-2007, quando

houve um aporte substancial de recursos, chegando – em um ano – a quase quatro milhões. Aí, o grande salto da ação do MCT nos INCTs e aqui esse pico é a Frente Parlamentar em prol do Proantar que alocou recursos especificamente para a ciência e tecnologia Antártica, principalmente na questão das mudanças do clima.

Eu encerro, então... Só para mostrar que nós conhecemos pouco deste planeta Terra, o continente antártico, esses dois quilômetros de gelo. Para quem não entendeu o que significa isso, 25 milhões de quilômetros quadrados, se eu trouxesse todo o continente Antártico e botasse todo o gelo no Brasil, nós teríamos uma camada homogênea de três quilômetros de gelo. Evidentemente, isso afeta e controla todo o sistema ambiental global. É muito gelo! Mas, embaixo desse gelo, nós já descobrimos 170 lagos e que, provavelmente, exista vida lá no fundo que se desenvolve há milhões de anos (quatro/cinco milhões de anos), isoladamente. E a grande descoberta dos últimos quatro anos, principalmente nos período que nós chamamos de Ano Polar Internacional, foi entender que embaixo desse gelo, ligando todos os lagos, nós temos uma bacia de circulação de água maior que a bacia amazônica. Esses lagos (grande parte) estão interconectados e levam essa água doce e fria para os oceanos. O que eu quero dizer com isso é que, muitas vezes, quando nós estamos mexendo com o ambiente planetário, nós não estamos sabendo nem o que estamos fazendo e não conhecemos ainda, profundamente, esse ambiente.

Obrigado pela atenção. Além de eu estar representando o MCTI, eu sou diretor do novo Centro Polar Climático, da Federal do Rio Grande do Sul, e também o Coordenador-Geral da Rede INCT da Criosfera.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado a V. Ex^a, Professor Jefferson. Muito do que o senhor colocou hoje aqui, pra mim, é novidade. Meus parabéns, principalmente por essa questão da bacia subterrânea existente no Continente Antártico. Maior, inclusive, do que a bacia amazônica. Para mim, isso é novidade. É a primeira vez que estou ouvindo isso e tenho certeza de que esses descobrimentos são frutos dos investimentos que o Governo brasileiro tem feito e também muito daquilo que essa Frente Parlamentar do Congresso Nacional tem ajudado nesse programa.

Dando continuidade a nossa audiência pública, passo a palavra ao senhor Edson Rodrigues, pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Antártica de Pesquisas Ambientais. Por favor, Sr. Edson.

O SR. EDSON RODRIGUES – Obrigado. Na pessoa do Senador, cumprimento todos os presentes.

Também gostaria de agradecer o convite do Ministério do Meio Ambiente.

Peço licença porque vou ter que colocar minha apresentação, que foi feita em outro formato. Peço também licença para apresentar em pé.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Enquanto o professor Edson coloca sua apresentação em nosso painel, eu gostaria de agradecer a presença de todas as senhoras e todos os senhores, em especial do Deputado Márcio Macêdo, que é nosso Relator da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas. Esta Comissão tem, por fundamento, fazer todo o acompanhamento das atuações governamentais, no que diz respeito às mudanças climáticas, mas também tem por objetivo ouvir toda a sociedade científica e aqueles que se preocupam com mudanças climáticas para que possamos, ao final dos trabalhos deste ano, consolidar isso tudo em um relatório para que venha a pautar, não só o Congresso Nacional, mas também ao Governo.

Passo, então, a palavra ao professor Edson Rodrigues, representante do Ministério do Meio Ambiente.

O SR. EDSON RODRIGUES – Boa-tarde a todos. Eu sou professor da Universidade de Taubaté e participo do Programa Antártico Brasileiro, desde 1994: a Operação Antártica III. Hoje, sou pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Antártica de Pesquisas Ambientais, que é coordenado pela professora-doutora, Yocie Yoneshigue Valentin. Infelizmente, a professora Yocie não pôde comparecer, está fora do País, e solicitou-me que a representasse. Eu agradeço também à professora Yocie por essa oportunidade.

Nós temos vários parceiros, obviamente, a Secirm, de longa data, Frente Parlamentar, CNPq, Faperj, MCT, Capes, mas nosso grande parceiro e uma das instituições que participa do INCT-APA é o Ministério do Meio Ambiente.

Como meu colega Jefferson já colocou, nós vamos tratar mais a questão da biota e da questão do monitoramento ambiental na Antártica. O próprio professor Jefferson já mencionou que é a região mais preservada do planeta. Quanto a isso, nós não temos dúvida.

Na década de 80, começaram a surgir algumas preocupações com relação à poluição da região, uma poluição pontual, localizada. O marco foi, na realidade, o naufrágio do navio Baía Paraíso, próximo da Estação Palmer, em 1989. Isso resultou em um vazamento de óleo diesel de 600 mil litros. Outros pequenos naufrágios com vazamentos também ocorreram na região, e tudo isso suscitou questões sobre a importância do monitoramento ambiental na Antártica, o que culminou com o Protocolo de Madri, que foi assinado em 1991.

Posteriormente ao Protocolo de Madri, ocorreu uma série de reuniões técnicas, que resultaram num manual técnico de monitoramento ambiental, mas de monitoramento químico – então, na realidade, prevendo apenas o monitoramento químico da região. Nessa lacuna do monitoramento químico é que surgiu a iniciativa do MMA e do INCT-APA de ampliar essa questão do monitoramento e, nesse sentido, o Brasil é pioneiro, porque nós estamos integrando hoje, através de uma malha de pesquisa, o monitoramento químico junto com o monitoramento físico e biológico, tentando entender o impacto dessa poluição sobre os organismos desse ambiente.

É importante ressaltar que o ecossistema antártico é muito frágil. A sua base alimentar é fundada num pequeno crustáceo chamado krill antártico, que é a base dessa cadeia alimentar. Direta ou indiretamente, todos os organismos antárticos se alimentam desse pequeno crustáceo, principalmente os vertebrados antárticos. Por exemplo, a foca-leopardo não se alimenta diretamente do krill, mas ela se alimenta de peixes que, por sua vez, alimentam-se do krill.

Também é bom ressaltar que esses organismos aqui evoluíram sob temperaturas muito baixas e estáveis – não são temperaturas apenas baixas, mas também estáveis. Por exemplo, a temperatura da água do mar em algumas regiões da antártica, no inverno, é de $-1,9^{\circ}$ e, no verão, é de $-1,5^{\circ}$. Então, a variação de temperatura da água do inverno para o verão muitas vezes não ultrapassa meio grau. Em regiões mais quentes da Antártica, isso chega a $1,5^{\circ}$ ou $1,6^{\circ}$ de variação de temperatura.

Então, esses organismos aqui são muitos sensíveis a mudanças de temperatura, e é aí que entra a questão do monitoramento biológico: eles certamente podem servir como indicadores de mudanças climáticas globais. Se nós queremos entender como essas mudanças vão afetar outras regiões do Planeta, seria interessante nós conhecermos um pouquinho o efeito dessas mudanças nesses organismos.

O seguinte, por favor.

Como já foi mencionado aqui, uma parte da Antártica está sofrendo um aquecimento acelerado. Na realidade, existem três regiões no Planeta que aquecem mais rapidamente do que o restante das regiões. É o Pólo Norte – o Pólo Norte não é um continente, mas apenas uma massa de gelo sobre o mar –, uma região central na Sibéria e a região da Península Antártica. Como já foi mencionado pelo Almirante, a nossa estação se encontra na ponta da Península Antártica, que é uma região crítica em termos de aquecimento e um excelente laboratório para que nós possamos

entender um pouquinho esse impacto da variação da temperatura sobre esses organismos.

Como também já foi mencionado pelo professor Jefferson, a formação de gelo marinho, ou seja, gelo sobre a superfície do mar, acaba impulsionando essas correntes oceânicas, e essas correntes oceânicas funcionam como a serpentina de um refrigerador, controlando a temperatura do Planeta. De qualquer maneira, essa é uma região de extrema importância em termos de estudos de alterações climáticas.

O seguinte, por favor.

Para que os senhores possam entender um pouquinho a respeito do impacto da temperatura sobre a vida desses organismos, este gráfico mostra a temperatura do mar da Antártica nos últimos sessenta milhões de anos. Ou seja, sessenta milhões de anos atrás, a temperatura do mar estava em torno de 18° , 20° , um mar subtropical. A Antártica veio esfriando lentamente até os dias de hoje, em que temos a temperatura da água do mar por volta de $-1,86^{\circ}$. Se nós considerarmos essa variação de temperatura nos últimos cinquenta anos, isso representa uma queda de temperatura ou um resfriamento da ordem de $0,03^{\circ}$ a cada cem mil anos.

Se nós levarmos em consideração os últimos dois milhões de anos, quando essa temperatura declinou de forma mais acentuada, temos $0,25^{\circ}$ a cada cem mil anos. E se nós levarmos em consideração a previsão que foi colocada aqui pelo colega, de que a temperatura da água do mar deve aumentar até o final do século de $0,5^{\circ}$ grau a 1° , isso representa um aquecimento acelerado. O homem interfere no ambiente acelerando os processos naturais, temos de ter consciência disso. E é isto que nós estamos observando: nós estamos acelerando um processo.

Vou mostrar um pouco aqui a estrutura do INCT-APA, lembrando que esse instituto teve sua origem em grupos de pesquisa que começaram suas atividades na década de 80.

Então, aqui, nós temos a década de 80. Todo o programa antártico era fomentado pela Marinha do Brasil, pela Secirm, ou seja, tanto a parte logística quanto a científica. Posteriormente, a parte científica migrou para o CNPq, na década de 90, e aí tivemos núcleos de excelência. A partir desses núcleos de excelência, surgiram duas grandes redes temáticas, conhecidas como Rede 1 e Rede 2, que já tinham o objetivo de monitorar o ambiente antártico. Isso evoluiu para os projetos do Ano Internacional no ano de 2007-2008, que originaram posteriormente o INCT-APA.

Bem, entre os objetivos do INCT-APA está o de se tornar um instituto de referência em pesquisa ambiental na Antártica e o de preservar a Antártica como

um bem da humanidade. Esses são os dois grandes objetivos do INCT.

O seguinte.

O INCT, na realidade, funciona como uma grande malha, uma malha de pesquisa que integra informações do ambiente atmosférico, que chamamos de Área Temática 1 – por exemplo, o monitoramento do buraco de ozônio e os efeitos da radiação ultravioleta sobre o ambiente marinho. A Área Temática 2 monitora o ambiente terrestre, tanto vegetação quanto a questão de aves, que são aves marinhas, mas aqui nós tratamos como ambiente terrestre.

E aqui nós temos o monitoramento do ambiente marinho. Todas essas informações são utilizadas para o monitoramento ambiental dentro de uma Área Temática 4, que procura entender como a atividade antrópica estaria interferindo no ecossistema antártico.

O seguinte, por favor.

Com isso, nós esperamos entender um pouquinho ou conhecer o passado da Antártica, entender o presente, as mudanças que estão ocorrendo no presente, e prever um pouquinho o futuro.

É sempre bom lembrar que monitorar a Antártica é importante, mas nós temos na Antártica uma biodiversidade que está sendo vista por um outro viés, por um outro ângulo.

Por exemplo, peixes antárticos têm um sangue que não congela em temperaturas abaixo de zero, e o não-congelamento do sangue desses peixes em temperaturas abaixo de zero deve-se à presença de proteínas anticongelantes, que hoje estão sendo vistas do ponto de vista biotecnológico como uma possibilidade de criar, por exemplo, alimentos transgênicos que possam ser conservados em temperaturas mais baixas. Então, existe toda uma questão em discussão, na realidade, a bioprospecção de princípios ativos que poderiam trazer, de alguma forma, algum tipo de melhoria para a humanidade.

Obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Professor Edson Rodrigues. Transmite à Sr^a Mônica Brick Peres, que é a Gerente de Biodiversidade Aquática e Recursos Pesqueiros, os nossos sinceros agradecimentos pela deferência de estar presente neste momento nesta comissão.

Na sequência, concedo a palavra à Sr^a Jaqueline Leal Madruga, que é Analista Ambiental da Gerência de Biodiversidade Aquática e Recursos Pesqueiros, representando também aqui o Ministério do Meio Ambiente.

A SRA. JAQUELINE LEAL MADRUGA – Obrigada, Senador Sérgio Souza, Deputado Márcio Macêdo, demais membros da Mesa e convidados.

Sou Analista Ambiental do Ministério do Meio Ambiente e atualmente atuo como ponto focal do segmento ambiental do Proantar, que se encontra na Gerência de Biodiversidade Aquática e Recursos Pesqueiros, que está vinculada à Secretaria de Biodiversidade e Florestas do ministério. O Proantar está atualmente nessa gerência, mas, em outros momentos da estruturação do ministério, já estive na Secretaria de Mudanças Climáticas.

Como já foi exposto anteriormente, o segmento ambiental do Proantar tem como meta principal atender os compromissos assumidos pelo Estado brasileiro em função de todas as convenções, tratados e protocolos do sistema do Tratado Antártico, mais especificamente – é o carro-chefe da nossa atuação no segmento ambiental –, o Protocolo de Madri, que também já foi exposto anteriormente.

Por favor, a próxima.

Esse protocolo entrou em vigor em 1998.

Pode passar, por favor.

Ele tem, em seu artigo 2º, o objetivo e a designação do protocolo:

“As Partes comprometem-se a assegurar a proteção global ao meio ambiente antártico e aos ecossistemas dependentes e associados e, por este Protocolo, designam a Antártica como reserva natural, consagrada à paz e à ciência”.

No âmbito do Proantar, em 1997, foi criado o Grupo de Avaliação Ambiental, que é o Gaam, que represento aqui. Esse grupo, ao lado do Grupo de Assessoramento e do Grupo de Operações, integra o nosso programa. Aqui estão os três segmentos principais: a logística, a parte científica e a parte ambiental.

O Gaam é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente. A atual Coordenadora do Gaam é a Dr^a Ana Paula Prates – ela pede desculpas por não estar presente; a agenda anteriormente assumida a impediu de estar aqui –, que pediu que eu a representasse. Ele é integrado por representantes do Ministério de Relações Exteriores, Ministério da Educação, Marinha, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e pelos coordenadores do Grupo de Operações e do Grupo de Assessoramento. O Gaam aponta os meios para prevenir, minimizar e evitar os impactos das atividades no meio ambiente antártico. Toda a operação brasileira tem de seguir as orientações do Protocolo de Madri, e o Ministério do Meio Ambiente, através do Gaam, tenta fazer com que nós atendamos essa demanda da melhor forma possível.

A estação brasileira já tem trinta anos. Várias questões relacionadas à sua implantação e à sua

própria gestão não estão, digamos, 100% adequadas. Agora a gente está começando a implementar o sistema de gestão ambiental na próxima operação. Há inclusive outras questões de que o Almirante já falou anteriormente. O Ministério do Meio Ambiente atua assessorando o Programa Antártico nessas adequações da nossa base, nas questões relacionadas à logística necessária para que se possa desenvolver a ciência na Antártica.

Dentre as atribuições, a que vou ressaltar, digamos, como carro-chefe do Ministério do Meio Ambiente, seria a avaliação dos impactos sobre o meio ambiente antártico referente às atividades de pesquisa científica, operacionais, de apoio logístico, de turismo e a quaisquer outras, governamentais ou não, inclusive com relação às mudanças ocorridas nas atividades já em desenvolvimento.

Grande parte do trabalho do grupo de avaliação ambiental, na primeira etapa do ano, é receber todas as propostas dos cientistas em relação aos seus trabalhos de campo, que passam por um processo de avaliação ambiental que envolve um número grande de pessoas. Nós temos pareceristas, que recebem e avaliam esses projetos, e relatores, que integram o Gaam. Esse resultado é deliberado, então, nas reuniões do Gaam, que acontecem duas vezes ao ano: uma, no final de abril, que define quais projetos efetivamente poderão ser executados... Não necessariamente “poder ser executado”. Na verdade, são as adequações necessárias à mitigação dos possíveis impactos que eles possam ter.

Também tem um processo de avaliação da logística, que nós estamos em vias de aperfeiçoar com a implementação do sistema de gestão, que vai ser, se tudo der certo, certificado ainda nessa operação.

Outra atribuição seria a elaboração dos relatórios de avaliação preliminar, inicial e abrangente de impacto ambiental dessas atividades. O que seria isso?

Nessa primeira avaliação, como citei anteriormente, as pesquisas que forem classificadas como menores do que o impacto menor ou transitório poderão ser iniciadas. Então, elas já são aprovadas. Quando uma determinada atividade que vai ser desenvolvida lá é classificada como tendo um impacto igual ou maior do que menor ou transitório, ela tem que passar pela elaboração de um estudo, um relatório de avaliação mais detalhado sobre aquela atividade. Esse relatório tem que ser colocado à disposição dos outros países. Nós temos um *site* da Secretaria do Tratado Antártico, que divulga, dá transparência às informações de cada uma das partes. Esse relatório é depositado lá e fica por 90 dias para receber as considerações, se for o

caso, dos outros países, e ser aprovada a sua efetiva possibilidade de ser implantado.

Nós temos um exemplo atualmente que eu acho que o Almirante também ressaltou. É a questão da troca do sistema de abastecimento na Antártica, que é uma coisa, como todos sabem, bem impactante. Temos que tomar muitos cuidados para não ter nenhum problema de acidente ambiental. Para esse tipo de alteração, embora seja uma coisa que vá melhorar as condições que nós temos lá hoje de abastecimento, a sua instalação, a sua implantação é maior do que menor ou transitório. Então, passa por esse processo que estou citando para vocês, ou seja, pelo processo um pouco mais detalhado. Fica submetido, além de passar pelo Gaam – pela avaliação do parecerista e do relator e pela deliberação do grupo –, às outras partes do tratado. Tem que ser dada essa publicidade.

O mesmo está acontecendo nesse momento com o teste do gerador etanol. Nessa semana, a gente recebeu o documento final. Foi avaliado pelo parecerista, emitido o parecer. Está sendo traduzido para o inglês para ficar depositado nesse *site*.

Essa publicidade é fundamental, porque, quando o Brasil, na reunião anual do ATCM, do Comitê de Proteção Ambiental, se faz presente, tem que justificar, digamos, dar as explicações necessárias, quando arguido, em relação aos nossos atos. Então, é uma coisa muito séria. Essa publicidade é tida como uma das questões fundamentais do sistema do tratado.

Então, o Ministério do Meio Ambiente auxilia o segmento ambiental. Nessas duas questões de que falei, tanto da troca do sistema de abastecimento como do gerador etanol, como fazemos parte do Proantar e essa proposta é da Secirm, auxiliamos na elaboração desse documento de avaliação. Se fosse uma coisa mais impactante, seria um estudo aprofundado e teria que ser submetido não somente à distribuição nesse *site* para a publicidade, como também deliberado pela reunião dos membros na ATCM, que acontece anualmente. Então, tem que ter a aprovação inclusive do Comitê de Proteção Ambiental.

Outra atribuição seria apontar os meios para prevenir, minimizar ou evitar os impactos das atividades no meio ambiente antártico.

Então, a todo momento, o MMA está presente, durante a operação. A gente tem uma equipe muito pequena, mas, neste ano, por exemplo, a gente vai conseguir mandar, em cada fase da operação, um representante do Ministério para fazer esse processo de avaliação das pesquisas e da logística de uma forma mais racional. Se nós fizéssemos isso no gabinete, aqui, em Brasília, com certeza não faríamos de forma eficiente. Então, neste ano, a gente vai conseguir, se

tudo der certo, acompanhar mais de perto, ter mais racionalidade nessas exigências, porque na Antártica é tudo complicado: às vezes, uma coisa que é viável aqui no território brasileiro, por exemplo, uma exigência ambiental de controle e mitigação, nem sempre se adapta àquela situação.

Outra atribuição: sugerir as modificações, suspensão ou cancelamento de atividades que provoquem ou ameacem provocar repercussões no meio ambiente antártico.

Próxima, por favor.

As outras três atribuições que eu quis ressaltar, dentre outras, porque temos muito mais, são: subsidiar a subcomissão do Proantar nos assuntos pertinentes ao meio ambiente antártico, seus ecossistemas dependentes e associados; estabelecer sistemática de monitoramento ambiental para o meio ambiente antártico e seus ecossistemas dependentes e associados; e identificar a necessidade de estudos e pesquisas para o conhecimento do meio ambiente antártico.

Essas duas últimas atribuições deram início, então, a essa parceria do Ministério do Meio Ambiente. Em meados de 2004, o Professor Jefferson e Edson – eu acho, porque eu não estava no programa ainda –, nessa iniciativa do MMA, aproximaram-se dos cientistas e começaram a identificar os indicadores e buscar recursos junto às frentes parlamentares, de emendas, enfim, para ajudar a fomentar a pesquisa naquelas questões que seriam apropriadas para uma melhor qualidade ambiental.

Muito obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Agradecemos a S. Sr^a, Jaqueline, pela bela exposição, marcando a atuação também do Ministério do Meio Ambiente no programa Proantar.

Antes de encerrarmos este bloco desta audiência, vou conceder a palavra ao Professor Doutor Jefferson Cardia para nos trazer as informações e a novidade sobre o programa Criosfera, ou seja, sobre a expedição Criosfera, onde vai ser instalado o primeiro módulo científico brasileiro no interior do continente antártico.

V. Ex^a tem a palavra, Professor Jefferson.

O SR. JEFFERSON CARDIA SIMÕES – Senador, muito obrigado.

Coisas boas acontecem tudo junto. Esse convite coincidiu com o lançamento hoje, em Porto Alegre, simultaneamente, da expedição Criosfera, que vai instalar o primeiro módulo científico brasileiro no interior do continente antártico.

É uma missão de 17 pesquisadores, sete instituições nacionais de quatro Estados, com colaboração chilena, cujo objetivo principal é o lançamento do módulo científico e instalação a 84 graus sul, 80 graus

oeste, a cerca de 2.500 quilômetros ao sul da Estação Antártica Comandante Ferraz. Só para comparação, nós estaremos nessa expedição mais distantes do que a distância entre o Rio de Janeiro e Belém do Pará, a somente 670 quilômetros do Polo Sul geográfico.

Essa missão vai se desenvolver agora, nos meses de dezembro e janeiro. Amanhã nós teremos o lançamento propriamente dito do módulo em Porto Alegre, aberto à visitação da mídia. E trata-se de um módulo para as pesquisas atmosféricas, glaciológicas, geofísicas – e futuramente será ampliado para outras áreas, conforme a necessidade da comunidade científica –, totalmente automatizado, que, ao longo dos anos, vai enviar por telemetria, diretamente para o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, os dados constantemente coletados sobre condições meteorológicas, variabilidade do clima, composição da química atmosférica. Inclusive, vamos monitorar a detecção de subprodutos de queima de biomassa e hidrocarbonetos num ambiente que tem temperatura média -35° e que durante o inverno pode cair a -60°. Mas nós não vamos deixar ninguém nessa estação.

Ao encerrar, eu só gostaria de passar um vídeo de dois minutos, que mostra exatamente o ambiente que nós vamos enfrentar, de uma experiência anterior do Proantar, que atua dentro do Continente Antártico.

Essa missão só foi possível através do apoio e patrocínio de várias instituições tradicionalmente envolvidas com o Programa Antártico Brasileiro, mas, principalmente, da emenda da Frente Parlamentar em Prol do Proantar, em 2009, que permitiu o financiamento dessa missão.

Então, com isso, a atividade antártica brasileira – até o momento atuante principalmente na região antártica marítima, no extremo norte da península antártica e no oceano austral – amplia as nossas atividades para dentro do manto de gelo antártico. Isso abarca uma área de 3 a 4 milhões de quilômetros quadrados, onde nós vamos ter maior flexibilidade de atuação.

Se Deus quiser, no futuro, eu espero que a FAB também se envolva e dê um apoio logístico, porque, por enquanto, está sendo via aeronaves comerciais fretadas.

E é para mostrar, principalmente para os Srs. Deputados e Senadores que já estiveram na Ferraz, que as nossas condições de trabalho são muito mais agressivas. Implicam uma sobrevivência em barracas durante 40, 50 dias, com a temperatura caindo facilmente a -30° ou -40° durante o verão.

Esse é um dia típico da Antártica. Geralmente as pessoas não tiram fotos ou imagens desses dias típicos, só aparecem imagens bonitas.

É claro, isso é evidentemente decorrência de todo o investimento do Brasil na Antártica, principalmente na formação de recursos humanos ao longo desses 30 anos. Hoje nós temos equipes que têm essa possibilidade não só de atuar, mas também de sobreviver na condição polar inóspita.

Este ano, nós estamos fazendo esta que vai ser na verdade a segunda missão no interior da Antártica. Às vezes, os bolsistas têm que fazer esforço. Muitos foram carregar os sensores da Geofísica.

Eu gostaria de mostrar – são trinta segundos – exatamente a técnica de testemunhos de gelo, que provê essa riqueza de dados climáticos. É hoje considerada a técnica mais relevante sobre a história climática do Planeta e base de uma série de protocolos e relatórios internacionais sobre mudanças do clima. São esses cilindros com os quais fazemos uma série de análises físico-químicas.

Estamos, neste momento, montando o laboratório nacional desses testemunhos de gelo. Nos próximos anos, vamos ter a capacidade de assessorar a comunidade mental e o Governo sobre a questão da variabilidade climática, inclusive o monitoramento do gelo.

Isso envolve também pesquisas da química atmosférica. A Antártica continua sendo o lugar mais limpo do mundo. Então, mesmo a nossa obturação, principalmente aqueles que são velhinhos e têm amálgama nos dentes, pode contaminar com mercúrio, e aí afeta as nossas análises. Então, temos que tomar um pouquinho desse cuidado.

Esse é o nosso dia a dia dentro de uma... Um colega amostrando, inclusive hoje e cada vez mais, para a procura de vida, microorganismos em geral, bactérias e vírus que estão em estado viável no gelo e na neve.

E, cada vez mais, a tecnologia nos permite que coloquemos aviões, aviões com esquis ou mesmo aviões com rodas, que aterrissam diretamente no gelo.

E finalmente, trazer de volta as amostras, primeiro, e os cientistas, depois.

Muito obrigado.

Creio que está lançado o Criosfera 1. E, se Deus quiser, a missão inicia-se dia 10 de dezembro.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. PMDB – PR) – Obrigado, Professor Jefferson.

Recebi aqui também um exemplar da Antártica e as mudanças globais. Vi que V. Ex^a é um daqueles que ajudou na composição deste trabalho. Depois peço a V. Ex^a que faça uma dedicatória a esta Comissão, Comissão de Mudanças Climáticas.

Gostaria de agradecer a todos que participaram desta Comissão, desta audiência pública na tarde de hoje.

E, para que faça a sua avaliação, passo ao relator desta Comissão ao Deputado Márcio Macêdo.

O SR. MÁRCIO MACÊDO (PT – SE) – Boa-tarde a todas e a todos aqui presentes.

Estava dizendo aqui, ao Presidente Sérgio, que eu estava querendo, na próxima missão da Câmara, pisar na Antártica, mas, Fernando, prefiro o tradicional. Não quero ser jogado no acampamento, porque a imagem é chocante. Fiquei gelado daqui. Não dá para ir lançado no acampamento.

Quero parabenizar o programa Pró-Antártica e dizer da importância que tem pela interface, sobretudo, com as mudanças climáticas, o tema central da nossa Comissão Mista.

Quero dizer que é um programa muito significativo. Nós sabemos das dificuldades para que ele possa continuar com esse padrão de qualidade que tem e sei também da importância do papel do Congresso Nacional na manutenção disso. Acho que é importante que isso continue sendo feito para que tanto a Marinha do Brasil quanto o Ministério do Meio de Ambiente, Ciência e Tecnologia possam cumprir essa missão importante no Pró-Antártica.

Queria parabenizar a todos, dizer que aprendi um pouco mais sobre a Antártica e que vou sair daqui animado para contribuir com vocês também, no que for do meu alcance na atuação nesta Casa, para que este programa possa continuar, porque é importante para o Brasil, é importante para o Planeta.

Parabéns a todos.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. PMDB – PR) – Obrigado, Deputado Márcio Macêdo.

Quero agradecer à Marinha do Brasil, agradecer ao Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação. O Criosfera está muito dentro dessa questão da inovação.

Quero agradecer também ao Contra-Almirante Marcos José de Carvalho Ferreira e ao Capitão Márcio Renato Leite, do Ministério da Marinha, à Jaqueline Leal Madruga e ao Edson Rodrigues, representantes do Ministério do Meio Ambiente, e ao Professor Jefferson Cardia Simões.

A todos vocês muito obrigado. Uma boa tarde a todos.

Passamos, então, à segunda parte da nossa reunião.

Há sobre a mesa, requerimentos que passarei a ler. Mas antes eu gostaria de submeter aos Srs. Parlamentares a Ata da reunião anterior, que sugiro a sua aprovação.

Os Srs. Parlamentares que concordam permanecem como estão. *(Pausa.)*

Aprovada.

Há sobre a mesa alguns requerimentos que passarei à leitura.

Nós temos dois requerimentos pautados, que é um requerimento do Deputado Valdir Colatto, o qual eu também subscrevi, e um requerimento da Senadora Vanessa Grazziotin, também subscrito por esta Presidência. Também há um requerimento extrapauta do Senador Lindbergh Farias, também subscrito pelo Deputado Márcio Macêdo.

Então, passarei a ler, nesta ordem:

Item 1

REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CMMC

Nos termos do artigo 58, § 2º, V, da Constituição Federal e o artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam convidados os senhores Luiz Carlos Baldicero Molion da Universidade Federal de Alagoas, Evaristo Eduardo de Miranda, Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, Judson Ferreira Valentim, Chefe Geral da Embrapa Acre e Geraldo Luís Lino, Geólogo e autor do livro “**A fraude do aquecimento global: como um fenômeno natural foi convertido numa falsa emergência mundial**”, a fim de oferecerem esclarecimentos e/ou subsídios a esta Comissão sobre as alterações, impactos e implicações relativas às mudanças climáticas e aquecimento global.

Autoria: Deputado Valdir Colatto

Requerimento que coloco em discussão.

Os Srs. Parlamentares não querendo discutir, passo à aprovação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Registro também a presença, nesse momento, do Deputado Micheletto, membro desta Comissão.

Item 2

REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CMMC

Nos termos regimentais, solicito a realização de Audiência Pública com a presença do senhor André Corrêa do Lago, chefe da delegação brasileira na reunião preparatória para COP-17, realizada no início do mês, no Panamá, com o objetivo de informar os parlamentares desta Comissão Mista sobre o resultado da referida reunião e das propostas que serão apresentadas pelo Brasil na COP-17, com data a ser definida.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Em discussão o presente requerimento.

Não havendo quem queira discutir, passo à votação.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Há também sobre a mesa, requerimento assinado pelo Senador Lindbergh Farias, subscrito pelo Deputado Márcio Macêdo:

EXTRAPAUTA

Item 1

REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CMMC

Nos termos regimentais, solicito aditamento do Deputado Valdir Colatto, com o objetivo de incluir na lista de convidados um representante do SBPC e um representante do ABC, para contribuírmos nos esclarecimentos a esta comissão sobre alterações, impacto e implicações que estão sendo objeto da proposição do presente projeto de lei na Câmara e no Senado Federal, o PLC nº 30, de 2011, que é o Código Florestal.

Autoria: Senador Lindbergh Farias

Eu passo a palavra ao Deputado Márcio Macêdo, para fazer as suas exposições sobre o requerimento.

O SR. MÁRCIO MACÊDO (PT – SE) – Apenas para contribuir com o debate e ampliar a possibilidade de obter o contraditório, de prestigiar todas as opiniões acerca do tema, é importante que o Congresso Nacional, que é a Casa dos debates do povo brasileiro, possa permitir que haja a explanação das mais diversas matrizes acerca do assunto. Posso contribuir para que esta Comissão forme juízo sobre o tema e avance para o progresso do País nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. PMDB – PR) – Obrigado, Deputado Márcio Macêdo.

Com a palavra o Deputado Moacir Micheletto.

O SR. MOACIR MICHELETTO (PMDB – PR) – Também queria colaborar nesse sentido. Acho que o contraditório é importante. Tivemos uma discussão imensa sobre o Código Florestal Brasileiro, pautada já inclusive. O contraditório é muito importante. Sou favorável, inclusive, ao pedido do Senador Lindbergh Farias.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. PMDB – PR) – Passo, então, à apreciação dos Parlamentares a aprovação do presente requerimento.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Na semana que vem temos um feriado na quarta-feira. Então, estamos ainda por decidir, em uma reunião administrativa que vamos fazer com a Comissão dentro de instantes, se vamos ter ou não reunião na terça-feira. Teremos, na semana que vem, dia 4, sexta-feira, uma audiência pública, Deputado Moacir Micheletto, na cidade de Foz do Iguaçu, para ser mais preciso, no interior da Usina de Itaipu, com o intuito de estudarmos e de analisarmos os impactos climáticos na geração de energia, principalmente energia hidráulica, energia hidrelétrica.

Haverá vários presentes nesse dia de trabalho, é um dia todo. A abertura será às 8h e o encerramento às 19h30min. Vamos ter, por exemplo, como palestrante, o Dr. Maurício Tomasquim, que é o Presidente da EPE – Empresa de Pesquisas Energéticas, e o Dr. Luiz Pinguelli Rosa, que é o Diretor Geral da COPPE da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Na parte da tarde, vamos ouvir um pouco daquilo que Itaipu tem feito para o ecossistema, para a questão do clima. Teremos uma Mesa sobre agricultura e mudanças climáticas e, também, alguns cases da Itaipu Binacional, como Cultivando Água Boa e Energias Renováveis. Faremos, também, uma visita ao interior da Usina de Itaipu em que todos os Srs. Parlamentares que lá estarão por conta dessa audiência pública terão o privilégio e o prazer de conhecer a usina binacional, a Usina de Itaipu, que é a maior usina hidrelétrica do mundo.

Convido toda a imprensa e a sociedade brasileira interessada para que se faça presente. Convido, também, todos os Srs. Parlamentares que compõem esta Comissão e também os demais que compõem o Congresso Nacional. Energia é vital a todos os brasileiros, a todos os seres humanos. Sem energia e sem alimento, não há vida neste Planeta.

Consulto os Srs. Parlamentares...

Por favor, Deputado Micheletto, pela ordem.

O SR. MOACIR MICHELETTO (PMDB – PR) – Sr. Presidente, já recebi, inclusive, o comunicado dessa reunião, ou melhor, desse dia de trabalho em Foz do Iguaçu, Oeste do Paraná. V. Ex^a já deve ter sido comunicado, por ofício, de minha ausência. Tenho um compromisso assumido, inclusive familiar, mas gostaria até de deixar um alerta e um depoimento.

Será um dia valioso. O mundo está visitando Itaipu. Itaipu está tendo uma grande experiência com relação à energia limpa, à energia renovável e ela vale principalmente para nós, que somos de uma área altamente industrializada, especialmente no campo da avicultura, da suinocultura, onde há problemas sérios de poluição. A experiência feita por Itaipu, juntamente com o Ministério de Minas e Energia e com o Ministério da Agricultura, é quanto à energia produzida por

dejetos animais. É uma experiência no Município de Marechal Cândido Rondon, que é bem provável que esteja pautada. Acho que esta Comissão, os Parlamentares e os técnicos que puderem estar nesse dia, Sr. Presidente – e lamento não estar presente –, terão um dia histórico: o dia em que uma empresa do porte da Itaipu mostrará para o mundo o que é possível aproveitar, quando tratamos de meio ambiente, na energia limpa, com experiências extraordinárias.

Já conheço essas experiências, mas, lamentavelmente, não poderei estar presente.

Então, deixo aqui o depoimento de que será um dia importante para esta Comissão, um dia de novas ideias e novos desafios para a humanidade. Itaipu está mostrando isso hoje para nós, através do seu corpo técnico, através do seu trabalho.

Portanto, quero aqui pedir escusas pela minha ausência nesse dia.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Deputado Moacir Micheletto. Entendemos a sua impossibilidade de estar presente, mas sabemos que o senhor representa o Paraná, que representa a região oeste do Paraná e que conhece tão bem os trabalhos produzidos por Itaipu e o resultado desses trabalhos.

Passo a palavra ao Deputado Márcio Macêdo para que faça suas considerações finais.

O SR. MÁRCIO MACÊDO (PT – SE) – Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Sr^{as} Senadoras, Srs. Deputados e Srs. Senadores, eu queria parabenizar o Presidente Sérgio por esta iniciativa e corroborar com os argumentos do Deputado Micheletto em relação à importância deste dia.

Concordo, Deputado, com as suas palavras. Esse dia será importante para a Comissão, porque é um debate estratégico o combate da energia e o seu ponto de intersecção com as mudanças climáticas. Também tenho um compromisso em meu Estado, Sergipe, à noite, e estou me desdobrando aqui com a minha assessoria para tentar participar, pelo menos, da primeira Mesa, que acho emblemática: Energia e Mudanças Climáticas. Estou trabalhando aqui no sentido de estar lá com V. Ex^a, Presidente, no turno da manhã, e retornar ao meu Estado, à tarde, para cumprir a tarefa que também tenho lá.

Quero, então, dizer da importância deste dia e parabenizar a sua iniciativa e as palavras do Deputado Micheletto. Acho que este dia vai contribuir muito para o trabalho desta Comissão e para o País de forma geral.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Deputado Márcio Macêdo. Eu também agradeço a sua presença nesta Comissão e tenho certeza de que V. Ex^a fará o melhor relatório possível

desta Comissão, no final desses trabalhos. Estamos todos imbuídos de apresentar um relatório que venha a pautar, Deputado Micheletto, não só o Congresso Nacional, mas que venha a pautar o Governo e a sociedade, principalmente com relação às mudanças climáticas, que afetam não só o Brasil, mas todo o Planeta.

Audiências públicas como esta de hoje mostram a influência do continente antártico não só naquele continente, mas na América do Sul, principalmente na Região Sul do nosso País, que é influenciada especialmente na produção de alimentos, e este é um dos temas debatido cotidianamente nesta Comissão.

Quero registrar também que acabou de chegar ao conhecimento da Mesa um convite feito pela Comissão Especial Medidas Preventivas Diante de Catástrofes Climáticas assinado pela Deputada Perpétua Almeida, que é Presidente dessa Comissão. Ela convida a Comissão para participar do seminário que terá como meta oferecer meios para a intensa participação de representantes da sociedade civil e do Poder Público, contribuindo com informações e sugestões de procedimentos, a serem adotados tanto por órgãos governamentais como por entidades da sociedade civil, que possibilitem prevenir e/ou minimizar os efeitos dos recentes fenômenos climáticos que têm culminado em incontáveis mortes, aumento no número de desabrigados, perda de safras, entre outros tantos danos à população brasileira.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a reunião.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 14 horas e 18 minutos, levanta-se a reunião às 16 horas e 18 minutos.)

ATA DA 8ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS QUATORZE HORAS, NO PLENÁRIO Nº 9 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II – SENADO FEDERAL

Às quatorze horas e trinta e um minutos do dia primeiro de novembro do ano de dois mil e onze, no Plenário nº 9, da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Sérgio Souza, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença da Senadora Vanessa Grazziotin, dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira, e dos Deputados Márcio Macêdo, Moacir Micheletto e Anthony Garotinho, membros da Comissão. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à

Comissão a dispensa da leitura da Ata da 7ª Reunião, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que a presente Reunião destina-se a realização de Audiência Pública com a presença, como expositores, dos Senhores Eduardo Delgado Assad, Secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental - SMCQ/MMA, representando o Ministério do Meio Ambiente; Carlos Magno Chaves Brandão, Diretor do Departamento de Sistemas de Produção e Sustentabilidade - DEPROS/SDC/MAPA, e Elvison Nunes Ramos, Coordenador de Manejo Sustentável dos Sistemas Produtivos-CMSP/DEPROS/SDC/MAPA, representando o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Vinícius Leandro Skrobot, Coordenador do Centro de Pesquisa e Análise Tecnológica da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP; e Alfred Szwarc, Consultor de Emissões e Tecnologia da ÚNICA, com a finalidade de debater o Plano de Agricultura de Baixo Carbono, bem como as ações que visem alcançar os objetivos estabelecidos na Política Nacional sobre Mudanças do Clima, em atendimento ao Plano de Trabalho desta Comissão, aprovado em 5 de outubro do corrente. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os senhores parlamentares Márcio Macêdo, Aloysio Nunes Ferreira e Sérgio Souza, Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e cinco minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Sérgio Souza**, Presidente da CMMC.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DE 1-11-2011

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a oitava reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, criada por intermédio da Resolução nº 4, de 2008, do Congresso Nacional, da primeira sessão legislativa ordinária, da 54ª legislatura.

Boa-tarde a todos.

Boa-tarde ao nosso nobre relator, Deputado Márcio Macedo.

Boa-tarde às senhoras e senhores.

Antes de iniciarmos os trabalhos de hoje, que se compõem de dois momentos, primeiro é um relato sobre os acontecimentos da semana sobre mudanças climáticas e o segundo é a audiência pública que nós temos marcada para a data de hoje.

Submeto, então, à apreciação dos senhores parlamentares a dispensa da Ata da sessão anterior e a sua aprovação.

Aqueles que concordam permaneçam como estão.

Aprovada.

Senhoras e senhores, a Política Nacional sobre Mudanças Climáticas, aprovada por este Congresso Nacional em novembro de 2009, estabelece medidas e ações rígidas, executadas sob a responsabilidade dos entes políticos e dos órgãos da administração pública, objetivando, dentre outras atitudes, a prevenção, a conservação e a recuperação dos recursos ambientais, com particular atenção aos biomas naturais, tidos como patrimônio nacional, de modo que as gerações futuras também possam ter suas necessidades básicas atendidas de modo responsável e sustentável.

O mundo tem acompanhado as iniciativas e as ações brasileiras quanto à adaptação e a mitigação, visando a redução da vulnerabilidade dos sistemas naturais, bem como a substituição de tecnologias de produção com vistas a reduzir a utilização de recursos e as emissões de CO₂ por unidade de produção respectivamente.

Hoje, como Presidente desta Comissão, tenho o prazer de divulgar mais uma relevante conquista alcançada pelos órgãos responsáveis pela condução dessa política.

O desmatamento na Amazônia caiu 43,31% em setembro, em relação ao mesmo período de 2010, segundo dados divulgados ontem pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), ligado ao Ministério do Meio Ambiente.

De acordo com o levantamento, em setembro de 2011, uma área de 253,8 km² de floresta foi suprimida, quase sete vezes o tamanho do Parque Nacional da Tijuca no Rio de Janeiro. Há um ano, o total derrubado era de 447,7 km².

Faço minhas as palavras da Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira: “Tenho muito o que fazer. Ainda temos desmatamento, mas temos um bom desempenho no Brasil e temos que acelerar o combate ao crime ambiental e reduzir, eliminar por completo, o desmatamento na Amazônia”.

Também merece registro a grande preocupação, a informação sobre o derretimento das geleiras chinesas na cordilheira do Himalaia, um impacto que ameaça habitats, o turismo e o desenvolvimento econômico.

Das 111 estações meteorológicas espalhadas pelo sudoeste da China, 77% demonstraram elevados significativos de temperaturas entre 1961 e 2008.

Segundo o estudo publicado no periódico britânico **Environmental Research Letters**, nas quatorze estações de monitoramento acima dos quatro mil metros, o salto nesse período foi de 1,7 graus Celsius,

aproximadamente duas vezes a elevação média global registrada ao longo do último século.

Segundo os cientistas, a maior parte das geleiras examinadas demonstrou um recuo drástico, além de uma grande perda de massa.

O estudo também demonstrou que lagos glaciais alimentados pelo gelo derretido de geleiras aumentaram de tamanho. As implicações dessas mudanças são muito mais sérias do que uma mera alteração da paisagem.

As geleiras integram milhares de ecossistemas e desempenham um papel crucial no sustento de populações humanas.

Ainda sobre a China, merece registro o anúncio de que o governo chinês vai defender, na Conferência do Clima de Durban (Cop 17), a implementação do Plano de Ação de Bali e também que todos os países desenvolvidos sejam incluídos no Protocolo de Kyoto.

O Vice-Ministro da Comissão Nacional de Reforma de Desenvolvimento da China, Xie Zhenhua, chamou a proposta de construtiva e afirmou que a implementação do Plano de Ação de Bali garantiria a continuidade de Kyoto e resolveria esse que é um dos maiores impasses nas negociações. De acordo com o Vice-Ministro, a proposta está alinhada aos princípios das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, e capacidades respectivas. Assim, a China espera contar com o apoio dos outros países do Basic (Brasil, África do Sul e Índia) e do grupo que reúne as ações menos desenvolvidas, o G-77.

O Plano de Ação de Bali foi formulado em 2007 e possui uma lista de recomendações, como iniciativas de adaptação, transferência de tecnologia e financiamento climático. Não há, entretanto, a obrigação de metas de redução de emissões de gases de efeito estufa.

Importante também ressaltar a notícia que afirmou que o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e a Nasa estudam a possibilidade de construir um satélite conjunto para analisar as mudanças nos ecossistemas, nos climas geoquímicos do Planeta. O equipamento, batizado de Observatório Global de Ecossistemas Terrestres (GTEO), na sigla em inglês – serviria, por exemplo, para analisar o ciclo do carbono, importante para a compreensão do aquecimento global; e o do nitrogênio, com impacto, por exemplo, na saúde ecológica dos cursos d'água.

Segundo o Diretor do Inpe, Gilberto Câmara, o investimento necessário alcançaria US\$200 milhões, cerca de R\$440 milhões. A Nasa investiria cerca de US\$150 milhões, e o Brasil, através do Inpe, cerca de US\$100 milhões.

A iniciativa, que também envolve a Carnegie Institution for Science, está em estudo pela Nasa, que

analisa a conveniência de aprovar o investimento. A resposta deve sair em abril do próximo ano.

A mesma Nasa lançou, na manhã de sexta-feira passada, o satélite NPP, primeiro de uma série, que pretende melhorar as medições dos parâmetros climáticos do Planeta sobre a Terra, oceanos e na atmosfera e, assim, ajudar a melhorar as previsões meteorológicas.

O satélite de US\$1,5 bilhão subiu para o espaço a bordo de um foguete Delta II, que partiu da base aérea americana de Vandenberg, na Califórnia. Nele estão cinco instrumentos que estudarão a temperatura e a água na atmosfera; como as nuvens e os aerossóis afetam o clima e como as plantas em terra e nos oceanos respondem às mudanças climáticas.

Senhoras e senhores, vale também registrar as informações dadas recentemente, em congresso realizado em Natal, pelo Diretor de *biodiesel* da Petrobras Biocombustível, Alberto Fontes, sobre o setor nacional. Na ocasião, foram destacadas as tendências para o desenvolvimento do setor, traçando-se um panorama com a atual situação do País na área de biocombustíveis.

A Petrobras prevê investimentos de 2,5 bilhões na produção de *biodiesel* e etanol até 2015. Em sua palestra, o diretor ressaltou a qualidade da matriz energética brasileira, fundamentada em energias limpas. No *biodiesel*, o País possui hoje 60 unidades que produzem aproximadamente 2,35 bilhões de litros por ano. A expectativa é que até o final de 2011 sejam consumidos mais de 2,5 bilhões de litros somente no Brasil, colocando o País como líder mundial no consumo de *biodiesel*.

Por fim, com grande pesar, vou me reportar a duas ocorrências climáticas recentes que assolaram diferentes partes do mundo.

A primeira delas, a nevasca inesperada que atingiu a costa leste dos Estados Unidos, repercutindo de forma contundente na rotina daquele país; afinal, a rara tempestade de neve em outubro causou problemas no tráfego e em rodovias de Washington a Boston.

A segunda delas, ocorrida infelizmente no Paraná, meu Estado. As chuvas que atingiram o Estado no último sábado causaram estragos em 19 cidades e prejudicaram cerca de 110 mil pessoas, de acordo com dados da Coordenadoria Estadual da Defesa Civil. De acordo com o relatório, a maior parte das ocorrências foi registrada no setor oeste do Estado; uma pessoa morreu em Foz de Iguaçu ao ser atingida por uma laje. As principais ocorrências atendidas eram relacionadas aos fortes ventos, além de ocorrência de granizos e alagamentos. O fornecimento de energia elétrica também sofreu interrupções em algumas localidades. Segundo a Defesa Civil, 253 pessoas ficaram desalojadas e foram para a casa de parentes e cinco

ficaram desabrigadas e foram para abrigos públicos. Além disso, 2.218 residências foram danificadas.

As cidades atendidas pela Defesa Civil foram Cascavel, Toledo, São Pedro do Iguaçu, Vera Cruz do Oeste, Céu Azul, Quedas do Iguaçu, Guarapuava, Pitanga, Maringá, Foz do Iguaçu, Medianeira, Assis Chateaubriand, Santa Helena, Jussara, Japurá, Santa Isabel do Ivaí, Apucarana, Campo Mourão, Santa Cruz de Monte Castelo, entre outras. Isso mostra que a tempestade cruzou o Estado, porque vai do oeste até o norte do nosso Estado do Paraná.

Então, Sr^{as} e Srs. Parlamentares e demais aqui presentes, eu acho que os trabalhos desta Comissão têm por finalidade não só o controle das ações governamentais, no que diz respeito ao tema, mas também na colheita de informações para formar opinião no futuro, para novas legislações, mas para pautar também os próximos governos e este Governo para a adoção de medidas corretas e eficazes. Muito do que acontece em nosso Planeta, em nosso País e em nossos Estados está voltado claramente à questão das mudanças climáticas.

Passamos, então, à segunda parte da nossa reunião, que trata da audiência pública com finalidade de debater o plano de agricultura de baixo carbono, bem como as ações que visem a alcançar os objetivos estabelecidos na política nacional sobre mudanças climáticas em atendimento ao plano de trabalho desta Comissão, com a presença dos Sr. Eduardo Delgado Assad, Secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental, representando o Ministério de Meio Ambiente; Sr. Carlos Magno Chaves Brandão, Diretor do Departamento de Sistemas de Produção e Sustentabilidade do Ministério da Agricultura; Sr. Elvison Nunes Ramos, Coordenador de Manejo Sustentável dos Sistemas Produtivos, também do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Sr. Vinícius Leandro Skrobot, Coordenador do Centro de Pesquisa e Análise Tecnológica da Agência Natural de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP); e, por fim, Alfred Szwarc, Consultor de Emissões e Tecnologia da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Única).

Convido V. S^{as} a tomarem assento à mesa.

Boa-tarde a todos os senhores.

Obrigado pela presença aqui na Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas.

Dando início, então, à fala de V. Ex^{as}, convido o Sr. Eduardo Delgado Assad, Secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental, representando, neste ato, o Ministério do Meio Ambiente, para proferir suas explicações no tempo que foi acordado.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. EDUARDO DELGADO ASSAD – Boa-tarde a todos.

Senador Sérgio Souza, obrigado pelo convite.

Deputado Márcio Macêdo, é um prazer estar aqui, compartilhando nossas informações com V. Ex^a, Relator eleito com a diferença de um voto, o que mostra que esta Comissão é muito disputada e desperta um enorme interesse por parte desta Casa. Eu estava presente na votação e vi que foi muito interessante.

Digo a V. Ex^{as} que é um prazer estar aqui, como me incumbiu a Ministra do Meio Ambiente, discutindo um pouco a agricultura de baixa emissão de carbono. É bom fazermos algumas correções. O nome “Agricultura de Baixo Carbono” pegou, mas, do ponto de vista científico, Agricultura de Baixo Carbono é a agricultura praticada no deserto, onde não há carbono. O nome certo seria “agricultura de baixa emissão de carbono”. Quanto mais carbono há no solo, melhor para a agricultura. Mas o nome pegou, ficou “agricultura BC”, e isso é muito bom, entendemos isso, sabemos o que é. Vamos discutindo isso, avançando. É uma das poucas ações, um dos poucos planos no mundo que tem a envergadura que o Brasil deu a esse tema.

Eu me sinto muito à vontade de discutir esse tema. Sou da Embrapa e, na época em que ele foi formulado, eu trabalhava na unidade da Embrapa que ajudou a formular esse plano. Com muita felicidade, conseguimos mostrar para o então Ministro Reinhold Stephanes que a agricultura, que, naquele momento, era considerada a grande vilã das emissões de gás de efeito estufa, seria o único setor da economia brasileira que, num curto espaço de tempo, poderia virar o jogo e mostrar que ela seria sequestradora de carbono, evitando, com isso, emissões mais fortes e permitindo que estabilizássemos essas emissões. Com isso, tentamos evitar – o tempo está passando, e as nossas ações não são tão efetivas assim no plano global – que se atingissem os temidos 2 graus de aquecimento. Achamos que se vai chegar a um ponto de ruptura. A incerteza é tão grande, que não sabemos direito o que vai acontecer. Mas, de qualquer maneira, o Brasil está fazendo o seu trabalho e fazendo muito bem.

É importante saber, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente também, que a agricultura de baixo carbono é um dos dez planos setoriais que estão sendo elaborados, sendo que cinco já estão prontos. Até o dia 15 de dezembro, já temos de entregar mais cinco planos. E aí fechamos a política nacional, conforme foi estabelecido em dezembro de 2010, e passamos, então, para uma ação mais efetiva, mantendo as ações de mitigação, mas deixando somente o foco da mitigação e partindo para um foco muito mais importante,

que poderá evitar mortes, como o Senador acabou de falar, que é o foco das adaptações.

Também com muito prazer, eu gostaria de dizer aos senhores que o Fundo Clima, criado por esta Casa, na semana que passou, na semana da Ciência e Tecnologia, colocou seus primeiros R\$2,8 milhões no Centro Nacional de Prevenção de Desastres Naturais, ou seja o Fundo Clima e o Centro Nacional de Prevenção de Desastres Naturais começaram a operar, e espero que, num futuro não muito remoto, essas notícias trágicas provocadas por eventos extremos, oriundos desse desequilíbrio climático, não venham mais a afetar o Brasil, como afetou nos últimos trinta anos.

É com muito prazer que dou essas notícias para os senhores. Ao longo da apresentação, poderei dar outras boas notícias. Hoje, estou cheio de boas notícias para dar aos senhores.

Vamos para o próximo *slide*, por favor.

Trouxe isso, para que os senhores tenham uma ideia do que está acontecendo, da gravidade do problema. Esse é um trabalho que fizemos na Embrapa em 2007 e em 2008, em que pegamos um modelo inglês e verificamos como seria o aumento da temperatura em 2010, comparado com o *base line* de 1960 a 1990. Nessa época, esse modelo, o do Hadley Centre, um dos mais respeitados modelos existentes no mundo hoje, era considerado como um modelo pessimista. Fomos muito criticados quando apresentamos isso. É um trabalho Embrapa/Unicamp, porque diziam que esse modelo, por ser pessimista, poderia estar estremecendo a situação da agricultura brasileira. Então, essa seria a situação em 2010, quando teríamos um aumento de temperatura de mais ou menos um grau e, ali na região mais próxima da Amazônia, Maranhão, seria de dois graus. Como estamos falando em 2020 – nossos planos setoriais têm um horizonte até 2020 –, eu trouxe o mapa de 2020 também.

Próximo, por favor.

Este mapa mostra que esse aquecimento de dois graus poderia já estar chegando aqui: Goiás, Tocantins, Minas Gerais, mas deixando um pouco boa parte da região responsável pela produção agrícola brasileira, que seria Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Paraná; se estaria ainda numa situação de não ameaça.

Mas por que eu trouxe esses mapas?

Porque, como eu disse para os senhores, nós fomos muito criticados na época por apresentar esse modelo, porque era um modelo pessimista. Não satisfeitos com isso, nós pegamos esses mesmos modelos e comparamos as estimativas deles com os dados medidos pelos nossos sistemas de monitoramento de temperatura em 2007, 2008, 2009, 2010, e estamos

finalizando 2011. Esses dados estão dois graus abaixo do que nós medimos.

Esse modelo, que era considerado pessimista na época, está apresentando resultados que têm, no verão brasileiro, dois graus abaixo do que estamos medindo. Não é à toa que determinadas chuvas intensas estão ocorrendo com muito mais intensidade, como estamos vendo. E eu queria acrescentar, Senador, se o senhor me permitir, além das mortes no Paraná, ontem e anteontem, morreram cinco em São Paulo, por chuvas intensas na região de São Paulo, Campinas e Ribeirão Preto. Ventos de 100 km/h e outras situações. Quer dizer, há coisas acontecendo e a gente tem que se prevenir.

Não é brincadeira. Nós não estamos brincando com o clima. Não existe brincadeira. E fico muito satisfeito com o seu relato, de o senhor abrir o seu relato falando sobre o degelo do Himalaia, porque houve uma concertação internacional tentando desmerecer, tentando desconstruir a competência e a capacidade científica do IPCC por conta de notícias que foram veiculadas, certamente de uma maneira muito correta, sobre o degelo do Himalaia em 2007. Foram três. De duas mil previsões do IPCC, três não tinham a devida comprovação científica, e uma delas era o degelo do Himalaia.

Por isso que é importante o debate científico, por isso que é importante a contestação. Hoje as principais revistas científicas mais respeitadas no mundo dizem: “Olha, o Himalaia realmente está degelando.”

Nós estamos vivendo uma situação, em que temos que tomar um certo cuidado e começar a pensar rapidamente em acelerar o nosso processo de mitigação. Por isso que a agricultura BC exerce no Brasil papel fundamental. Temos que acelerar a ação desse plano, e ele tem escala, ele tem capacidade de reduzir os gases de efeito estufa no nosso País.

Próximo, por favor.

Isso é para vocês terem uma ideia de que a gente tem essas medições feitas no Brasil. O Brasil avançou imensamente na questão do levantamento das informações que temos hoje em termos de recursos naturais e outros tipos de informações climáticas.

Esse aí é o estoque de carbono no solo. O Brasil tem o seu trabalho feito pelo Inpe, com o Ministério do Meio Ambiente, Embrapa, em que mostra o potencial – potencial não –, mostra a realidade que é possível medir, o retrato do estoque de carbono no solo. E o que podemos fazer com isso?

Nas discussões de Durban, e mais para frente... Vocês podem abrir os jornais e ver que a Bolsa de Valores já está falando em índices de sustentabilidade de empresas, nós já estamos falando em eficiência ener-

gética de empresa, nós já estamos falando no mercado de carbono efetivo. Isso vale US\$5,00 a tonelada, e temos o CO₂ equivalente. O que nós não temos – aí esta Casa pode nos ajudar muito – é a regulamentação dessa lei. Precisamos regularizar isso no Brasil para a gente poder avançar, e espero que esta Comissão nos ajude muito.

Isso é um pequeno retrato do que nós temos no Brasil hoje; é um pequeno retrato. E esse pequeno retrato tem 204 milhões de hectares. Imaginem então a conversão desse carbono em termos de recursos financeiros que possam ser revertidos para a agricultura brasileira, para resolver determinados problemas de dívida, de avanço tecnológico, de transferência de tecnologia, de verticalização de produção e de auxílio efetivo em controle da segurança alimentar mundial.

Nós temos um papel importantíssimo: nós somos hoje os principais *players* dessa história no mundo, e isso aí mostra um pouco a nossa situação.

Vamos para frente

O próximo mostra o remanescente do bioma cerrado. O que é isso? O que isso tem a ver com agricultura BC? Tudo. Tem tudo a ver com Agricultura BC. Porque nesse remanescente estamos falando de pelo menos 12 mil espécies que existem no cerrado brasileiro e que, em tempos passados – e aí estou falando de idade geológica, 10, 15, 20, 50 mil anos atrás –, já passaram por temperaturas maiores do que nós tivemos hoje. E essas plantas sobreviveram. Isso significa que essas plantas têm uma expressão genética que permite tolerar temperaturas elevadas e deficiência hídrica elevada. Nós precisamos estudar essas plantas.

Se vocês pegarem entre o paralelo 10 e o paralelo 20 e fizerem um cinturão no mundo, o único país do mundo que tem esse potencial de biodiversidade com capacidade adaptativa a altas temperaturas e eventos climáticos extremos é o Brasil. E principalmente o cerrado brasileiro.

Imaginem, senhores, se a gente consegue descobrir a expressão gênica de alguma dessas plantas – e a Embrapa tem isso mapeado – e, a partir daí, criarmos plantas tolerantes, adaptadas a esses efeitos! É isso que a ciência brasileira está pedindo hoje. Eu não gosto muito da palavra, mas às vezes ela é boa, causa impacto: moratória! Nós precisamos de uma moratória para estudar. Deixe a gente estudar. Não derrubemos o cerrado por enquanto, enquanto a gente tenta entender essa riqueza que está aí.

Em termos de fármacos, em termos de madeira, em termos de adaptação genética e de vitaminas, proteínas, o que nós temos no cerrado é uma coisa fantástica. E aí vai a Amazônia também. Nós precisa-

mos entender isso e como essas plantas conseguiram sobreviver.

Imaginem colocar esse genes numa soja que está sofrendo, num milho que está sofrendo, num feijão, num café que aborta por não ter essa tolerância à temperatura elevada. Nós precisamos estudar isso. E nós temos o nome, o endereço, o telefone e o CPF de 80 plantas como essa. Que são capazes de sobreviver a isso. E é nesse sentido que a agricultura BC um papel fundamental para nos ajudar nessa linha.

Na caatinga é mais importante ainda. Na caatinga nós temos uma situação, Senador, um pouquinho mais complicada, porque nos biomas a gente tem uma indicação científica que diz que quando se consegue manter até 50% desse bioma, ele tem uma capacidade de regeneração. Ele tem uma certa capacidade de regeneração, até 50% ele consegue voltar. Na caatinga já baixou, estamos com 45%. E aí está complicado. Por isso que o Fundo Clima, este ano, está colocando entre R\$30 a R\$60 milhões para regeneração da caatinga nas áreas de desertificação. E tentar buscar o aumento de renda para os agricultores não está na agricultura BC buscando espécies nativas da caatinga. E aí a gente precisa do apoio do empresariado, precisamos do apoio das empresas de pesquisa, precisamos do apoio dos governos locais, mostrando que umbu, seriguela, cajá, pitanga, isso é bom para o Brasil e é bom para o mundo.

É isso que nós temos que desenvolver. Essa é a ideia. E é isso que estamos defendendo. Nós temos capacidade, temos laboratório, temos ciência e tecnologia e temos condições de fazer. Isso está nas mãos do Ministério da Agricultura e o Ministério do Meio Ambiente é coirmão do Ministério da Agricultura nessas ações hoje.

Próximo, por favor.

Isso mostra como os biomas estão antropizados; nessas áreas a gente já perdeu essa biodiversidade, porém podemos obter uma alta eficiência produtiva com a agricultura BC sequestrando carbono. Essa é a proposta que nós temos e que foi feita no plano setorial.

Próximo, por favor.

Isso aí é a Amazônia. É a mesma coisa, só mostrando para vocês que nós temos todos os biomas brasileiros mapeados. Todos. Todos estão mapeados e todos estão em condições de a gente desenvolver esse tipo de estudo e apresentar soluções o mais rapidamente possível para o Brasil continuar sendo respeitado nessa área. E impressionante com o Brasil é respeitado nessa área climática. E estão nos buscando aqui, estão vindo ao Brasil saber como estamos fazendo isso. E a gente diz que está fazendo isso porque não estamos baixando a cabeça para as barreiras não ta-

rifárias internacionais e o Governo tomou uma posição de : “Vamos resolver o nosso problema; quem quiser que nos acompanhe.”

Claro que as discussões internacionais e os mecanismos de cooperação internacional exigem uma série de acertos, mas a diplomacia tem que partir para luta de boxe, senão punhos de seda.

Essa é a tônica internacional hoje, ninguém está brincando. E o jogo é pesado. O senhor sabe disso, eu não preciso dizer. Nós temos que ser mais agressivos nas nossas propostas. E o Ministério das Relações Exteriores tem ajudado muito o Brasil nessa linha.

Próximo, por favor. A mudança de uso do solo e sequestro de carbono vou passar rapidamente disso, porque nossos colegas do Ministério da Agricultura vão mostrar. Mas a ideia é mais ou menos a seguinte... Vamos pra frente.

Isto aqui, por exemplo: taxas de acúmulos de carbono no solo... No plantio direto, que é um dos temas que nós defendemos. Você pode ter até 500kg de carbono por hectare/ano. Isso vale dinheiro e é por isso que nós estamos incentivando o plantio direto.

Próximo.

Vários trabalhos científicos mostram, em regiões diferentes, como é que é essa variação: entre 500 a 600kg de carbono por hectare/ano. O que significa isso? Eu estou falando em 23 milhões de hectares com plantio direto no Brasil, eu estou falando, mais ou menos, em torno de 12 milhões de toneladas de carbono. Se eu multiplicar isso por 3,6 – isso vai para quase 40 milhões de toneladas de CO₂ equivalente a US\$5 dólares a tonelada. Isso tem de entrar em nosso mercado, isso tem de entrar na nossa carteira de negócio internacional. Por isso que a agricultura BC fala no aumento de mais oito milhões, se não me engano. Carlos Magno, meu colega, vai explicar um pouco melhor a vocês.

Próximo.

Isso aí é uma conversão rápida de um sistema de plantio convencional para plantio direto no cerrado. Só mostrando como é que isso funciona: de um convencional para um plantio direto, você tem um delta de, no mínimo, sem fazer muito esforço, de 380kg de carbono.

Próximo.

E usando sem muito esforço. Com uma coisa ruim... Não precisa ser muito bom nisso, não. Você sobra 230kg. Tanto é que o Ministro, à época, Reinhold Stephanes, falava: “Esse aí eu não quero, não; eu quero plantio direto de qualidade.” Plantio direto de qualidade significa sair de 230 para 500... E é isso o que nós queremos e temos tecnologia para isso.

Próximo.

É este o sistema de qualidade do qual estamos falando e existem vários exemplos no Brasil.

Próximo.

Como é que funciona...

No plantio – preparo convencional –, você passava o arado, a grade e jogava o CO₂ todo para a atmosfera e, no plantio direto, ele fica retido. E tem um adicional superinteressante, que ele mantém a biota no solo e fertiliza esse solo por mais tempo, mantendo o fósforo, mantendo o níveis de potássio elevado e você pode dar mais sustentabilidade à agricultura.

No momento em que eu começo a fazer isso, a gente vai ter que começar a se acostumar com determinados termos... Mas no momento em que eu faço isto: que eu tenho o carbono; que eu aumento a biota; que eu dou sustentabilidade, eu começo a colocar a agricultura no trilho da economia verde. E é essa a economia que nós queremos prosseguir com mais efetividade, mostrando que é possível fazer, sim, em diversos sistemas. A cana-de-açúcar é um exemplo que pode ser apresentado para nós, com muita facilidade, de como isso é possível.

Próximo.

Aí é um exemplo da Embrapa, mostrando como é que se regeneram rapidamente aqueles 500kg de carbono por hectare.

Próximo.

Isso aí é a recuperação de pastagem. O primeiro ponto... Outro dia brincaram comigo dizendo que eu coloquei aquela foto bem feita lá em baixo e a mais bonita para convencer aos financiadores de que se precisa de dinheiro para a pesquisa. Talvez... Talvez... Marketing nunca faz mal a ninguém. Mas nós temos esses sistemas no Brasil, o cerrado brasileiro. Na caatinga, no período seco, você tem boi desse jeito aí. Nós queremos que fique do jeito que está no retrato grande. Por isso nós temos na agricultura BC a proposta de recuperação de 15 milhões de pastos degradados em pastos produtivos.

Próximo.

Ou, então, alguma coisa desse jeito em que se tem árvore com pastos. Cada árvore dessas tem, mais ou menos, 40% de carbono. E isso vale também dinheiro no mercado de carbono emergente que nós estamos discutindo. A integração lavoura-pecuária é também outro ponto importante de financiamento da agricultura BC, de proposta da agricultura BC.

Próximo.

Isso é resultado de uma pesquisa onde se mostra: sem a integração lavoura-pecuária o gráfico vem descendo; quando você muda o sistema, inverte-se. É o que a gente chama de ponto de inflexão. E naquele ponto de inflexão, então, você passa a acumular car-

bono no solo. Isso é em Mato Grosso, em Maracaju, mostrando como você sai, em cinco anos, de uma situação degradada para uma situação melhor.

Próximo.

Aí já é em Santa Carmem, em Mato Grosso. No estudo desse caso, em Santa Carmem, ali naquela linha verde é o estoque de carbono na vegetação natural. Como estava? Eram 75 toneladas de carbono por hectare, plantio convencional. Vamos em frente. Você perde carbono, você vai perdendo carbono, porque a planta, a fotossíntese exige que você traga carbono para a planta para ela poder crescer. A gente come carbono. E aí você vai perdendo carbono. No momento em que você muda o sistema, você já começa a ter, para um sistema convencional um pouquinho melhor, já começa a reduzir esse consumo de carbono, e aí você introduz a integração entre lavoura e pecuária. Aí muda tudo.

Próximo.

E você deixa, então, de perder carbono e passa a acumular carbono no seu sistema. De novo, a US\$5 a tonelada, se eu começar a falar em quatro, cinco, seis milhões de hectares nesse sistema, eu começo a falar em agregação de renda ao nosso sistema produtivo. É uma renda a mais que o nosso pecuarista, produzindo nesse sistema, teria para a sua renda no seu sistema de produção.

Próximo, por favor.

São alguns exemplos que eu...

Montividiu, em Goiás, já é um pouquinho menos, não é tão drástico quanto em Mato Grosso, por questões de clima e de solo.

Próximo.

Você tem ali a redução e, no momento em que você introduz a integração entre lavoura e pecuária, inverte a situação. Isso é impressionante.

Isso começou agora no Brasil? Não. Nós temos 28 anos de experiência nesse sistema. São 28 anos de experiência. O Brasil tem 196 pontos de controle desse sistema, de norte a sul do País, todos eles mostrando que isso é viável. Vai desde o Nordeste até o Rio Grande do Sul mostrando a viabilidade desse sistema.

Vamos para frente, por favor.

Esses slides eu vou passar porque vou deixar para o pessoal do Ministério, que é um pouco a política que o Mapa está adotando.

Proposta, degradação de pastagem...

Vamos para frente.

Aqui é interessante. Esse é o percentual de pastagem natural que o Brasil tem – fonte: IBGE, último censo –, mostrando, então, como é que isso vai de zero a cem por cento na pastagem natural.

Próximo, por favor.

E aqui mostra a taxa de lotação de unidade/animal por hectare. Então vocês percebiam que nos verdinhos ali, nós temos uma taxa de lotação muito baixa, de 0,25 a 0,5. Quando nós propusemos a agricultura de baixa emissão de carbono, “não, mas nós podemos ter cinco ou seis bois por hectare”. Concordo. A média nacional é de um. Mas eu não quero melhorar o que está bom, quero melhorar o que está ruim. E o que está ruim são 60 milhões de hectares que estão nessa condição verde.

Então, num primeiro momento, a política ABC pretende tirar 15 milhões de hectares dessa situação de 0,4 unidades/animal para uma unidade/animal. É mais de 200% de aumento de eficiência do sistema com sequestro de carbono.

É o verde claro e o verde escuro. São os dois primeiros itens ali, onde você tem uma baixíssima capacidade de suporte. A média brasileira é muito boa, uma unidade. É muito boa. Só que, nessa região, ela não é boa e é ali que nós estamos emitindo carbono. E é por causa desses 60 milhões de hectares que a pecuária foi muito massacrada no início da discussão das mudanças climáticas no Brasil. E nós estamos provando que é possível reverter isso com a política ABC. Além de produzir mais carne, você sequestra carbono e o sistema é eficiente.

Vamos para frente.

Bom, isso é o plantio direto.

Nós estamos falando mais em arroz, soja, milho e sorgo. Seria na integração entre lavoura e pecuária.

Próximo, por favor.

Aí plantio direto com braquiária.

Vamos passando.

Da integração entre lavoura e pecuária eu já falei.

Vamos passando.

Isso aí é uma rotação, Senador. É interessante. Você tira o arroz e põe; tira o pasto e põe eucalipto e arroz. Eucalipto porque sim; eu posso pôr pinus, posso pôr angico, posso pôr qualquer sistema florestal. No segundo ano, tem eucalipto e soja e no terceiro ano eu já tenho eucalipto, pastagem e animal. Esse é o sistema que nós queremos. Duzentas toneladas de carbono por hectare/ano num sistema como esse, além do aumento da eficiência do sistema. É um negócio fantástico que a gente precisa... É caro, mas a gente precisa apostar nisso porque melhora muito.

Próximo, por favor.

Plantio de floresta. Aí nós estamos falando de eucalipto, pinus, angico, cedro, peroba... A seringueira também entraria no sistema florestal. É fantástico o potencial que temos nisso.

Na agricultura BC entraram, basicamente, eucalipto e pinus no primeiro momento, mas os planos são revisados todos os anos.

Próximo, por favor.

Bom, a fixação biológica de nitrogênio, que é você tirar o nitrogênio da planta, o mineral, e colocar bactérias fechadura. O Brasil também dá um show nessa área e a gente tem propostas muito interessantes de retirar isso. Evita a emissão de óxido nitroso, que é trezentas vezes mais forte que o CO₂. Então, isso aí é um ponto importante que está sendo tratado pela pesquisa. Nós pedimos mais cinco anos para poder apresentar soluções de escala no País.

Próximo, por favor.

No Plano ABC, resumindo, é isto que nós temos: plantio direto, integração lavoura-pecuária, recuperação de pastagens. E aí o Carlos Magno vai falar um pouco mais.

Próximo.

As ações efetivas do Governo: nós temos os grupos gestores estaduais, que já começam a efetivar esse plano – a ideia era começar no Mato Grosso e Goiás –, seminários de sensibilização, que o Ministério da Agricultura está cuidando, e capacitações realizadas nesses Estados aí.

Próximo.

Pontos de estrangulamento, no nosso entendimento. Carlos, por favor, corrija-me ou acrescente, porque esse negócio não é fácil. Nós temos R\$3,2 bilhões nisso. Pontos de estrangulamento: o acesso à fonte de financiamento foi um problema sério no ano passado com os 2 milhões, praticamente zero de execução. O acesso ao financiamento era difícilíssimo. O Ministério da Agricultura começou a resolver isso. Problemas: transferência de tecnologia não é fácil. Nós estamos maltratando a nossa transferência de tecnologia. Nós precisamos fortalecer a nossa transferência de tecnologia de maneira que essas tecnologias cheguem ao agricultor. E mais rapidez e capacitação na elaboração dos projetos de maneira que os bancos tenham agilidade na liberação do recurso. No nosso entendimento, no Ministério do Meio Ambiente, essa é a questão.

Próximo, por favor.

E aí para ajudar o Ministério da Agricultura, o que nós fizemos? Em relação ao clima neste ano o Ministério da Agricultura estava com certa dificuldade. Falamos assim: “Não, espera aí. Vamos trabalhar juntos porque, se a agricultura BC não funcionar, o Plano Nacional sobre Mudança do Clima não funciona.” Então, não existe isto: Ministério da Agricultura, Ministério do Meio Ambiente. Existe uma concertação nacional para a redução de emissão de gases de efeito estufa. Então, nós já liberamos para o Ministério, agora, na

semana passada, R\$420 mil para ver se, até o fim do ano, ele consegue acelerar essa capacitação para podermos liberar muito mais no ano que vem e efetivar isso. Aí vêm exemplos de publicação, cartilhas sobre mudanças climáticas, capacitação, etc. Esse é o nosso trabalho junto ao Ministério.

Senhores, este é um fato histórico: o Ministério do Meio Ambiente não briga mais com o Ministério da Agricultura. Nós estamos trabalhando juntos nessa solução. Isso não era assim. Isso começou a ser assim depois que há o entendimento de que não dá certo se não ficar junto. Dividir para ficar forte não existe na lei da física. Não consigo entender isso. Começamos a trabalhar juntos e fazemos várias coisas a quatro mãos, o que tem dado certo.

Próximo.

O sistema de monitoramento desse...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EDUARDO DELGADO ASSAD – Faltam dois minutos. Eu estou acabando.

Nós montamos o sistema de monitoramento, que já está monitorando a Agricultura BC. Nós já a monitoramos da seguinte maneira.

Próximo. Vamos passar mais rápido.

Todos esses pontinhos que estão aí são pontos de pastos degradados que foram monitorados, levantada a situação do estoque de carbono para o T Zero. E o que é o Tempo Zero para nós? Quando a lei foi promulgada: 2010. Então, nós já temos esses pontos levantados de maneira que, em 2005, 2006, voltemos a esses locais para ver se foram efetivas as ações que o Governo e a iniciativa privada tomaram. Esses pontos estão monitorados.

Vamos passar. Vai passando.

Para vocês terem uma ideia de como é feito, vai para o campo, coleta amostra, analisa, determina carbono, estoque de carbono, vê tudo isso por bioma. Isso foi feito com a ajuda da Embrapa, e tudo georreferenciado. O mais importante é que tudo é georreferenciado, não se perde o ponto. Essa curvinha aqui embaixo é muito interessante, que é o apoio do Inpe, em que começamos a ver qual é o que chamamos tecnicamente de produtividade primária líquida, como essa vegetação respondeu ao longo dos anos. No momento em que você começa a recuperar, essa curva sobe o pico e você consegue, por satélite, saber se o seu plano setorial está sendo eficiente ou não. Então, nós temos vários mecanismos de monitoramento para verificar isso. Foi feito com pastagem e começamos agora com integração lavoura-pecuária, com a ajuda do Ministério da Agricultura.

Próximo.

São os resultados consolidados, que a gente pode depois passar para a Comissão para vocês terem ideia do estoque desse carbono nos diversos pontos amostrados.

Próximo. Vai passando que já acabamos.

Era isso que eu queria dizer para vocês. Então, na verdade, a Agricultura BC é uma realidade, está funcionando, e o Ministério da Agricultura também precisa de muito apoio para poder fazer isso acontecer. É o maior programa de carbonização da agricultura do mundo. Precisa ter o apoio de todos os setores para que funcione bem. É importante que isso seja dito. Senão, fica sendo uma coisa do Ministério da Agricultura. Não o é. É uma coisa do Brasil, monitorado pelo Ministério da Agricultura.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Eduardo Delgado Assad. Realmente, política como essa não pode ser do Ministério do Meio Ambiente e também não pode ser do Ministério da Agricultura. Tem que ser, Senador Aloysio, Senadora Vanessa Grazziotin e Deputado Garotinho, uma política de Governo e – muito mais – uma política de Estado.

Quero dizer que o plantio direto começou no meu Estado, o Estado do Paraná, e inclusive foi inventado no Estado do Paraná, na cidade – para ser mais preciso – de Rolândia, por um alemão radicado brasileiro, o Sr. Uli.

Vivo até hoje.

A minha família, que é produtora principalmente de soja no Estado do Paraná, faz uso do plantio direto desde meados dos anos 80. Então, há mais de 25 anos nós usamos o plantio direto no Paraná.

De imediato, eu passo a palavra ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, cujo tempo será utilizado pelo Carlos Magno Brandão e também pelo Elvison Nunes Ramos. Então, eu deixo a V. Ex^{as} a administração do tempo.

V. Ex^a, Dr. Carlos Magno, tem a palavra.

O SR. CARLOS MAGNO CHAVES BRANDÃO – Boa-tarde, Senador Sérgio Souza. Cumprimentando V. Ex^a, cumprimento todos os membros da Mesa, demais Parlamentares, senhores e senhoras presentes.

Dando sequência ao que já tão bem colocou meu amigo Eduardo Assad, o plano ABC – vou tratar dessa forma para não ter que falar este nome comprido, que é Plano Setorial de Agricultura...; todo mundo já fala plano ABC e, felizmente, esse nome pegou –, na verdade, é uma iniciativa realmente muito feliz do Governo brasileiro, mas é muito importante a gente ter em mente o que já foi dito. Esse é um plano do Brasil. O Brasil está dando um exemplo para o mundo. E é muito importante que realmente haja um comprometo-

timento do Executivo, do Legislativo, dos governos estaduais. Nós temos inclusive trabalhado exatamente dessa forma. Nós temos procurado criar, em cada Estado, um grupo gestor estadual, que é um trabalho desenvolvido pelo Governo Federal, pelo governo dos Estados e, muitas vezes, pelos Municípios, porque é dessa forma que nós vamos fazer esse trabalho chegar realmente à ponta, que é o produtor.

Eu vou resumir aqui o plano em poucas palavras e depois vou passar para o Elvison, que vai fazer uma apresentação técnica do plano. Mas o que é o plano em si? Além das questões de monitoramento, da questão climática, na prática é o seguinte: nós estamos disponibilizando tecnologias já existentes e que foram desenvolvidas pela Embrapa, pelas universidades brasileiras, com recursos numa condição absolutamente especial, para que os produtores realmente possam não só dar a sua contribuição ao Brasil para cumprir este compromisso da redução de emissão de gases – efeito estufa –, mas também aumentar a sua renda, aumentar a produção de alimentos no Brasil e obviamente no mundo e, o mais importante, sem desmatar, já que o foco é recuperar áreas degradadas. Então, isso é sustentabilidade. Na verdade, é disso que o Brasil precisa, é disso que o mundo precisa.

Então, acho que essa é uma grande oportunidade que o Brasil está tendo realmente de dar esse exemplo para o mundo. Eu acredito nesse plano, nesse programa. E mais ainda: é importante que vocês tenham nos dado esta oportunidade para falarmos aqui desse programa importante para o Brasil.

Eu vou passar agora a palavra para o Dr. Elvison, que vai fazer uma apresentação técnica resumida do programa, para que vocês possam estar inteirados. Em seguida, se vocês quiserem, nós estaremos aqui para responder perguntas, dúvidas que possam existir.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Dr. Carlos Magno.

Então, com a palavra o Dr. Elvison Nunes Ramos, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O SR. ELVISON NUNES RAMOS – Senhoras e senhores, agradeço. Acho que o Dr. Carlos Magno já fez a apresentação necessária. Vou entrar logo na apresentação e tentar ser o mais breve possível.

Próximo, por favor.

Bom, o plano ABC veio, na verdade, para tentar também construir algo diferente para a agricultura brasileira, mas os desafios da agricultura são muitos. Eu tentei resumir alguns só para nós centrarmos um pouco a nossa discussão: a questão de crescimento demográfico no mundo. O aumento das exportações, a questão da balança comercial. É uma necessidade econômica.

Temos aí um padrão de produção sendo norteador por um padrão de consumo nacional e internacional, com o passar do tempo, a girar mais fortemente com relação à produção nacional, barreiras, que normalmente conhecemos, não tarifárias, questões ambientais entre outras.

Temos aqui uma recuperação de áreas produtivas degradadas. O nosso enfoque aqui não é área degradada em termos de APP e Reserva Legal. Recuperação de áreas degradadas são áreas de pastagens degradadas e áreas de produção agrícola degradadas. É um enfoque um pouquinho diferente daquele que a área ambiental costuma dar sempre para essa temática.

Temos a questão de remuneração também por serviços ambientais e créditos de carbono. Eu acho que essa realmente é a grande cereja desse bolo, como atrativo para o nosso produtor rural se inserir nesse processo. É uma das grandes atrações que teremos futuramente, com a regulamentação do pagamento por serviços ambientais. Logicamente, o produtor que tiver inserido no programa ABC tem como concorrer para ser beneficiado por esses pagamentos.

Demandas por alimento seguro e certificado. Logicamente, é uma demanda não só do nosso mercado nacional, como internacional.

O desejo de uma agropecuária mais sustentável.

E o tema que estamos falando aqui que é a questão da redução de gases de efeito estufa e mudanças climáticas.

Próxima. Nós temos aqui outros desafios que é a questão dos desmatamentos e a questão das queimadas. Esses dois colocam o Brasil realmente em terceiro e quarto maiores emissores de gás. Temos aqui uma agricultura tradicional que é altamente emissora de gases de efeito estufa. Temos aqui a prática, feita principalmente pelos nossos pequenos e médios produtores, que é a queima da pastagem, para mineralização de nutrientes para pastagem subsequente. Temos aqui pastagens degradadas, que é um dos temas fortes do plano ABC, recuperação de pastagens degradadas. E temos o boi nisto que chamamos de efeito sanfona: na época das chuvas, ele engorda e, na época da seca, ele emagrece. Por último, aqui, a questão da emissão de gases metano pelos ruminantes.

Próxima, por favor. Temos aí a política, como já foi colocado, que teve origem, na verdade, a partir do estabelecimento dos compromissos voluntários na Cop 15. Depois, tivemos a publicação da Lei nº 12.187, que estabeleceu que o Poder Executivo criará os planos setoriais, em que um deles é o plano da agricultura. Como o Dr. Eduardo Assad falou, já temos cinco prontos, em que um deles é o da agricultura, que também está servindo de modelo para outros cinco que ainda

estão em fase de elaboração. Também prevê medidas fiscais, tributárias, entre outras, que serão estabelecidas mediante legislações específicas. A novidade do processo do plano ABC, como o Dr. Carlos Magno falou, resumindo, um plano da agricultura de baixa emissão de carbono, é a questão do monitoramento, o reporte e a verificação, porque isso é para atender a um compromisso internacional. Ele tem de ser necessariamente monitorado, reportado e verificado. Temos de comprovar as medições feitas e as reduções alcançadas, tanto para mitigação quanto adaptação.

Próxima. Aqui, são os planos, resumidamente. O da agricultura está aqui, já está pronto. O plano da agricultura já foi concluído e já foi aprovado pela Comissão Interministerial de Mudanças Climáticas. Só estamos aguardando agora uma deliberação da Casa Civil da Presidência da República para ver o melhor instrumento para tornar esse plano público, porque ele também apresenta uma grande novidade, que é a sua avaliação a cada ano. Esse plano vai ser reavaliado a cada dois anos. Então, o instrumento que for tornar público esse plano também deverá ser um instrumento que viabilize essas atualizações a cada dois anos.

Próxima. Os eixos que balizaram a construção do plano ABC estão na mitigação e na adaptação. Mitigação: eu falo na questão do sequestro de carbono e os temas que envolvem a questão do sequestro, reduzir as emissões de gases de efeito estufa e a adoção de sistemas e práticas sustentáveis na agricultura.

Com relação à adaptação, nós temos a geração de novas cultivares e tecnologias adaptadas, adaptação sistemas produtivos, que é um das metas, e também as comunidades. Isso aqui é importante sempre realçar, ou seja, não adianta adaptar culturas, sistemas, e as comunidades não estarem ainda adaptadas a essas mudanças. E se elas não estiverem adaptadas, não adotar essas novas tecnologias, essas novas cultivares que já estão prontas ou que estarão prontas para enfrentar as questões das mudanças climáticas. Então, comunidades é um dos focos do Plano ABC e, também, reduzir as vulnerabilidades.

Próximo.

Temos aqui o objetivo geral do Plano ABC, que é garantir o aperfeiçoamento contínuo dos sistemas e práticas de uso e manejo sustentável dos sistemas produtivos ou dos recursos naturais que promovam a redução das emissões de gases de efeito estufa e, adicionalmente, também aumentem a fixação atmosférica de CO₂ na vegetação e no solo dos setores da agricultura brasileira.

Próximo.

Objetivo específico: logicamente, cumprir o compromisso assumido voluntariamente na Cop 15; pro-

mover esforços para se obter o desmatamento ilegal zero, porque nós temos uma legislação que permite ainda desmatamento e temos produtores rurais que ainda não utilizaram, dentro do que define a legislação brasileira, não desmataram ainda aquilo que lhes é permitido. Então, só o que a agricultura realmente combate é o desmatamento ilegal zero. Quer dizer, o produtor rural tem de estar dentro das regras e das normas brasileiras; incentivar arranjos produtivos favoráveis que assegurem a redução das emissões de gás de efeito estufa; incentivar estudos de adaptação, logicamente, junto como parceiros da academia.

Próximo.

Nós temos aqui o resumo das tecnologias do Plano ABC: recuperação de pastagens degradadas: o objetivo é recuperar 15 milhões de hectares; integração lavoura/pecuária: nós queremos aumentar em torno de quatro milhões de hectares o uso dessa tecnologia; sistema de plantio direto com qualidade, é bom especificar isto, queremos aumentar em oito milhões de hectares; fixação biológica de nitrogênio: nós queremos aumentar o uso dessa tecnologia em 5,5 milhões de hectares; florestas plantadas: aumentar em três milhões de hectares. Nós temos um valor que foi definido por um estudo realizado pela SAE, da Presidência da República, que diz e que existe a possibilidade de aumentarmos em nove milhões. Mas nós fomos modestos na nossa colocação e só estabelecemos três milhões. E tratamento de dejetos animais: aumentar o tratamento em 4,4 milhões de metros cúbicos.

Próximo.

Trata-se aqui do resumo do plano, como ele foi concebido: a Cop 15; depois tivemos a publicação da lei e o decreto que regulamentou essa lei; a questão dos planos setoriais de mitigação da agricultura. Mas cabe enfocar aqui que nós tivemos a participação da Casa Civil da Presidência da República, e, coordenando esse trabalho do Plano ABC, tivemos o Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Agrário.

Logicamente, devemos sempre focar que tivemos a participação intensa do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas e, também, do setor produtivo. Os atores que construíram esse plano, como o Dr. Eduardo Assad colocou, foram o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Ciência e Tecnologia, ONGS ambientais participando da construção do Plano ABC – eu cito o WWF, o ISA –, a CNA, a Contag, todos na mesma mesa contribuindo para que tenhamos esse grande plano para a nossa agricultura. É um plano que, na verdade, deu corpo para aquilo que já se vem fazendo há mais de 30 anos na agricultura, só que não tínhamos conseguido ainda dar um corpo que fosse visível à nossa sociedade como um todo, porque a agricultura

brasileira, ao longo dos anos, tem demonstrado que o aumento da sua produtividade é muito superior em relação a sua área plantada. Fazendo um comparativo, de 1990, mais ou menos, para 2010, a área plantada realmente aumentou muito pouco, mas a produtividade disparou muito.

Próximo.

Quais são as ações do Plano? São todas essas. Logicamente que existe uma certa confusão entre o Plano ABC com a linha de crédito do Ministério da Agricultura, que se chama Programa ABC. Espero, com essa apresentação, que a gente diminua essa tendência natural de gerar certa confusão sobre isso.

Nós estamos tratando aqui da questão de divulgação do plano, capacitação de técnicos e produtores rurais, crédito rural – logicamente –, regularização ambiental, regularização fundiária, assistência técnica, realização de estudos de adaptação, pesquisa, desenvolvimento e inovação, transferência de tecnologia, como o Dr. Eduardo Assad colocou, que também é um dos pontos fundamentais, disponibilização de insumos e produção de sementes e mudas – falamos de recuperação de áreas degradadas incluindo não só pastagem como também APP e reserva legal.

O Ministério da Agricultura está dando um enfoque grande a essa primeira etapa de divulgação. O Fundo Clima realmente aportou recursos para o Ministério da Agricultura para nós fazermos essas duas primeiras etapas – capacitação de técnicos e divulgação –, lembrando fortemente que quem vai cumprir o plano de agricultura de baixa emissão de carbono é o nosso produtor rural. Ele é o grande agente de modificação de nossa agricultura convencional, tornando-a uma agricultura tecnificada. É ele que vai cumprir isso. Então o nosso foco final realmente é o produtor rural, para que ele se sinta convicto de que está adotando a tecnologia ambientalmente saudável, está trocando a convencional por uma tecnologia sustentável, mas também, com isso, ele está aumentando sua renda e melhorando a sua qualidade de vida.

Próximo.

O Plano ABC tem uma estratégia. É lógico que aqui está simplificado. É lógico que aqui temos o CIM, que é o Comitê Interministerial de Mudanças Climáticas, que avaliou e aprovou o Plano da Agricultura, e o GEX, que é o grupo executivo. Nós temos também uma comissão executiva, que trata das questões de monitoramento e acompanhamento e promove novas medidas dentro do plano e temos aqui o grupo gestor estadual.

Por que essa metodologia? Porque nós fizemos um compromisso em Copenhague e vimos aí construindo o Plano ABC. Se continuássemos nessa pirâmide

de construção de um plano nacional para tentar chegar até o nosso produtor rural logicamente essa base – estou usando o termo da extensão rural – da pirâmide estaria tão grande que o produtor rural não se enxergaria nela, dificilmente as associações de produtores e as cooperativas se enxergariam nesse plano. Então, nós invertemos a lógica. Hoje nós estamos construindo, mediante o estabelecimento desse grupo gestor estadual, o plano estadual para contribuição para o plano nacional. Aí, sim, nós começamos de baixo, com os produtores, associações de produtores, contribuindo para o Estado construir o seu plano estadual em contribuição ao plano federal, invertendo a pirâmide e fazendo com que as bases se encontrem. Aí, sim, conseguimos que as classes produtoras brasileiras – não falo aí só dos grandes, mas também do médio, do pequeno e do familiar, se enxerguem nesse processo.

Próximo, por favor.

Então, nós temos aqui...

Uma das grandes ações do plano é a capacitação. Nós temos capacitação em esfera nacional, nós temos também capacitação em esfera estadual – essas duas aqui – para capacitar não só os agentes financeiros, mas também os técnicos e produtores rurais e, por último temos aqui não menos importante os produtores rurais. Eles precisam, realmente, estar convictos de que esse processo como um todo trará benefícios para eles não só econômicos, mas também sociais e ambientais.

Próximo.

Aqui é a nossa linha de crédito. Então, temos aí o Plano ABC, mas também temos o Programa ABC, que é uma linha de crédito do Ministério da Agricultura em apoio ao produtor rural, ou seja, nós temos aí cerca de R\$3,15 bilhões a serem disponibilizados por essa linha de crédito. Nós temos valor em torno de um milhão de reais, que pode ser o limite por tomador, podendo ter um período de pagamento de até quinze anos, quando apresenta o componente arbóreo no projeto, nós temos aí um prazo de carência de 8 anos e juros de 5.5% ao ano. Das linhas de crédito essa é a de juros mais atrativos, não concorrendo, logicamente, com os juros da agricultura familiar, em que pode haver juros de até 2%.

Esse é o Programa ABC do Ministério da Agricultura, que é um dos pilares do Plano ABC.

Próximo, por favor.

Bom, aqui

As três últimas lâminas: só falando de por que nós tivemos um plano ABC, a varias mãos, com a área ambiental, ONGs ambientais, Ministério do Meio Ambiente e setor produtivo tanto do pequeno, do médio do grande produtor, todo mundo numa mesma mesa.

Realmente esse plano tem uma transversalidade muito grande e ele vem atender a muitos aspectos que a agricultura, na verdade sempre buscou. Ou seja, esse plano promove práticas onde tem um maior sequestro de carbono, redução das emissões de gás efeito estufa. Isso não é só o produtor que se beneficia, a sociedade como um todo também se beneficia desse processo.

Redução da necessidade de novos desmatamentos, ou seja, numa área onde já desmatou, já gastou recursos para tornar essas áreas produtivas ele agora vai recuperar e aumentar a sua renda nessa área.

Recuperação da qualidade da capacidade produtiva do solo, então ele vai aumentar a sua produção e a sua produtividade.

Redução da erosão, que é um fantasma que acompanha o plantio convencional hoje. Nós temos aqui, maior infiltração de água, ou seja, o produtor que adotar essas tecnologias ele pode se qualificar como beneficiário de pagamento por serviços ambientais, eles se tornam um produtor de água.

Menor evaporação da água do solo, ou seja, vocês podem ver ao fundo aqui, nós temos integração: lavoura, pecuária, floresta. Nesse sistema aqui a evaporação – e aí vai por transpiração – é muito reduzida, então nós temos no final da seca, esse capim que está aqui em baixo, ele continua verde, não logicamente um verde intenso, mas continua verde. E, além disso, nós temos aqui, como falei a evaporação da água do solo, uma diminuição do custo dos produtores, porque ele diminui custo com relação à adubação e outros processos e aumenta sua renda, sendo neste momento, até agora, o maior atrativo para ele é o econômico, para ele se motivar para entrar nessa proposta.

Nós temos aqui uma baixa incidência de pragas, nós estamos fazendo rotação de culturas, misturando culturas e com isso estamos inibindo o aparecimento de pragas. Então, menor uso de agrotóxico. Isso é diminuição de custos.

Nós temos a diversificação da produção e minimização dos riscos climáticos e de mercado. Isso o banco gosta muito porque o produtor vai ter pelo menos três produtos na sua propriedade para que ele possa realmente converter em moeda e pagar a sua dívida no banco.

Bem estar animal, ou seja, esse animal que está aqui, no fundo, colo tela de fundo, ele está pastejando com microclima gerado pelo componente arbóreo excelente. Isso eu não sei se vocês já tiveram oportunidade, se tiverem eu relato para vocês, mas essa é experiência de campo, ou seja, nós estamos no meio de uma plantação de milho. Atravessando a estrada nós tínhamos essa integração lavoura/pecuária, o clima mudou completamente, parece que saímos de um

clima muito quente para um ar condicionado em plena área rural. Então esse boi é realmente um boi ecológico, se alimentado a pasto e promovendo o bem estar animal, ou seja, ele terá uma carne de melhor qualidade, esse capim também será de melhor qualidade, melhor digestibilidade, diminuindo aí a emissão de gás e metano pelo ruminante.

Aumento da fixação de carbono.

E por último, e também aqui não menos importante e eu acho que o mais importante é uma tecnologia que é adaptada a pequenos, médios e grandes produtores rurais. Então todos podem se beneficiar, até os familiares. Desculpa, porque às vezes a gente se esquece de citar, mas para gente está aqui dentro do pequeno ou familiar. Então é uma tecnologia adaptado a todos. Quer dizer, todos podem ter acesso e devem ter acesso a essas tecnologias.

Por último, comento que a questão da integração lavoura/pecuária, plantio direto e as outras tecnologia do plano ABC tornou essa convivência da área de preservação e área de produção uma convivência harmônica, ou seja, o que está sendo gerado na área de produção está beneficiando a área de preservação com água, evitando a entrada do setor produtivo na área de preservação, quer dizer, promovendo realmente uma harmonização dessas duas grandes áreas que, num passado recente, realmente motivaram, através da mídia, muitas críticas à agropecuária brasileira, até desmerecidamente tentando colocar o nosso produtor como um desmatador, aquele que cometeu algum crime ambiental. Então, hoje não. Hoje nós temos uma convivência harmônica. E esse é o grande

Então hoje nós temos uma convivência harmônica, e esse é o grande sucesso do plano ABC.

Aqui eu deixo o meu telefone e o meu e-mail. Caso tenhamos alguma pergunta que não consiga responder e outras que surgirem estarei à disposição para maiores esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado Dr. Elvison, representando aqui o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Foi muito bem colocado a situação de que também temos como finalidade o controle da erosão e estamos discutindo muito isso, Senadora Vanessa, na questão do Código Florestal que a mata ciliar tem por finalidade também o filtro para não deixar poluir as nossas águas. Então, o plantio direto e outras atividades, mas principalmente o plantio direto, tem Deputado Garotinho, essa finalidade também.

Quero informar a todos os senhores parlamentares membros desta Comissão, que se manifestem até o próximo dia 7, segunda-feira, no máximo até terça-feira, sobre o interesse de compor a comissão desta

Comissão que vai a Durban, que é a convenção das partes, que é a Cop 17, na África do Sul. Essa Comissão está formando uma comissão e temos notícias de que estamos tendo problemas com relação a voos, hotéis que o Ministério das Relações Exteriores nos colocou como preocupação esta semana. Então, queremos, na semana que vem, fechar isso até mesmo porque precisamos encaminhar à Mesa do Senado e estamos conversando para colocar a Mesa da Câmara nessa conversa, caso haja interesse de muitos dos senhores parlamentares, para cuidarmos das questões de recursos para a viagem e outras despesas dessa viagem.

O evento da Cop 17 tem início no final do mês de novembro e término no dia 9 de dezembro. A parte final da Cop é a que mais interessa. A ideia é sair daqui no dia 5, que é domingo, senão me engano, dia 4, domingo, para participar segunda, terça, quarta, quinta e sexta, cinco dias de evento, com retorno no sábado ou domingo. A ideia é ouvirmos todos os palestrantes e, na sequência, faríamos uma rodada de perguntas.

De imediato, passo a palavra ao Sr. Vinícius Leandro Skrobot, que é o Coordenador do Centro de Pesquisa e Análise de Tecnologia, da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Combustível.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. VINÍCIUS LEANDRO SKROBOT – Boa-tarde. Estou aqui a pedido do Diretor Allan Kardec e a ideia aqui é fazer, de forma bem sintética, um panorama do mercado de biocombustíveis com foco nas ações mais recentes de regulação. Sou do Centro de Pesquisa e Análise Tecnológica, que é uma parte da Superintendência de Biocombustíveis e Qualidade de Produtos.

Pode avançar.

Aqui tem uma linha do tempo dos biocombustíveis no Brasil e chamo atenção para alguns eventos mais importantes.

Em 1974, tivemos a criação do Pró-Álcool; em 1983 tínhamos mais carros movidos a álcool do que gasolina, 90% da frota era movida a etanol; nos anos 90 passamos a ter esse teor de etanol misturada a gasolina que temos hoje, entre 20% e 25%; em 2003, um evento importante para o mercado de biocombustíveis foi o lançamento dos carros biocombustíveis; em 2005, o lançamento do Programa Nacional do Biodiesel; em 2008, início do uso obrigatório do *biodiesel* no diesel e naquele momento era o B2, 2% em volume de *biodiesel* no diesel e esse teor foi aumentando, em 2008, 3% até que, em janeiro de 2010, tínhamos e temos até hoje 5% de biodiesel no óleo diesel. Acrescentei a Lei nº 12.490, de setembro deste ano, que criou um novo marco regulatório com algumas obrigações adicionais para Agência Nacional de Petróleo.

Próximo.

Falando especificamente do etanol, temos um mercado com mais de trinta anos de uso comercial, uma produção de cerca de 27 bilhões de litros por ano, o advento do veículo bicombustível fortaleceu o mercado de etanol e promoveu um aumento do uso desse combustível.

Em alguns momentos do passado recente tivemos o etanol com o combustível mais importante do que a gasolina para veículos leves. Agora isso não acontece porque o etanol está com o custo mais elevado.

Temos algumas unidades, algumas usinas de etanol, o bagaço da cana como fonte de energia elétrica com possibilidade dessa energia elétrica ser vendida para a rede comum de energia elétrica.

Temos experimentos com o uso de etanol em veículos pesados, em ônibus urbanos em São Paulo e em pequenos aviões, especialmente aviões para aspersão de inseticidas em lavouras. Próximo.

Esse gráfico mostra a evolução da demanda de etanol e gasolina. A gente nota que a linha vermelha mostra a demanda de etanol anidro que vem crescendo gradualmente sem muitas variações, mas elas são sazonais apenas. O etanol anidro é a linha azul e teve um grande aumento até o início de 2010 e depois uma queda muito grande e a linha preta é a gasolina A, aquela gasolina que é misturada ao etanol.

A gente nota que naqueles períodos, entre as linhas tracejadas, nós tínhamos um somatório do etanol anidro e o do hidratado maior que o da gasolina. Nesses períodos a gente tinha o etanol como o principal combustível de veículos leves.

Próximo.

Essa é a cadeia de suprimento do etanol. A gente tem a refinaria ali em cima, produzindo a gasolina A. Essa gasolina é entregue às bases primárias. Eu peço desculpas porque alguns slides estão com figuras em inglês porque usei como base na apresentação feita recentemente em evento internacional.

A gasolina A é enviada às bases primárias, vai às bases secundárias que recebem o etanol anidro que é misturado à gasolina para que seja vendida a gasolina C e essas bases primárias e secundárias vendem a gasolina C e também o etanol hidratado que é o etanol usado diretamente nos veículos. Até a Lei 12.490, a área de atuação da ANP era esse quadrado verde. A gente regulava da porta da usina de etanol para frente. Próximo.

Com a entrada da Lei 12.490, a ANP começou a regular toda a cadeia produtiva do etanol desde a planta produtora até a revenda do etanol. Não muda nada em termos da cadeia de suprimento. Apenas onde a ANP está agindo. Próximo.

Vale mencionar que a ANP não regula o plantio da cana e nem os processos legais de produção do açúcar, somente o processo industrial da produção do etanol combustível. Então, desde a fermentação, a destilação, a produção e o armazenamento do etanol, tudo é da esfera de atribuições da ANP. Agora está em consulta pública novas regras para autorização da produção de etanol.

Próximo.

Essa lei é que ela altera vários dispositivos da lei do petróleo, Lei nº 1.478 e outro ponto para o qual chamo a atenção é que, dentro do art. 1º da lei do petróleo que falava das políticas nacionais de aproveitamento racional de fontes de energia, foi incluído o parágrafo que trata da garantia de fornecimento de combustíveis em todo o território nacional.

Outro artigo importante dessa lei estabelece que, desde com base econômica sustentável, a ANP poderá exigir dos agentes regulados a manutenção de estoques mínimos de combustíveis e biocombustíveis em instalação própria ou de terceiros. Próximo.

Pode avançar, por favor.

Bom, as resoluções recentes ligadas ao etanol são essas. A gente está em consulta pública, com previsão de audiência na semana que vem, de uma regulamentação com requisitos para a autorização do exercício da atividade de produção de etanol. É claro que essa lei, quando for publicada, ela vai ter requisitos para os novos entrantes e requisitos de transição para as usinas que já estão em funcionamento.

Uma resolução que já passou por audiência e consulta pública é a que trata dos regulamentos e critérios para a aquisição de etanol anidro e de gasolina “a”, para a formação de estoque de etanol. A publicação dessa resolução depende apenas de alguns trâmites dentro da própria agência. Uma outra resolução que foi publicada recentemente e que vale a pena mencionar é a Resolução nº 7, de 2011, que trata das especificações do etanol combustível, etanol anidro e o hidratado, que colocou alguns requisitos mais rigorosos em termos de especificação do combustível e prevê o envio mensal de dados de qualidade para a Agência Nacional do Petróleo.

Pode avançar, por favor.

Bom, os resultados esperados com essas e outras ações são a garantia do suprimento de etanol, o incremento na competitividade no mercado de etanol e a redução na volatilidade de preços desse combustível. Falando do *biodiesel*, esta é a cadeia do suprimento do *biodiesel*. A gente tem a produção da matéria-prima, seja uma oleaginosa ou a gordura animal, e a extração desse lipídio fora das atribuições da ANP – é essa região aqui. A partir do momento em que existe a pro-

dução da ANP, a produção do *biodiesel*, isso já está dentro da esfera de atribuições da ANP. Então, a gente tem o *biodiesel* podendo ser fornecido diretamente às refinarias ou às distribuidoras para que seja feita a mistura B5. Na prática, essa modalidade da refinaria, preparar a mistura B5, não acontece, mas a lei permite isso. A refinaria, então, fornece o diesel, chamado B-0, para as distribuidoras que fazem a mistura B5, e essa é vendida para o transportador retalhista ou para os postos de revenda.

Existe ainda a possibilidade, com autorização prévia da ANP, do uso de *biodiesel* do comércio, direto do biodiesel para um usuário, e de misturas com teores diferentes de biodiesel diretamente para um usuário, mas é sempre um processo acompanhado pela ANP de perto, com autorização específica.

Pode avançar, por favor.

A quantidade de usinas autorizadas para a comercialização no Brasil, atualmente, é de 60 usinas autorizadas para a comercialização e mais cinco que estão com autorização apenas na fase de operação, dando um total de 65 usinas e 17 milhões e 800 mil litros/dia de produção de *biodiesel*. Essa é a capacidade nominal de *biodiesel* que nós temos atualmente.

Pode avançar. É da matéria-prima que o senhor pergunta?

É, a matéria-prima é essa. Isso varia mês a mês. Isso está lá disponível no site da ANP. No mês de outubro, nós tivemos quase 81% de soja como matéria-prima; quase 13% de sebo bovino; 4,14% de óleo de algodão e 1,93% de outros. Aí entra mamona, girassol, óleo residual e outros, em menor quantidade.

Pode avançar, por favor.

Em termos de *biodiesel*, as grandes novidades estão sendo em relação à qualidade, e não à legislação especificamente da produção. Então, a gente tem um processo de cadastro de laboratórios para a certificação de *biodiesel*. Isso começou no início de 2009. Hoje, nós estamos com 45 laboratórios cadastrados para certificação de *biodiesel*. Essa é a distribuição no Brasil. A maioria desses laboratórios está na região Sudeste, mas nós temos uma boa distribuição dos laboratórios que podem certificar biodiesel no Brasil.

Está em discussão na ANP, com previsão de publicação ainda este ano, uma revisão da resolução que especifica a qualidade do *biodiesel*. Nessa discussão, está se propondo limitar os valores de mono e de triglicerídios, uma redução no teor de água tolerável no *biodiesel*, limitação no ponto de entupimento de filtro a frio, que é uma característica que tem a ver com o congelamento do produto em baixas temperaturas, e uma possível alteração na estabilidade oxidativa.

Isso está em discussão com o mercado. A ideia é que essa minuta de resolução ou de revisão de resolução vá, daqui uma ou duas semanas, para a Internet, para consulta pública, e que, até o final do ano, exista uma nova audiência com o mercado para, finalmente, publicar essa revisão da especificação do *biodiesel*.

Pode avançar, por favor.

Esse é um resumo do consumo de combustíveis no Brasil. Essa tabela faz uma comparação do consumo mensal no primeiro de 2010 com o primeiro semestre de 2011. A gente nota que existe um pequeno aumento no consumo de *biodiesel*, 5,8%, comparando os dois semestres. O etanol anidro, que é aquele que é misturado à gasolina, teve um grande aumento, 30%, comparando os dois semestres. O etanol hidratado, por outro lado, teve uma grande redução, 23%. O total de etanol anidro e hidratado, temos praticamente um consumo estável comparando os dois semestres.

A intenção era fazer uma apresentação resumida do que tem acontecido em relação a biocombustíveis. Meus contatos estão à disposição. Também estou aqui à disposição para tirar qualquer dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Muito obrigado, Dr. Vinícius, pela sua exposição.

De imediato, passo a palavra para o Sr. Alfred Szwarc, Consultor de Emissões e Tecnologia da Única, União da Indústria de Cana de Açúcar.

O SR. ALFRED SZWARC – Muito obrigado, Senador Sérgio Souza, Deputado Márcio Macêdo. Boa-tarde a todos.

Em nome da Única, gostaria de agradecer o convite para participar desse evento e dizer que a indústria da cana de açúcar se enquadra perfeitamente bem dentro desse modelo, dentro desse conceito que se coloca de agricultura de baixo carbono.

É interessante porque é a primeira atividade industrial organizada, documentada no nosso País, desde 1532. Ao passarmos por um canavial, muitas vezes, não nos damos conta de todo o avanço e progresso tecnológico que ocorreu especialmente no século passado nessa área de conhecimento, nessa área industrial.

Na área agrícola, que é a base de uma cadeia de produtos de baixo carbono. Temos obviamente a cana como principal elemento. Muito do que já se falou aqui, e não necessito repetir, já é praticado há muito tempo pelo setor, e cada vez mais, com as inovações tecnológicas que vêm sendo trazidas para o mercado comercial. Por exemplo, temos a questão do aproveitamento dos resíduos do processamento da cana, como a própria vinhaça, em um processo de fertirrigação com benefícios na redução de consumo de fertilizantes, que normalmente são produzidos com base petróleo, base fóssil. Temos também a redução da necessidade de

irrigação e, portanto, de consumo de água, que é um bem cada vez mais escasso, portanto, preocupante. Temos a prática de plantio direto crescendo enormemente no setor, a questão do banimento da queima da palha de cana e, portanto, do aproveitamento da palha de cana para essa prática de plantio direto. Enfim, podemos discorrer uma série de práticas sustentáveis que certamente colocam esse setor como um dos setores líderes da economia nacional em termos de práticas e produtos de baixo carbono.

Além dessas práticas, o setor, em diversos Estados, tem avançado bastante também na parte de conservação, no Estado de São Paulo, onde a gente representa principalmente... produtores de São Paulo, temos um acordo que foi feito com a Secretaria do Meio Ambiente no sentido de antecipar os prazos para o banimento da prática da queima. Hoje, no Estado de São Paulo, aproximadamente 65% da colheita da cana já é mecanizada. Temos perto de 200 mil hectares de matas ciliares sendo ou recuperadas ou protegidas.

Temos também na área de redução de vulnerabilidade, de adaptação que foi dito aqui, o desenvolvimento de novas variedades de cana de açúcar cada vez mais aptas a serem utilizadas em áreas mais áridas. Portanto, dentro desse conceito que se colocou aqui de adaptação e também de redução de vulnerabilidade. Enfim, poderíamos passar horas discutindo isso.

A partir daí, a partir dessa base agrícola que me parece que certamente pode ser aprimorada, e será aprimorada nos anos que vêm, temos a parte industrial, que também é baixo impacto. A geração da bioeletricidade com a utilização do bagaço como combustível. A possibilidade de também se utilizar o bagaço, em um futuro próximo, para a produção de etanol de segunda geração, e os produtos da cana que a bioeletricidade, e o etanol que são base para uma cadeia cada vez mais crescente de produtos.

Eu só gostaria de ilustrar não apenas com o etanol para uso automotivo, que é sobejamente conhecido, mas também o etanol pode ser utilizado como combustível na aviação – temos hoje em nosso País cerca de 300 aviões agrícolas que operam exclusivamente com etanol. Hoje, a indústria de bioplástico já é o segundo mercado para o produto etanol, com tendências de crescer bastante. Existe uma demanda muito grande pelos bioplásticos em função da necessidade de reduções de carbono.

Então, temos aí o polietileno verde, teremos dentro de dois ou três anos o polipropileno verde; o patch, que já é utilizado por várias marcas para acondicionar produtos para embalagens; temos também a possibilidade de PVC. Enfim, o PHB, que é um plástico biodegradável produzido a partir de açúcar.

Então, temos um mercado fantástico se abrindo na área de biopolímeros.

Então, não sei se alguém aqui presente teve oportunidade de participar da Fenatran, uma feira que terminou sexta-feira, no Anhembi, em São Paulo, feira que apresentou novidades no setor de transporte pesado. Nesta feira tivemos o lançamento praticamente de três produtos muito interessantes que podem utilizar etanol e que, portanto, podem reduzir as emissões de carbono.

Então, tivemos o lançamento de um caminhão, pela Scania, que opera praticamente com 100% de etanol. Ele já é um produto comercial, está disponível e já é utilizado na Suécia para a coleta de lixo, para o transporte de produtos em zonas urbanas, como caminhão betoneira. Enfim, com algumas aplicações bastante urbanas, justamente pelos benefícios ambientais associados ao seu uso. E temos também duas marcas que também lançaram caminhões. Uma é a Iveco e a outra é a Man, duas importantes empresas, que estão trazendo para o mercado, ainda não em fase comercial, mas em breve, acredito que dentro de um ano teremos esses produtos no mercado, caminhões bicomcombustível, que poderão operar tanto com diesel como com etanol.

Então, vemos o interesse e o esforço de diversos segmentos, seja da área de bioplásticos, seja da área automotiva, seja da área de aviação, buscando, na indústria da cana de açúcar, os benefícios dos seus produtos de baixo carbono.

Enfim, esse é um apanhado genérico que eu gostaria de fazer neste momento.

Com relação ao Plano ABC, parece-me um plano muito interessante, muito bem idealizado. Acho que está em linha com a importância da agricultura em nosso País e, certamente, vai estimular não só a agricultura, mas também todos os demais setores que dependem da agricultura a caminharem para uma economia de baixo carbono.

Um comentário, uma sugestão com relação ao Programa ABC de financiamento. O que nós percebemos é que, para o setor da indústria da cana-de-açúcar, como eu acredito que para, talvez, os setores de soja, de milho, setores que normalmente operam em grande escala, o financiamento oferecido no âmbito do Programa ABC não motiva o empréstimo, pelo pequeno valor, pelo limite que é estabelecido, de R\$1 milhão. Só para vocês terem ideia, a aquisição de um conjunto para colheita de cana mecanizado supera R\$1 milhão; é em torno de R\$1,5 milhão.

Então, eu gostaria de deixar aqui uma sugestão para que esse programa fosse adaptado para outros setores que demandam maior necessidade de recursos para que possam viabilizar projetos. Temos diver-

sos projetos em andamento que podem se beneficiar desse programa, mas, certamente, isso envolveria necessidade de adaptação nesse programa para essa nova realidade.

Por hora, encerro a minha participação e fico à disposição para perguntas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Alfred.

Vamos fazer aqui, então, uma rodada de comentários e perguntas pelos Srs. Parlamentares, e tomarei a liberdade de iniciá-la.

A minha indagação vai ser muito ligada a essa questão da produção de petróleo, do etanol, e aí nós estamos falando em emissão de gases, mas, principalmente... Tenho visto que o Brasil está, Senador Aloysio, crescendo a passos largos. E crescer a passos largos significa uma demanda cada vez maior por energia. E a energia que nós temos disponível cada vez mais, até mesmo por conta das novas pesquisas e por a Petrobras ter encontrado petróleo em águas profundas e pré-sal, é o petróleo, que está se mostrando sempre a fonte mais abundante de energia. Tanto a indústria quanto a agricultura, quanto o comércio, quanto todo cidadão vai cada vez mais demandar por energia. Por exemplo: quantos carros nós tínhamos há dez anos, e quantos veículos nós temos hoje? E o etanol tem surgido, ou o biocombustível tem surgido como uma alternativa, não para gastarmos menos petróleo, mas para, no futuro, nós o utilizarmos não tanto quanto a nossa demanda, podendo colocar o biocombustível também nesse parâmetro.

Vejo que o Brasil tem adotado algumas políticas importantíssimas, como é a do controle do preço do petróleo. E o petróleo, eu tenho o petróleo como... Ele não é sozinho, é uma cadeia. Ele é responsável quase que pela economia. Se aumentar o preço do petróleo, aumenta o preço na indústria, no transporte, aumenta o preço da matéria-prima, e assim sucessivamente. No entanto, se estamos falando em redução de gases nocivos, ou seja, de queimarmos menos combustíveis fósseis, é mais ou menos aquilo que eu disse no início desta reunião: o Amazonas, no mês de setembro de 2011, desmatou 43% a menos, mas não parou de desmatar. Ele tinha desmatado qualquer coisa (...)

Ela tinha desmatado qualquer coisa em torno de 450 Km² em setembro de 2010, e desmatou 240 km² em setembro de 2011. Então quer dizer que nós continuamos avançando adentro da floresta, continuamos produzindo danos ambientais.

Na medida quem aumenta o consumo de petróleo, nós não estamos falando aqui em diminuir o consumo do petróleo, mas não crescer tanto, e aí a solução seria

os bicomcombustíveis. Mas eu vejo que há um certo contraponto no momento em que o etanol, o bicomcombustível está num mercado aberto, e estando num mercado aberto ele está suscetível às leis do mercado. Eu vejo que as indústrias de etanol principalmente, as usinas de cana, às vezes dão preferência ao açúcar porque o mundo está comendo mais, e se o mundo come mais ele consome mais açúcar; por consequência, há uma produção maior de açúcar nas usinas que de etanol, porque houve também um aumento de demanda. Então eu coloco essa questão como uma preocupação geral. Se nós estamos falando em aquecimento global e em mitigação de gases, talvez essa seja uma questão para pensar.

Passo a palavra ao Senador Aloysio Nunes para que faça as suas considerações e as suas indagações.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Minha pergunta é mais especificamente dirigida ao representante do Ministério do Meio Ambiente, que abordou, muito de passagem, o fato de nós não termos ainda no Brasil instrumentos legislativos que permitam a monetização do crédito de carbono. E eu pergunto ao senhor, Dr. Eduardo Assad, se o Governo tem alguma proposta, se está sendo elaborado, quais são os instrumentos dos quais, efetivamente, estamos carentes? Esse assunto foi muito falado, muito comentado, tem sido, aliás, durante essa fase de elaboração do Código Florestal, porque sempre se aventa essa hipótese de se compensar. Isso seria uma fonte de financiamento e um atrativo econômico para quem aderir, não só o seu grau de recuperação, mas quem se engajar nesse programa da agricultura BC.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Nós vamos primeiro fazer as indagações, depois eu passo para os palestrantes colocarem as suas posições. Vou pedir licença aos demais para primeiro passar ao Sr. Eduardo Delgado Assad que nos pediu licença porque tem que se retirar visto que tem outro compromisso. Então ao Deputado Márcio Macedo, Relator da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas.

O SR. MÁRCIO MACEDO (PT – SE) – Eu só queria parabenizar os debatedores aqui, Dr. Eduardo Delgado, do MMA, Carlos Magno, do MAPA, Vinícius, do MP e Alfredo, da Única, que fizeram uma explanação muito sintonizada de compreensão da situação de uma necessidade de uma ação conjunta, tanto do Governo quanto dos setores produtivos no sentido de enfrentar essa nova realidade.

Eu penso que isso que foi colocado aqui muito claramente da necessidade de se ter uma política efetivamente de baixo carbono, ela tem algumas questões

que são imperativas e que o Senador Aloysio colocou aqui, porque nós temos, no Governo Federal, subsídios para a agricultura familiar, para o agronegócio e não temos nenhuma política de incentivo para aqueles, por exemplo, que mantêm suas florestas de pé, privadas.

Eu acho que, dentro desse processo, tinha que ser uma fonte de renda para manutenção das próprias propriedades, que poderia ser via crédito carbono, livre no mercado, que esse mercado possa ser incrementado, e, também, uma política pública do Governo, consorciada com os três Ministérios, que cuida, o do Meio Ambiente, da proteção, o MAPA e o Desenvolvimento Agrário, que trabalham com a agricultura familiar e agronegócio respectivamente, que pudessem ter uma política de incentivo a um desses pilares, que é a manutenção das florestas de pé e o combate o desmatamento. O último estudo de pesquisadores de Oxford mostra, ao contrário do que a gente estava imaginando, que havia uma redução das suas áreas florestais, ao contrário, até o Japão, que tem um território pequeno, a tendência é manter as suas florestas de pé, por essas questões das mudanças climáticas e, também, por uma questão de mercado. Essa discussão vai deixar de ser somente ambiental e vai ser econômico, porque isso está se impondo no Planeta.

Eu queria, sobretudo, que os dois Ministérios que estão aqui colocassem um pouco sobre isso, que isso está ligado à superação das economias carbonadas, num processo a longo prazo, e a redução da emissão de gases de efeito estufa. Eu gostaria que vocês falassem um pouco sobre isso, e isso está sendo refletido no centro do Governo, e também incrementando a pergunta do Senador Aloysio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Deputado Márcio Macedo.

Então, de imediato, eu passo a palavra ao Dr. Eduardo Delgado Assad para as suas colocações e também para as suas considerações finais.

O SR. EDUARDO DELGADO ASSAD – Senador, a gente até poderia dizer assim: essas perguntas são tão simples, mas tão simples, que vou deixar para o Carlos Magno. (risos.)

Mas vamos lá. Primeiro, fazer uma passagem rápida na questão da energia, que o Senador Sérgio colocou.

Na questão do Fundo Clima, nós estamos pensando muito estamos pensando muito em energia, muito. Estamos, inclusive, abrindo um leque, estamos financiando, este ano, tanto com recursos não reembolsáveis quanto com recursos reembolsáveis, solar, eólica, biomassa e energia das ondas do mar.

Um país que tem oito mil quilômetros de costa, não tem nenhum engenho de geração de energia de marémotriz, a gente precisa parar e pensar – e tenho os protótipos e tenho capacidade tecnológica para isso. Já temos protótipos lá no Rio de Janeiro, e já deve estar instalando um Ceará este mês agora. Então, a gente precisa explorar um pouco isso e abrir o leque. A energia não pode ser um supermercado de um só produto; temos que abrir a nossa matriz e trabalhar nisso.

A termossolar é uma realidade e a fotovoltaica tem que ser uma realidade. Nós temos que discutir fotovoltaica, no Brasil, com muito mais entusiasmo e muito mais atenção do que estamos discutindo hoje, porque, num País como o nosso, que tem sol o tempo todo, é difícil a gente não conceber a geração de energia a partir de células fotovoltaicas e o incentivo à indústria de células fotovoltaicas no Brasil. Tem que crescer, nós ficamos parados muito tempo e hoje estamos meio a mercê do mercado chinês, com células fotovoltaicas quatro vezes mais baratas que a nossa. Então, nós temos que parar e pensar um pouco nisso, só para jogar um pouquinho mais de tempero na discussão.

Com relação ao crédito carbono. O problema, realmente, é o marco regulatório. Nós não estamos parados. Existe uma discussão, hoje, capitaneada pelo Ministério da Fazenda, que está discutindo o mercado de carbono; nesse grupo está o Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Agricultura, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, que eu lembre de cabeça. Há um grupo forte que está discutindo isso, para a gente começar a construir essa discussão do mercado de carbono. Obviamente que as compensações precisam ser discutidas, qual a melhor maneira de fazê-las; existe o PL do Senador Eduardo Braga, nessa linha, falando sobre o REDD, mas eu gostaria de ampliar um pouco mais. Não é só o REDD, é o REDD plus, é o MDL, é o Cap & Trade, são os serviços ambientais; todas essas questões têm que ser colocadas. Nós só vamos discutir o REDD florestal, a redução florestal.

Mas, quando eu tiver uma indústria que consegue mostrar que tem uma eficiência maior, como é que ela faz com esse carbono? Então, nós temos que ampliar essa discussão.

Hoje nós temos um mercado que é voluntário, alguém compra, alguém vende, mas a nossa preocupação é que ele não seja somente voluntário, ele tem que ter o seu marco regulatório. Porque na hora que o negócio não der certo, aí entra o Governo para arbitrar. E aí, vai arbitrar em cima de quê? Então, essa é

a discussão para a qual estamos tentando criar mais subsídios para poder mostrar como fazer.

Mas, antes disso, existe outra coisa que é mais básica ainda, que é a famosa métrica. Que carbono é esse de que estou falando? Uma floresta seqüestra quanto? Em que situação? Não é? Uma floresta plantada hoje... Nós temos um número que fala em algo de 200 toneladas de carbono por hectare. Mas em qual bioma? Depende um pouco de temperatura, depende um pouco do tipo de solo. E aí é que nós estamos entrando pesado nisso, criando essa métrica para poder diferenciar o produto. E aí, a partir daí, dizer: olha, uma floresta em pé no Acre vale tanto, uma floresta em pé na caatinga vale tanto... Há diferença! Há uma diferença grande entre estoque de carbono por bioma. E é isso o que precisa ser regulado e precisa ser mais bem estudado. Nós estamos fazendo um esforço grande nisso.

Primeiro, o Ministério da Fazenda criando os mecanismos financeiros: como é que se compra, como é que se fende; e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, tentando mostrar como é que essa coisa se divide e como é que isso responde em termos de estoque de carbono para você poder vender e poder botar isso no mercado. Nós temos um instrumento, que já funciona hoje – e nós temos sido alvo de muitas críticas por conta da eficiência, mas está melhorando, que é o Fundo da Amazônia. É um dinheiro da Noruega, uma doação da Noruega que chega ao Brasil em função da redução do desmatamento. Então, reduziu tanto... Reduziram-se sete mil quilômetros quadrados... Isso significa não sei quantos milhões de toneladas de CO₂, equivalente... E que, transformando-os em dólares, dão US\$600 milhões ou US\$700 milhões. Ora, a Noruega concorda com o número? Então, ela injeta no Fundo da Amazônia o valor para a gente continuar a reduzir as emissões. A Petrobras gostou da estória e está pondo dinheiro; a Alemanha gostou da história e está pondo dinheiro. Isso é uma compensação...

Aí vem a pergunta... Tudo bem gostei... A Amazônia é muito bom... E o cerrado? E como é que eu faço isso na caatinga? E como é que eu faço isso nos pampas? Não é? Então, são essas coisas que a gente tem de ampliar o debate e mostrar de que maneira esses mecanismos vão ser feitos. O Governo está atento, o Governo está discutindo isso. Os técnicos do Governo, os cientistas... Nós estamos discutindo isso. Mas nós estamos vivendo uma situação complicada. Primeiro é o Código Florestal. Nós precisamos entender o que vai acontecer e para onde ele vai. Porque, dependendo para onde ele for, esses mecanismos vão

ser diferenciados. Então, não dá para a gente antecipar nenhum mercado agora sem saber o futuro das nossas APPs, sem nossas reservas florestais; enfim, temos de entender isso para discutir compensação. Segundo, nós estamos vivendo uma brutal crise financeira mundial, e a gente não sabe se os países desenvolvidos vão querer colocar dinheiro no Fundo Verde para compensar as emissões deles nos países que podem fazer isso. Então... Mineiramente, prudência e caldo de galinha não fazem mal a ninguém... Vamos esperar um pouquinho para ver o que fazer, e eu acho que esse o que fazer vai tomar muita velocidade a partir de dezembro: pós-Durban, quando a gente vai ter essas posições mais definidas e como é que esse mercado vai funcionar. Mas nós estamos trabalhando muito pesado nisso e discutindo bastante. Já tem documentos básicos que dizem...

(Fora do microfone.)

O SR. EDUARDO DELGADO ASSAD – Podemos... Claro, claro! Senador, a palestra mais emocionante que eu tive com isso foi em uma palestra, que eu estava dando no ICID, em Fortaleza, no meio da discussão da desertificação, eu falando de carbono, agricultura BC, o Brasil tem isso, tem aquilo... Levantou-se um agricultor, um nordestino, humilde, pequeno agricultor que me disse: eu defendo tudo isso que o senhor está falando aqui, tudo isso! Eu planto árvore e estou devendo no banco. Está aqui! Imagine que este saco aqui é um saco de carbono, quem compra? Eu quero pagar minha dívida com isso.

Aí, eu, formulador de políticas públicas...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Ele pode vender para uma indústria.

O SR. EDUARDO DELGADO ASSAD – Pois é, mas eu não sabia o que responder a ele... Eu disse: nossa, me pegou! E aí é que você começa: por que não? Por que não? Tem razão... Nós propusemos, há um tempo, na discussão do Código Florestal, o abatimento de dívida de agricultores com revegetação de APP. A Fazenda bloqueou. Não pode! Porque aí vai privilegiar a, vai privilegiar b... Tudo bem... E aqueles que estão dentro da lei? Podem ter algum incentivo? Então, é essa a estória. Nós temos é de dar o primeiro passo. Temos de ter coragem de dar o primeiro passo, porque todo o mundo quer entrar nessa brincadeira.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. PMDB – PR) – Obrigado, Dr. Eduardo. Peço, então, ao Dr. Carlos Magno para que faça suas considerações.

O SR. CARLOS MAGNO CHAVES BRANDÃO – Bom, na verdade eu não tenho muito a acrescentar porque todas essas discussões tem sido feitas, já

dentro do que o Eduardo falou, o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Agricultura, o próprio Ministério de Ciência e Tecnologia. Então basicamente ele falou praticamente tudo o que tem acontecido.

Eu apenas quero frisar que no âmbito do Ministério da Agricultura, a gente acha o seguinte, que realmente... E isso pode vir a ser uma fonte de renda para o agricultor, para o pecuarista que foi lá e recuperou sua pastagem, certamente ele tinha uma área que era emissor e passa a sequestrar para esse agricultor que plantou árvore. Enfim, o que nós temos é que realmente criar um sistema onde a gente possa mensurar isso, certificar e tudo... E é muito importante a participação de todos do setor produtivo, da sociedade como um todo porque nós estamos no momento de construção e essa é a visão do Ministério da Agricultura, é importante realmente chegarmos a um marco regulatório nesse assunto para que realmente esses benefícios possam chegar onde eles precisam chegar.

Basicamente era isso o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado Dr. Carlos Magno.

Com a palavra o Consultor da Única, Alfred.

O SR. ALFRED SZWARC – Acho que o Dr. Assad levantou uma questão de fundo que é muito importante. E que com relação ao setor sucroenergético faz total sentido. Vou ilustrar um caso aqui... Procurar ilustrar essa questão com o caso real. Nesse momento está sendo iniciado um programa de uso de ônibus urbano movido a etanol na cidade de São Paulo. É um programa que tem basicamente a questão ambiental como a principal referência, em função da redução significativa de poluentes e também gases de efeito estufa. Então é um projeto que está inserido dentro do contexto do plano municipal de mudanças climáticas. Entretanto, em função de um aspecto que o Senador Sérgio Souza comentou aqui, onde nós temos aí o preço do petróleo e derivados do petróleo basicamente estáveis em nosso País, esse projeto ele encontra dificuldades para se desenvolver na medida em que os insumos utilizados na produção de etanol como fertilizantes e defensivos e outros aí, eles não estão sujeitos a exatamente essa estabilidade de preços que nós temos. Então o que nós vemos aí no mercado é realmente um aumento de custos, de produção e que reflete em boa parte também no preço final do produto.

Então, como viabilizar uma competitividade comercial de um produto, que reconhecidamente trás benefícios para a sociedade, onde diversas pesquisas indicam que ele trás não só redução da poluição, mas os

seus efeitos são reduzidos, os impactos sobre a saúde, impacto sobre redução de mortes prematuras tudo isso tem um valor social que não é devidamente mensurado e valorado pela nossa sociedade. Então como tratar, vamos dizer, as externalidades do bicombustíveis, da bioenergia nesse contexto em que a competitividade comercial acaba sendo o fator dominante. Então essa é uma questão que eu acho que precisa ser refletida, não apenas o etanol, mas enfim, outros biocombustíveis que se apresentem aí com esses benefícios, deveriam ter certamente um tratamento fiscal e incentivos que ampliassem a possibilidade do seu uso em aplicações onde ele poderá certamente ter mais valor.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado Dr. Alfred.

Com a palavra o Vinicius Skrobot, que representa aqui a ANP.

O SR. VINICIUS SKROBOT – Bom, eu tenho pouco a falar, até porque a Agência Nacional do Petróleo é uma implementadora de políticas públicas. Com certeza o que o governo e a sociedade precisar que seja implementado e conduzido a ANP tem capacidade de fazer, assim como já está fazendo a implementação desse novo marco regulatório para os biocombustíveis.

Então é isso que eu tenho a comentar. Como se diz, a era ou a idade da pedra não acabou por falta de pedra; o petróleo está em abundância, as reservas do país aparentemente vão mais do que dobrar em pouco, agora se isso vai se transformar em combustível e ser queimado em algum automóvel é outra história, isso vai depender de uma série de ações no governo e tendência mundiais.

Era só isso que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado Vinicius. De imediato passo a palavra ao Elvinson Nunes Ramos, que é representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O SR. ELVINSON NUNES RAMOS – Só complementando a fala do Dr. Carlos Magno e Dr. Eduardo Assad, até em resposta a pergunta feita pelo Senador Aloísio Nunes, é que nós temos também, além de criar um marco regulatório para questão de crédito carbono, acho que existe também a necessidade de nós promovermos uma avaliação das legislações que nós temos atualmente em vigor no Brasil. Eu comento isso porque nós temos, por exemplo, um produtor rural que não desmatou, vamos dizer um capão de mato na sua propriedade, ele tem a sua reserva legal e isso fato, é verídico, ocorre hoje. Quer dizer, aquele produtor que deixou, além da sua reserva legal da APP ainda um capão de mato, vamos dizer de 20, 30

hectares que ainda não foram desmatados. Ou seja, esse produtor era para ser estimulado realmente a não desmatar, não usar essa vegetação. Mas nós temos uma legislação do Incra que, se não me falha a memória, o Estatuto da Terra, onde, para médias e grandes propriedades o técnico do INCRA vai lá e faz a medição da propriedade e ele retira a APP, retira a reserva legal do cálculo GUT, que a gente fala que é o grau de utilização da terra. Se esse grau de utilização da terra der menor que certos valores, essa propriedade é considerada disponível para reforma agrária. Ou seja, se ele não desmatou aquele capão de mato e ele não quer contabilizar esse capão de mato como sendo área improdutivo, isso está no estatuto da terra, ou seja, aquele capão de mato é considerado nessa legislação como área improdutivo, ele tem que transformar esse capão de mato em RPPN ou servidão florestal. A gente sabe hoje que o produtor rural para transformar um capão de mato desse tamanho ou até menor, ele tem que gastar um recurso grande para, primeiramente fazer o inventário da área, dizer todas as espécies que tem para ele transformar RPPN ou servidão florestal.

Ou seja, nós estamos praticamente quase que punindo esse produtor que não desmatou, e dizendo para ele: “Não, você tinha que ter desmatado. Agora, você não desmatou...” e se a fiscalização do Incra chegar lá e ele for fazer esse processo posteriormente a essa fiscalização, o órgão não aceita mais dizendo que ele deveria já ter feito isso. Ou seja, eu acho que um estímulo para que a gente realmente tenha isso como estímulo ao produtor rural, é transformar também, não só criar um marco legal para novos instrumentos, mas também como rever as legislações que nós temos hoje com relação a não termos esse tipo de choque. Ou seja, aquele que não desmatou deveria ser beneficiado. Mas não é o que ocorre na prática. Ele tem que gastar dinheiro para transformar uma vegetação nativa nesses dois instrumentos que não fica barato, fica muito caro, em torno de 10 mil reais por hectare, só para ele fazer esse planejamento. Então transformar em servidão florestal ou RPPN custa caro, então a gente está praticamente... Então aquele produtor que não se ateu a esse detalhe da legislação ele pode realmente... Essa área ser considerada área improdutivo em cima da legislação que trata do Estatuto da Terra. E pelo contrário, eu acho que a vegetação em pé tem que, pelo menos o que foi comentado aqui, ela tem que ser valorizada. E nesse aspecto a legislação atual não está valorizando a vegetação em pé, ou seja,

está quase que punindo o produtor rural porque ele não desmatou. Obrigado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É considerada a reserva legal... A reserva legal é considerada área improdutiva e a APP?

O SR. ELVINSON NUNES RAMOS – Não, a reserva legal e APP não. Eu falo assim, a área excedente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Excedente.

O SR. ELVINSON NUNES RAMOS – Excedente. Para legislação do INCRA é considerada área improdutiva. Ai entra no grau de utilização da terra. Então o produtor está sendo punido porque não desmatou e deveria ser o contrário, ele deveria ser incentivado realmente para continuar preservando aquela área e não desmatar. Mas uma legislação estimula para que ele não desmate e a outra vem e condena...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Mas quanto tempo? O Código Florestal ainda não foi votado.

O SR. ELVINSON NUNES RAMOS – Não, esse é no Estatuto da Terra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sim, mas...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senador Aloísio, eu apresentei uma emenda ao Código, justamente nesse sentido. Porque já previa o Código, que fosse pago serviços ambientais ao agricultor familiar e ao posseiro de pequena propriedade. E a minha emenda é no sentido de que esses serviços ambientais sejam pagos a todos os possuidores de terras, aos agricultores que conservem além do que é obrigado. Então o que é obrigado? Obrigado é você manter as reservas de áreas permanentes – as APPs – e obrigado é você ter uma área de reserva legal, isso é obrigado. Agora, aquele produtor que tem além dessas áreas, ele também teria ai um direito a receber por serviços ambientais. Porque bem isso - só para concluir Senador Aloísio – que o Dr. Elvinson está colocando, porque hoje a nossa legislação ela pune aquele que desmata e depois, inclusive, ainda vem uma legislação que permite até mesmo num processo de perdão de determinadas dívidas ou de determinadas punições que ele deveria sofrer, e aquele que conservou no tempo e no espaço e que é o vizinho daquele que degradou o meio ambiente, ele tem as mesmas prerrogativas, ou seja, para ele custou não ter desmatado a sua propriedade porque ele produziu menos na sua propriedade. Agora, o seu vizinho que desmatou, vem um perdão, ou seja, ele é absolvido pela legislação, enquanto que se aquele imediatamente ao lado,

preserva além do que é obrigatório ele não tem nenhuma vantagem. Por favor, Senador.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Só um palpite Senador. O senhor está propondo que esse excedente, além daquilo que é obrigatório, seja considerado serviço ambiental, e como tal remunerado. Eu acho excelente a idéia, mas vamos – me permita uma sugestão -, que pelo menos se deixe de punir, ainda que não se tenha o excedente, que se deixe de punir considerando essa área improdutiva. A minha sugestão é que o senhor pudesse fazer também essa emenda no sentido de não punir, que é a área onde tem vegetação nativa de pé, ela não seja considerada área improdutiva aos olhos do Estatuto da Terra.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Nós temos algum... Eu acho esta Casa, o Congresso Nacional, o Senado e a Câmara eles tem alguns papeis fundamentais. E a gente tem que ter todo um cuidado no momento em que a gente mexe com a legislação, porque a gente pode desequilibrar a outra ponta. E nós temos, por exemplo, no meu bioma – no bioma do meu Estado e do seu Estado – nós temos a Mata Atlântica. E na Lei da Mata Atlântica, ela não permite, pelo menos não de forma ampla, o manejo florestal, e isso traz alguns prejuízos à própria biodiversidade e à própria floresta. Hoje um proprietário rural que tem as margens da mata com a lavoura, nascendo um pinheirinho ali, um pezinho de araucária ele vai lá e corta enquanto não cresce porque ele vai ter problemas no futuro se aquilo crescer. Então esse é um problema gravíssimo.

Então nós temos pensado algumas soluções, eu tenho debatido isso muito nas comissões que estão caminhando o Código Florestal, porque permitir... Se não se pagar um serviço ambiental por isso, mas permitir o manejo florestal é um grande avanço. Por que se permite o manejo florestal na região amazônica e não pode se permitir o manejo florestal de maneira ampla também na região da mata atlântica? Eu acho que são debates que vamos ter que enfrentar logo aqui nesse Senado.

Então, não havendo mais quem queira discutir, eu agradeço a presença dos nossos convidados, dos Srs. Parlamentares que aqui estiveram, dizendo que nós teremos uma reunião na próxima sexta-feira, na cidade de Foz do Iguaçu, onde trataremos da questão da produção de energia, e estão todos convidados e estaremos na próxima quarta-feira, dia 16, aqui de volta com a nossa reunião das 14 horas.

(Iniciada às 14 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 40 minutos.)

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Marco Maia (PT-RS)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Odair Cunha (PT-MG)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Mão Santa (PSC-PI) ¹
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Nelson Markezelli (PTB-SP)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Patrícia Saboya (PDT-CE)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado André de Paula (DEM/PE)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Raimundo Colombo (DEM-SC)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Eliseu Padilha (PMDB-RS) ²	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

¹ Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.

**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES
EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL**Deputado Emanuel Fernandes (PSDB-SP)³**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES
EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL**

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 05.03.2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Senado Federal – Anexo II - Térreo****Telefones: 3303-4561 e 3303-5258****scop@senado.gov.br**

¹ Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.

¹ O Deputado Eliseu Padilha foi eleito Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados em Reunião Ordinária realizada em 03/03/2010.

¹ O Deputado Emanuel Fernandes foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados em Reunião Ordinária realizada em 03/03/2010.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTEs
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

² O Deputado Eliseu Padilha foi eleito Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados em Reunião Ordinária realizada em 03/03/2010.

³ O Deputado Emanuel Fernandes foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados em Reunião Ordinária realizada em 03/03/2010.

Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Deputado José Paulo Tóffano (PV - SP) ¹²

Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB - CE) ¹²

Vice-Presidente: Deputado Germano Bonow (DEM - RS) ¹²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Maioria (PMDB)

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)

DEM

EFFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ⁵ (DEM/SC)

PSDB

MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
--------------------------	------------------------------

PT

ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PSDB/PR) ¹³
----------------------------	--

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
--------------------------	-----------------------------

PDT

CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
----------------------------	-------------------------------------

PCdoB

INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY ⁸ (PSOL/PA)
--------------------------	-------------------------------------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

VALDIR COLATTO (PMDB/SC) ¹⁰	1. MOACIR MICHELETTO ⁷ (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES) ¹¹

PSDB/DEM/PPS

PROFESSOR RUY PAULETTI (PSDB/RS) ¹⁴	1. LEANDRO SAMPAIO ⁵ (PPS/RJ)
--	--

GERALDO THADEU ⁹ (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ⁴ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. ANTÔNIO ROBERTO (PV/MG) ¹⁵

(Atualizada em 23.03.2010)

Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

⁷ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

⁸ Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

⁹ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

¹⁰ Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGM/P, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.02.2009, e o OF/GAB/I/Nº 12, de 28.01.2009.

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

⁷ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

⁸ Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

⁹ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

¹⁰ Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGM/P, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.02.2009, e o OF/GAB/I/Nº 12, de 28.01.2009.

¹¹ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/Nº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.

¹² Eleitos para o biênio 2009/2010, em reunião realizada no dia 27.05.09, conforme Ofício P/48/2009, de 28.05.2009, lido nessa mesma data.

¹³ O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores (PT), conforme comunicação lida na sessão do SF em 10.09.09, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 02.10.2009, conforme Of/GSFA/0898/2009, de 06.10.09, lido na sessão do SF de 08.10.2009.

¹⁴ Indicado conforme Of. nº 965/2009/PSDB, datado de 11/11/09, do Líder do PSDB, Deputado José Aníbal, em substituição ao Deputado Cláudio Diaz, em virtude de sua renúncia, conforme Of. nº 0516/2009, de 09.11.09, lidos na Sessão do SF de 13.11.09.

¹⁵ Indicado conforme Of. nº 067/10/LIDPV, datado de 17/03/2010, do Deputado Edson Duarte, Líder do PV, em substituição ao Deputado Dr. Nechar, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, de 02.03.10, lidos na Sessão do SF de 22.03.2010.

¹¹ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/Nº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.

¹² Eleitos para o biênio 2009/2010, em reunião realizada no dia 27.05.09, conforme Ofício P/48/2009, de 28.05.2009, lido nessa mesma data.

¹³ O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores (PT), conforme comunicação lida na sessão do SF em 10.09.09, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 02.10.2009, conforme Of./GSFA/0898/2009, de 05.10.09, lido na sessão do SF de 08.10.2009.

¹⁴ Indicado conforme Of. nº 965/2009/PSDB, datado de 11/11/09, do Líder do PSDB, Deputado José Aníbal, em substituição ao Deputado Cláudio Díaz, em virtude de sua renúncia, conforme Of. nº 0516/2009, de 09.11.09, lidos na Sessão do SF de 13.11.09.

¹⁵ Indicado conforme Of. nº 067/10/LIDPV, datado de 17/03/2010, do Deputado Edson Duarte, Líder do PV, em substituição ao Deputado Dr. Nechar, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, de 02.03.10, lidos na Sessão do SF de 22.03.2010.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

PRESIDENTE: Parlamentar Ignácio Mendonza Unzain (Py)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Juan Jose Dominguez (Uy)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Juan Bautista Pampuro (Ar)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (Br)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Eduardo Azeredo⁵

Vice-Presidente: Emanuel Fernandes

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	LÍDER DA MAIORIA RENAN CALHEIROS PMDB-AL
LÍDER DA MINORIA GUSTAVO FRUET PSDB-PR	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA RAIMUNDO COLOMBO DEM-SC
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL EMANUEL FERNANDES PSDB-SP	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 23.03.2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal - Anexo II - Térreo

⁵ O Senador Eduardo Azeredo assumiu a presidência em 23.03.2010, conforme alternância estabelecida na 1ª reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001.

² O Deputado Gustavo Fruet passou a exercer a Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, conforme Of. nº 41/2010/SGM da Câmara dos Deputados, datado de 23 de março de 2010.

Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258

scop@senado.gov.br

www.senado.gov.br/ccai

¹ O Senador Eduardo Azeredo assumiu a presidência em 23.03.2010, conforme alternância estabelecida na 1ª reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001.

² O Deputado Gustavo Fruet passou a exercer a Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, conforme Of. nº 41/2010/SGM da Câmara dos Deputados, datado de 23 de março de 2010.

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Senador José Sarney (PMDB/AP)

Chanceler: Deputado Marco Maia (PT/RS)

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Marco Maia (PT/RS)	<u>PRESIDENTE</u> José Sarney (PMDB/AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Rose de Freitas (PMDB/ES)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Marta Suplicy (PT/SP)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Eduardo da Fonte (PP/PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Waldemir Moka (PMDB/MS) ¹
<u>1º SECRETÁRIO</u> Eduardo Gomes (PSDB/TO)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Cícero Lucena (PSDB/PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	<u>2º SECRETÁRIO</u> João Ribeiro (PR/TO)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Inocência Oliveira (PR/PE)	<u>3º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB/PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Júlio Delgado (PSB/MG)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP/PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Paulo Teixeira (PT/SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> João Paulo Cunha (PT/SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 16.11.2011)

1- O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão do Senado Federal de 16.11.2011.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/cn>

E-mail: scn@senado.gov.br

Informações: (61) 3303-4050

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO¹

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente: Senador Roberto Requião⁶
Vice-Presidente: Deputado Antônio Carlos Mendes Thame⁶
Vice-Presidente: Senadora Ana Amélia⁶

Instalação: 31.08.2011

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Newton Lima
Emiliano José	Sibá Machado
Jilmar Tatto	Weliton Prado
Paulo Pimenta	Zé Geraldo
PMDB	
Íris de Araújo	Fátima Pelaes
Marçal Filho	Gastão Vieira
Moacir Micheletto	Lelo Coimbra
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Eduardo Azeredo	Duarte Nogueira ³
Antonio Carlos Mendes Thame ²	Luiz Nishimori ³
Sergio Guerra	Reinaldo Azambuja ³
PP	
Dilceu Sperafico	Afonso Hamm
Renato Molling	Raul Lima
DEM	
Júlio Campos	Marcos Montes ⁴
Mandetta	Augusto Coutinho ⁵
PR	
Paulo Freire	Giacobo
	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Antonio Balhmann
Ribamar Alves	Audifax
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire (PPS)	Antônio Roberto (PV)
PTB	
Sérgio Moraes	Paes Landim
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
Manuela D'ávila	Assis Melo
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PMN	
Dr. Carlos Alberto	Fábio Faria
PTdoB	
Luis Tibé ⁸	

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PMN / PSC / PV)	
Pedro Simon (PMDB)	Casildo Maldaner (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	Waldemir Moka (PMDB)
Vago ⁷	Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Paulo Paim (PT)	Eduardo Suplicy (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	Humberto Costa (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	Cristovam Buarque (PDT)
	Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	
	José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	Fernando Collor

(Atualizada em 08.11.2011)

1- Designados pelo Ato nº 28, de 2011, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, lido na sessão do Senado Federal de 15 de julho de 2011.

2- Designado para ocupar a vaga de titular do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011, em virtude da renúncia do Dep. Reinaldo Azambuja, conf. OF. nº 697/2011/PSDB, de 10-8-2011.

3- Designados para ocuparem as vagas de suplente do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

4- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 285-L-DEM/11, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

5- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 295-L-DEM/11, de 16-8-2011, lido na sessão do Senado Federal dessa mesma data.

6- Eleitos na Reunião Ordinária do dia 13/09/2011.

7- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.

8- Vaga cedida pelo PR.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho

Telefones: (61) 3216-6871 / 3216-6878

Fax: (61) 3216-6880

E-mail: cpmc@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO) ¹
Vice-Presidente: Senador Fernando Collor (PTB/AL)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Paulo Teixeira (PT/SP) ²	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL) ³
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 07.06.2011)

Notas:

1- Assumiu a presidência na 1ª Reunião de 2011, realizada em 3-5-2011, em substituição ao Senador Fernando Collor, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião de 2001 da CCAI, realizada em 15-8-2011.

2- Conforme Of. nº 216/2011/SGM da Câmara dos Deputados, o Líder do PT, Deputado Paulo Teixeira, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

3- Indicado o Líder da Maioria, conforme expediente subscrito pelos líderes Renan Calheiros, Eduardo Amorim, Francisco Dornelles e Paulo Davim.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO
(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 11 (onze) Senadores e 11 (onze) Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

- Leitura: 13-7-2011
- Designação da Comissão:
- Instalação da Comissão:
- Prazo final da Comissão:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
	1.
	2.
PTB	
	1.
PSOL¹	
	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

Edição de hoje: 190 páginas

(OS: 16515/2011)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

